

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP**

AMOR ANTÓNIO MONTEIRO

**MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NO SERVIÇO
SOCIAL, NO ESTADO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

Doutorado em Serviço Social

**SÃO PAULO
2019**

AMOR ANTÓNIO MONTEIRO

**MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NO SERVIÇO
SOCIAL, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), como requisito parcial para obtenção do título de DOUTOR em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn

SÃO PAULO

2019

Ficha de Aprovação

AMOR ANTÓNIO MONTEIRO

**MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NO SERVIÇO
SOCIAL, NO ESTADO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS EM ANGOLA**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em
Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC/SP), como requisito parcial para obtenção do
título de DOUTOR em Serviço Social, sob orientação da
Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Código de Financiamento
140631/2016 – 0

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) – Finance Code 140631/2016 – 0

AGRADECIMENTOS

Agradecer. Que ingratidão, apenas agradecer?!
Suponho que impelido pelo sentimento de que agradecer seja apenas, apenas.
Tomás de Aquino até desenvolveu uma teoria do Agradecer,
Mas, mesmo assim, Agradecer nunca deixou de ser apenas
Agradecer, além de seres apenas, também és cheia de ingratidão.
Mas que ingratidão, ó Agradecer!
Como não bastasse, ainda precisas de palavras, gestos para te expressares.
Lamento por ti, ó Agradecer.

Sua constitutiva categoria que te revela, mas também te esconde,
a tua amiga de dedo e unha,
a dona Palavra Bonita Escrita ou Falada,
reconhecida pelos ornamentos que exhibe no peito,
na tentativa de te apresentar, ó Agradecer,
dialecticamente, quando mais ornamentos brilhantes exhibes,
mais ornamento apenas revela e expressa
e mais tu, ó Agradecer, ficas ofuscada.

Já vi, ali na esquina do meu viver,
ornamentos que te temem
e por isso te escamoteiam no emaranhado de tua amiga de dedo e unha,
a dona Palavra Bonita Escrita ou Falada.

Ó, Agradecer, não fosses também ingratidão,
Até agradeceria pessoas e circunstâncias,
Que, pelo simples fato de eu ser social e história,
Me construíram e construíram este trabalho.

Mas como Agradecer sem ser ingrato,
Como Agradecer sem ser apenas, ó Agradecer?!

Vejo no horizonte do meu respirar
Um pulular de listas infindáveis de pessoas e circunstâncias
Que apenas querem um Agradecer, apesar de seres apenas, apenas.

Ó, Agradecer, não fosses também ingratidão,
E precisasses tua amiga de dedo e unha,
A dona Palavra Bonita Escrita ou Falada
Que não tenho,
Agradeceria os que não se sentirão agradecidos,
Os nunca agradecidos por serem apenas, apenas.
Agradeceria como não se agradece em *mikanda* de doutorado.
Não fosse a tua amiga de dedo e unha,
A dona Palavra Bonita Escrita ou Falada
Que não tenho.
Agradeceria, sim, aos ingratos
E os sempre gratos por receberem agradecimentos.
Agradeceria à minha família.
Sim, sim, sim, à minha família:

Lindinha, Titi, Querene, Ely, Leny, Márcio, Nelo...
Nené, Mana, Mano, Mamã, Papá...
Se não precisasses de tua amiga de dedo e unha,
reconhecida pelos ornamentos que exhibe no peito, na tentativa de te apresentar:
Agradeceria à minha família.
Sacrifício, renúncia, apoio, conforto...
E aí vêm, ó Agradecer, aqueles que, na tentativa de te apresentar,
te ofuscam, ó Agradecer.
Mas agradeceria à minha família.

Às Forças Armadas Angolanas,
Direção Principal de Pessoal e Quadros,
Direção dos Serviços de Saúde do *mbanza ya makwenze*,
meus colegas e amigos de homem e de mulher,
de Angola, do Brasil e do mundo,
No Mundo, nos céus e no inferno...
Ngana Quipinga e a muzebete Kelly.
Não fossem os ornamentos que exhibes no peito
A tua amiga de dedo e unha
eu agradeceria, ó Agradecer,
se não fosses apenas e ingratidão.

Já vi, ali na esquina do meu viver,
ornamentos que te temem
e, por isso, te escamoteiam no emaranhado de tua amiga de dedo e unha,
a dona Palavra Bonita Escrita ou Falada.
Senão agradeceria aos professores de homem e de mulher,
do Brasil e de Angola,
da PUC/SP e da Ucan

Ó Agradecer, que és apenas e ingratidão.
Que ingratidão, ó Agradecer!
Como não bastasse, ainda precisas de palavras, gestos para te expressares.
Lamento por ti, ó Agradecer.
Não fosse sua constitutiva categoria que te revela mas também te esconde,
Agradeceria às Marias com *nzumbi* de Barroco, Yazbek e Martinelli...
Que temperaram estas *mixinda* com *wiki* do *kwyjiya*.
Lamento por ti, ó Agradecer.

Quero te ver, ó Agradecer!
Apesar de seres apenas, apenas
com *ngasakidila*, *ndapandula*, *tutondele*
a tua amiga de dedo e unha,
a dona Palavra Bonita Escrita ou Falada,
devia te revelar à Dra. luz nas trevas e força no cansaço.
Travão na corrida e sabedoria na ignorância.
Paciência na impaciência e esperança no desespero.
quer dizer, Raquel Raichelis Degenszajn.

Aos meus pais
António Monteiro Manuel
e Elisa Miguel António

RESUMO

MONTEIRO, Amor António. **Mediações teórico-metodológicas no serviço social, no estado e nas políticas sociais em Angola**. 306 fls. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2019.

No presente trabalho examina-se o estatuto ontológico, reflexivo-analítico e técnico-operacional da categoria mediação, e sua relevância para o rigor teórico-metodológico e crítico na apreensão da natureza do Serviço Social em suas conexões e contradições com o Estado e a Política Social em Angola. Analisar as mediações teórico-metodológicas presentes na compreensão e intervenção do assistente social nas expressões particulares da questão social em Angola é o foco deste trabalho. Para tanto, partindo do referencial teórico marxiano e dos autores a ele vinculado, fez-se a análise dos fundamentos ontológicos do Estado moderno em Angola e sua função social no sistema sociometabólico do capital. Nessa direção, a partir de um resgate histórico das protoformas das políticas sociais, buscou-se captar seus fundamentos ontológicos, por meio da análise das mediações teórico-metodológicas que as atravessem, que são constitutivas e dão direção ético-política à profissão e moldam o perfil da política social no país. Servindo-se da pesquisa bibliográfica, documental e interpretação de vários discursos ideopolíticos, políticas, programas e projetos sociais que revelam ideias, propostas, propósitos que diferentes atores, angolanos e portugueses, apresentaram e utilizam para fazer frente às expressões da questão social no período colonial e em nossos dias, bem como a análise de 93 Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos por assistentes sociais em 2017 e 2018, em Angola, conclui-se que não há teoria que não tenha reflexo na vida social e não há práticas sociais que não se sirvam de mediações teórico-metodológicas. Pelo contrário, essa é uma categoria constitutiva, reflexivo-analítica e técnico-operacional da profissão. A mediação teórico-metodológica expressa e se institui no movimento e nas lutas de classe presentes na sociedade angolana em suas diferentes fases históricas. No tempo colonial e depois da independência, o Estado, em Angola, enquanto representante político da classe capitalista serviu-se e serve-se da decadência ideológica que se expressa hegemonicamente no positivismo de foco funcionalista com características morais, para interpretar, intervir e dar direção ideopolítica às suas diferentes ferramentas de fazer frente às expressões da questão social.

Palavras-Chave: Mediação. Serviço Social. Estado. Política Social. Angola.

ABSTRACT

MONTEIRO, Amor António. **Mediações teórico-metodológicas no serviço social, no estado e nas políticas sociais em Angola.** 306 fls. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2019.

This paper examines the ontological, reflexive-analytical and technical-operational status of the measurement category, its relevance to theoretical-methodological and critical rigor in understanding the nature of Social Work in its connections and contradictions with the State and Social Policy in Angola. Analyzing the theoretical-methodological mediations present in the understanding and intervention of the Social Worker in the particular expressions of the social issue in Angola is the focus of this work. To this end, based on the Marxian theoretical framework and the authors linked to it, the ontological foundations of the modern state in Angola and its social function in the sociometabolic system of capital were analyzed. In this direction, making a historical rescue of the protoforms of social policies, we sought to capture their ontological foundations, analyzing the theoretical-methodological mediations that cross them, which are constitutive and give ethical-political direction to the profession and shape the profile of politics in the country. Using bibliographical, documentary research and interpretation of various ideopolitical discourses, policies, programs and social projects that reveal ideas, proposals, purposes that different actors, Angolans and Portuguese presented and use to face the expressions of the “social question” in the period. colonial and nowadays, as well as the analysis of ninety-three Course Completion Papers advocated by Social Workers in 2017 and 2018 in Angola; It is concluded that there is no theory that has no reflection on social life and no social practices that do not use theoretical-methodological mediations. Rather, this is a constitutive, reflexive-analytical, and technical-operational category of the profession. The theoretical-methodological mediation expresses and is instituted in the movement and class struggles present in Angolan society in its different historical phases. In colonial times and after independence, the state in Angola, as a political representative of the capitalist class, used and used the ideological decay that is hegemonically expressed in positivism of a functionalist focus with moral characteristics, to interpret, intervene and give ideopolitical direction. their different tools to face the expressions of the social question.

Key words: Mediation. Social service. State. Social policy. Angola.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa do continente africano.....	236
Figura 2 -	Mapa da República de Angola.....	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 segundo a matriz positivista de abordagem funcionalistas e a instituição de formação de assistentes sociais	260
Quadro 2 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 segundo a matriz positivista de abordagem funcionalistas e a instituição de formação de assistentes sociais	261
Quadro 3 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 segundo a matriz positivista de abordagem estruturalista ou estrutural-funcionalista e a instituição de formação de assistentes sociais	262
Quadro 4 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 segundo a matriz positivista de abordagem estruturalista ou estrutural-funcionalista e a instituição de formação de assistentes sociais	262
Quadro 5 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 segundo a matriz da sociologia compreensiva de Weber e a instituição de formação de Assistentes Sociais	263
Quadro 6 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 segundo a matriz da sociologia compreensiva de Weber e a instituição de formação de assistentes sociais	263
Quadro 7 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 segundo a matriz histórico-crítica (marxista) e a instituição de formação de assistentes sociais	264
Quadro 8 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 segundo a matriz histórico-crítica (marxista) e a instituição de formação de assistentes sociais	264
Quadro 9 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 com abordagens ecléticas e a instituição de formação de assistentes sociais ...	265
Quadro 10 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 com abordagens ecléticas e a instituição de formação de assistentes sociais ...	266
Quadro 11 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 com cariz de teorias pós-modernas e a instituição de formação de assistentes sociais ...	267
Quadro 12 -	Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2017 com cariz de teorias pós-modernas e a instituição de formação de assistentes sociais ...	267
Quadro 13 -	Distribuição resumida das principais mediações teórico-metodológicas presentes nos TCCs defendidos em Angola nos anos de 2017 e 2018	268

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I. A CATEGORIA MEDIAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL.....	36
1.1 As origens da categoria mediação em Marx.....	37
1.2 A mediação em Lukács	45
1.3 A categoria mediação no método de Marx.....	51
1.4 Trabalho, mediação e objetivação do ser social.....	65
1.5 Serviço Social e as categorias trabalho e mediação	73
1.5.1 O estatuto histórico-ontológico do Serviço Social	75
1.5.2 Serviço Social e mediação	94
1.5.3 Mediações teórico-metodológicas no Serviço Social.....	109
II. O ESTADO MODERNO E A POLÍTICA SOCIAL	115
2.1 A discussão do Estado nas Ciências Sociais.....	115
2.2 A problemática do Estado nas formulações liberais	127
2.3 Fundamentos ontológicos do Estado Moderno desde os marxistas	140
2.3.1 O Estado: de Hegel a Marx	142
2.3.2 A essência do Estado em Engels	153
2.3.3 Lênin e o Estado	161
2.3.4 O Estado no entender de Gramsci	164
2.3.5 O Estado moderno e o controle sociometabólico do capital.....	170
2.4 Estado, política social e questão social	186
2.4.1 Questão social e política social	188
2.4.2 Política social e o papel do Estado na questão social	200
2.4.3 Particularidades do Estado e da questão social em Angola: hipóteses.....	213
III. MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM ANGOLA.....	219
3.1 O Estado diante das expressões da questão social em Angola	220
3.1.1 Mediações teórico-metodológicas do Estado colonial	220
3.1.2 Mediações teórico-metodológicas na Angola independente.....	234
CONCLUSÃO.....	278
REFERÊNCIAS.....	287
ANEXO: Parecer do Comitê de Ética	302

INTRODUÇÃO

Prazer. Sou assistente social, profissional de Serviço Social em Angola. Sim, prazer, porque o Serviço Social é instigante, nos interessou, interessa e continuará nos interessando. Prazer, porque, por meio do Serviço Social, nos vemos como partícipes da classe de pessoas que, trabalhando, transformam, se transformam e participam do processo de produção e reprodução da vida social. Portanto, prazer, sou assistente social, um profissional no mundo e que, com o mundo, interpreta e age no mundo. A questão que nos faz traçar estas linhas, que talvez possam ser chamadas de tese é: Com que mediações, então, nossa categoria profissional interpreta e age no mundo naquela totalidade que se chama Angola? Como denominar tais mediações?

Somos apenas trabalhadores – que já não é pouca coisa! Como trabalhador, com os outros, incluindo os que não são, interpretamos e agimos no mundo a partir de Angola, movidos por determinados fins (mediações ético-políticas), influenciados por um conjunto de conhecimentos (mediações teórico-metodológicas) e servindo-nos de determinados instrumentos (mediações técnico-operacionais). São dimensões interligadas da dita “competência” profissional. Em Angola, diríamos que são amigas de “dedo e unha”, inseparáveis!

Por esse motivo, com nossa perspicácia de aprendiz, movida por aquele desejo, de muito tempo, de entendermos o ser e estar profissional do Serviço Social, em Angola, pretendíamos nos debruçar sobre as mediações da profissão em Angola, não fossem o cuidado e os conselhos atentos de doutoras, sim, doutoras que, quando da qualificação, olharam para a ingenuidade deste atrevido trabalhador assistente social e sugeriram: Não “dispare para um mosquito com um canhão”, sob pena de nós mesmos nos esmagarmos, dadas as limitações de várias índoles que reconhecemos, mas que não são objetos deste escrito. Muito obrigado, doutoras. Por isso, embora atentos para a abordagem não fragmentária de tais mediações, nossa questão central e os objetivos de pesquisa foram:

Que mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social na sua relação com o Estado e a Política Social em Angola?

Em outras palavras, e para tornar este nosso questionamento mais elucidativo, as seguintes perguntas complementam a nossa questão central: Que mediações teórico-metodológicas estão presentes na compreensão e intervenção do assistente social nas expressões da questão social em Angola? Nesse processo, que conexões e contradições

existem entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social em Angola? Quais são os principais fundamentos que a profissão utiliza para explicar e intervir sobre a realidade angolana e que definem sua direção social? Para efeito, traçamos os seguintes objetivos geral e específicos:

Objetivo geral:

Examinar o estatuto ontológico e reflexivo da categoria mediação e sua relevância para o rigor teórico, crítico e metodológico na análise do Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social em Angola.

Objetivos específicos:

1. Analisar as mediações teórico-metodológicas contidas na compreensão e intervenção do Serviço Social nas expressões particulares da questão social em Angola.
2. Explicar as conexões e contradições existentes entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social no processo de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola.

Ora, tal como Yazbek (2009) alerta, reconhecemos que analisar as principais mediações teórico-metodológicas da profissão, ou seja, os “principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social” desde a intitucionalização do Serviço Social em Angola, em 1962 até nossos dias, não é tarefa fácil. Além de exigir

o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista, neste caso angolano, e do processo pelo qual o Serviço Social naquela realidade incorpora e elabora essas análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

Em nosso caso, a complexidade do desafio se torna ainda maior pelas seguintes outras razões:

- a) Inexistência de produção local sobre o tema, quer nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), quer nos debates e eventos organizados pela embrionária organização da categoria profissional ou por outras áreas do saber;
- b) Falta de material como programas, projeto político-pedagógico do Serviço Social instituído no tempo colonial, associada à idade cronológica do próprio pesquisador, pois, sem dispor daqueles necessários meios de pesquisa, não pode sequer recorrer à sua própria memória;

- c) Nas únicas duas escolas que formam assistentes sociais em Angola, o tema das principais matrizes de conhecimento do social, por meio das quais a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, embora esteja previsto nos programas de formação, não nos parece que seja visto com a devida atenção e profundidade. No Instituto Superior João Paulo II, da Universidade Católica de Angola, por exemplo, há mais de dois anos que se orientam os estudantes a elaborar os seus TCCs sem referências teórico-metodológicas. Os estudantes são orientados a não trazer e nem mencionar, em seus TCCs, a perspectiva teórico-metodológica que influenciou a pesquisa, por alegada dificuldade em seguir a perspectiva que simplesmente anunciam seguir. Tal medida foi tomada para evitar polêmicas entre professores, ecletismos desavisados, etc. No Instituto Superior do Serviço Social, a polêmica é mais antiga ainda, chegando-se mesmo a discutir se os alunos apresentariam um TCC ou mero relato das atividades do Estágio; além do que, em ambas as escolas, se chega, muitas vezes, a confundir, nos TCCs, a mera busca de informações bibliográficas sobre um tema, com fundamentação teórico-metodológica da pesquisa.

A constatação de tais limitações não só dificulta a pesquisa em torno das mediações teórico-metodológicas no Serviço Social em Angola, como também torna em si só pertinente o urgente debate sobre o tema, porque, realmente, “a profissão e o conhecimento que a iluminam se explicam no movimento histórico da sociedade” (YAZBEK, 2009, p. 1), enquanto, na verdade, “as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas *quais se inserem*” (RAICHELIS, 2009, p. 377, grifos da autora), também é verdade que não se pode desejar conhecer a profissão discursando as mediações teórico-metodológicas; desconsiderando as principais matrizes de conhecimento do social de que a profissão se serve para explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social. Essas dão não só direção social, mas também a forma, o perfil e contribuem para moldar a “cara” com que a profissão se apresenta na imediatividade do cotidiano.

De igual modo, porque nem a profissão, nem o conhecimento que a ilumina, se explicam fora do movimento histórico da sociedade, não obstante as limitações antes expostas e os desafios que impõem para a pesquisa com esse objetivo, o caminho para o desvendamento das mediações teórico-metodológicas que elegemos foi e passou a ser exatamente a análise do movimento da sociedade angolana na qual a profissão se insere.

Tal análise do movimento da sociedade angolana, para nele perscrutar as mediações teórico-metodológicas, ou seja, as principais matrizes de conhecimento do social de que a profissão se serve para explicar e intervir sobre a realidade, passou concretamente pela análise das conexões e contradições existentes entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social no processo de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola, considerando cada uma dessas categorias como dimensões da mesma totalidade.

Entendendo que cada categoria do nosso tema, ou seja, o Serviço Social, o Estado, e a Política Social são em si só totalidades e em movimento permanente, como captar as mediações de totalidades em movimento, sendo a própria mediação também algo em movimento? Reconhecendo a constante emergência do novo na realidade humana, sendo o próprio Serviço Social, o Estado e a Política Social também realidades em movimento como fazer a focalização das categorias se “qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo”? (KONDER, 1998, p. 37).

De fato, trata-se de um desafio de gigantesca complexidade que nos propusemos a enfrentar. Tal dificuldade é ainda agravada, do acima exposto, pela incomodativa e plena consciência das limitações de várias índoles de quem se propõe a tamanha aventura. Destas, destaca-se o fato de tal peregrino que busca o conhecimento não ser ainda um pesquisador, mas um simples e eterno curioso, que diante da escuridão do desconhecido não teme em buscar luzes e, diante do que é imediatamente óbvio, não hesita em buscar dúvidas.

Com plena consciência da complexidade do tema, dos nossos limites e nossas possibilidades, sentimo-nos encorajados, pois o aporte teórico que nos ilumina é acertado para desvendar a essência de um objeto cujas categorias para a sua apreensão e compreensão encontram-se postas no chão, na terra, na realidade concreta e objetiva. Sentimo-nos, por isso, confortados porque, por ser o concreto uma totalidade em movimento, o Serviço Social, o Estado e a Política Social em si, portanto, são só totalidades em movimento permanente e, conseqüentemente, as mediações existentes no seu interior, o saber sobre essas totalidades é sempre um processo de aproximações sucessivas. Logo, não há conhecimento acabado sobre qualquer totalidade e suas mediações.

Alertados por Marx, ainda lá nos finais do século XIX, entendemos que o concreto e por isso uma totalidade é “síntese de múltiplas determinações” então sua

apreensão não pode ser pensada fora das “categorias da totalidade, contradição e mediação” (NETTO, 2011, p. 58). Afinal, também a sociedade angolana, enquanto

totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma *totalidade dinâmica*—seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas—e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. (NETTO, 2011, p. 57, grifos do autor).

Com o desafio de analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, e etendendo que cada categoria do nosso tema se constitui uma totalidade menor que está numa totalidade maior, então, primeiro é necessário entender as totalidades que compõem o nosso tema e só depois nos determos na análise do nosso objeto. Assim,

o método, ancorado em uma perspectiva ontológica, histórica e dialética, pode ser compreendido como a capacidade humana de apreensão do movimento contraditório da realidade social sob a perspectiva de totalidade (articulada, e dinâmica), com base em análises concretas de situações concretas e diz respeito à posição do sujeito-pesquisador frente ao objeto investigado, analisado e saturado nas múltiplas determinações. (GUIRALDELLI, 2016, p. 120).

Não obstante o Serviço Social, o Estado e a Política Social, cada uma dessas categorias se constituírem em si só uma totalidade menor que está numa totalidade maior, Konder (1998) assinala que, para conhecer a transversalidade conectiva do todo, não é necessário – e nem possível – percorrer, como uma listagem, todas as inumeráveis partes, os elementos, momentos e as relações do todo, pois se trata de conhecer a lógica que preside a sua conexão. Com efeito, a apreensão da conexão dialética essencial de uma totalidade pode ser descoberta mesmo antes de alcançar o grau máximo de concretude da totalidade. É o que ocorre quando se procede à análise de uma dada totalidade por necessárias aproximações, de degrau em degrau, cobrindo, revelando e completando cada conceito, cada relação, cada conexão e categoria, desde sua apreensão mais abstrata (e mais simples) à mais concreta (e mais complexa), no curso da qual a lógica essencial que preside a conexão do todo pode ser captada em algum estágio intermediário.

Posto isso, em nosso caso, a pesquisa foi fundamentalmente bibliográfica e documental. Fizemos a leitura, compilação e interpretação dos mais variados documentos aos quais tivemos acesso, tendo como critério, para sua inclusão, retratar ou dar pistas sobre ideias, propostas, propósitos que diferentes atores, angolanos e

portugueses, apresentaram para fazer frente às expressões da questão social no período anterior, próximo da institucionalização do Serviço Social e em nossos dias. De igual modo, recorremos ao rico material coletado, quando da pesquisa para a dissertação, constituído por depoimentos de assistentes sociais formadas no tempo colonial e que, por limite, natureza e fins do nosso então trabalho agenda não foi possível, nem necessário, exaurir.

Dialogamos também com depoimentos de alguns assistentes sociais formados na Angola independente, colhidos no decorrer da apresentação, a eles, das ideias do projeto de pesquisa de que resultou este trabalho. O uso desse material foi significativo, por apresentar os elementos necessários para os objetivos propostos para este trabalho.

Finalmente, porque acreditamos e defendemos que não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que as sustentem e, de igual modo, não existem teorias sem impactos reais no trabalho dos profissionais e na vida das populações, com o objetivo de identificar as principais tendências teórico-metodológicas que caracterizam as produções dos estudantes do Serviço Social, para a prossecução dos objetivos a que nos propusemos, fizemos a leitura e análise de 93 (noventa e três) TCCs defendidos nos anos de 2017 e 2018, dos 39 (trinta e nove) que fazem o total de TCCs defendidos por finalistas do Serviço Social no Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan) e o total de 54 (cinquenta e quatro) TCCs defendidos no Instituto Superior de Serviço Social (ISSS), as duas únicas instituições que formam assistentes sociais em Angola.

A escolha dos TCCs dos anos de 2017 e 2018 deve-se, fundamentalmente, ao fato de apresentarem mais probabilidade de encontrarmos a influência da orientação dada aos estudantes finalistas de evitarem trazer, nem mencionar, em seus textos, a perspectiva teórico-metodológica que influenciou a pesquisa. Foram defendidos 93 TCCs, no país, durante os dois anos selecionados para a pesquisa.

Assim, em suma, as pesquisas bibliográfica e documental de material diverso, composto por discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos para fazer frente às expressões da questão social, foram tidos em conta para neles desvendar as principais mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social no processo de interpretação e intervenção das expressões da questão social em sua relação com o Estado e a Política Social.

Afinal, como afirma Paula (2013) os discursos ideopolíticos que se proferem são constituídos no interior dos conflitos societários e passam ao nível gnosiológico, quando

referenciados ao grupo social a que se vinculam, permitindo assim explicitar suas “visões de mundo”. Isso porque

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um “Nós”, se bem que a estrutura atual da sociedade tenda por meio do fenômeno da reificação ocultar este “Nós” e transformá-lo em soma de várias individualidades distintas e fechadas umas para as outras [...] uma concepção de mundo é precisamente este conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo [...] ou o que é mais frequente, de uma classe social. (GOLDMAN, *apud* PAULA, 2013, p. 34, grifos do autor).

Porque não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que as sustentem e, de igual modo, não existem teorias sem impactos reais na vida das populações, o desvendamento das mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, será analisado “no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem”, neste caso da sociedade angolana, tal como Raichelis (2009, p. 377) ensina.

Assim, tanto o conteúdo dos discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos para fazer frente às expressões da questão social, nos diferentes momentos históricos do país, proferidos ou elaborados por seus agentes protagônicos, contém matrizes teórico-metodológicas e demonstram a capacidade de os sujeitos históricos formularem respostas às intempéries de uma realidade social concreta, neste caso a angolana, que encontra razão nas dinâmicas dos grupos sociais que atuam no conflito classista, permitindo, de modo reiterado, alçar o campo da totalidade.

Sim, estamos de acordo que a pesquisa bibliográfica para os fins a que nos propusemos nos basta, porque, por meio dela, podemos captar os discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos para fazer frente às expressões da questão social nos diferentes momentos históricos do país, proferidos ou elaborados por seus agentes protagônicos.

Tais elementos, que transitam no mundo da sociedade política, refletem a vida e o pensamento dos sujeitos coletivos que circundam as personalidades ou classes que os proferiram ou elaboraram e com eles se relacionam organicamente, mas não como individualidades iluminadas, que retiram da cartola mágica respostas aos problemas que se apresentam; mas, sim, como individualidades construídas, em um fazer histórico, cujos comportamentos, acontecimentos e instituições, com os quais estão envolvidos, se

referenciam ao grupo social, para além dos reflexos imediatos provindos das determinações económicas. Afinal, o homem faz a sua história, mas não como a quer¹

Acreditando e defendendo que não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que as sustentem e de igual modo não existem teorias sem impactos reais na vida das populações, desejando contribuir para a construção de um Serviço Social crítico, que não dicotomize processos intimamente interligados, certos de que o desvendamento do que é Serviço Social em Angola passa também por apreendermos as mediações teórico-metodológicas, aqui entendidas como as principais matrizes de conhecimento do social de que a profissão se serve para explicar e intervir sobre a realidade, trouxemos à baila o tema das mediações teórico-metodológicas no Serviço Social.

Mas, porque não podemos compreender a profissão fora da análise da totalidade social em que se insere, pensamos que, nesta busca, não é possível falar do Serviço Social sem entendermos o que é o Estado naquele tempo e lugar, sem perceber o fundamento ontológico do Estado, seu posicionamento e papel em face das expressões da questão social, suas conexões e contradições com a Política Social e a profissão, no processo de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola.

Podemos entender o Serviço Social na sociedade capitalista sem percebermos as diferentes formas como o Estado, naquele contexto em que se quer estudar a especialidade, se apresenta ou se expressa? Pode-se desejar completa a compreensão do Serviço Social sem a compreensão do significado ontológico das Políticas Sociais na sociedade burguesa, entendendo que são as principais mediações do assistente social com o mercado de trabalho e o mecanismo pelo qual o Estado burguês intervém nas expressões da questão social? É suficientemente elucidatória a compreensão do Serviço Social desconexa ou cega das relações dialéticas com o Estado e a Política Social em Angola? Defendemos que não.

Portanto, trata-se, substantivamente de analisar as mediações teórico-metodológicas presentes na compreensão e intervenção nas expressões particulares da questão social em Angola. Quer dizer, investigamos as ideias, os conhecimentos que orientaram as explicações e ações políticas dos assistentes sociais angolanos e mentores

¹ MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 224-225.

da profissão no país, em busca de soluções para as expressões da questão social no tempo colonial, concretamente, entre 1951 e 1975 e deste ano até os nossos dias.

Para efeito, analisamos as múltiplas leituras e intervenções sobre as expressões da questão social, bem como um amplo leque de possibilidades propostas, debatidas e aplicadas pelos agentes sociais atuantes no processo histórico em questão, esperando esclarecer a complexa dinâmica das mediações que permitiram a construção do ser da profissão hoje em Angola. O esforço implicou também elucidar desde o referencial teórico que elegemos, o ser do Serviço Social enquanto realidade humano-social, a mediação como categoria ontológica do ser social e como categoria reflexiva; nos debruçamos sobre os fundamentos ontológicos do Estado moderno, realizando um estudo sócio-histórico do seu surgimento e sua função social, entendendo o Estado moderno como a forma tipicamente capitalista. Depois, passamos pela análise dos fundamentos da política social entendendo-a como uma das diferentes formas de atuação e gestão das expressões da questão social pelo Estado.

Com o tema Mediações Teórico-Metodológicas no Serviço Social, Estado e Política Social em Angola, não mudamos de assunto. Estamos perante o nosso tema de sempre, porquanto pretendemos continuar na busca de respostas para as inúmeras questões já levantadas na dissertação de mestrado, mas que, por razões óbvias, de limites de um trabalho daquela natureza, não podiam ser tratadas todas de modo satisfatório, somando-se também o fato de não nos reconhecermos como eternos, sendo que as respostas se constroem na historicidade e, por isso, somos formuladores de perguntas e respostas provisórias e incompletas.

Nosso trabalho de mestrado e seu resultado em livro não são mais do que o objetivar-se do nosso por teleológico que, sobretudo, pretendia fazer perguntas mais do que responder; deixar linhas de preocupações a retomar pistas de inquietações que se constituíssem em uma agenda ou pauta de nosso ser e fazer-se pesquisador. Por isso, o tema Mediações Teórico-Metodológicas no Serviço Social, Estado e Política Social em Angola é uma retomada do nosso trabalho agenda do mestrado, pois entendemos que não se pode compreender o Serviço Social, enquanto profissão que, como outras, interpreta/explica e interfere/intervém nas expressões da questão social, se não percebermos as ideias, os conhecimentos que iluminam e influenciam tais leituras e intervenções. O assistente social interpreta e interfere nas expressões da questão social por meio de um conjunto complexo, dinâmico e contraditório de mediações.

No trabalho agenda construído no mestrado, por exemplo, defendíamos que atividade desenvolvida pelos agentes do Serviço Social pode ser trabalho” (MONTEIRO, 2016, p. 21). O trabalho, e também o trabalho do assistente social é, ou pelo menos deseja-se que seja, emancipatório. Porém, naquele trabalho agenda do mestrado, estávamos cientes de que, no modo de produção e reprodução capitalista, o trabalho, por não pertencer mais ao trabalhador, já que, ao vender a sua força de trabalho, ele se apresenta como mera mercadoria que é trocada com outras mercadorias equivalentes.

Estranhando o objeto dessa atividade que ele não considera seu, pela mesma ação e em simultâneo, pode se afigurar como uma mediação de sua própria realização, mas também de sua coisificação, reificação (MONTEIRO, 2016). Com tal constatação, nos perguntávamos: “[...] em que medida o trabalho do Assistente Social [...] se afigura em possibilidade de emancipação política e social e não um mero instrumento de controle social a serviço de um Estado e entidades capitalistas?” (MONTEIRO, 2016, p. 66).

Na mesma senda, nosso questionamento continuou:

Diante desta constatação como pode o trabalho do Assistente Social [...] ser uma oportunidade/possibilidade de emancipação humana? Há possibilidades de, no espaço da prática profissional, construir-se outras formas de pensar e agir? [...] Qual pode ser o “papel” do Assistente Social (*com que mediações*) ele pode oportunizar a emancipação, pelo menos política e social, por meio do seu trabalho [...] enquanto trabalhador assalariado? (MONTEIRO, 2016, p. 66-67, grifos do autor).

Naquele trabalho agenda do mestrado, nossa resposta provisória, cuja veracidade deve ser testada na práxis, já que “é na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a efetividade e o poder, a terrenalidade do seu pensamento” (MARX *apud* KONDER, 1992, p. 166 *in*: MONTEIRO, 2016, p. 216), com base em Iamamoto e Carvalho (2014, p. 129), nossa resposta era sim, “pode o trabalho do Assistente Social ser uma oportunidade/possibilidade de emancipação política num caminhar para a emancipação humana”, considerando que

[...] a nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. Esse projeto traduz-se na confiança que move uma prática, na possibilidade histórica de criação de novas bases de vida em sociedade, assumido e subvertido em direção a um novo tempo que reorienta a prática profissional ao serviço dos interesses e classes dos segmentos majoritários da população.

Na sequência de busca de respostas daqueles questionamentos, é que surge o tema Mediações Teórico-metodológicas no Serviço Social, Estado e Política Social em Angola, porque, se afirmamos que o trabalhador assistente social pode se servir da “relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais” e seu trabalho “pode ser uma oportunidade/possibilidade de emancipação política num caminhar para a emancipação humana”. Por isso, esse profissional é “corresponsável pelo rumo impresso às suas atividades e pelas formas de conduzi-las” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 129 *apud* MONTEIRO, 2016, p. 69).

Não podemos, portanto, mesmo no âmbito da “relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais”, pretender ser corresponsáveis “pelo rumo impresso às suas atividades e pelas formas de conduzi-las”, sem termos clara noção e desvendarmos as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social.

Essa colocação, que é de sempre, porém sempre renovada e por isso diferente, constituindo-se assim num tema novo e antigo, já que,

o ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’[...]. As marcas históricas ao serem atualizadas se repõem modificadas ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. (IAMAMOTO, 2012, p. 101, grifos da autora).

Tal desiderato de abordar este tema, traz consigo a necessidade de, neste trabalho, analisar-se o seguinte:

1. Se anelamos identificar e analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, então devemos igualmente poder dar respostas, mesmo que provisórias, do que entendemos ser mediação, desde o referencial teórico-metodológico que escolhemos. Qual é o estatuto epistêmico-ontológico da mediação? O que é a mediação, além de também significar mera articulação, ligação, intermediação?

A **categoria mediação** indica a ideia de não existir em si só, no vazio. É uma categoria relacional. Portanto, a mediação é sempre de alguma coisa, ou entre alguma coisa. Assim, é preciso desvendar também as coisas de que a mediação é, revela, medeia ou articula, neste caso, em particular, é preciso descortinar, como referimos, o que é o Serviço Social, o que é o Estado. Quais são as determinações ontológicas do Estado

moderno a partir de sua gênese histórica? Qual é a essência do Estado angolano em suas diversas metamorfoses? E, como questiona Renato de Paula, “como o Serviço Social se apropria da problemática teórico-prática do Estado e como o Estado, em suas metamorfoses ininterruptas, apropria-se e relaciona-se com o Serviço Social” em Angola? (PAULA, 2013, p. 22). O que são as Políticas Sociais no Estado moderno? Que roupagens assumem as Políticas Sociais nas metamorfoses que o Estado angolano vai conhecendo e como repercutem no Serviço Social naquele país? Aliás, existem, de fato, mudanças no ser essencial do Estado angolano? Definir o que “permanece na mudança” (LUKÁCS, 1978) e assim responder quais mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social?

2. De igual forma, desejamos identificar e analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social. Tal desiderato exige também respostas a questões como: Afinal, o que é o Serviço Social? Qual é o seu estatuto histórico-ontológico em Angola? Qual é a sua essência?

Parecem questões envelhecidas e sem razão de ser, mas para nós são fundamentais para continuar e aprofundar a discussão já iniciada.

Ora, partindo desde já do pressuposto de que o assistente social é um trabalhador especializado e a atividade que realiza o Serviço Social, por sua vez é trabalho, entendemos que o aprofundamento de respostas a essas questões é de capital importância quando nos propusemos a entender a profissão.

Relacionar o trabalho com o Serviço Social constitui um debate candente e importante, quer para a formação, quanto para a atividade profissional do assistente social, pois só um explícito entendimento sobre estas duas categorias e suas relações permitem ir descortinando a natureza dessa profissão e seu significado social no modo de produção capitalista, bem como sua relação com as políticas sociais, entendidas como mediações importantes para a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho. Afinal, como nos ensina Kosik (1976, p. 179),

A problemática do trabalho, como problema filosófico, acompanha todas as investigações sobre o ser do homem, desde que o problema “quem é o homem” seja concebido como problemática ontológica. A “ontologia do homem” *não é* antropologia. A problemática do trabalho como problema

filosófico e como *filosofia do trabalho* se baseia na ontologia do homem. (grifos do autor).

Fundamentando a importância do explícito entendimento do que vem a ser o trabalho, o autor avança:

A um soberano da Idade Média nem lhe passaria pela cabeça que reinar é um trabalho ou que, tomando decisões políticas estivesse trabalhando. Tanto César quanto Aristóteles – observa Marx – teriam considerado ofensivo o próprio epíteto de “trabalhador”. Significa isto, então, que a ação política, a ciência e a arte não são trabalho? [...]. Onde está, então, a linha de separação ou o critério de distinção? Ou os citados modos de agir humano são trabalho em certas condições, ao passo que em outras não o são? (KOSIK, 1976, p. 186-187).

O assistente social é um profissional que trabalha, por isso entendemos, que uma discussão que busque a compreensão do seu fazer profissional deve aprofundar a categoria trabalho, pois, diferente da visão neoconservadora,

a perspectiva da direção social estratégica [...] não pode contentar-se com a sinalização do mercado do trabalho: deve conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas (o que supõe investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; assim, suas demandas do mercado têm que contemplar prioridades e alternativas. A resposta direta, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional. (NETTO, 1996, p. 123-124).

Ora, o processo de apreender o Serviço Social só pode ocorrer por meio de várias aproximações sucessivas. E esse tem sido o caminho que vimos trilhando. Depois de termos iniciado na graduação os questionamentos sobre o que seria o Serviço Social nos Serviços de Saúde das Forças Armadas angolanas, partindo do trabalho concreto dos seus agentes com pessoas com deficiência; no mestrado, o processo de apreensão do Serviço Social destinou-se a desvendar a sua natureza, em Angola, olhando a sua essência desde o foco do seu significado no movimento histórico da sociedade angolana; do trabalho concreto dos seus agentes no contexto das Forças Armadas angolanas e das representações da profissão na consciência dos seus agentes, pela forma como a verbalizam e na formação profissional.

Parece um trajeto suficiente. Mas, não, é apenas necessário. Afinal, o Serviço Social, como um concreto, é a síntese de múltiplas determinações. Assim, para entender o Serviço Social “é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *déteur*”. Pois, “a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem” (KOSIK, 2002, p. 13, grifos do autor), senão por meio de um conjunto de mediações. Por esses motivos,

apreender o Serviço Social deve implicar o esforço capaz de distinguir “entre a representação e o conceito da coisa”.

Desta feita, entender o Serviço Social em Angola não passa de traçarmos alguns tantos conceitos sobre a profissão, mas, sim, em captarmos suas diversas formas de representação, embora, como Kosik (2002, p. 12), concordemos que o conceito e a representação da coisa sejam “duas formas, dois graus de conhecimento da realidade”.

Alertados e cientes de que o concreto “não se manifesta imediatamente ao homem”, entendemos que a compreensão do Serviço Social em Angola, o estudo do seu significado, sua essência, nos processos de produção e reprodução da vida social, fica incompleta se não identificarmos e analisarmos as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, desvendando criticamente suas contradições e possibilidades.

Ou há dúvidas?! Se “a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade” (YAZBEK, 2009); se, realmente, “as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem” (RAICHELIS, 2009, p. 377), pode-se falar do Serviço Social sem termos em conta o conhecimento que a ilumina? Pode-se falar do Serviço Social sem entender o que é o Estado naquele tempo e lugar, sem perceber o fundamento ontológico do Estado, seu posicionamento e papel em face das expressões da questão social? Pode-se entender o Serviço Social na sociedade capitalista sem perceber as diferentes formas como o Estado, naquele contexto em que se quer estudar o Serviço Social, se apresenta ou se expressa? Pode-se desejar completa a compreensão do Serviço Social, sem entender o significado ontológico das políticas sociais na sociedade burguesa, considerando que essas são as principais mediações do assistente social com o mercado de trabalho e o mecanismo por meio do qual o Estado burguês intervém nas expressões da questão social? É suficientemente elucidatória a compreensão do Serviço Social desconexa, ou cega, das relações dialéticas com o Estado e a Política Social em Angola?

Nossa convicção é que não. Existem aspectos da realidade humana que não podem ser compreendidos isoladamente: se queremos começar a entendê-las, precisamos observar a conexão íntima que existe entre eles e aquilo que eles não são. Entre essas realidades, está, sem dúvida, o Serviço Social.

O interesse pelas inquietações que orientam este trabalho brota da nossa terrenalidade; é resultante de nossa observação crítica enquanto ser social que testemunha a existência com a práxi, mas desejosos de uma práxis transformadora, num contexto marcado pelas diferentes conjunturas que afetam as estruturas que nos assalariam e estremecem nosso cotidiano profissional.

Afinal, o Serviço Social precisa, vive, existe e é alimentado numa conjuntura que afeta as estruturas que compõem nossa força de trabalho—incluindo o Estado —, tendo, por isso, repercussões em nosso cotidiano profissional e nas mediações de que nos servimos para objetivar a profissão. O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, participa no processo de produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO, 2014; NETTO, 2011) e o trabalho do assistente social se desenvolve num chão concreto, num contexto sócio-histórico e institucional que o demanda e lhe dá significado.

Enfim, o trabalho profissional do assistente social tem por base um cotidiano que o demanda, lhe dá significado e serve de base. É com os pés nesse chão analisado criticamente, que surgem nossas inquietações. Vejamos o depoimento de colegas de trabalho quando da apresentação da ideia do projeto de pesquisa:

Irmão, nós precisamos mesmo parar para pensar o que é o Serviço Social nas FAA e o que deve ser. Esta tua ideia de estudar a nossa profissão aqui, mas com este olhar, vai nos ajudar muito...Tens razão mano, o conhecimento que eles têm sobre a profissão influencia muito nisso, mas também o nosso próprio conhecimento. Não nos respeitam e dia a dia nos mandam fazer as mesmas coisas. Até que criamos já um cotidiano. Será que Serviço Social é isso? (assistente social Z).

No princípio, estava difícil trabalhar. Um gajo se perguntava toda hora: Afinal, o que aprendi para tentar responder às demandas que a vida aqui sabe nos impor? Mas pouco a pouco criamos o nosso trabalho, a nossa rotina [...] e as pessoas já nos entendem e já sabem qual é o nosso papel. Mas, em parte também, parece que isso incomoda um pouco, pensam que o nosso trabalho é isso que eles nos mandam fazer e estão habituados [...] Aliás, o nosso trabalho é mesmo já este, o pão de cada dia que conhece!!! Corre aqui, tapa ali, responde aqui. Repetimos isso e a vida vai indo... Agora, o chefe vem aqui com este tema para estudar o que é o Serviço Social e como deve ser trabalho que emancipa? Epa, a cabeça vai doer de novo [...] só mesmo quando li a parte do projeto que nos deste já comecei a pensar... Então há que pensar no conhecimento que têm e temos e nos influencia... Parece que vamos voltar mais no tempo antigo das discussões. Mas é importante e estamos prontos. É só ordenar e já está. Precisamos mesmo pensar o nosso trabalho... Olha, quando lia as suas ideias, eu vi que o problema então não é tático, assim tipo... domínio de base de dados, programas de tratamento da informação, dar orientações e supervisionar, assim... O problema é estratégico, nós temos que responder primeiro se nós estamos a trabalhar para quê? Segundo, se o caboco de conhecimentos deles e nossos nos ajudam a tais fins. E, mais ainda, reorientar o tal trabalho por causa desta coisa de emancipar, tem que visar isso. Isto deve ser voz de mando. Essa nossa rotina cotidiana foi uma conquista que nos custou muito

e o brother sabe disso, mas precisamos nos concentrar para outros passos. Epa... emancipar... um bom projeto (assistente social F).

Uhummmm (suspiro)... O que fazer, irmão? Aqui, primeiro é cumprir depois discutir [...] esse é nosso cotidiano infelizmente. Está rijo irmão [...] mas até aqui já fizemos muito. Mas se podermos mais, melhor ainda. Acho que estas tuas ideias vão nos fazer buscar estratégias de melhorar isso. O que é o Serviço Social aqui? Qual é o espaço que ocupa? Porque, porque as estratégias dele são estas e não outras, essas emancipam ou não? [...] Sinceramente, não dormi só de pensar nas suas ideias, chefe! Mas será que isso muda o nosso cotidiano, chefe? Aqui ordem é ordem e está dito. Agora, estas tuas ideias de ver o que é o Serviço Social nas mediações que se estabelece com o Estado e as políticas públicas do nosso dia a dia e como agimos no cotidiano e mudar este cotidiano e até mesmo tais políticas, essa ideia é boa [...] é fogo, mas podemos avançar, embora acho que isso vai dar maka...e a maka mesmo é se dá pra ser diferente. Mas gostei, chefe, obrigado. (assistente social P).

A análise e interpretação de cada palavra dita e não dita, de cada silêncio e olhar que tentamos transportar para o papel, pode levar a umas boas dezenas de folhas escritas, mas o que queremos aqui sublinhar é que se pode observar nos depoimentos o que a seguir explicitamos.

Primeiro, o trabalho profissional, o próprio Serviço Social não aparece como objeto do pensar diário, como objeto de reflexão crítica dos profissionais. Em Angola, não identificamos de igual modo quaisquer produções de outras áreas com as quais o Serviço Social partilha alguma chave heurística, que nos ajude a perceber as mediações existentes na trama Serviço Social, Estado e Política Social. Tal ideia, exposta no depoimento, é facilmente verificável, quer nas poucas pesquisas de pós-graduação que vão surgindo, como nos TCCs. É preocupante esse silêncio, até nas pautas da categoria profissional.

Para nossos colegas, e mesmo nos temas de formação permanente que a Associação dos Assistentes Sociais de Angola vai organizando, a rotina diária, marcada pela necessidade de responder a solicitações imediatas de demandas postas e impostas, parece retirar, até no pensar dos profissionais, a necessidade urgente da reflexão crítica sobre a profissão. Buscam-se os instrumentos, os procedimentos, que funcionem mais ou menos como fórmulas; buscam-se a eficiência e eficácia de procedimentos, mas descurando a discussão crítica sobre a matriz teórico-metodológica subjacente em tais procedimentos, aos fins e à direção social a que estão orientados tais dispositivos técnicos.

Ora, como apontamos, o assistente social interpreta e age no mundo movido por determinados fins (mediações ético-políticas), influenciado por um conjunto de

conhecimentos (mediações teórico-metodológicas) e servindo-se de determinados instrumentos (mediações técnico-operacionais). Logo, quer a compreensão dos dispositivos técnico-operacionais utilizados na resposta direta às diferentes demandas, enquanto a própria profissão não os explica por si mesmos. Como nos ensina Netto (1996, p. 124) “a resposta direta, pura e simples, instrumental-operativa, às demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional”. É, pois, na luta permanente da construção de um devir para o Serviço Social que não seja apenas para a resposta direta, pura e simples sem saber a direção que cumpre tal prática, que buscamos trazer esta reflexão, cientes de que

[...] a nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação [...] em direção a um novo tempo que reoriente a prática profissional ao serviço dos interesses e classes dos segmentos majoritários da população. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 129).

Em segundo lugar, da nossa terrenalidade, da qual podemos fazer exercício de abstração com nossa observação crítica enquanto ser social que testemunha a existência com a práxi como assistente social, olhando para esse chão no qual o Serviço Social ganha significado e tendo como exemplo os depoimentos apresentados, o cotidiano e a própria profissão são entendidas como entes estáticos, predeterminados a serem só daquela forma, como se o possível fosse apenas um amontoado de letras que formam palavras vazias, como se o devir não existisse.

O cotidiano profissional, naqueles depoimentos, tende a ser visto e resumido apenas com o superficial e o repetitivo; o banal, o indefinido; com o que não tem qualidade própria; que não se define a si mesmo; e não como momento histórico qualitativamente único e diferente. E também é entendido como o doméstico e íntimo, o rotineiro e sem história. Como diria Martins (2013, p. 89), “o cotidiano aparece, portanto, como uma excrescência da História”.

Porém, a teoria histórico-crítica fundada na tradição marxista, ou marxiana, tem demonstrado, de modo eloquentemente convincente, que, no cotidiano, “provém a necessidade do humano objetivar-se e ir além dos seus limites habituais [...] A teoria da cotidianidade procura trazer novos elementos para se pensar o próprio cotidiano e que permite ir além das formas de pensamento do senso comum” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

A constatação de que “os homens fazem a sua própria História, mas não a fazem como querem e sim sob as circunstâncias que encontram, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1985, p. 203) retorna forte e desafiadora, não só aos que querem mudar o mundo, ou seja, para nós que desejamos, sim, ser partícipes e corresponsáveis pelos rumos que a profissão do Serviço Social vai tomando em Angola. A constatação é igualmente importante também para os que querem compreender e explicar essa mudança.

Mudança que só será possível se pudermos dar direções ao cotidiano profissional, dentro da “relativa autonomia”; se o trabalho profissional for um agir histórico que pede e propõe uma reflexão que incide exatamente sobre as características, peculiaridades e a eficácia desse conhecimento próprio da realidade de todos os dias; do cotidiano que é, muitas vezes, recusado ou desqualificado, justamente em nome de seu suposto desencontro com a História já que, em Lefebvre (*apud* MARTINS, 1998), “o vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação” e

não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos [“de” vida cotidiana] são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo.

Dessa forma, porque não a aventura de sermos também nós criadores e criaturas do nosso ser trabalhador assistente social? Porque irmão e colega “*o nosso trabalho é mesmo já este, o pão de cada dia que conhece!!! Corre aqui, tapa ali, responde aqui. Repetimos isso e a vida vai indo*”? Se “*esse é nosso cotidiano infelizmente*” (assistente social P) então, *brothers* – permitam-se, por favor – com que mediações teórico-metodológicas podemos também ser nós, criadores e criaturas do nosso ser trabalhador assistente social; que mediações teórico-metodológicas podem iluminar o trabalho profissional para nos tornar corresponsáveis pelos rumos dessa profissão, considerando que “o vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação”? (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 1998).

Portanto, além do exposto anteriormente, podemos sumariar outros motivos que fundamentam a nossa escolha em abordar o tema pelo foco da mediação:

1. O fato de ser assistente social militante da construção de um trabalho profissional emancipatório no contexto angolano, pressupondo apreender e aprofundar a natureza dessa profissão como uma totalidade inserida em outra

totalidade, seu significado no processo de (re)produção e representação da vida social em Angola e, em particular, nas Forças Armadas Angolanas, por ser o nosso espaço sócio-ocupacional, bem como desvendar as mediações teórico-metodológicas que articulam este trabalho especializado com o Estado e as políticas sociais, no trato das expressões da questão social;

2. Interesse de descortinar e iluminar o cotidiano angolano em geral e das Forças Armadas Angolanas, nosso campo de trabalho, em particular, não apenas como simples espaço do senso comum; como realidade dada e reconhecível pelo simples ato de olhar; como um espaço de mera repetição de “ordens superiores”, regras e comportamentos militarizados, mas também demonstrar como esse cotidiano pode ser um espaço de constituição e reprodução do próprio indivíduo e, conseqüentemente, da própria sociedade, como também espaço tensionado por possibilidades de mudança social;
3. Necessidade de apreender e analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social em seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, que, articuladas num contexto de caminhada acelerada e talvez inconsciente da práxis alienada e alienante, primeiro ajudem a elucidar a compreender a complexidade da realidade angolana, na qual, como assistentes sociais, somos chamados a trabalhar, entendendo o Serviço Social como trabalho e, por isso, mediação de (re)produção e representação da vida material, planeje a criação do devir existente naquele contexto, amplie a dimensão emancipatória do trabalho dos assistentes sociais em Angola e nas Forças Armadas Angolanas, em particular, utilizando o seu cotidiano como um espaço de possibilidades de mudança social. E ainda que o entendimento da mediação como entidade constitutiva do ser social, ajude no processo de desvendamento e compreensão do estatuto histórico-ontológico do Serviço Social em Angola;
4. Mais, ainda, por Angola viver uma fase de renovação e reconstrução de esperanças. Nada revolucionário, mas um momento mais civilizatório, dentro da mesma ordem. O Serviço Social deve e pode participar na construção de possibilidades postas naquele cotidiano, desvendando seu significado histórico-ontológico e construindo-se como mediação emancipatória nos processos de (re)produção e representação da vida social naquele contexto.

Porém, cientes de que “o real só se revela imediatamente em sua aparência fenomênica, como um dos seus níveis deste real” (GUIRALDELLI, 2016, p. 117), nosso objetivo de identificar e analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, tem em conta que, a mediação, mais do que uma categoria reflexiva, é ontológica, portanto, é constitutiva do ser social e uma vez que Marx e, posteriormente, Lukács, concebem a objetividade enquanto “síntese de múltiplas determinações”, neste trabalho, compreendemos que, nos jornais, documentos oficiais, livros, TCCs, é possível identificar e analisar as principais mediações teórico-metodológicas manifestadas na sociedade angolana e que influenciam a profissão.

A partir desse material, portanto, é que fizemos o exercício de abstração entendendo-a como “a captura cognitiva do mundo real e sua real reprodução no plano conceitual, tendo em vista que o cérebro pensante se apropria do mundo” (GUIRALDELLI, 2016, p. 121).

Uma vez abstraído o concreto – as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social–fizemos o exercício de voltar ao Serviço Social, contudo, desta vez, como realidade pensada, refletida, abstraída, “síntese de múltiplas determinações”.

Ora, não obstante que, pelo “método de exposição”, tenhamos começado nos debruçando sobre as nossas categorias, desde o tempo colonial aos nossos dias, sabemos que o “método de análise” é diferente daquele. Sublinhamos que, com esse método, partimos sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente. Quer dizer, nosso estudo parte da primeira relação econômica na qual nos encontramos, de modo que é o hoje explicando o ontem e não o contrário. Pelo próprio fato de as categorias com as quais trabalhamos indicarem uma relação,

[...] o caminho que seguimos, não foi de abstrair-se do abstrato, não tratamos de assuntos que se desenvolvem simplesmente em nossas cabeças mas de uma sucessão real de fatos, que ocorrem real e efetivamente em algum tempo ou que continuam a ocorrer. Essas determinações estão determinadas na prática, onde, provavelmente, também será encontrada uma solução. (ENGELS, 2008, p. 282-283).

Esse chão concreto é a realidade concreta e objetiva de Angola, que é repleta de pistas que nos ajudam a compreender tal teia de articulações e mediações entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social, entendendo o Estado angolano como

moderno e olhando para as diferentes etapas do seu desenvolvimento – tempo colonial, o período do Estado “socialista” e os tempos de construção de um Estado de economia de mercado – sem nos esquecermos dos processos globais com influência para as metamorfoses do Estado burguês em Angola, de “socialista” e monopartidarista aos processos de edificação de um Estado democrático, como foram a queda do muro de Berlin, as tendências de mundialização do capital financeiro, sobretudo nos finais da década de 1980 e início da década de 1990.

Para entender as metamorfoses que o Estado e a Política Social burgueses em Angola vem conhecendo, desde a sua composição e imposição na época colonial, além de procurarmos desvendar o significado ontológico de Estado, com base em autores da perspectiva teórico-metodológica que escolhemos, em interlocução – sempre que possível – com outras perspectivas analíticas existentes e de cariz neoliberal, neste trabalho, percebemos e abordamos:

1. O processo expansionista e a globalização do Capital;
2. Os sopros e movimentos de mais liberdade, na década de 1960;
3. A crise do Capital nos anos 70 e sua erupção cíclica de 2008 e em 2012;
4. O caráter que as políticas sociais tomam nas diferentes fases sócio-históricas do país.

O processo de implementação da pesquisa exigiu o reconhecimento de diferentes atividades, desde a delimitação do tema, a definição do modo como se desencadearia o estudo, os princípios orientadores da pesquisa, e sua aprovação pelos Comitês de Ética competentes; a coleta e o tratamento das informações úteis para os objetivos do trabalho. A organização geral deste estudo foi feita em duas fases, a seguir especificadas.

A primeira teve início com a concepção e submissão do projeto à equipe de avaliação do Processo Seletivo no primeiro semestre de 2016, do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Admitido para o doutorado, a primeira fase continuou com atividades de melhoria e desenvolvimento do projeto, que vem sendo enriquecido com leituras, discussões e recepção de propostas de melhorias e apreciações consideradas pertinentes, recolhidas em sala de aula, eventos científicos e de reuniões de orientação com a professora – orientadora atribuída pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esta fase terminou com a inclusão de reflexões e sugestões indispensáveis feitas no Exame de Qualificação.

A segunda fase começou com a aprovação do projeto no Exame de Qualificação. Além da continuidade das ações desenvolvidas na primeira fase, o trabalho foi fundamentalmente marcado pelo deslocamento do autor para Angola para fazer a coleta de dados, o tratamento das informações e a redação final da Tese. Essa fase terminará com a defesa pública do trabalho, segundo as normas vigentes na Universidade.

Este exercício, embora único – porque o método de análise é diferente do método de exposição –, uma vez que designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico. Nessa base, a exposição é feita em três capítulos, diferentes mas complementares e interdependentes em si.

No primeiro capítulo, considerando que o interesse pelo tema e o foco proposto brotam da nossa terrenalidade e as inquietações são resultantes de nossa observação crítica enquanto ser social que testemunha a existência com a práxi, analisamos a mediação apresentando-a como categoria histórico-ontológica, analítico-reflexiva e técnico-operativa.

1. Como categoria analítico-reflexiva, com o potencial de propiciar a análise da realidade; responsável pela complexidade da totalidade e também como categoria que permite a superação das análises mecanicistas das posições rígidas;
2. Como categoria operativa, isto é, estratégia para a ação transformadora. Nesse caso, a mediação é entendida como “um processo permanente de mediações, de estabelecimento de estratégias e de práticas de luta” (FALEIROS, 1985, p. 95); e
3. Como categoria histórico-ontológica, isto é, como elemento constituinte do ser social, nesse caso concreto da profissão e, por isso, uma perspectiva necessária para quem se propõe a apreender o significado e a natureza/essência do Serviço Social nos processos de (re)produção e representação da vida social em Angola.

Em relação à **categoria Serviço Social**, também abordada no primeiro capítulo, o foco da análise foi o estatuto ontológico da profissão, partindo do pressuposto de que o Serviço Social em Angola, desde a sua gênese até os nossos dias, tem sido um trabalho, e demonstrando como tal trabalho é uma “mediação entre produção material e a re-produção do sujeito para esta produção, e na representação do sujeito nesta relação”

(FALEIROS, 1989, p. 120), já que não se pode falar de mediação sem especificar o seu significado.

No segundo capítulo – falácias e saberes em torno do estado moderno –, debruçou-se, fundamentalmente, sobre a **categoria Estado**, sem perder suas conexões com a política social e o Serviço Social, estudando a formação sociopolítica angolana relacionada com o modo de produção, que está na base dessa formação, considerando, mormente:

- a) O desvendamento das determinações ontológicas do Estado burguês a partir da sua gênese histórica;
- b) A influência do processo expansionista e da globalização do Capital na formação do Estado angolano;
- c) As variações do papel do Estado diante das crises do capital e seu rebatimento na política social e no Serviço Social em Angola.

Ainda nesse capítulo, são analisadas as iniciativas de gestão das expressões da questão social pelo Estado, focando a Política Social em Angola e, especificamente, a Proteção Social e as políticas sobre o trabalho/emprego, desde as suas formas primárias no tempo colonial, passando pelo Estado “socialista” e agora na chamada “economia de mercado”.

A análise teórica da **Política Social**, entendida como expressão ou “manifestações de uma vontade política que se constrói no confronto classista” (PAULA, 2013, p. 33), ou, ainda, como estratégias que o Estado e o capital adotam para fazer frente às expressões da questão social e às finalidades às quais atendem, também é feita no segundo capítulo. Os dispositivos legais elaborados nas diferentes etapas das metamorfoses do Estado angolano foram entendidos como expressões da vida e do pensamento dos sujeitos coletivos com os quais tais dispositivos têm relações. São, assim, construções históricas, cuja orientação ideológica se refere e reflete as contradições existentes no momento da sua criação. Por isso mesmo, as leis, os decretos, sobre a proteção social e a saúde, nas diferentes etapas sócio-históricas de Angola, foram consideradas como reflexos imediatos que desnudam as determinações sócio-históricas.

No quarto e último capítulo procura-se responder às seguintes questões que orientaram esta pesquisa: que mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social em Angola? Ou, em outras palavras, que mediações teórico-metodológicas constam na compreensão e intervenção

do assistente social nas expressões da questão social em Angola? Quais são os principais fundamentos por meio dos quais a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade angolana e que definem sua direção social? Como tais mediações se expressaram no tempo colonial e na Angola independente? Nesse processo, que conexões e contradições existem entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social em Angola?

I. A CATEGORIA MEDIAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL

Que Serviço Social, cujo significado e essência/natureza estão nos processos de (re)produção e representação da vida social em Angola, queremos apreender a partir dos fatos fenomênicos? Isto é, desde as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social em seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, que são realidades humano-sociais.

Então, como apreender a essência ontológica e a rede de mediações teórico-metodológicas que existem entre essas categorias? Como o ser social e suas realidades se objetivam? Que espaço tem a categoria trabalho e mediação nesse processo? Quais são as origens dessa categoria em Marx? São questões para as quais pretendemos obter respostas, neste capítulo.

É comum ouvir falar sobre mediação, porém, em sentidos muito diversos e com propósitos, muitas vezes, também, diferentes. Fala-se no campo da gestão de recursos humanos, em gestão de conflitos; outras vezes, como sinônimo de relação entre teoria e prática, etc. Neste capítulo, nosso propósito é entender o que é a categoria mediação na perspectiva de análise da tradição marxiana, de forma a encontrar respostas para as perguntas que nos colocamos.

Segundo essa tradição, numa leitura paralela com as obras de Marx, elegemos a perspectiva de Lukács, que interpreta os escritos de Marx como fundados em uma nova ontologia: a ontologia social. A categoria mediação, nessa perspectiva, não é apenas um elemento constitutivo do método, em Marx, mas é, também, um elemento constitutivo da realidade social em seu movimento histórico. Fundamental para entender as bases sobre as quais se erige essa perspectiva é ter clareza da dialética materialista sobre a qual se mantém.

Assim, neste capítulo, buscamos, preferencialmente, perceber e elucidar as conexões dialéticas entre trabalho, mediação e objetivação do ser social, para trazer as bases elucidativas da posição que defendemos sobre o estatuto histórico-ontológico do Serviço Social. Por ser, essa profissão, uma realidade humano-social, defendemos que, para compreendê-la, é necessário entender como se objetiva o ser social. Para efeito, primeiro procuramos entender a gênese da dialética, na perspectiva do materialismo histórico inaugurado por Karl Marx, para elucidar o estatuto ontológico e reflexivo da categoria mediação. Esse propósito remeteu-nos, ainda que de forma sumária, à

dialética hegeliana, solo sobre o qual se fundam os aspectos fundamentais da análise marxiana sobre a realidade social que, em seu constante movimento histórico, é constituída por inúmeras mediações.

1.1 As origens da categoria mediação em Marx

É consensual que, do ponto de vista filosófico assim como metodológico, Hegel elucidou a mediação enquanto categoria analítico-reflexiva (PONTES, 1990). “[...] A passagem – que é mais que uma palavra dessas – contém um torna-se Outro que deve ser retomado, e é uma mediação; mesmo que seja apenas passagem a outra proposição [...]” (HEGEL, 2013, p. 33) e Marx parte de Hegel como crítico, por isso, apresenta-se, neste estudo, uma introdução à dialética hegeliana com o necessário recuo a tal tradição.

Mediação é, na perspectiva hegeliana, uma categoria analítico-reflexiva, que constitui e traduz aspectos singulares do movimento do Espírito em busca de sua realização no Absoluto. Verifica-se, assim, que a análise de Hegel rompe com a noção fixa, rígida, do universo que, até então, se punha como aspecto de base na filosofia ocidental. A perspectiva hegeliana traz ainda à tona uma nova interpretação do movimento histórico, ainda que sobre uma base idealista. As primeiras expressões dessa perspectiva de movimento dialético remontam à tradição que vem desde Heráclito, certamente, uma das fontes que torna possível entender a dialética hegeliana.

Heráclito de Éfeso destaca-se, entre os filósofos pré-socráticos, em suas buscas para a apreensão da dialética. Chamado de físico, como os demais pensadores da sua época, na Grécia, por ter a *physis* como objeto de pesquisa e indagando sobre a estrutura do universo, preocupava-se em saber qual é o seu elemento básico. De acordo com Bornheim (1994, p.12),

A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto. Trata-se, pois, de um conceito que nada tem de estático, que se caracteriza por uma dinamicidade profunda, genética.

A proposta dos pré-socráticos, ao se referirem à *physis*, nada têm a ver com o conceito de física que é hoje conhecido (BORNHEIM, 1994), mas apresenta-se com um conceito mais amplo, compreendendo tudo o que existe: o ser e a totalidade do real, como cosmos, o homem e a verdade.

Nos estudos sobre essa totalidade, Heráclito destaca o movimento como inerente à ordem cósmica, comparando-o ao fogo: “Tudo foi feito pelo fogo e tudo se dissipa no

fogo” (BORNHEIM, 1994, p. 43), ou seja, o elemento básico do universo seria o fogo, que apresenta um fluxo e mudanças constantes; está sempre em movimento, em transformação.

O fogo é um elemento e tudo se faz pelas transformações do fogo, quer por rarefação, quer por condensação. Contudo, nada explica com suficiente clareza: assim diz que tudo se faz pela oposição dos contrários, e que o todo flui como um rio. O Universo, segundo ele, é limitado, e há só um cosmos, nascido do fogo e que voltará ao fogo após certos períodos, eternamente. É o destino que quer.

A noção heraclitiana de que “todas as coisas estão em movimento e que esse movimento se processa através de contrários” (BORHEIM, 1994, p. 35) é retomada, no século XIX, por Hegel, em sua compreensão da realidade como vir-a-ser, como um desenvolvimento, um processo. No debate com a tradição metafísica, esse filósofo critica a manutenção de uma essência fixa, anterior à existência e considera que:

[...] a coisa não se consuma no seu fim, mas na sua atuação, e o todo efetivo não é o resultado, a não ser juntamente com o seu devir. O fim para si é o universal sem vida, assim como a tendência é o puro impulso que ainda carece de sua realidade efetiva [...]. (HEGEL, 1989, p.10).

Nesse diálogo com a crítica à tradição filosófica, Hegel (1989, p. 17) inicia uma nova reflexão. Considera que, na consciência, na recordação, ainda consta a riqueza do existir anterior, mas ressalta a importância do movimento como fonte originária da consciência, explicando que:

A substância vivente é também o ser que na verdade é sujeito ou, o que dá no mesmo, é verdadeiramente efetivo somente na medida em que é o movimento do por-se-á si mesma, ou é a mediação consigo mesma do tornar-se outra. Como sujeito, ela é a pura simples ou a duplicação que se opõe que é novamente a negação dessa diversidade indiferente e do seu oposto. O verdadeiro é unicamente essa diversidade que se reinstaura ou a reflexão em si mesmo no ser-outro.

Na compreensão de Hegel, é preciso descartar as tendências filosóficas dos essencialistas, que partem de uma noção de fixidez, como, por exemplo, as que se apoiam no idealismo platônico. Por exemplo, se olharmos para a *República*, de Platão, percebemos que o filósofo concebia o mundo das almas como essência, anterior à vida e constitutiva do indivíduo que, ao nascer, está exposto à realidade de sombras. Ou seja, para Platão, a essência é anterior ao sujeito, ao indivíduo. Na crítica a essa perspectiva, Hegel (1989, p. 13) diz:

A significação de todas as coisas se encontrava no fio de luz que as prendia ao céu. Demorando-se no céu em lugar de permanecer neste presente, o olhar deslizava sobre ele em direção à essência divina, em direção a uma presença no além, se assim se pode falar.

Para Hegel (1989, p. 13), é necessário ultrapassar essa perspectiva essencialista

na qual os filósofos perdiam seus olhares no além, na essência divina e não apreendiam o movimento presente. Segundo Hegel (1989), para esses filósofos, seria necessário orientar-se pela luz divina que iluminava o seu destino; o movimento da realidade era posto, então, na penumbra. Esses indivíduos viviam na escuridão das ideias e foi preciso um tempo longo para introduzir, na escuridão e confusão na qual jazia o sentido do aquém, aquela clareza de que somente o supraterrâneo gozava e para tornar interessante e apreciada aquela atenção ao presente como tal, que foi chamada experiência.

Na verdade, dentro da tradição filosófica, Hegel (2013, p. 34) apreende essa categoria corretamente, em seus nexos analítico-reflexivos na realidade, transpondo o idealismo subjetivo e fixando bases seguras para o combate ao irracionalismo. Contesta, desse modo, o entendimento da mediação de forma naturalizada, compreendendo sua essencialidade categorial; o seu papel indispensável nos processos históricos. E capta a mediação em sua concreticidade, descobrindo que o homem é o resultado da sua automedicação com a natureza, concebendo a mediação histórica que diferencia o gênero humano e lhe concebe a história que é o trabalho. Assim, afirma: “a mediação não é outra coisa senão a igualdade-consigo-mesmo semovente, ou a reflexão sobre si mesmo o momento do Eu para-si-essente, a negatividade pura ou reduzida à sua abstração, o simples vir-a-ser”.

Concordamos com Engels (1975, p. 129), quando aponta que as análises de Hegel tiveram o mérito de contribuir para inaugurar

A grande ideia fundamental de que o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas sim como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, passam, assim como os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro (os conceitos), por uma ininterrupta alternância do devir e do perecer, onde, finalmente, apesar de todos os aparentes acasos e momentâneos retrocessos, um desenvolvimento progressivo acaba por vir à luz.

Não obstante esse contributo, Hegel (2013, p. 42) não consegue ir além dessa descoberta; não vê a mediação para além do plano analítico-reflexivo, porque se posiciona a partir de uma ótica de conciliação, ligando as contradições aos processos históricos, em vez de enfrentá-las num processo de negação real, ou de superação da realidade. Vejamos:

O espírito só alcança sua verdade na medida em que se encontra a si mesmo no dilaceramento absoluto. Ele não é essa potência como positivo que se afasta do negativo – como, ao dizer de alguma coisa que é nula ou falsa, liquidamos com ela e passamos a outro assunto. Ao contrário, o espírito só é essa potência enquanto encara diretamente o negativo e se demora junto dele. Esse demorar-se é o poder mágico que converte o negativo em ser. Trata-se

do mesmo poder que acima se denominou sujeito, e que ao dar, em seu elemento, ser-aí à determinidade, suprasumir a imediatez abstrata, quer dizer, a imediatez que é apenas essente em geral. Portanto, o sujeito é a substância verdadeira, o ser ou a imediatez – que não tem fora de si a mediação, mas é a mediação mesma.

Ora, como se vê no trecho acima, é a partir da noção de Espírito, que se traduz, como puro conceito, engendramento de si por si mesmo, que Hegel analisa a processualidade das coisas. Outra peculiaridade do espírito, na acepção hegeliana, é que este passa por um processo de construção, em que a etapa mais alta contém as etapas anteriores, “como momentos suprasumidos” e, nesse processo, vai assimilando características culturais da história humana que foram necessárias para o desenvolvimento do Espírito Universal (MENESES, 1985).

Hegel (1989, p.14) concebe o Espírito em constante movimento; nunca em repouso. Em suas palavras:

o Espírito rompeu com o mundo de seu existir e do seu representar que até agora subsistia e, no trabalho da sua transformação, está para mergulhar esse existir e representar no passado. Na verdade, o Espírito nunca está em repouso, mas é concebido num movimento progressivo.

Não obstante esse avanço das construções de Hegel, a verdade é que a sua filosofia procurava conhecer como, nessa acepção, uma coleção de teorias dogmáticas fixas, uma vez descobertas, não devem ser guardadas na memória. Ao contrário, a verdade está no processo do conhecimento, por meio do longo desenvolvimento histórico da ciência, que sobe dos degraus inferiores até os mais elevados do conhecimento.

Outro aspecto a ser considerado, nessa análise de Hegel, refere-se à sua compreensão acerca do papel da negatividade no movimento, no âmbito da qual tem origem a mediação. A esse respeito, Meneses (1985, p.18) comenta que, para Hegel, o movimento tem origem na “imediatez abstrata, e na convivência e assimilação do negativo torna-se a mediação que produz um novo imediato, a substância como espírito”. Vejamos o que diz Hegel (1991, p. 15): “a consciência de-si em si e para si é porque é em si e para uma outra consciência de-si; isto é, só é enquanto ser reconhecido”.

Quer dizer, a consciência só existe enquanto tal quando é reconhecida e, para tanto, deve negar-se para ser reconhecida como consciência; consciência se faz negando-se e recriando-se, colocando-se em movimento. E é apenas a partir da negatividade que a consciência se move, se desenvolve, a fim de alcançar uma verdade

absoluta. Em outras palavras, o Espírito conquista a sua verdade somente quando se encontra a si mesmo na absoluta dilaceração e nela se conserva (HEGEL, 1989).

O Espírito é esse poder-de conquistar a verdade – somente quando se contempla o negativo face a face e perto dele permanece. E esse permanecer é a força mágica que converte o negativo em ser. Para exemplificar o processo, Hegel (1989, p. 10) diz: “O botão desaparece no desabrochar da flor, e pode-se dizer que é refutado pela flor. Igualmente, a flor se explica por meio do fruto como um falso existir da planta, e o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta”.

Analisando essa constatação de Hegel, nota-se claramente que o processo de criar e recriar-se ocorre em etapas que se repelem e são incompatíveis entre si, porém, são momentos da unidade orgânica e não entram em conflito, mas uma existe tão necessariamente quanto a outra que constitui o todo. Nesse contexto é que se situa a categoria mediação. Assim, para Hegel (1989), a mediação nada mais é do que a igualdade consigo mesmo, que a si mesma se move, ou é a reflexão em si mesmo; o momento do Eu existente-para-si, a pura negatividade, ou seja, a negatividade reduzida à sua simples abstração, o simples devir.

Esse movimento do Espírito, para Hegel, constitui a essência. Ou seja, a essência estaria na contradição, no devir da consciência, que seria explicada a partir da história; trata-se de um movimento dialético no âmbito do qual a consciência em-si se tornaria a consciência para-si. Ressalta-se, portanto, o papel da negatividade, até chegar a uma verdade absoluta, o ser consciente. Superadas as contradições, nesse momento, chegar-se-ia a uma verdade absoluta.

Por ser nosso objetivo analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, o que se relaciona à análise processual e do movimento em Hegel com o nosso objetivo? Porque vamos a Hegel buscar as origens da compreensão da categoria mediação, se queremos entendê-la nos referenciais da teoria crítica marxista?

Uma das fontes do pensamento de Karl Marx consiste exatamente na crítica a essa e tantas outras teses de Hegel e, conseqüentemente, à interpretação materialista desse autor ao movimento dialético. A esse respeito, Engels (1975, p. 127) considera que:

A dialética é, em Hegel, o autodesenvolvimento da Ideia. A Ideia desenvolve-se para, através de todas as fases preliminares que estão nela incluídas, regressar a si mesma. [...] Daí advinha que a dialética da própria Ideia se tornava o mero reflexo

do movimento dialético do mundo real na consciência e, deste modo, a dialética de Hegel foi colocada com a cabeça para cima, ou, dizendo melhor, ela que se tinha apoiado exclusivamente sobre a sua cabeça, foi de novo reposta sobre os seus pés.

Portanto, há, em Hegel, uma inversão na resposta à sempre problemática filosófica: “qual o elemento primordial, o espírito ou a natureza?” (ENGELS, 1975, p. 103-104). Parece-nos que Hegel vê o mundo no inverso: os homens com os pés nos céus e a cabeça na terra; as plantas com as raízes no ar e a folhagem e os frutos na terra. Por isso, a terra não é mais do que o reflexo do céu, tal como a manga não é mais do que a fruta da mangueira. Embora supere postulados filosóficos anteriores, que não encaram a essência no movimento, para Hegel, dialética é um autodesenvolvimento da ideia.

A ideia preexiste à matéria, que existe em si e para si mesmo se desenvolve. Mas, se nos perguntarmos, a ideia é sempre de alguma coisa, e a consciência é consciência de alguma coisa. Como pode existir a ideia em si mesmo, a consciência em si, se ela é sempre consciência de algo? Aí as ideias de Hegel ficam abaladas.

Na discussão desse problema, conforme Engels, levanta-se, no período que se sucede à morte de Hegel, dois posicionamentos: Primeiro, o defendido pelos idealistas, que afirmavam ser o espírito o caráter primordial na relação do pensamento com o ser; e, segundo, o posicionamento dos materialistas, que consideravam a natureza, o fato material, o elemento principal nessa relação. Assiste-se, na esteira desses posicionamentos, uma cisão na escola hegeliana, que ficou dividida em duas alas: a direita e a esquerda hegeliana, que agregava os chamados “jovens hegelianos”.

Como se pode verificar, Marx, que vem na tradição da esquerda hegeliana, critica a este e aos seus fiéis discípulos, cujas proposições limitam-se a contraditar a religião tradicional, detentora do poder do Estado e hegemonia filosófica (ENGELS, 1975), sem criticar a burguesia ascendente. Contudo, para Engels (1975, p. 101), o que mais importa no processo de decomposição da escola hegeliana é que

[...] a maior parte dos jovens hegelianos mais resolutos foram levados pelas necessidades práticas da sua luta contra a religião positiva ao materialismo anglo-francês. E que entraram em conflito com o sistema da sua escola. Ao passo que o materialismo considera a natureza como a única realidade, esta no sistema de Hegel não é mais do que a "alienação" da Ideia absoluta, uma degradação por assim dizer da Ideia; de qualquer forma, o pensamento e o seu produto, a Ideia, são aí o elemento primordial, a natureza o elemento derivado que no fim de contas só existe graças à condescendência da Ideia (grifo do autor).

No âmbito dessa cisão da escola hegeliana, destaca-se Feuerbach, um pensador que despontou na discussão materialista dos primeiros movimentos teóricos de Marx

com relação à antropologia materialista. Engels considera, entretanto, que tal empreitada de Feuerbach não acarretou uma ruptura com o sistema hegeliano, pois ele, assim como outros filósofos, não classificava o objeto, a realidade, “como atividade humana concreta, enquanto prática” humana; não reconhecia o homem real, enquanto produto da própria atividade humana. Essa ruptura foi possível apenas com a solidificação de uma tendência que está “essencialmente ligada ao nome de Marx”, por isso, nessa ordem, diz Engels (1975, p. 127):

[...] a ruptura com a filosofia de Hegel se produziu através do regresso ao ponto de vista materialista. O que significa que decidiu conceber o mundo real—a natureza e a história—tal como ele se apresenta qualquer pessoa que o aborde sem fantasias idealistas preconcebidas; decidiu-se sacrificar implacavelmente qualquer fantasia idealista impossível de conciliar com os factos, considerados nas suas relações próprias e não em relações fantásticas.

Engels (1975), ao contrário dos materialistas ditos mecanicistas, que apenas transportavam as leis da natureza para a sociedade, defende que Marx traduz o processo de desenvolvimento histórico com base em fatos reais, em interesses econômicos das classes sociais. O objeto principal de seus estudos é a sociedade burguesa, uma vez que vivia o triunfo da grande indústria. Essa análise tem como fio condutor a materialidade da produção das condições de existência e a sociabilidade burguesa que sobre ela se edifica, ou, em suas próprias palavras:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode se formular sumariamente do seguinte modo: na produção social da sua existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1975, p. 55).

Assim, em Marx (1975, p. 55), “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Portanto o *cogito ergo sum* é substituído pelo *sum ergo cogito*.

A partir da sociedade burguesa é que se dá a existência material analisada por Marx. A categoria econômica aparece como a de produção e reprodução da vida social. A partir dela, é possível empreender a descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas (LUKÁCS, 1981). Segundo Lukács (1981, p. 92), a categoria trabalho revela-se como mediação central, pois,

[...] o trabalho “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os

objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. [...] Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si aquilo que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, mediante o trabalho, podem ser postas em movimento, podem tornar-se úteis. Essa transformação em coisas úteis, porém é um processo teleológico [...]. (grifos do autor).

Com o processo histórico do ser social, a partir da posição teleológica do trabalho, segue a transformação do ser social em-si para um ser social para-si, superando uma percepção naturalista da realidade para formas sociais de compreensão dessa mesma realidade (LUKÁCS, 1981). Ou seja, por ser capaz de teleologia, o homem transforma a natureza para suprir a sua necessidade, ao mesmo tempo em que se transforma, assim, sucessiva e constantemente. Por não ser estático, torna-se parte integrante da natureza; desenvolvendo-se a partir do concreto-material, que é a própria natureza.

Para Lukács, dentre as determinações ontológicas elaboradas por Marx, destaca-se o trabalho, pois, ao refletir sobre essa categoria, Marx mostra que a ação do ser social na natureza desenvolve-se a partir de mediações construídas na busca de respostas às carências que se tornam crescentemente sociais:

Ou seja, as carências do homem, dado o processo teleológico que as põe em movimento, distanciam-se do campo da natureza, do caráter orgânico, e configuram-se como sociais. O trabalho é compreendido, portanto, como relação dialética entre ser e conhecer, como campo de ampliação da consciência, no âmbito do qual vetores, antes apenas naturais, tornam-se crescentemente sociais. É nesta perspectiva que a categoria mediação figura como ontológica; constitutiva da ultrapassagem do imediato (da natureza, do orgânico) que torna possível a sociabilidade humana, confluência de historicidade e natureza. (GUEDES *apud* YWATA, 2010, p. 25).

Apreender esse movimento, possível só com a superação do imediato, revela-se fundamental na compreensão do movimento da realidade social. Nessa perspectiva, Lukács (1978, p. 26) alerta que “toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente”. Faz-se necessário, dadas as determinações ontológicas da realidade social, empreender-se na perspectiva metodológica da totalidade,

exatamente pelo fato de buscar as conexões; e tentar apreender essa totalidade em todas as múltiplas e complexas relações, no máximo grau de aproximação possível. E a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução no pensamento do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são, na realidade, “formas de ser, determinações da existência” (Marx), elementos estruturais de processos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada

vez mais abrangentes, tanto no sentido extensivo quanto intensivo. (LUKÁCS, 1981, p. 103, grifos do autor).

Marx apreende, portanto, uma ontologia materialista do ser social e sua relação com a natureza, que compreende em si a historicidade, o caráter processual, a contraditoriedade dialética; enfim, a totalidade do ser social (LUKÁCS, 1981). Apenas a partir desse marco teórico torna-se possível compreender a categoria mediação como constitutiva do real e da unidade entre teoria e método.

Entretanto, Marx, ao estudar a sociedade burguesa, não teve a pretensão de construir uma ontologia do ser social, nem de sistematizar um método partindo de perspectivas idealistas. Lukács, por sua vez, realizou tal sistematização no interior de seu pensamento. Marx, como um “jovem hegeliano” criticou o idealismo de Hegel, assim como, mais tarde, o idealismo materialista de Feuerbach e, dessa forma, construiu, a partir de observações da própria realidade burguesa, o método histórico-materialista, baseado na totalidade do ser social, na contraditoriedade, na historicidade, na dialética.

Por isso, se faz necessário entender, embora de modo sumário, a apropriação crítica desse legado de Hegel por Karl Marx para, posteriormente, estudar a categoria mediação na tradição materialista inaugurada por esse autor, sobretudo, na interpretação de um dos expoentes dessa tradição: Georg Lukács, fato que nos levou a fazer esta breve incursão aos apontamentos do filósofo Hegel.

1.2 A mediação em Lukács

Na discussão do problema filosófico: “Qual o elemento primordial, o espírito ou a natureza” (ENGELS, 1975, p. 103-104), foram colocados, naquele período que se sucedeu à morte de Hegel, dois posicionamentos: o de

fendido pelos idealistas e o dos materialistas.

Na linha do pensamento de esquerda, que remonta à morte de Hegel, Lukács (1967, p. 213) coloca a mediação como uma forma de reflexo de caráter puramente objetivo. Isso significa que a consciência humana não consegue apreender, comprovar ou conceber muitas das mediações, porque os objetos do mundo externo estão vinculados em interconexão e são a consciência das mediações. Ou seja, a contraposição da dialética do imediato, relativa à mediação, existe objetivamente,

independentemente da consciência:

El que en la teoría del conocimiento desta quen y tengan que estudiarse relaciones con el sujeto conocedor depende de la estructura objetiva de la realidad, tanto en el Qué cuanto en el Cómo. Encuanto se captan intelectualmente las mediaciones—formalmente, ante todo, en la doctrina lógica de la inferencia, pero también, desde el punto de vista del contenido, em muchas exposiciones científicas o filosóficas—la mediación ocupa gran número de casos una posición central² [...].

Ora, assim considerando, a mediação expressa-se na vida cotidiana dos homens. Quer dizer, na vida cotidiana é que os homens são impelidos a encontrar respostas para suas necessidades de produção, reprodução e manutenção da vida, o que, de certa maneira, conforme atesta, na mesma linha, Mazzeo (2009, p. 28): “No processo de construção de formas mediativas na relação sociometabólica do homem com o mundo material e, conseqüentemente, na estruturação de superiores qualidades ideo-reflexivas da realidade objetiva na consciência cotidiana”.

A questão que se coloca e que Lukács ajuda a responder é: Se a mediação se expressa, está na vida cotidiana dos homens, como se explica a imediatez também presente na vida cotidiana?

Lukács (1967) ajuda a responder a essa questão ao considerar que a vida cotidiana de cada ser social expressa-se na tríade singularidade-universalidade-particularidade, e enfatizar que a particularidade assume o centro da dialética, porque constitui-se num campo de mediações. O que implica um conhecimento da operação e relação dessas categorias, pois somente a união de sua identidade objetiva, como reflexo da realidade objetiva unitária em sua diversidade, nos reflexos científico e estético, pode iluminar o conhecimento, ressaltando e enfatizando a objetividade e elementaridade dessas categorias da singularidade-universalidade-particularidade.

No son <puntos de vista> desde los cuales el sujeto contemple: la realidad, o acaso perspectivas que introduzca en ella; son, por el contrario, acusados y destacados rasgos esenciales de los objetos de la realidad objetiva, de sus relaciones y vinculaciones, sin cuyo conocimiento el hombre no puede ni orientarse en su mundo circundante, por no hablar ya de dominarlo y somertelo a sus fines³ [...] (LUKÁCS, 1967, p. 200).

² O fato de que, na teoria do conhecimento, eles enfatizam e precisam estudar as relações com o sujeito conhecedor depende da estrutura objetiva da realidade, tanto no O quê quanto no Como. Como as mediações são capturadas intelectualmente – formalmente, primeiro, na doutrina lógica da inferência, mas também, do ponto de vista do conteúdo, em muitas exposições científicas ou filosóficas – a mediação ocupa um grande número de casos em uma posição central [...] (Tradução nossa).

³ Não são “pontos de vista” dos quais o sujeito contempla: realidade, ou talvez perspectivas que ele introduza; são, pelo contrário, características essenciais acusadas e proeminentes dos objetos da realidade objetiva, de seus relacionamentos e vínculos, sem cujo conhecimento o homem não pode sequer se orientar em seu mundo circundante, sem mencionar dominá-lo e submetê-lo a seus fins. [...] (LUKÁCS, 1967, p. 200). (Tradução nossa).

Os homens já têm em sua prática, em seu pensamento e nas suas percepções, estabelecida a conexão das categorias singularidade-universalidade-particularidade num processo elementar determinado pela práxis. Daí resulta que muito antes dessas categorias serem fonte de discussão e reflexão científica ou filosófica sobre suas causas e sua natureza, noções essas imprescindíveis para a prática, já estavam circunscritas à vida prática dos homens.

O campo da singularidade, explica Lukács (1967), é o encontro com uma situação, um objeto, que se coloca sempre de modo imediato. Em nossas relações diretas cotidianas com a realidade, sempre nos deparamos diretamente com a singularidade – com a aparência –, pois tudo o que o mundo externo nos oferece como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou em conexão exclusiva com a singularidades. Trata-se de um momento singular.

Contudo, como aponta Hegel, não há que se eliminar o singular, que não é um problema do pensamento ou da prática, ao contrário, a singularidade desempenha um papel de suma importância para o conhecimento, pois aqui se expressa logicamente a natureza imediata material e sensível. A singularidade é o regresso do conceito em si mesmo e, ao mesmo tempo, imediatamente, sua perda:

Ahora bien: el proceso infinito de aproximacion produce una situación analoga con la singularidad. El reflejo y la acentuación mentales de los momentos y las determinaciones presentes en si en cada singularidad, cuya totalidad dinamica constituye objetivamente cada individuo, pero que parecen desaparecer en la inmediatez de la consciencia sensible (y sólo lo parecen, pues precisamente el ser-así, el ser como Esto de la singularidad, es el resultado de la confluencia de esas fuerzas), se aproxima constantemente a ese En-sí de la singularidad, transforma su mudez inmediata linguística e intelectual en una determinacion como singularidad cada vez más clara y elocuente, más concreta, aunque sin duda en la conexion de la totalidad activa de las leyes generales y particulares⁴. (LUKÁCS, 1967, p. 206).

Para captar as determinações no campo da singularidade, é necessária a dialética entre a abstração e o conhecimento do fato em sua singularidade. Hegel esclarece que, neste momento, são necessárias construções mediativas amplas e complexas, de tal modo que se torna imperativa a criação de formas lógicas superiores e mais dinâmicas

⁴ “Agora, o processo infinito de aproximação produz uma situação análoga à singularidade. A reflexão e acentuação mentais dos momentos e as determinações presentes se em cada singularidade, cuja totalidade dinâmica constitui objetivamente cada indivíduo, mas que parece desaparecer no imediatismo da consciência sensível (e apenas o parecem, porque precisamente o ser, ser assim da singularidade, é o resultado da confluência dessas forças), aborda constantemente que a singularidade, transforma sua iminência linguística e intelectual imediata em uma determinação como uma singularidade cada vez mais clara e eloquente, mais concreta, embora sem dúvida relacionada à totalidade ativa das leis gerais e particulares.” (LUKÁCS, 1967, p. 206, tradução nossa).

que o próprio conceito. “Como es natural, esa necesidad es genérica, se refiere a todo el ámbito del pensamiento e del conocimiento. Pero nos es casual que el punto nodal, el punto de mutación, se haga visible precisamente a propósito del conocimiento de la singularidad⁵” (LUKÁCS, 1967, p. 210).

Como se nota, em Lukács, o plano da singularidade é o retrato dos objetos “em si”, é o nível de sua existência imediata, que expõe os traços não repetitivos das situações singulares da vida em sociedade; que se mostram como coisas rotineiras, casuais. Na singularidade, as mediações, determinações e a legalidade estão invisíveis. Objetivamente, esse é o plano da imediatricidade. Nesse sentido, o fato de a singularidade corresponder à dimensão do imediato, coopera para que o sujeito cognoscente entenda as categorias sociais como formas autônomas de ser. Assim, essas categorias aparecem despojadas de determinações históricas. Mas,

A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão, em si, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediatricidade são postas à luz. (LUKÁCS, 1978, p. 106).

Na mediação, a categoria da universalidade corresponde ao plano em que estão colocadas as grandes determinações gerais de certa formação histórica, leis e tendências de um dado complexo social. Essas leis e determinações, na esfera da singularidade, são obscurecidas pela dinâmica dos fatos (imediatricidade/factuality) e cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo a uma causalidade caótica. A legalidade, mesmo tendo um caráter de universalidade para o ser social, expressa-se em cada complexo de modo particular, ou seja, uma dada lei histórica/social que se apresenta como uma férrea necessidade.

Nesse sentido, a universalidade proporciona a efetiva captação da objetivação e das determinações específicas do objeto, assim como suas conexões, relações, etc., ou seja, é no campo da universalidade que se pode elevar o conceito e criar relações que são universais e, ao mesmo tempo, específicas, de modo que se tem gradativamente um processo mais intenso onde são apreendidas as diferenças e contradições. São estas diferenças e contradições que permitem a apreensão das particularidades.

⁵ “Naturalmente, essa necessidade é genérica, refere-se a todo o campo de pensamento e conhecimento. Mas é coincidência para nós que o ponto nodal, o ponto da mutação, se torne visível precisamente no assunto do conhecimento da singularidade.” (LUKÁCS, 1967, p. 210, tradução nossa).

A particularidade não pode ser entendida como uma universalidade relativa, ou como um caminho que leva da singularidade à universalidade – e vice-versa –; a particularidade é a “mediación necesaria–producida por la esencia de la realidad objetiva e impuesta por ella al pensamiento–entre la singularidad y la generalidad⁶” (LUKÁCS, 1967, p. 202).

Embora a criação de um laço entre a singularidade e a universalidade seja ressaltada por Lukács, como uma das características fundamentais da particularidade, esta não se limita a isso. A particularidade é uma mediação cujo movimento vai mais além. É preciso compreender a relação dialética entre a universalidade e a particularidade; é uma relação de ruptura e continuidade, de unidade e de diverso. Em determinadas situações concretas, o universal especifica-se e converte-se em particularidade.

Também pode ocorrer que o universal absorva as particularidades, as aniquile e as apresente numa interação com novas particularidades, ou, ainda, que uma particularidade se desenvolva para se constituir numa universalidade ou vice-versa. Hegel escreve que a particularidade não é mais que uma universalidade determinada. Assim, o particular está eternamente submetido ao universal; o universal tem que se submeter e se adequar eternamente ao particular.

Desse modo, as aproximações entre universalidade e singularidade estão determinadas pelas necessidades e possibilidades do pensamento em cada estágio da evolução histórico-social.

[...] del mismo modo que el desplazamiento de la frontera de generalización hacia delante depende en gran medida de la investigación de particularidades y singularidades, así también la intensificación del conocimiento de la singularidades a su vez una función de generalizaciones afortunadas, muy abarcales de amplia aplicabilidad⁷ [...]. (LUKÁCS, 1967, p. 202).

O esforço até aqui empreendido procurou elucidar o processo de conhecimento que visa ultrapassar a imediatividade fática das coisas e do mundo. Tal caminho compreende um número significativo de abstrações razoáveis, um ir e vir do pensamento em relação ao objeto, de modo a saturar as determinações de um dado fato, ou objeto. O enriquecimento das determinações, a apreensão das determinações,

⁶ “Mediação necessária - produzida pela essência da realidade objetiva e imposta por ela ao pensamento - entre singularidade e generalidade.” (LUKÁCS, 1967, p. 202, tradução nossa).

⁷ “Da mesma maneira que o deslocamento da fronteira da generalização para a frente depende em grande parte da investigação de particularidades e singularidades, também a intensificação do conhecimento das singularidades, bem como a função de generalizações afortunadas, muito abrangentes de ampla aplicabilidade.” (LUKÁCS, 1967, p. 202, tradução nossa).

compreendem o campo da particularidade, de modo que permitem a ampliação do mundo objetivo captado pelo conhecimento por meio de mediações, cada vez mais amplas e ramificadas. Não se trata apenas, conforme nos adverte Lukács (1967, p. 211), “solo conozco los exámenes extremos, los puntos finales, – conquistando así territorio nuevo –sino que, ademais el campo mediador de la particularidad que los crece desde el punto de vista extensivo y desde el intensivo⁸”.

A universalidade e a singularidade concentram-se cada uma em seu ponto final. A particularidade, por sua vez, é um território central, um campo de mediações entre a universalidade e a singularidade, cujos limites não são precisos e, muitas vezes, imperceptíveis. Por isso, torna-se muito mais difícil para a consciência cotidiana captar a particularidade, pois essa tem núcleo muito menos preciso e menos clarificado do que a universalidade e a singularidade. Sem uma visão dialética, torna-se tortuoso compreender a natureza e fazer sua exposição.

Indicadas as principais determinações ontológicas que explicitam a categoria mediação no contexto do método dialético, estão criadas as condições para analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, pois só a partir disso podem ser compreendidas as particularidades de cada singularidade que constitui o nosso tema, isto é, o Serviço Social, o Estado e a Política Social em Angola. Sem clara compreensão do movimento interno da categoria mediação, quer o Serviço Social quanto o Estado angolano e suas Políticas Sociais tornam-se apenas perceptíveis desde a sua imediaticidade e singularidade.

Para mais clareza desses elementos do movimento da mediação, mais adiante, nos debruçaremos de modo mais prático, com vista a contribuir para a explicitação de como a mediação é importante para a compreensão do ser e fazer do Serviço Social em Angola. Por agora, vejamos como a mediação é central do método de apreensão da realidade fundado por Marx.

⁸ “Conheço apenas os exames extremos, os pontos finais, conquistando novos territórios, mas também o campo mediador da particularidade que cresce do ponto de vista extenso e do intenso.” (LUKÁCS, 1967, p. 211, tradução nossa).

1.3 A categoria mediação no método de Marx

Relembramos, portanto, que nosso principal interesse é analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social em seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social. Para efeito, recorremos a Marx e seus mais próximos intérpretes para neles encontrarmos as referências para a compreensão dessa categoria tão fundamental para a apreensão da realidade humano-social, uma vez que tal realidade é “síntese de múltiplas determinações” e, por isso, sua apreensão não pode ser pensada fora das “categorias da totalidade, contradição e mediação” (NETTO, 2011, p. 58). Afinal, “a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, [...] tem de ser descoberta mediante uma atividade peculiar [...]. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1976, p. 17).

Posto isso, vem de imediato um questionamento: Por que recorrer a Marx? Terá Marx criado um método de apreensão da realidade se seu objeto de pesquisa era a sociedade burguesa então emergente?

Na verdade, o próprio Marx, em suas obras, não menciona o método como seu objeto de estudo. Suas análises partem de seu objeto de estudo, a sociedade burguesa, a partir da qual vai construindo o método de compreensão da realidade. São os seus leitores, como, por exemplo, Lukács, que interpretam e demonstram a especificidade do método por ele inaugurado.

Marx desenvolve, em *Grundrisse*, uma análise dos elementos da Economia Política e, paralelamente, apresenta, na crítica desses elementos, o método de apreensão da dinâmica da moderna sociedade burguesa. Marx critica os economistas políticos, sobretudo, Adam Smith e David Ricardo, por não considerarem o movimento histórico da realidade social. Segundo Marx, eles colocavam a “história em um estado de natureza independente”; compreendiam os fatos reais não como resultado de um processo histórico, mas como aspectos fixos e postos pela natureza. Consideravam, portanto, o indivíduo e a sociedade como resultado de um processo natural, em detrimento da dinâmica da própria realidade sócio-histórica.

Tal como constata Kosik (1976), no inverso desses economistas, Marx, a partir da lógica dialética fundamentada no materialismo histórico, por ele edificado, pode apreender a totalidade e mostrar em suas obras que os aspectos da realidade não se

constituem em fatos isolados, mas inseridos em determinado contexto de relações sócio-históricas, e as relações materiais como a base de uma sociedade. Para Marx, as relações e os significados são produtos do mundo social, na qual o homem é o próprio produtor dessas relações, de determinada realidade.

Marx, na *Introdução à Crítica da Economia Política*, chama a atenção para a compreensão da produção constituir “sempre um corpo social, um sujeito social, que atua num conjunto [...] de ramos de produção”. Ainda ressalta a necessidade de se tomar como primazia a distinção entre a “produção geral, os ramos particulares da produção e a totalidade da produção” (MARX, 1859, p. 4). A totalidade da produção envolve todo o sortilégio de processos sociais que constituem o ser social.

A categoria totalidade é a expressão de um modo de ser da realidade, e de suma importância para a apreensão da realidade. É uma categoria fundamental para a crítica da economia política e para a teoria social (e para o método), isso porque a totalidade é uma categoria constitutiva da realidade, é ontológica, existe como tal, ou seja, uma expressão da existência social. “Sendo a objetividade uma propriedade ontológica primária de todo ente, é nela que reside a constatação de que o ente originário é sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade [...]”. (LUKÁCS, 2012, p. 304).

Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. A visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que se tem dela.

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (LUKÁCS, 1967, p. 240).

No método, em Marx (1983, p. 218), a realidade social constitui uma totalidade concreta. “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações”, um complexo de totalidades que são diferentes e que têm graus distintos de complexidade, subordinando as menos complexas às mais complexas. O cerne de sua apreensão está no entendimento daquilo que lhe dá vida e dinamismo; de seu caráter histórico, que faz com que uma totalidade seja sempre um momento que não permite atingir um grau de conhecimento que se pretenda ser permanente.

Que é a realidade? Se é um conjunto de fatos, de elementos simplíssimos e até mesmo inderiváveis, disto resulta em primeiro lugar, que a concreticidade é a totalidade de *todos* os fatos; e em segundo lugar que a realidade, na sua concreticidade, é essencialmente incognoscível, pois é possível acrescentar, a cada fenômeno, ulteriores facetas e aspectos, fatos esquecidos ou ainda não descobertos, e mediante este *infinito acrescentamento* é possível demonstrar a abstratividade e a nãoconcreticidade do conhecimento [...]. (KOSIK, 1976, p. 43, grifos do autor).

Apesar de um certo abandono e cada vez maior dos atuais tempos de “*descostura*” das explicações totalizantes e dos “pós-modernismos”, nunca é demais lembrar e confirmar o estatuto onto-gnosiológico e o valor analítico-reflexivo intrínseco dessa categoria totalidade, no método em Marx, sem a qual qualquer interpretação teórica do mundo fica reduzida a um amontoado incoerente, amorfo e desarticulado de fragmentos, impossibilitando qualquer processo de efetiva produção do conhecimento. Como alerta Konder (2008),

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro.

A totalidade é o mapa da constituição da realidade, essência constitutiva desta. É importante salientar que a totalidade não pode ser entendida como uma soma de todos os fatos, mas que significa “[...] um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 44). É preciso considerar a realidade como totalidade concreta, dinâmica, que se transforma e se estrutura de modos diferentes, para cada fato ou conjunto de fatos, caso contrário não será possível apreender a realidade concreta e teríamos apenas mais uma das muitas mistificações da filosofia do século XVIII.

Costa (2005, p.123 *apud* PAULA, 2015, p. 76) salienta ainda que cada sociedade significa para Marx uma totalidade, ou seja, um conjunto único e integrado das variadas formas de organização humana na diversidade de suas instâncias – família, poder, religião. Marx consegue, pela profundidade de suas análises, ao considerar as sociedades de sua época, e do passado, como totalidades e situações históricas concretas, aplicar conclusões gerais a outras formas sociais diferentes. Focalizada no plano de cada uma das diversas totalizações mencionadas, essa realidade nos revela aspectos distintos, que nos ajudam a compor sua verdadeira fisionomia e a orientar de maneira mais realista nossa atividade tendente a transformá-la.

O método dialético empreende um esforço da realização de aproximações sucessivas para apreensão da realidade – ou aproximação desta –, portanto, é importante valer-se da posição de Marx (1859):

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc.

Assim sendo, é preciso que o pensamento, por meio das abstrações razoáveis, realize o processo de se aproximar da visão de população, ainda que encontre “uma visão caótica do conjunto” (MARX, 1859). Contudo, num esforço de compreender os nexos constitutivos da população “chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples”. É justamente nesse ponto que teríamos de dar início “à viagem de retorno” articulando as abstrações realizadas com elementos, chegando novamente à população “desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 1859).

Portanto, é da máxima importância iluminar, com a maior exatidão possível, em parte com observações empíricas, em parte com experimentos ideais abstrativos, seu modo de funcionamento, regulado por determinadas leis, ou seja, compreender bem como eles são em si, como suas forças internas entram em ação, por si, quais as inter-relações que surgem entre eles e outros “elementos” quando afastadas as interferências externas. [...] “viagem de retorno” pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências. (LUKÁCS, 2012, p. 306, grifos do autor).

Considerando que a totalidade é o mapa da constituição da realidade, portanto, essência constitutiva da realidade, significa dizer que se propor a captar a realidade é sinônimo de captar aquela realidade na sua totalidade. Desse modo, ao nos propormos a apreender a essência da profissão, tal como Konder (2008), nos questionamos: “Como é que eu posso ter certeza de que estou trabalhando com a totalidade correta, de que estou fazendo a totalização adequada à situação em que me encontro?”. No caso concreto do objeto desta tese podemos perguntar como nos certificarmos de que, desde a rede de mediações existente na trama Serviço Social, Estado e Política Social em Angola, estou fazendo a totalização adequada para apreender a essência do Serviço Social em Angola?

Como o mesmo autor refere, “a única resposta possível a esta pergunta se arrisca a ser decepcionante: não há, no plano puramente teórico, solução para o problema”. A teoria é necessária e nos ajuda muito, mas, por si só, não fornece os critérios suficientes para nos tornarmos seguros de agir com acerto. Nenhuma teoria pode ser tão boa a ponto de nos evitar erros. Dependemos, em última análise, da prática – especialmente da prática social – para verificar o maior ou menor acerto do nosso trabalho com os conceitos (e com as totalizações). A teoria nos ajuda, fornecendo importantes indicações.

Mas o texto ainda diz mais: por análise, eu decompou e recomponho o conhecimento indicado na expressão que me serviu de ponto de partida. No fim, realizada a viagem do mais complexo (ainda abstrato) ao mais simples, e feito o retorno do mais simples ao mais complexo (já concreto), a expressão população passa a ter um conteúdo bem determinado. O concreto, portanto, é o resultado de um trabalho. “O concreto” – insiste Marx (1983, p. 218) – “é concreto porque é a síntese de várias determinações diferentes, é unidade na diversidade”.

Para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada (em vez de inventar totalidades e procurar enquadrar nelas a realidade), o pensamento dialético é obrigado a desenvolver paciente trabalho: identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade. Quer dizer, nesse caso em concreto, quer o Serviço Social, quanto o Estado angolano, bem como os mecanismos que este adota para gerir as expressões da questão social, precisam por meio de um estudo paciente e de aproximações sucessivas, identificar as contradições concretas e as mediações específicas que constituem cada totalidade em que o Serviço Social está articulado?

Porém, alertados por Carlos Nelson Coutinho (2008) – pensar o todo não implica negar as partes, nem pensar as partes abstraídas do todo. O método dialético apreende tanto as contradições entre as partes (a diferença entre elas: a que faz de uma obra de arte algo distinto de um panfleto político, ou que faz do Serviço Social algo distinto da política de Assistência Social, ou desta política social algo distinto do Estado), como a união entre elas (o que leva a arte e a política a se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade, ou o que leva o Serviço Social, o Estado e a Política Social a se relacionarem em Angola enquanto uma totalidade particular).

A experiência nos ensina que, em todos os objetos com os quais lidamos, existe uma dimensão imediata (que percebemos imediatamente) e uma dimensão mediata (que vamos descobrindo, construindo, ou reconstruindo aos poucos). As mediações, entretanto, obrigam-nos a refletir sobre outro elemento insuprimível da realidade: as contradições.

No método em Marx, para o desvendamento, quer das interconexões quanto das contradições, o ponto de partida do conhecimento é sempre uma expressão fática – empírica, fenomênica da realidade –, um fato ou um conjunto de fatos. Para o caso deste estudo, a expressão fática, empírica, é o Serviço Social em Angola na sua singularidade. Porém, a busca da sua essência e do seu significado nos processos de produção e reprodução remete-nos ao esforço de analisá-lo na universidade para identificar a rede de mediações existentes na trama Serviço Social, Estado e Política Social em Angola, para que, regressando a essa realidade, entendamos o Serviço Social em Angola na sua particularidade. Isso porque, em Marx, a factualidade (Serviço Social em Angola na sua singularidade), a aparência, é importante, pois o conhecimento deriva da aparência e sempre é o ponto de partida.

Contudo, ao mesmo tempo em que a aparência revela, ela também esconde e oculta. Conhecer é negar a aparência, a empiria, no sentido de ultrapassá-la, ir além, negando a factualidade. O ato de negar a factualidade é, então, o caminho de totalização e consistirá nesse processo de aproximações sucessivas de identificar as mediações, interconexões e contradições existentes na trama Serviço Social, Estado e Política Social em Angola.

Propor-se a estudar a essência de algo, neste caso, do Serviço Social, significa estudar o Serviço Social em sua concreticidade e isso não é possível, desde o método dialético, sem ter em conta a categoria mediação, porque só a pseudo-concreticidade é uma visão estranhada do mundo, pois o mundo sempre se apresenta de forma imediata, sempre numa forma fenomênica e tomada pela aparência. O mundo nunca aparece ao homem como mediato. Marx sempre alude ao fato de que, se aparência e essência fossem iguais, não haveria necessidade da ciência, contudo, não há contradição entre aparência e essência, pois, no imediato, na aparência, a essência aparece parcialmente obscurecida:

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do

fenômeno no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social. Se o conhecimento não determinou a destruição da pseudoconcreticidade, se não descobriu, por baixo da aparente objetividade do fenômeno, sua autêntica objetividade histórica, assim confundindo a pseudoconcreticidade com a concreticidade, ele se torna prisioneiro da intuição fetichista cujo produto é a má totalidade. [...] a totalidade materialisticamente entendida é a criação da produção social do homem [...]. (KOSIK, 1976, p. 61, grifo do autor).

Assim, entendemos que a realidade sócio-histórica de Angola, na qual o Serviço Social se insere, constitui uma totalidade. Totalidade é um complexo dos complexos, constituída por um conjunto de complexos. A menor unidade constitutiva – o Serviço Social – é de extrema importância. A totalidade é articulada histórica e ontologicamente, pois constitui as determinações. Supõe relações oriundas das relações e subordinações, cujo momento ontologicamente determinante é a produção material. Desse modo, a totalidade é composta por particularidades.

Por isso a pergunta: Que mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social na sua relação com o Estado e a Política Social em Angola? é importante para se compreender a particularidade da profissão em Angola. As totalidades não podem ser equalizadas, ou seja, são complexos de complexos cheios de contradições e antagonismos, que se dão de modo diferente em cada local, região, etc.

Compreendendo a totalidade como processualidade, campos de forças de movimentos contraditórios, constituída de variáveis graus de complexidade, é necessário apreender que a responsável no interior dos complexos totais pela contínua tensão, impulsionada pelos vetores positivos (que atuam no sentido da reprodução dos complexos) e de vetores negativos (que apontam na direção da desestruturação dos processos, de sua negação), é a “negatividade” que, por excelência, é a categoria do movimento. Sem essa categoria, é impossível conceber a noção de movimento, de mudança e, especialmente, de superação (PONTES, 2009).

A totalidade é entendida como dinâmica e concreta, portanto, é necessário que se busquem, na realidade, duas categorias: a da mediação e da negatividade.

Todas as totalidades sociais, de maior ou menor intensidade são campos de força [essa terminologia não é usada por Marx, mas torna mais clara a questão]. Nesse campo de forças tem-se vetores contraditórios, são feixes de força que operam em sentidos diferentes. Dentre os sentidos possíveis, há dois que sempre são necessários, há feixes que operam no sentido de manter, de preservar, de conservar a estrutura dada de um determinado fenômeno e há feixes que operam no sentido de desestruturar, de alterar essa estrutura dada. Essas forças não são necessariamente conscientes, são forças objetivas no sentido em que se dão em todos os processos sociais. Aliás, os processos sociais, são constituídos precisamente pela colisão dessas forças, que são endógenas, imanentes a eles. (BAPTISTA, 1999, p.19).

Os homens – indivíduos sociais e históricos – agem a partir de determinada relação social, a fim de atender aos seus interesses, seus objetivos, exercendo uma atividade prática. Dessa forma, segundo Kosik (1976, p. 13), a realidade “apresenta-se como campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade”. Assim:

[...] as relações e os significados são considerados como produtos do mundo social. [...] o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém. (KOSIK, 1976, p. 23).

A partir de sua prática cotidiana, do imediatismo de suas ações, o homem cria condições de posicionar-se em relação às suas atividades e necessidades reais, porém, não possibilita a compreensão dos fenômenos, da realidade. Assim, o fenômeno possui em si a sua essência, ao mesmo tempo em que a esconde em sua imediatricidade (KOSIK, 1976), ou seja, a essência do fenômeno e sua estrutura não se dão imediatamente – é preciso uma atividade do pensamento, de decomposição do todo, para a compreensão do fenômeno em sua essência.

Conforme Kosik (1976, p. 21) é a partir do método dialético que se torna possível compreender a realidade, o fenômeno em sua essência.

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.

Trata-se, segundo Lukács (1981, p. 68), de extrair o fenômeno de sua imediatricidade, de mediar a sua dada aparência ao seu núcleo, voltar à sua essência e, dessa forma, compreender o caráter desse fenômeno; esse reconhecimento e essa ultrapassagem do ser imediato é precisamente a relação dialética.

Marx demonstra que, por um lado, é errôneo cientificamente partir da realidade social imediatamente dada. A economia começa, por certo, com a indagação da "viva totalidade" da sociedade, mas o seu desenvolvimento como ciência se expressa precisamente no fato de que ela elaborou, através da abstração e da análise, "algumas relações determinadas, abstratas, universais". Apenas por esse caminho pode a ciência econômica retornar destas determinações simples e universais à totalidade da realidade, que precisamente agora podia ser conhecida como realidade autêntica e concreta. Esta indagação metodológica, portanto, conduz à compreensão materialista-dialética do concreto. (LUKÁCS, 1978, p. 74, grifos do autor).

Marx parte, portanto, dos fatos sócio-históricos para compreender a realidade, e dessa forma, apresenta, implicitamente, o método de apreensão da realidade, trazendo para reflexão a categoria mediação.

o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho, a representação plena é volatizada numa determinação abstrata; no segundo, as determinações conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento. (MARX, 1857-1858, p. 21).

A categoria mediação, embora não explicitada, é substância da própria realidade, portanto é uma categoria histórico-ontológica constitutiva do ser, uma vez que múltiplas determinações concorrem para selar a “unidade do diverso”. Para entendê-la, faz-se necessário estudá-la em concomitância com os demais elementos constitutivos do método em Marx, tal como alguns de seus seguidores, como Georg Lukács, o fez; ou seja, estudá-la no âmbito das discussões sobre a totalidade, a relação entre particularidade, singularidade e universalidade. Entretanto, não é possível entender essas categorias como simples constructos metodológicos, uma vez que se referem a uma forma de ser da própria sociedade e são, portanto, ontológico-sociais. Por isso, e com razão, Pontes (2010, p. 81-88) considera a mediação como categoria reflexiva e ontológica.

Na apreensão de aspectos da realidade socioeconômica, evidencia-se, segundo Lukács, essa unidade entre método e ontologia. Assim, as categorias constitutivas do método em Marx, e entre elas a mediação, são expressões do movimento da realidade social. Para melhor entender o que é a mediação, faz-se necessário elencar, ainda que sumariamente, sua relação intrínseca com categorias, como a totalidade e universalidade.

Segundo Kosik (1976, p. 41-42), a categoria totalidade, elaborada pela filosofia clássica alemã, é um dos conceitos centrais que distinguem a dialética da metafísica. Para esse autor, Marx possuiu-se dessa categoria e “purgou-a das mistificações idealistas e, sob este novo aspecto, dela fez um dos conceitos centrais da dialética materialista”. Ela é mais do que a soma das partes, mais do que a sobreposição das partes, que constituem determinada realidade social; a totalidade diz respeito à inter-relação entre as várias partes que a compõem, mantendo entre si uma relação de reciprocidade (LUKÁCS, 1978 *apud* YWATA, 2010, p. 29).

Nesta linha, e em tom concordante, sustenta Kosik (1976, p. 43-44) que a

[...] totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo articulado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade.

Para apreendê-la, faz-se necessário compreender, concomitantemente, os momentos que a compõem como totalidade concreta. Considerando a relação recíproca entre os fatos reais, a historicidade e o movimento da própria realidade, compreendemos que tais fatos não são imutáveis. É, pois, esse movimento que fizemos, para compreender a totalidade do Serviço Social em Angola. Procuramos não olhar a profissão como uma realidade desconexa do todo, nem consciente disso, mas fizemos mera aglutinação de outras totalidades ao Serviço Social. Sim, procuramos perceber a recíproca relação historicamente construída, ou seja, construída no movimento da realidade angolana, olhando mormente para o Estado e a Política Social nesse contexto, pois

A ação recíproca que temos em mente vai muito mais além que a ação recíproca entre objetos imutáveis – ela ultrapassa-a no seu relacionamento com a totalidade. A relação com o todo torna-se a determinação condicionante da forma de objetividade de todo objeto; toda mudança essencial e importante para o conhecimento se manifesta como mudança de relação para com a totalidade e, por isto mesmo, como mudança da própria forma de objetividade. (LUKÁCS, 1981, p. 74).

Os fatos parecem isolados, mas, na verdade, não o são. Conforme Lessa (2005), a articulação e relação com as processualidades globais fazem dos atos singulares uma singularidade da totalidade social. Kosik (1976, p. 36) afirma que todo fato só pode ser compreendido no contexto de determinada realidade, diante de um todo; assim, todo fato, fenômeno, em sua essência ontológica, reflete a relação com o todo. Ao explicar esse fato, o autor mostra a importância da mediação para a apreensão de aspectos de dada realidade social:

Da vital caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, porém não mais como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido, O caminho entre a "caótica representação do todo" e a "rica totalidade da multiplicidades determinações e das relações" coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um *detour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (grifos do autor).

Kosik (1976) prossegue afirmando que, embora pareça que os fatos (as partes, as singularidades) são separados do todo, é apenas no todo que são compreendidos, historicizados e concretizados. O contrário também é verdadeiro, considerando o método dialético – a conexão e a reciprocidade das partes com o todo – a totalidade não permanece ao nível da abstração, como um nível superior de agrupamento das partes, mas é concretizado recriando-se na relação com as partes.

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. [...] A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 1976, p. 50).

A totalidade, portanto, deve ser compreendida em relação recíproca com as partes e dessas entre si, a partir de determinada historicidade. Apenas dessa forma a totalidade torna-se concreta e ultrapassa o nível da abstração. Kosik (1976) alerta para a idealização do pensamento, quando se interpreta que este cria o concreto, ou, ainda, que o fato, o fenômeno, adquire um significado apenas na mente humana.

Assim, é possível apreender que Marx, assim como os demais autores, não explicitam a categoria mediação de forma isolada, mas, ao insistirem na apreensão de categorias constitutivas da realidade social como a totalidade concreta, necessariamente, ainda que de forma implícita, ressaltam a importância da mediação. Isso está claro, por exemplo, quando Marx critica os resultados dos trabalhos da economia política:

o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo sejam idênticos, senão que constituem as articulações de uma totalidade, diferenciações dentro de uma unidade. [...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma distribuição, um intercâmbio determinados e relações recíprocas determinadas destes diferentes momentos. A dizer a verdade, também a produção está por sua vez determinada pelos outros momentos. Finalmente, as necessidades do consumo determinam a produção. Entre os diferentes momentos tem lugar uma ação recíproca. Isto ocorre sempre em todos os conjuntos orgânicos. (MARX, 1857-1858, p. 20).

Outro exemplo da importância da categoria mediação está em Kosik (1976, p. 53-54):

[...] e a ciência [...] hoje se vê cada vez mais orientando para os processos e as relações. [...] a generalização é conexão interna dos fatos e que o próprio fato é reflexo de um determinado contexto. Cada fato na sua essência

ontológica reflete toda a realidade. [...] A realidade [...] não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna.

Na mesma linha de pensamento, avança Lukács (1978, p. 74), quando afirma que,

Apenas por esse caminho pode a ciência econômica retornar destas determinações simples e universais à totalidade da realidade, que precisamente agora podia ser conhecida como realidade autêntica e concreta. Esta indagação metodológica, portanto, conduz à compreensão materialista-dialética do concreto.

Analisando a literatura, verifica-se que outra categoria ressaltada para a compreensão da importância da mediação é a universalidade.

Segundo Lukács (1978), essa já era estudada desde Aristóteles, porém, neste debate, será abordada apenas a discussão da interpretação lukacsiana. Apontamos, anteriormente, a importância do idealismo hegeliano na construção teórico-metodológica do materialismo dialético; aqui, também, Hegel é indicado por Lukács (1978, p. 73) como “[...] o primeiro a colocar o problema do particular de uma maneira correta e multilateral”, resguardadas as devidas “deformações idealistas”. Assim, Marx apropriou-se devidamente das reflexões realizadas por Hegel, construindo criticamente categorias sociais, baseadas em determinada realidade socioeconômica. Segundo Lukács (1978, p. 82),

[...] uma crítica que indicasse o caminho para o futuro somente poderia ser feita do ponto de vista de um ser social mais desenvolvido e de tipo diverso: no caso de Marx, daquele da democracia revolucionária e, sobretudo, posteriormente, daquele do comunismo.

Ainda na senda da interpretação de Lukács, Marx realiza uma crítica a Hegel, pois, ao contrário do idealismo hegeliano, Marx considera a universalidade

Como uma abstração realizada pela própria realidade e então – ela se torna uma justa ideia, isto é, quando a ciência reflete adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções. Mas se o reflexo deve corresponder a estes critérios, ele deve ao mesmo tempo ser histórico e sistemático, isto é, deve elevar a conceito o movimento concreto. (LUKÁCS, 1978, p. 87).

O universal, portanto, relaciona-se à realidade e é estruturada a partir desta, ou seja, a universalidade é histórica e parte de uma dada realidade sócio-histórica, a partir da qual são estruturadas as grandes leis, as grandes determinações. Assim, Marx (1857-1858, p. 21), ao afirmar que “concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações; é unidade do diverso”, estabelece a unidade e articulação dialética entre universalidade, singularidade e particularidade. Lukács (1978, p. 88) explica-nos o

modo pelo qual, por meio da dialética, é possível compreender as mediações entre universal e singular.

É rico e variado o modo pelo qual a dialética de universal e particular se manifesta na realidade histórico-social e como seria falso deduzir antecipadamente destes processos, tão diversos um do outro, um esquema qualquer. A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se forma leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular.

Os fatos imediatamente dados – ou seja, a singularidade – são levados à abstração por meio da mediação com os fatos universais, às leis universais, às grandes determinações econômicas, históricas, sociais, culturais, retornando àquele, agora, não mais como um fato isolado, singular, mas apreendendo-o como processo sócio-histórico, particular. Segundo Mazzeo (1989, p. 19), “na particularidade, [...] está presente um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais concreta de uma lei, pois nela residem as reais mediações com a universalidade”.

É por isso que, para estudar o Serviço Social, em Angola, como fato imediatamente dado, portanto, como a singularidade que nos interessa, o exercício de abstração dessa singularidade consiste em transportarmos a profissão à sua Universalidade. Definimos o trabalho como a categoria que faz o estatuto ontológico do Serviço Social. O elemento de crítica à Universalidade do Serviço Social poder ser trabalho, consistiu em analisar como esse trabalho chamado Serviço Social se expressa nas suas interconexões, contradições com o Estado e a Política Social, no contexto concreto de Angola, fazendo isso sua particularidade.

Entretanto, a partir das mediações, é possível desvelar os fatos imediatos, partindo da própria realidade, entendendo-os numa totalidade e conforme os contextos sócio-histórico, político e econômico.

Marx, portanto, ao estudar a sociedade burguesa, por meio do materialismo-histórico, a partir do movimento concreto, considera que o modo de produção pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas, assim como das relações sociais, que é histórico.

A análise científica do modo capitalista de produção demonstra, ao contrário, que ele é um modo de produção de tipo particular, especificamente definido pelo desenvolvimento histórico; que, do mesmo modo que qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe um certo nível das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento como sua condição histórica; condição esta que é, ela mesma, o resultado histórico e o produto de um anterior processo, do qual o novo modo de produção parte enquanto

tal processo é seu fundamento dado; que as relações de produção correspondentes a este específico modo de produção, historicamente determinado (relações nas quais os homens penetram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social), têm seu caráter específico, histórico, transitório. (MARX 1919, p. 414-415 *apud* LUKÁCS 1978, p. 85-86).

Ao compreender o movimento concreto e histórico do modo de produção, percebe-se que este penetra no “processo da vida social”, na criação da vida social dos homens, ou seja, são relações presentes na forma como a sociedade produz e reproduz a vida econômica, social; são determinações sociais, econômicas e históricas, que incidem sobre a vida daqueles, sobre os fatos singulares, imediatos.

Na linha da interpretação marxiana, o trabalho é a condição para a emancipação e socialização humanas, embora no modo de produção capitalista o trabalho seja trocado por um salário, utilizado apenas para a manutenção do homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, para a acumulação capitalista, tornando-se, dessa forma, um ser alienado, estranhado ao processo de trabalho. Diz Marx (2005, p. 14-15),

o trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da socialidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada.

Desta forma, segundo Ywata (2010, p. 37) com a qual estamos de acordo, a partir de observações e estudos sobre a sociedade burguesa—ao discutir sobre a (re)produção das relações sociais, partindo do materialismo histórico-dialético, numa apreensão de totalidade, assim como da mediação entre universalidade, singularidade e particularidade—é possível compreender a categoria mediação, nas reflexões de Marx, que, embora não tenha nenhuma obra que trate especificamente do método, aponta a categoria mediação em seus estudos sobre a sociedade burguesa.

A categoria mediação, não é, portanto, apenas um construto metodológico para apreensão da realidade, uma vez que, desde a sua sistematização, na perspectiva hegeliana, vincula-se a uma concepção ontológica que contradita a compreensão do universo e do ser como dotados de fixidez e de uma ordenação a ser preservada. É, portanto, uma categoria constitutiva da própria realidade que se apresenta em dimensões particulares, fragmentos; mas cristaliza-se como totalidade orgânica, e que é chamada, historicamente, a ultrapassar-se em sua totalidade. Ressalta-se, portanto, a dimensão política dessa perspectiva marxiana: a necessária ultrapassagem da sociedade burguesa,

que não se tornará mais humana, apenas com meras reformas sociais fincadas em aspectos de uma realidade que não pode ser fragmentada.

Sem qualquer pretensão conclusiva, concordamos com Ywata (2010) quando diz que compreender marcos teóricos sobre os quais se constroem as bases para a virada ontológica construída nos escritos de Marx e a radicalidade política a ela inerente, é necessário para a compreensão da categoria mediação. Tal compreensão é de fundamental importância para a apreensão de aspectos da realidade social na perspectiva de totalidade.

1.4 Trabalho, mediação e objetivação do ser social

O Serviço Social é uma realidade humano-social. Então, como o ser social e suas realidades se objetivam? Que espaço tem a categoria trabalho e a mediação, nesse processo?

Como antes apontamos, na linha da interpretação marxiana, o trabalho é a condição para emancipação e socialização humana, embora, no modo de produção capitalista, seja trocado por um salário, utilizado apenas para a manutenção do homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, para a acumulação capitalista, tornando-se, dessa forma, um ser alienado, estranhado ao processo de trabalho.

Na teoria marxiana, a apreensão de uma categoria a partir da realidade é a forma pela qual se explica cientificamente um acontecimento, como se constrói a explicação. Explicar dialeticamente é apreender o conjunto de categorias que resulta da reflexão sobre o objeto pesquisado. Significa interrogar o real reiteradamente e desvendá-lo, apreender o que não está dado, por seu aspecto imediato e fenomênico.

Nessa base, as representações que surgem na mente humana não são independentes em si mesmas, mas reflexos da realidade, captados como representações pela consciência. Assim, Lukács (2012, p. 297) propõe:

As categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações de existência”, elementos estruturais de complexos relativamente totais e reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo (grifos do autor).

Por esse motivo, para estudo e compreensão do ser social, Marx estabelece a prioridade do ontológico. Para ele, o ser social existe independentemente de seu conhecimento em relação ao método de sua apreensão. Ou alguém tem dúvidas disso,

tem experiência diferente enquanto ser objetivo singular? Os homens reais – em suas relações entre si e com a natureza – são os portadores da objetividade sócio-histórica. E, nesse sentido, pode-se dizer que o ser social fundamenta-se em categorias ontológico-sociais, pois, enquanto modos de ser que os caracterizam, são construções sociais históricas que se interdeterminam de forma complexa e contraditória, em seu processo de construção (BARROCO, 2009; MESZÁROS, 2009). Na verdade, existem dois complexos: o ser social e o conhecimento deste ser social:

Como, em geral, em toda a ciência histórica, social, ao observar o desenvolvimento das categorias econômicas há que ter sempre presente que o sujeito–neste caso a sociedade burguesa moderna–é algo dado tanto na realidade como na mente; e que, por conseguinte, essas categorias exprimem formas e modos de existência, amiudadamente simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; e que, portanto, mesmo do ponto de vista científico, esta sociedade não começa a existir de maneira nenhuma apenas a partir do momento em que se começa a falar dela como tal (MARX, 1859).

Segundo Braz e Netto (2007), as categorias que são recriadas pela razão, a partir do real, são modos de existência do ser social, são formas ontológicas. E as categorias que são apreendidas por meio do ato reflexivo, da análise teórica, os homens tomam consciência delas, tornando-as recursos fundamentais para a tarefa de conhecimento da realidade, reproduzindo-as conceitualmente, aparecendo como produto do pensamento; são categorias reflexivas.

O homem é um ser, ao mesmo tempo, singular e genérico. O engendrar prático de um “mundo efetivo”, a “elaboração” da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico (MARX, 2010b, p. 85).

A singularidade é parte inerente do que o homem é, contudo só pode ser expressada na genericidade.

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade [*Wirklichkeit*]. O objeto do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual [mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. [...] (MARX, 2010b, p.85, grifos do autor).

Em outras palavras, podemos dizer que o homem, um ser objetivo, é também um ser que se objetiva por meio de toda a sua produção como arte, cultura, ciência, a ética, etc., portanto, essas produções humanas possuem formas de objetivação do homem.

Ao longo da história, a humanidade criou um conjunto vasto de objetivações, que pode ser apropriado pelos indivíduos e subjetivados por eles; basta que possam entrar em contato com toda essa riqueza de objetivações existentes e dispersas em todo o mundo. A respeito, diziam Marx e Engels (1999, p. 54):

os indivíduos singulares são libertados das diversas limitações nacionais e locais, são postos em contato prático com a produção (inclusive espiritual) do mundo inteiro e em condições de adquirir a capacidade de desfrute desta multiforme produção do mundo inteiro (as criações dos homens).

Em relação a esse sistema de objetivações, a teoria marxiana estabelece uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra “[...]. É o que ocorre com a tese central de todo o materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência [...]” (LUKÁCS, 2012, p. 307). Por isso, não partindo do psicologismo de Maslov e muito antes deste, Engels, em seu discurso fúnebre a Marx, fala do “fato elementar [...] de que os homens precisam em primeiro lugar comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião, etc.” (LUKÁCS, 2012, p. 308), ele fala exclusivamente dessa relação de prioridade ontológica.

Ora, se no sistema de objetivações, a teoria marxiana estabelece “uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra”, que objetivação então tem tal prioridade ontológica e por quê? O trabalho é, para Marx, a objetivação elementar a partir da qual todas as demais se desenvolvem e autonomizam.

Do conjunto destas objetivações se deriva o conceito de práxis – o homem enquanto ser prático e social. A essência humana neste sentido é um conjunto de qualidades, habilidades, possibilidades que o homem realiza ao longo de sua história. [...] o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade [*Bestimmtheit*] com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. (MARX, 2010b, p. 84).

Na mesma linha e sustentando-se nessa base, Lukács (1978, p. 6) acrescenta:

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque se altera a adaptação passiva, meramente reativa do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas ao contrário – precisamente no plano ontológico – converte-se no modelo da nova forma do ser em seu conjunto.

Com esse contributo, Lukács responde à questão que fizemos: Como o ser social e suas realidades se objetivam? Que espaço tem a categoria trabalho e mediação nesse

processo? É, pois, com essa base, que concordamos com Paula (2015) quando afirma que o homem é um ser que se diferencia dos demais animais pelo trabalho e, ao trabalhar, produz a si mesmo e o mundo. Tem a habilidade de produzir sua existência, ao contrário dos demais animais que, pela repetição de gestos, comuns à espécie a que pertencem, garantem sua sobrevivência numa ação não deliberada. O trabalho humano caracteriza-se por ações conscientes, com finalidades e objetivos. Trata-se de resposta aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência. O trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, transforma o próprio homem, desenvolvendo suas faculdades. Isso significa que, pelo trabalho, o homem se autoproduz.

Nessa base, pois, é que outros intérpretes de Marx reconhecem a centralidade ontológica do trabalho. Barroco (2009, p. 20), a respeito, sustenta:

O homem, enquanto ser social, processa sua autoconstrução como ser específico. Enquanto a atividade vital dos animais, como resposta às necessidades de sobrevivência, é limitada, caracterizada pelo instinto e imediatismo, a atividade humana diferencia-se pelas mediações que estabelece, pois responde às carências de forma consciente, racional, projetiva, transformando os sentidos, com liberdade e criatividade.

Como adiantamos, para o estudo e compreensão do ser social, Marx estabelece a prioridade do ontológico. Ou seja, para ele, o ser social, que existe independentemente de seu conhecimento em relação ao método de sua apreensão. Como diz Barroco (2009), em diálogo concordante com Marx, a natureza existe independentemente da ação do homem, contudo, para transformá-la, é preciso conhecê-la em sua dinâmica.

Assim, sendo o homem um ser em construção, o processo de constituir-se como tal, na perspectiva de dominar a natureza, criando alternativas, apresentando respostas sociais, decorre da transformação de todos os sentidos humanos por meio do trabalho. Uma necessidade primária, como a fome, torna-se social, com a criação de maneiras diferenciadas de satisfação, pois estas são indicadores de costumes e culturas construídas em diferentes modos de produção (BARROCO, 2009).

Portanto a realização da produção indica o papel ativo da consciência e por isso é uma mediação primária da vida social. Nas palavras de Marx (1859), “o objeto a considerar em primeiro lugar é a produção material. Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja, a produção de indivíduos socialmente determinada: eis naturalmente o ponto de partida”.

A capacidade humana de produzir os meios necessários para a manutenção e reprodução da vida, o que significa a produção da vida material dos homens, num

sentido que deve ser compreendido para além da vida material do homem, pois, ao produzir, os homens estabelecem relações entre si que se desenvolvem no sentido do intercâmbio, divisão do trabalho e desenvolvimento de novas forças produtivas, a fim de suprir as novas necessidades criadas.

E a cada nova força produtiva desenvolvida, tem-se um novo desenvolvimento da divisão do trabalho e esta determina as relações dos indivíduos entre si "no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho" (MARX; ENGELS, 1999, p. 29). E, ainda: "[...] a produção não é apenas uma produção particular: constitui sempre um corpo social, um sujeito social, que atua em conjunto—mais ou menos vasto, mais ou menos rico—de ramos de produção" (MARX, 1859).

Marx assinala ser o trabalho, enquanto atividade produtiva, a determinação ontológica da humanidade. As primeiras consequências importantes na análise da atividade produtiva humana, como centro de sua ontologia, decorrem da discussão da alienação (PONTES, 2009; MESZÁROS, 2009).

Quanto mais recuarmos na história, mais o indivíduo – e portanto o produtor individual – aparece como elemento que depende e faz parte de um todo mais vasto; faz parte, em primeiro lugar, e de maneira ainda inteiramente natural, da família e dessa família ampliada que é a tribo; mais tarde, faz parte das diferentes formas de comunidades provenientes do antagonismo entre as tribos e da fusão dessas. Só no século XVIII, as diversas formas de conexão social aparecem em face do indivíduo como simples meios para alcançar os seus fins privados, como uma necessidade exterior a ele.

Contudo, a época que gera esse ponto de vista, essa ideia do indivíduo isolado, é exatamente a época em que as relações sociais (universais, segundo esse ponto de vista) alcançaram o seu mais alto grau de desenvolvimento (MARX, 1859). A categoria “decadência ideológica”, em Lukács, é uma mediação interessante para dar conta da produção ideológica do indivíduo isolado elaborada pelos ideólogos burgueses na produção de um conhecimento que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas finalidades de conservação da ordem do capital.

Ao mesmo tempo em que é objetivação humana, o trabalho nos moldes da sociedade capitalista se opõe ao homem, antagoniza-se ao homem, isso porque o homem não se reconhece no produto de seu trabalho; ao contrário, o fruto de seu trabalho se impõe ao homem de forma alheia. E, ainda, o homem não se reconhece no trabalho e, sobretudo, não se reconhece nos que trabalham com ele, que são

trabalhadores que sofrem do mesmo efeito, que estão na mesma situação. Logo as relações estabelecidas entre os homens não são um fim e um meio, os homens as instrumentalizam.

Neste sentido, o trabalho coloca-se como negação do sujeito. Em determinadas condições sociais, algumas objetivações adquirem um caráter tão estranho que se autonomizam em face do criador, criam vida própria e se viram contra o criador. Essas objetivações voltam-se contra o sujeito em forma de alienação. Alienação é tudo aquilo que mutila, que impede a realização e o reconhecimento da essência humana.

A atividade produtiva é o cerne da consciência e da “consciência alienada”, reflete a atividade alienada ou a alienação da atividade, isto é a “autoalienação do trabalho”. A atividade produtiva subjugada pelo isolamento capitalista em que os homens produzem como “átomos dispersos” sem consciência de sua espécie, impede a realização adequada da função de mediação entre o homem e a natureza, porque reifica o homem e suas relações, reduzindo-os ao estado de natureza animal. E no lugar da consciência da espécie, o homem depara-se com o culto da privacidade e uma idealização do sujeito abstrato (MESZÁROS, 2009).

Nos moldes da sociedade capitalista, o trabalho não produz somente mercadorias, mas produz a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria. Quanto mais o homem trabalha e produz, quanto mais o trabalho se torna coletivo e quanto mais riqueza se produz socialmente, tanto mais pobre se torna o homem. Torna-se imperativo que venda sua força de trabalho como mercadoria “[...] com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*) [...]” (MARX, 2010b, p. 80, grifos do autor).

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num *objeto*, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador; a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*). (MARX, 2010b, p. 80, grifos do autor).

Para que possa existir como sujeito físico—conseguir os meios necessários para sua sobrevivência física – o trabalhador tem como condição ser primeiro trabalhador. O trabalhador tem cada vez mais dificuldades para encontrar trabalho, haja vista que, como mercadoria, a venda da força de trabalho também sofre concorrência, logo, não se reconhece em igual situação dos demais trabalhadores, ao contrário, os vê como

concorrentes, o que Meszáros (2009, p.133) caracteriza como concorrência subjetiva–trabalhador entre trabalhador e capitalista entre capitalista–enquanto a concorrência objetiva se dá entre trabalhadores e proprietários. Somem-se a isso as condições cada vez mais precárias de trabalho. A objetivação aparece, assim, como a retirada do trabalhador “[...] dos objetos necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho” (MÉSZÁROS, 2009, p.133).

E, assim, a apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital.

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo alheio [*fremd*] que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos o [trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto [...]. (MARX, 2010b, p. 81).

Na análise da atividade produtiva, podem ser categorizados dois tipos de mediação: o de primeira ordem, entendido como "objetivação e autodesenvolvimento humanos, como a automediação necessária do homem com a natureza", acrescentando-lhe, assim, também um primeiro aspecto ontológico, e sob um segundo aspecto ontológico, em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social – o realiza a mediação consigo e com os demais homens, logo, é mediação de primeira ordem (MESZÁROS, 2009).

As mediações de segunda ordem aparecem no entremear da relação “divisão do trabalho – propriedade privada – intercâmbio – “que são expressões capitalistas”, perturbando essa relação e subordinando a própria atividade produtiva ao domínio de uma “lei natural” cega às exigências da produção de mercadorias destinada a assegurar a reprodução do indivíduo atomizado e coisificado, que não é mais do que um apêndice desse sistema de “determinações econômicas” (MESZÁROS, 2009, p. 81).

Desse modo, a atividade produtiva do homem, que *a priori* deveria ser fonte de realização, contrapõe-se a essa realização, na medida em que as mediações de segunda ordem institucionalizadas (divisão do trabalho – propriedade privada – intercâmbio) se interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza e entre o homem e o homem. A atividade produtiva do homem torna-se, então, subordinada às mediações de segunda ordem capitalista. Se a automediação do homem for mediada pela forma de

atividade produtiva capitalista institucionalizada, então, a natureza não pode mediar a si mesma, tampouco há mediação entre a natureza e o homem e, por fim, o homem não pode mediar a si mesmo com o homem.

Ao contrário, o homem é confrontado pela natureza de uma maneira hostil, sob o império de uma “lei natural” que o domina cegamente por meio do mecanismo do mercado (intercâmbio) e, de outro lado, o homem é confrontado pelo homem também de maneira hostil, no antagonismo situado entre capital e trabalho. A inter-relação original do homem com a natureza é modificada na relação entre trabalho assalariado e capital, confinando a atividade produtiva do trabalhador assalariado, a sua autorreprodução, como simples indivíduo em seu ser físico. Assim, os meios tornam-se os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediação de segunda ordem (MESZÁROS, 2009).

Marx indica que, a partir dos conceitos de trabalho estranhado, exteriorizado e o conceito de propriedade privada, podem ser analisadas e/ou desenvolvidas todas as demais categorias nacional-econômicas, ou seja, ao analisar categorias como concorrência, capital, dinheiro, reencontra-se, ou há uma expressão determinada e desenvolvida do trabalho estranhado, exteriorizado e da propriedade privada (MARX, 2010b). Desse modo,

[...] A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência, como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia por ser já uma *classe* e não mais um *estamento* é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, a dar uma forma geral a seu interesse médio [...]. (MARX; ENGLÉS, 1999, p. 97, grifos dos autores).

Ora, se a capacidade humana de produzir os meios necessários para a manutenção e a reprodução da vida, deve ser compreendida para além da vida material do homem, uma vez que, ao produzirem, os homens estabelecem relações entre si, que se desenvolvem no sentido do intercâmbio, divisão do trabalho e o desenvolvimento de novas forças produtivas, a fim de suprir as novas necessidades criadas, isso significa que não é a consciência que determina o ser social, mas a existência do ser social que determina a consciência. O desconhecimento dessa assertiva cria uma falsa representação dos processos sociais, das relações sociais – portanto, uma falsa consciência, tal como Marx e Engels (1999, p. 37) já alertavam:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.

1.5 Serviço Social e as categorias trabalho e mediação

Ora desejando analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, entendemos que tal desiderato exige aclarar qual é a compreensão que temos do Serviço Social, cujas mediações teórico-metodológicas pretendemos estudar. Assim, respostas a questões como: Afinal, o que é o Serviço Social? Qual é o seu estatuto histórico-ontológico em Angola? Qual é a sua essência? Julgamos serem de capital importância.

Já defendido e demonstrado que o Serviço Social em Angola nasce e se identifica como um trabalho especializado no contexto da divisão sociotécnica do trabalho, não é demais trazer alguns argumentos que reforçam essa tese porque tal compreensão em Angola ainda não é clara. Estuda-se a profissão como “ajuda”. A influência de Balbina Ottoni Vieira (1988) e de tantos outros vão se mesclando com as de Lessa (2000;2007) e criando dúvidas sobre a natureza do Serviço Social em Angola. Daí a necessidade de elucidarmos a compreensão da profissão constante neste trabalho.

Em Angola, enquanto estudante de graduação em Serviço Social, e sabemos que ainda hoje é assim, não se estuda o Serviço Social na história, mas se procura fazer a história da profissão. Mas ainda é tratada como a história da “ajuda”.

Em nosso TCC, influenciado por aqueles autores, também defendemos que “num sentido filosófico, natureza é aquilo que pertence, com exclusividade, a um gênero ou a uma espécie, capaz de um conjunto de ações que lhe são inerentes, que o

faz diferente e distinguível de outro” tese que já ultrapassamos, se tivermos em conta Monteiro (2016, p. 16).

Em Angola, o entendimento da compreensão da profissão, como um tipo de ajuda mais refinada, é mais facilmente aceita e encontra o apoio de como a disciplina de Fundamentos do Serviço Social é tratada na escola. Sob influência de Vieira (1988, p. 24), em nosso TCC, escrevemos:

De acordo com Balbina Ottoni Vieira (1988, p. 23) se pela experiência histórica admitimos que o Serviço Social é uma “ajuda”, ou seja, que a sua natureza é “ajudar” aos outros, podemos também verificar que ele tem, hoje, certas características que o distinguem de outros tipos de ajuda. Se considerarmos o Serviço Social como uma ajuda atuando numa situação de desenvolvimento, podemos dizer que o desenvolvimento é um fator que vai influir sobre o tipo de ajuda prestada pelo Serviço Social. Por este motivo, Balbina Vieira considera que *“o desenvolvimento é um factor que vai influenciar sobre o tipo de ajuda prestada pelo Serviço Social, portanto, as várias situações criadas pelo desenvolvimento, são variáveis causais ou independentes do Serviço Social”* (grifos do autor).

Portanto, como se verifica na citação acima apresentada, aprendemos que a essência do Serviço Social é de ajuda. Mesmo com a formação superior, eu mesmo seria apenas um ajudante especializado, cujo tipo de ajuda a ser prestada dependeria do nível de desenvolvimento do espaço onde ajudaria. Sob essa influência, escrevemos e chegamos a acreditar que “a experiência que se tiver da ajuda leva a uma hipótese do que é ou será o Serviço Social, isto é, a um conceito sobre ele. Isto explica a variedade de conceito de Serviço Social nos diferentes países” (VIEIRA, 1988, p. 24)⁹.

Em Angola, a profissão, que é institucionalizada em 1962, encerrada oficialmente em 1977, mas, na realidade, em 1975, com a proclamação da independência, e refundada em 2005, não escapou das influências da “modernização conservadora” norte-americana e brasileira, sobretudo com as contribuições do documento de Araxá/MG. Por isso, aprendemos e ainda hoje se aprende que o Serviço Social não deixa de ser uma ajuda:

O Serviço Social ultrapassa a função de auxílio aos desajustados (ajuda de natureza corretiva), não espera que o mal apareça ou que surja o problema mas ajuda o indivíduo e a família a viverem em harmonia com os seus semelhantes, e a se fortalecerem moral, espiritual e culturalmente, a fim de

⁹ Não obstante existirem hoje no interior da categoria profissional outros posicionamentos sobre o estatuto ontológico da profissão, e o autor do presente trabalho ter participado ativamente no Comitê Científico Conjunto composto por professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e por professores da Universidade Católica de Angola, realizou uma reflexão profunda e mudanças significativas no Programa Político-Pedagógico da Graduação em Serviço Social e montou o curso de mestrado em Serviço Social e Política Social em Angola, como docente, sei que ainda é hegemônica a compreensão do Serviço Social como simples ajuda que se aperfeiçoa, com o tempo.

enfrentarem as mudanças econômicas e sociais que se constituem no apanágio do mundo moderno e a cumprirem os papéis que lhes cabem na sociedade (ajuda de natureza preventiva e promocional). O Serviço Social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidade, fazendo-as atingir plena realização de suas potencialidades (ajuda de natureza promocional)¹⁰. (CBCISS, 1986)

Nessa ordem de considerações, pois ainda hoje é assim ensinado o Serviço Social, desejando trazer elementos que favoreçam o debate para a compreensão do que é o Serviço Social em Angola, neste estudo, que aborda as mediações teórico-metodológicas que influenciam a profissão, numa fase em que vão surgindo cada vez com mais força questões como: “Se o Serviço Social não é ajuda é trabalho, como entender isso se também a concepção de a profissão ser trabalho está sendo questionada” é importante explicitar a compreensão da profissão que norteia este trabalho, bem como seus fundamentos, embora não seja esse o objetivo primordial do nosso estudo.

1.5.1 O estatuto histórico-ontológico do Serviço Social

Relacionar o trabalho com o Serviço Social, em Angola, constitui uma necessária e urgente preocupação quer para a formação quer para a atividade profissional de assistente social, pois só um claro entendimento sobre estas duas categorias e suas relações permitem ir descortinando a natureza dessa profissão e seu significado social no modo de (re)produção capitalista na nossa realidade, bem como sua relação com as políticas sociais, entendidas como mediações importantes para a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.

A leitura do Serviço Social como trabalho não é um consenso consumado, mas constitui um debate candente mesmo dentro da perspectiva crítica marxista que parece hegemônica, por exemplo, no contexto brasileiro, uma vez que vão emergindo produções que questionam essa tese a partir também de fundamentos marxistas, mormente com a produção de Lessa (2007), embora esse debate se faça presente desde o início dos anos 2000, não somente em publicações de Lessa (2000), mas também em outros documentos que convergem com esse autor e identificados na pesquisa (HOLANDA, 2002; COSTA, 2000b).

¹⁰ O documento de Araxá diz que o caráter promocional do Serviço Social se consubstancia na afirmação de que promover é capacitar.

Nessas produções, verificamos que o nó fulcral da polêmica reside na concepção de trabalho segundo uma interpretação que enfatiza a sua dimensão ontológica – com forte influência de Lukács (2012; 2013) – e acentua a diferença entre trabalho e práxis, a partir do vínculo dessas atividades com o âmbito da produção e reprodução social e menos o significado e as metamorfoses sócio-históricas do trabalho. A concepção de trabalho que orienta tais abordagens é assim apresentada:

O que distingue o trabalho da totalidade social é, para Marx, ser ele o complexo social encarregado da transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social. [...] ele (o trabalho) é sempre o complexo que cumpre uma função específica: transformar a natureza nos bens necessários à reprodução social. [...] Sendo assim, todo ato de trabalho, por mais singular que seja, é sempre um ato social. É sempre partícipe da reprodução da sociedade da qual faz parte [...]. É esta inseparável relação do trabalho com a totalidade social que faz com que as necessidades que se apresentam na esfera do trabalho repercutam em todas as relações sociais. (LESSA, 2000, p. 50).

No ângulo dos que não entendem a atividade do Assistente Social como trabalho, este, é igualmente visto como categoria fundante, cuja centralidade ontológica reside no fato de ser o elemento central da produção das necessidades e possibilidades de desenvolvimento do gênero humano, das relações e complexos sociais (LESSA, 2007). Consideramos, portanto, que essa dimensão da abordagem do trabalho não diverge dos fundamentos que sustentam a tese do Serviço Social como trabalho. Verifica-se que o desdobramento da argumentação do autor situa essa dimensão ontológica com a distinção entre função social do trabalho e das demais práxis sociais. Vejamos:

A questão central é, portanto, a diferença ontológica entre a função social do trabalho e das outras práxis sociais. Para Marx o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e é isto que o distingue de outras práxis sociais. (LESSA, 2007, p. 45).

Ora, partindo dessa compreensão e considerando então o Serviço Social como parte dos complexos que compõem as mediações de segunda ordem, Lessa (2000, p. 52) e seus adeptos afirmam, então, o estatuto ontológico do Serviço Social não é o do trabalho e seus agentes não serem trabalhadores, já que, para eles, essa profissão:

não realiza a transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social. Não cumpre ele a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens. [...]. Tal identificação entre a práxis dos assistentes sociais e o trabalho é, a nosso ver, incompatível com a centralidade ontológica do trabalho.

Consideramos de fato polêmica a posição assumida pelo autor, se tivermos em conta as seguintes questões: Afinal, o que é, para esses autores, a natureza, quem dela faz e não faz parte, já que, para que algo seja trabalho, é preciso que transforme a natureza? Se, para alguma práxis, ser trabalho é preciso que transforme a natureza em bens necessários à reprodução social, então, apenas quais bens são necessários à reprodução social? Que critérios esses autores tiveram ou têm em conta para elencar os seus chamados “bens necessários para a reprodução social” que sejam diretamente resultantes da transformação da natureza? O que são “bens necessários para a reprodução social” hoje? São os mesmos definidos 1.500 anos atrás? O fogo é ou já foi um “bem necessário para a reprodução social” do humano? Se sim, o era antes da sua descoberta?

Articulando o Serviço Social com as outras diferentes formas de práxis, Lessa (2007, p. 68-69) acentua também a diferença entre aquelas e a função social do trabalho.

As práxis do assistente social e do operário são distintas também porque a matéria que devem transformar são qualitativamente (ontologicamente) distintas. O operário transforma a natureza, uma matéria que é pura causalidade e que desconhece qualquer mediação da ideologia. O assistente social transforma as relações sociais e estas são qualitativamente (ontologicamente) diferentes da matéria natural. [...]. Por isso é impossível trazer para a práxis dos assistentes sociais a “instrumentalidade” da práxis operária. Denominar de matéria-prima os indivíduos e as relações sociais a serem transformadas é considerar como “coisas” as pessoas. E, também inversamente, considerar que as “coisas” possuem propriedades de pessoas, como a ideologia e a capacidade de escolha, é “desencaminhador” (grifos do autor).

Para nós, como já o fizemos em *Natureza do Serviço Social em Angola*, em 2016, tendo partido de modo concordante com aqueles que afirmam ser o assistente social um trabalhador especializado e o serviço social ser trabalho, então, questionar se tal trabalho é produtivo ou improdutivo é de outra natureza. Se é trabalho para o capital, como é o caso da cantora ou do professor, é outra questão (cf. MARX, 1985b, Capítulo IV, Inédito). Baseando-se diretamente em Iamamoto e Carvalho (2014) e Iamamoto (2014), uma vez que essas obras fazem rica e profunda interlocução com a obra marxiana, é possível dar visibilidade ao humanismo histórico e radical que marca as formulações desse pensador sobre a alienação do trabalho e para a crítica ao fetichismo da mercadoria, abarcando suas tensões entre valor de uso e valor de troca; o que se desdobra também no debate da apreensão do trabalho em sua dupla dimensão contraditória. Fazendo um quase “Iamamotismo”, posicionamo-nos discordantes com

Lessa e seus seguidores, com os argumentos que brotam da análise dos seguintes tópicos:

1. A discussão da noção marxiana de produção e reprodução das relações sociais, em sua articulação com a abordagem do significado social do trabalho do assistente social;
2. A condição de assalariado e trabalhador coletivo como determinante essencial da profissionalização do assistente social;
3. A análise da concepção marxiana de processo de trabalho para refletir o exercício profissional do assistente social e as formas com que se insere em diferentes espaços ocupacionais.

1. Discussão da noção marxiana de produção e reprodução das relações sociais, em sua articulação com a abordagem do significado social do trabalho do assistente social:

Porque a profissão não se explica por si mesma, ou não sendo prudente fazer a história do Serviço Social sem ter em conta o Serviço Social na história, este tópico é de capital importância para a análise que rompe como uma leitura endógena da profissão e supera abordagens unilaterais, dada a centralidade da lógica dialética que apreende o significado contraditório do trabalho profissional em seus vínculos com as classes sociais. Por outra, o próprio debate da reprodução das relações sociais leva consigo os fundamentos da questão social, atendendo à inter-relação com a Lei Geral de Acumulação Capitalista, como já alertava Marx no capítulo XXIII do livro 1, vol. II, do seu *O Capital*.

Assim, o processo de produção e reprodução de relações sociais é compreendido para além das suas dimensões materiais, englobando a reposição das relações de classe, de seus antagonismos e desigualdades, mas também resistências, porque, “considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2013, p. 641). Em outras palavras, quer dizer que:

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais que se reveste, é um processo iminentemente social. É indissociável das relações sociais que na era do capitalismo têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como classes sociais antagônicas. [...] A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de

interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes. Nesse mesmo processo de reprodução da dominação, são criadas as bases materiais para uma nova organização da sociedade. A sociedade capitalista, expressão histórica do desenvolvimento social e, portanto, necessária à expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em processo de recriação e de negação. O mesmo processo que a recria, reproduz seus antagonismos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 72-73).

Considerando-se a totalidade social e o capital como uma relação social que impregna todo o processo da vida social, trata-se de apreender a materialização do exercício profissional em condições sociais determinadas por essa dinâmica societária, que lhe imprimem um significado social contraditório, contendo a afirmação de uma direção social comprometida com os interesses do trabalho. Assim:

Como as classes sociais fundamentais e seus personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81).

Por outra, a “leitura da reprodução das relações sociais no processo global do capital social” (IAMAMOTO, 2014, p. 30), em busca de dar maior visibilidade aos fundamentos de sua tese sobre a concepção da profissão nas divisões social e técnica do trabalho que, são de importância capital para a análise do trabalho do assistente social, uma vez que Iamamoto (2008, p. 31) verifica uma:

[...] frequente redução do trabalho na sociedade burguesa a trabalho concreto – ao seu processo técnico-material – esvaziado de sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade; a reiterada segmentação entre produção – reduzida ao trabalho fabril nos moldes clássicos – e a reprodução, restrita a um dos seus elementos, a reprodução da força de trabalho; o trabalho restrito ao trabalho material, como transformação imediata da natureza, segmentada da forma assumida pelas relações sociais que lhe dão vida, resvalando nas armadilhas da reificação: o material das relações sociais e a personificação das coisas. Esses descaminhos incidem na arena profissional. Sobressai, aí, a tendência majoritária de tratar as particularidades da profissão e do trabalho concreto do assistente social [...] elidindo, entretanto, suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais-valia, como se a “forma-valor fosse um mero cerimonial” na sociedade presente (grifos da autora).

Portanto, privilegiar o debate da reprodução das relações sociais é fundamental para abarcar, na análise, as relações em trabalho e valor, inclusive no que se refere à

compreensão de trabalho produtivo e improdutivo, sob o ponto de vista do capital—e só sobre a ótica do capital, já que, *a priori*, se algo é de fato trabalho, ele é produtivo -, acumulando elementos para a leitura do significado social do trabalho do assistente social a partir das distintas relações e espaços sócio-ocupacionais em que se realiza.

Por exemplo, o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho do assistente social depende do contexto e processo em que se insere e se realiza, cabendo ressaltar três pontos elucidativos desta questão, que são, segundo Iamamoto (2008, p. 86-88):

1. “O trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital, não estando o trabalho a ele subsumido”. Esta característica hoje pode ser questionada, tendo em atenção os distintos e aperfeiçoados mecanismos que o Estado adota para arrecadar impostos. Tal como fundamentam alguns estudos sobre o tema, os diferentes serviços que o Estado “oferece” são rigorosamente grátis uma vez que o trabalhador paga imposto que é parte do valor do trabalho que o Estado se apropria.
2. “Não se considera produtivo apenas os trabalhos que satisfazem necessidades materiais [...]. A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não diz respeito ao conteúdo, ao caráter útil ou de seus produtos, sendo indiferente à sua natureza material ou imaterial¹¹”;
3. Há de se considerar o caráter cooperativo do trabalho no quadro do modo de produção, pois

o conjunto desses trabalhadores, constituído de forças de trabalho de diversos valores, produz um resultado (também conjunto) – que se traduz numa mercadoria ou produto material – e todos juntos constituem a ‘maquinaria viva’ de produção desses produtos, do mesmo modo que trocam seu trabalho por capital e reproduzem o capital como dinheiro do capitalista, isto é, o reproduzem como valor que se valoriza.

Tal resultado do trabalho coletivo não precisa só satisfazer as “necessidades do estômago”, afinal, o ser social já reconhecia o velho autor de *O Capital*, e dispõe também, além daquelas, das “necessidades da fantasia”, igualmente necessárias nos processos de (re)produção social.

¹¹ Minha mãe camponesa em Kalandula, por exemplo, embora o seu trabalho transforme a natureza, e o milho, a mandioca, a ginguba e mais, produtos do seu trabalho, satisfaçam necessidades materiais, na ótica do capital, pode não ser trabalhadora produtiva se o resultado do seu trabalho não contribuir para as diferentes formas de extração da mais-valia.

Outrossim, ver para a globalidade desse processo de (re)produção das relações sociais permite situar a profissão em um contexto societário que radicaliza a “subsunção real do trabalho ao capital” e toda ordem de fetichismos, pois o mesmo processo, “em seu movimento de valorização, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso” (IAMAMOTO, 2008, p. 53).

Nesse diapasão, o segundo elemento a ser destacado é a abordagem da questão social no quadro da hegemonia do capital financeiro, de transnacionalização do capital, mantendo seus elos de continuidade com sua produção anterior, sob a ótica da lei geral de acumulação capitalista, de forma a desocultar os fios cada vez mais invisibilizados da exploração do trabalho com a esfera das finanças, que em si nada cria, pois “nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de forma fetichizada” (IAMAMOTO, 2008, p. 109), derivando-se desse eixo analítico a apreensão das complexas determinações societárias que incidem na reprodução ampliada da questão social e no redimensionamento das respostas das classes sociais e do Estado, com repercussões diretas no exercício profissional (IAMAMOTO, 2008, cap. 4).

Dentre essas determinações que incidem no perfil assumido pela questão social na atualidade, situam-se as políticas governamentais que favorecem os mercados financeiros e direcionam o fundo público para os encargos da dívida pública, com forte impacto no campo das políticas sociais. Ampliam-se, nesse quadro, as desigualdades sociais e a pressão por serviços sociais, que passam a ser crescentemente seletivos, focalizados, bem como opera-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais públicas.

Além da necessidade de considerar a globalidade dos processos de (re)produção das relações sociais, a abordagem da questão social no quadro da hegemonia do capital financeiro, é outro elemento a ser destacado e consiste no diálogo entre as diferentes produções sobre os fundamentos do trabalho do assistente social, com enfoque na análise sobre a dupla dimensão contraditória do trabalho desse profissional e as relações sociais mediante as quais este se realiza, reiterando que “não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito coletivo [...]. Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado” (IAMAMOTO, 2008, p. 429).

II. A condição de assalariado e trabalhador coletivo como determinante essencial da profissionalização do assistente social:

Consideramos que, negar o estatuto ontológico do Serviço Social ser trabalho, exige respostas sustentadas nas mesmas bases teóricas que apoiam a tese de ele ser trabalho.

Por ser, o assistente social, assalariado, podemos ainda afirmar que o resultado do seu trabalho não tem valor de troca? Porque, então, as instituições que comprem essa força de trabalho especializada (o assistente social) organizam os processos de trabalho do qual o assistente social participa e fornecem os meios necessários para a efetivação de seu trabalho nas condições de assalariamento, tal como o demonstra Iamamoto (2005)?

Hoje, em Angola e no Brasil, é inegável que

O trabalho do assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Passa esse agente a receber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 92).

A análise do trabalho do assistente social, inserida numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada, não só estabelece uma das linhas divisórias entre o trabalho profissional e a atividade assistencial voluntária, mas também traz contribuições significativas para o exercício profissional, na própria elucidação e análise mais abrangente das diferentes situações vivenciadas no cotidiano de trabalho, num contexto de profundas alterações nas condições e relações em que o mesmo trabalho é desenvolvido já que a análise de Iamamoto (2008, p. 214) baseia-se no pressuposto de que:

Transitar da análise da *profissão* para o seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditório de trabalho concreto e abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado*. Esta condição sintetiza tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os *constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional*. Em síntese, na direção analítica aqui proposta, a análise do

trabalho profissional supõe considerar as tensões *entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe* (grifos da autora).

Afinal, não foi por superficial análise que levou Marx a dizer que os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto; e, em terceiro, seus meios. Precisamos por isso, conjugar a concepção marxiana de processo de trabalho na análise do exercício profissional do assistente social, situando, portanto, a prática como trabalho e atividade do sujeito. O trabalho, numa concepção ampla e em sua dimensão concreta, é atividade constituinte do ser social, por meio do qual o homem projeta finalidades, incidindo na realidade com vistas à satisfação de suas necessidades *não só de estômago*, ao mesmo tempo em que se transforma nesse processo. De outro modo falando e parafraseando Marx (2013, p. 255-256), o trabalho:

[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e natureza, processo em que este homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes ao do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente.

Partindo desses pressupostos, Iamamoto (2005) salienta que situar a prática profissional como trabalho permite dar visibilidade ao assistente social, como sujeito de um trabalho vivo, que possui pertencimento de classe, heranças socioculturais, valores e conhecimentos, no contexto de uma profissão historicamente marcada pelo componente de gênero, por traços subalternos e também por tendências messiânicas e voluntaristas que expressam as marcas da influência católica na sua gênese. No que se refere aos demais elementos do processo trabalho, a autora privilegia a questão social – em suas múltiplas expressões de desigualdades e resistências sociais – como objeto ou matéria-prima desse trabalho, o qual é mediado por meios e instrumentos que não podem ser reduzidos a um conjunto de técnicas. Ou seja, é preciso considerar o próprio conhecimento, o acervo teórico-metodológico que o profissional dispõe como um meio

de trabalho para decifrar a realidade e orientar a atividade profissional (IAMAMOTO, 2005).

No que tange ao produto do trabalho do assistente social, Iamamoto (2005) o analisa sob a ótica da qualidade, mas também faz considerações sobre a sua relação com o ponto de vista do valor, da produção da riqueza social. Isso porque, na sociedade capitalista, as relações sob as quais se realiza o processo de trabalho imprimem aos seus elementos constituintes e aos seus produtos não somente o direcionamento para a criação de valores de uso, mas para a produção de valor, impregnando-o dos dilemas de alienação (MARX, 2013). A alienação, que emana daquelas relações e do caráter abstrato do trabalho, expressa-se em diferentes níveis, perpassando desde a relação estranhada do trabalhador com a própria atividade e com os seus produtos, como também em sua própria relação com o gênero humano, “pois o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p. 184).

Assim, do ponto de vista do valor de uso, Iamamoto (2005, p. 112) destaca que o trabalho do assistente social possui efeitos materiais e sociais no processo de reprodução da força de trabalho, a qual está no centro da criação de riqueza social na sociedade capitalista. Tais efeitos possuem também uma objetividade social expressa na forma de serviços, incidindo no conhecimento, nos valores e na cultura dos sujeitos, ou seja, “em suas múltiplas relações e dimensões da vida quotidiana na produção e reprodução social, tanto em seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade”.

III. Análise da concepção marxiana de processo de trabalho para refletir o exercício profissional do assistente social:

Iamamoto (2005, p. 107) salienta ainda que o produto do trabalho precisa ser apreendido para além da vontade e da ação individual do assistente social, tendo em vista a inserção desse profissional num “processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas especializações do trabalho”. Dessa forma, enfatiza que o seu significado e de seu produto depende do contexto em que se inserem, embora o assistente social não

produza diretamente riqueza – valor e mais-valia – sua participação em processos de trabalho no campo da empresa, por exemplo, no quadro do trabalho cooperativo, também incide na criação de condições necessárias para o crescimento do capital.

Como se pode verificar, nas colocações que Iamamoto faz, desde a fonte marxiana, descortina-se um grandioso desdobramento da noção marxiana de trabalho, mormente no que tange ao processo de trabalho, categoria que contribui para ampliar a compreensão sobre os determinantes que incidem no exercício profissional. Aqui também se indicam claras perspectivas para a dupla dimensão contraditória do trabalho. Sem precisar de engenhosos mecanismos de análise, se verifica uma contribuição de Iamamoto para a discussão da condição de assalariamento do assistente social, bem como apresenta também indicativos sobre a importância de um aprofundamento das produções sobre a inserção do assistente social em processos de trabalho

[...] não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social [...], não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Ora, um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão. (IAMAMOTO, 2005, p. 106).

Tal desafio tem sido enfrentado por muitos, no Brasil, e recentemente, com o trabalho de Raichelis *et al.* (2018). Em Angola, com o exercício de desvendamento da natureza do Serviço Social em Angola e seu significado nos processos de (re)produção da vida social ainda configurando-se como um processo em fase embrionária, entendemos que este trabalho é um passo necessário.

Ora, se “não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social”, então é certo afirmar, com essa base, que não existe um processo de trabalho do/para o Serviço Social, mas sim existirão processos de trabalho variados, nos quais os assistentes sociais serão inseridos. Isso é concordante com a “leitura marxiana que distingue ser o trabalho a atividade do sujeito e não de uma profissão, pensada como uma instituição, para enfocar justamente a análise para o exercício da mesma pelo sujeito assistente social” (CLOSS, 2015, p. 141).

Existindo variados processos de trabalho dos assistentes sociais, certamente se amplia a categoria e essa perspectiva também consta na produção de Barbosa; Cardoso e Almeida (1998, p. 116-117), que procuram explicitar as diferentes dimensões implicadas nos mesmos processos:

[...] a dimensão política das relações com o Estado e os movimentos sociais; a dimensão econômico-institucional da posição da unidade produtiva

específica na rede de produção e serviços; a dimensão institucional que perfila as chamadas relações trabalhistas; a dimensão da organização do processo de trabalho; a dimensão tecnológica do processo de trabalho em si, na apreensão do objeto, uso e meios e configuração do produto do trabalho; a dimensão da gestão de recursos humanos; e a dimensão simbólica representada pelos valores e ideias que atravessam o cotidiano formal de trabalho nas normas e regulamentos e também os comportamentos informais no trabalho. Trata-se, na verdade, de alargar o conceito de processo de trabalho abarcando outros elementos que cumprem uma função de mediação em sua configuração.

Além dessa percepção mais alargada, Closs (2015), citando Marx, constata que a intenção de alargar o conceito de processo de trabalho acaba por mesclar elementos que o constituem com dimensões relacionadas às condições e relações em que este se realiza.

Num sentido amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto, e assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições *não entram diretamente no processo*, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto. (MARX *apud* CLOSS, 2015, p. 141).

Na mesma linha, mas também olhando para a categoria trabalho mediada pelo Serviço Social, Raichelis (2011) enfatiza que o debate da área tem priorizado a angulação para a dimensão concreta do trabalho do assistente social, não sendo derivadas

todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas resultantes do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista. (RAICHELIS, 2011, p. 422-423).

No mesmo sentido, afirma que:

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte da alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços. (RAICHELIS, 2011, p. 425-426).

Ora, não obstante ser importante a perspectiva marxiana de processo de trabalho para a compreensão do Serviço Social como trabalho especializado, portanto, profissão, e do seu exercício, é preciso não ver somente a profissão a partir de esquemas formais, que situam a atividade, o objeto, seus meios e produtos de forma a-histórica, em traços ideais, destituídos das complexas relações e condições em que este se materializa, pois, dessa análise simplista, nascem os riscos de solidificar a busca endógena de uma

especificidade profissional, ainda muito comum na realidade angolana, situada num suposto processo de trabalho do Serviço Social.

O esforço de apreender a essência do Serviço Social desde o endogenismo preocupado em buscar uma “prometida especificidade” profissional, envereda em análises que realizam uma leitura instrumental da noção marxiana de processo de trabalho. Pois, embora o processo de trabalho seja uma atividade comum a todas as formas sociais, voltada para a produção de valores de uso na satisfação de necessidades humanas, este não pode ser dissociado, na teoria do valor-trabalho e das relações de produção sob o capital (MARX, 2013) já que o processo de trabalho e o processo de formação de valor constituem uma unidade do processo de produção capitalista e aquele não pode ser apreendido em suas particularidades somente por seus elementos simples.

Sobre isso, Marx (2013, p. 261) alerta: “Assim como o sabor do trigo não diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo (de trabalho) nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista”. Assim, é importante articular o processo de trabalho e o processo de valorização, uma vez que

o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 273).

Essa condição permite apreender a relação de ruptura do significado social do Serviço Social em relação às suas protoformas, bem como elucida as condições e relações em que a relação se materializa, evidenciando que, apesar de reconhecida como uma profissão liberal, historicamente não se afirma como tal.

A centralidade do debate do Serviço Social como trabalho, no Brasil, está diretamente relacionada com a “capacidade de clarificar a utilidade social da profissão, a natureza da profissão, ou seja, debita-se (à categoria trabalho) o poder de retratar sua determinação histórico-social, ressaltando suas formas de participação na produção e reprodução da vida social”. (ARAÚJO, 2008, p.17).

Em Angola, trazer esse debate não só ajuda a descortinar a natureza da profissão e seu significado no processo de produção e reprodução da vida social, mas reafirmamos: Tal tarefa é premente, se quisermos ser atores ou, no mínimo, participantes da definição que os rumos da profissão pode ter no país. Entendemos que, em Angola, ou no quadro da “relativa autonomia”, clarificamos a utilidade do Serviço

Social como trabalho que é, e nos tornamos profissionais conscientes das potencialidades que tal estatuto histórico-ontológico tem para a categoria e nos processos de reprodução da sociedade angolana, ou, num contexto de radicalização do conservadorismo, de destruição e alienação do trabalho, avançamos cientes e/ou involuntariamente para a mera mercantilização e coisificação da profissão e, consequentemente, dos seus agentes.

Assim, discorda-se das perspectivas que recusam, ao Serviço Social, o estatuto histórico-ontológico de ser trabalho, porque nossa posição, fundamentada numa concepção ampliada de trabalho, que não o reduz à transformação direta da natureza, ou mesmo à sua dimensão material, não acentua a sua dimensão ontológica e concreta, obscurecendo seu caráter alienado e abstrato. Nesse quadro, com Prates (2002, p. 7) reafirmamos:

Conhecemos o homem pelo seu trabalho, enquanto produção histórica. Intervimos como sujeitos coletivamente a partir do trabalho e sobre o trabalho humano, expresso na vida cotidiana. Não é surpresa que a partir do trabalho encontremos a grande contradição que compõe a realidade humana: o trabalho como elemento de crescimento e autoconstrução e ao mesmo tempo como elemento de alienação. [...] Este é o fundamento da obra marxiana, o desvendamento da importância do trabalho para o homem, porque preocupada essencialmente com o homem; esta é a categoria-base da questão social, elemento indissociável da constituição da identidade do Serviço Social, porque também historicamente preocupado com o homem.

Não assumimos, portanto, uma perspectiva ampla de trabalho conjugada com o Serviço Social tendo as pernas no céu e a cabeça na terra, nem ao contrário. O fizemos com as pernas e cabeça na terra. Isso significa considerar o humanismo marxiano em sua radicalidade. Afinal, ser radical é ir à raiz, e a raiz do homem é o próprio homem (MARX, 2006), compreendendo o trabalho como o conjunto da produção humana, incluindo a própria essência humana (PRATES, 2003).

Por isso, é oportuno apontar, de modo resumido, os principais pontos de discordância com a tese de Lessa (2000; 2007), a partir de uma interpretação distinta do pensamento marxiano e de sua mediação com a profissão. Indicamos que a transformação operada pelo trabalho é movida pela satisfação de necessidades humanas – em sentido amplo e não só necessidades do estômago –, e pela produção de valores de uso, não pode ser reduzida à sua incidência sobre objetos “naturais” e, tampouco, materiais e, ainda mais, à função social de transformação da natureza em meios de produção e subsistência. Embora tal transformação seja uma dimensão ineliminável de toda a sociedade, a produção, em sentido amplo, não se reduz à base material, pois esta engloba a reprodução social, que, por seu turno, não se restringe à reprodução física dos

indivíduos, pois abarca a reprodução das relações em que se produz; relações contraditórias entre as classes, em todas as suas dimensões espirituais, que transcendem a dimensão material, embora dela não se dissociem. Por essa tamanha razão, observa Harvey (2003, p. 113), sobre a referida conceituação marxiana de trabalho, especialmente no que toca ao metabolismo com a natureza, atentando que:

não devemos interpretar essas afirmações em termos burgueses, familiares, que pressupõem uma clara separação entre “homem e natureza”, cultura e natureza, natural e artificial, mental e físico, e nos quais a história é vista como uma luta titânica entre duas forças independentes: humanidade e natureza. Na visão de Marx, não existe separação no processo de trabalho. Este é inteiramente natural e, ao mesmo tempo, inteiramente humano. É construído dialeticamente como um momento do “metabolismo”, em que é impossível separar o natural do humano (grifos do autor).

Dessa forma, e concordando com Closs (2015, p. 148) não há nenhuma incompatibilidade em compreender o Serviço Social como trabalho, pois o metabolismo com a natureza não se reduz à transformação material, assim como o “natural” e o “humano” não se contrapõem, podendo-se também compreender a natureza de forma ampla, incluindo nela a humana. Além disso, a mediação da ideologia na matéria do trabalho do assistente social tampouco descaracteriza a sua atividade como trabalho, pois a inter-relação entre as dimensões material e espiritual é uma característica do pensamento marxiano, seja na análise da sociedade a partir dos vínculos entre estrutura e superestrutura, bem como na própria concepção de ser social e, assim, não há dissociação entre matéria e ideia no interior do processo de trabalho. Afinal,

A compreensão dialética do processo de trabalho como um momento metabólico implica que as ideias não podem surgir do nada [...] Assim, não há nada estranho em dizer que as ideias surgem da relação metabólica com a natureza material e têm a marca dessa origem. Nossas concepções mentais do mundo não são separadas de nossas experiências materiais, de nossas relações centrais com o mundo, e, portanto, não são independentes dessas relações. (HARVEY, 2013, p. 115-116).

Em relação a este tópico, percebe-se uma visão simplista devido ao olhar segmentado/separado do processo de produção e reprodução da vida social. No que tange à matéria-prima do trabalho do assistente social, na perspectiva crítica marxista que orienta este trabalho e que o autor diz iluminá-la. Os indivíduos, comportamentos ou as relações sociais, como Lessa (2000; 2007) apresenta não constituem a matéria do trabalho do assistente social, mas sim as múltiplas expressões de desigualdades e resistências sociais, que são produto da sociedade capitalista. Tais expressões da questão social (conflito trabalho/capital) rebatem-se nas relações sociais, na condição e no modo de vida das pessoas. O Serviço Social, portanto, participa do processo de

produção e reprodução das relações sociais, processo aprendido em uma ótica de totalidade. Como ressalta Iamamoto (2014, p. 55):

Esse reducionismo afirma uma segmentação entre produção e reprodução, em que a produção é aprisionada ao circuito fabril, lócus da classe operária revolucionária e dos tradicionais movimentos sindicais. Verifica-se uma ‘espacialização’ da produção e da reprodução [...] Na trilha apontada, aparece com maior sofisticação uma versão que reduz a noção de trabalho em Marx ao trabalho material, que implica uma transformação imediata na natureza, segmentada das relações sociais que o constituem. Em uma análise dualista, a produção é reduzida ao trabalho material, que transforma a natureza, abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza, enquanto a reprodução estaria afeta às relações dos homens entre si na sua historicidade, eliminando, ao nível da análise, a processualidade histórica do movimento do capital. Todavia, o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana, que satisfaz ‘as necessidades sociais do estômago ou da fantasia’ e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. [...]. Existe, pois, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realidade, isto é, a totalidade das relações entre os homens (grifos da autora).

O que evidencia, em Lessa (2000; 2007), um problema de fundo resultante da sua concepção de trabalho, é a sua compreensão segmentada entre produção e reprodução quando entende que o assistente social e outras práxis que não transformam a natureza nos meios de produção e subsistência, possuem a função de organizar a produção. Na perspectiva marxiana que este diz assumir, não existe essa separação. Na mesma linha de Lessa, vai Trindade (2004, p. 21-22), que afirma:

o assistente social se insere na esfera de atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores [...], quanto produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho. [...] Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relações entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas para a regulação de relação sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais.

Porque defendemos que o Serviço Social não é nem ajuda que se especializou, nem é outro qualquer complexo de objetivação do humano genérico, discutindo a distinção entre práxis e trabalho realizada por Lessa, ao assumirmos uma perspectiva ampla de trabalho conjugada com o Serviço Social, um último ponto de diferenciação,

com a tese de Lessa (2000; 2007), a partir de uma interpretação distinta do pensamento marxiano e de sua mediação com a profissão, que nos permite afirmar ser, o Serviço Social, trabalho, é realmente a distinção entre práxis e trabalho que o autor faz e que remete a um debate polêmico e com distintas abordagens na tradição marxista (BOTTOMORE, 2001). Entende-se que a práxis, no sentido marxiano, refere-se à ação humana, ao caráter essencialmente prático do ser social, portanto, uma atividade universal, especificamente humana, por meio da qual o homem cria, transforma o mundo e a si mesmo. Assim, uma noção que é central à concepção materialista histórica.

Nas obras da juventude de Marx, a práxis é tratada em seu sentido contraditório – como autorrealização, atividade livre e criadora, e, ao mesmo tempo, autoalienação, porque também destituída dessa potência quando é submetida às relações de exploração.

Em *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (MARX, 2006) e na *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1998a), é possível identificar o uso do termo práxis contraposto ao de trabalho, para demarcar justamente essa contradição entre realização e alienação. Essa compreensão é igualmente enfatizada por Bottomore (2001), na análise dessa terminologia.

Já nas teses sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 1998a), que afirmam a dimensão materialista histórica e a crítica ao conhecimento especulativo, partindo delas, a práxis pode ser compreendida como atividade transformadora, aquela que é uma unidade entre teoria e prática, pois a ação é um pressuposto do conhecimento e vice-versa, ou seja, uma ação com direção social definida, baseada na análise da realidade, assim como tal análise visa a uma ação.

Ora considerando que essas concepções não deixam de constar em suas obras posteriores, pelo contrário, são preservadas e elevadas a outro nível, por exemplo, quando aborda a dimensão contraditória do trabalho como unidade entre concreto e abstrato, nesse caso, se realmente afirma que a análise da condição do Serviço Social ser trabalho se fundamenta em Marx, entendemos que tal análise deve acompanhar a evolução do pensamento do autor em toda a sua obra e não fixar-se em alguma que depois, embora mantida é superada. Por essa razão, entendemos que a práxis é uma dimensão do trabalho do assistente social. Sem dicotomias e dualismos, a práxis assim entendida compreende a dimensão concreta e criadora.

Ora, para ser trabalho concreto e criador, tal práxis precisa e é orientada com clareza a uma direção social, que se move no plano da reflexão ética e iluminada pela

base teórico-metodológica crítica e totalizante (para o caso do Brasil), que incide em sua própria transformação, porque possui sentido e significado para o sujeito que realiza. Nas circunstâncias em que tal não acontece, a práxis é destituída dessa potência (possibilidade/capacidade) de ser atividade livre e criadora e então, aí, a práxis é autoalienação e submetida às relações de exploração, considerando a dimensão abstrata e os processos de alienação a que os profissionais estão sujeitos.

Marx define a práxis, primeiramente, como atividade prático-crítica. É a atividade humana por meio da qual se busca resolver o real concebido subjetivamente. O lugar da práxis é o processo histórico como resposta contínua à tirania das necessidades naturais e sociais.

Para Marx, a humanidade está em luta consigo mesma, isto é, com as condições sociais e naturais, por ela criadas e/ou modificadas. Segundo Bobbio (1992, p. 987-988).

[...] *práxis* é a identificação da mudança ambiental com a atividade humana, ela surge como autotransformação ou como atividade que se modifica a si mesma ao modificar o ambiente. A terceira tese de Feuerbach oferece a este respeito algumas indicações claras: é verdade que os homens são condicionados pelo ambiente e pela educação, mas também é verdade que são justamente eles que modificam as próprias condições ambientais (grifos do autor).

Por esse motivo, para Marx, não existe, na realidade, uma natureza pura, isto é, não modificada pela história humana. Não existe, também, um único campo de ação em que não se possam descobrir dinâmicas. A práxis é ação/investigação, fundamentada no movimento histórico. Marx define práxis como encontro entre razão e história, isto é, o lugar da construção da humanidade como obra de uma vontade expressa racionalmente. Construção suscitada por um pensamento historicamente determinado, acolhido pela maioria por responder às necessidades manifestadas em um contexto (natural e social) marcado pela intervenção do homem e que se transforma por isso em instrumento de ação.

Nessa perspectiva, o conceito de “práxis” se aproxima e se relaciona com o conceito de “teoria”. A primeira é uma prática racional transformadora e a segunda um pensamento historicizado e realístico. Marx também define práxis como luta de classes, isto é, um instrumento motor da história. A concepção de práxis como ação do gênero humano indiferenciado socialmente e transformador das condições naturais e sociais ao longo da história da humanidade, conjuga-se também com a concepção de práxis como oriunda da humanidade como sujeito histórico diferenciado por meio das classes sociais

em suas relações conflitantes, na qual ocorre uma ação de supressão, por parte de uma delas, das formas de organização social que a outra instaura. Esses conflitos entre as classes se exprimem na tensão constante que existe entre as forças produtivas, tendentes ao desenvolvimento e às relações de produção, tendentes à conservação.

O conceito de *práxis* recebe outras abordagens no âmbito da tradição marxista. Lukács (2012) define *práxis* como a eliminação da indiferença da forma em relação ao conteúdo. Para Marx (ano) teria desmistificada a lógica idealista da ideia, isto é, desenraizado socialmente o idealismo, e demonstrado que as classes subalternas são os sujeitos da história; em especial, o proletariado. Assim, teria se estabelecido, no pensamento, uma nova lógica da totalidade, isto é, da unidade do objeto (realidades natural e social), que é posto, e do sujeito (proletariado), que o põe. É a totalidade não como ideia que se faz espírito, mas como realidade do processo histórico (BOBBIO, 1992).

Para Lukács (2012), a *práxis*, em Marx, refere-se ao ato que promove a unidade entre o sujeito e o objeto, na medida em que traduz em nova estrutura social e econômica a consciência das relações estabelecidas entre os homens. Nela coincidem as determinações do pensamento e desenvolvimento da história. Por isso, a *práxis* revela a consciência da totalidade e sua realização. Todavia, a consciência não precede a ação, mas se funda no ato. O proletariado conhece, assim, a própria situação, enquanto luta contra o capitalismo e age enquanto conhece a própria situação (BOBBIO, 1992). Lukács (2012) faz, enfim, o uso de três temas: o pensamento socialmente determinado; a realidade em sua dinâmica; e o sujeito em sua ação. A *práxis* é o ato revolucionário que realiza o sujeito (o proletariado) como conhecedor e agente, ao mesmo tempo, e que, simultaneamente, fundamenta a identidade do pensamento e da história.

Korsch (*apud* BOBBIO, 1992, p. 989) define *práxis* como a própria teoria marxista: “O marxismo é a teoria da transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista e assume aspectos diversos, como, por exemplo, a social-democracia e o leninismo, destinados a sucederem-se um ao outro, segundo a evolução do movimento operário”.

A teoria marxista não considera apenas a expressão das condições atuais das relações entre as classes sociais, mas também a alavanca de uma futura ação revolucionária. Desse modo, a teoria é *práxis*, isto é, luta social de classes. Se, por um lado, é um aspecto da consciência social da situação vigente, até o ponto de se identificar com a consciência de classe, por outro, é apenas uma teoria, não uma teoria

positiva, mas crítica, que resolve as representações estáticas em processos dinâmicos e em conflitos sociais, pois, segundo Bobbio (1992, p. 990), “os elementos nela envolvidos, conquanto aparentemente neutros, assumem uma específica conotação de classe; o Estado é o Estado burguês; o direito é o direito burguês”.

Na abordagem da dimensão contraditória do trabalho como unidade entre concreto e abstrato, entende-se que a práxis é uma dimensão do trabalho do assistente social; aquela dimensão concreta, criadora, com clareza de direção social, que se move no plano da reflexão ética e iluminada pela base teórico-metodológica crítica.

1.5.2 Serviço Social e mediação

Partindo do pressuposto de que não é possível falar em trabalho do assistente social descolado do processo de trabalho, leva-nos a relacioná-lo à categoria mediação, isto é, situá-lo no campo da singularidade, particularidade e universalidade. Pelo que a compreensão do trabalho de transformador do assistente social passa necessariamente por esse tripé, independentemente do processo de trabalho existente na instituição que assalaria esse sujeito trabalhador.

Como observamos nos parágrafos anteriores, mais do que se pensa, a mediação não é somente o ato de mediar conflitos, problemas. A mediação a que nos referimos aqui consiste numa categoria da teoria crítica marxista. Pontes (2000, p. 38) descreve a mediação como “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”.

A mediação, portanto, consiste em um caminho de apreensão do real por meio de sucessivas aproximações, e, mais do que um processo reflexivo, consiste também e necessariamente num processo prático-concreto.

No trabalho profissional do assistente social, a mediação possibilita a construção e reconstrução do objeto de intervenção profissional na busca de uma prática transformadora, permitindo que o profissional tenha uma atuação crítica e transformadora sobre as demandas da profissão.

Considerando o cotidiano, as demandas não aparecem da forma como realmente são, com todas as suas complexidades, mas de forma camuflada e distorcida do seu significado real. Visto que no cotidiano profissional as demandas se revelam na sua imediatividade, só pode ser por meio da mediação, por sucessivas aproximações com o

real, que o assistente social desvendará as aparências das expressões da questão social com que lida no dia a dia. Pontes (2000, p. 39) afirma que “a forma de conhecer o modo de ser dos fenômenos sociais que compõe o real processa-se mediante aproximações sucessivas ao movimento do objeto (real) [...]”. Assim, é importante saber que a totalidade, a realidade verdadeira, nunca será amplamente conhecida, pois não há um ponto final, entretanto, é possível se aproximar dela sucessivamente.

A categoria mediação, portanto, contribui na intervenção profissional do assistente social, uma vez que possibilita a compreensão dos fenômenos não como fatos isolados, mas parte de um complexo social que sofre influências sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais, dentre outras. Também contribui na intervenção propriamente dita e não só na compreensão dos fenômenos. O trabalho profissional efetiva-se também por meio de um conjunto de mediações como são as políticas sociais ou o arsenal técnico-instrumental de que se serve para trabalhar. Como referimos, esse processo de mediação pode ser compreendido por meio da tríade: singularidade universalidade e particularidade.

No cotidiano do trabalho profissional, a singularidade compõe o campo de questões isoladas, do aparente, fragmentado, pontual. Aqui é a senhora tal, o soldado, os órfãos, este que está aqui e agora me solicitando/incomodando. Na singularidade, nas requisições institucionais, as demandas apresentam-se aparentemente despidas de mediações: aparentemente é o soldado, a senhora tal, a viúva de guerra, o órfão fulano que sempre vem. Tais demandas e requisições se apresentam como problemas individuais, familiares, psicológicos, financeiros, dentre outros, e nada mais, e certamente é desse modo que se apresentam no cotidiano.

O enfrentamento direto, imediato dessas demandas, tal como aparecem na sua imediatez, não traz efetivas transformações na vida dos sujeitos; somente responde aos seus problemas emergentes. Conforme Pontes (2000), nesse campo da singularidade, cada caso é um caso e pode explicar-se por si mesmo, isto é, não tem relação com nada. O que ocorre é a culpabilização do indivíduo pela situação em que se encontra. Afinal, quantas vezes ouvimos e até aprendemos que, na atuação profissional, cada caso é um caso e assim deve ser tratado?

Se a intervenção profissional limitar-se na esfera da singularidade, suas respostas às demandas serão pontuais e fragmentadas, sem o verdadeiro enfrentamento. O objeto do assistente social, nesse campo, não ultrapassa as demandas institucionais ou imediatas.

No cateto inverso da singularidade, está a universalidade, em que se situa o plano das determinações universais, o campo da realidade, para além da singularidade e do aparente. Nesse campo, há uma compreensão de que as leis, as relações sociais; de produção; entre o Serviço Social, Estado e a Política Social; entre o estado, mercado e a sociedade; as relações de solidariedade; as políticas sociais e econômicas; dentre outras, interferem nos fenômenos ou problemas que se expressam imediatamente no cotidiano profissional, embora de maneira oculta.

Assim, avançar para o campo da universalidade é superar a visão dos fenômenos como aparente, isolados, fragmentados e compreendê-los na sua essência, totalidade, no coletivo. Isso quer dizer que se deixa de culpabilizar o indivíduo como ignorante, marginal, desordeiro, preguiçoso, negligente, ou exaltar ou buscar um homem messias, o salva-vidas e passa-se a decifrar a realidade, o que está realmente por trás daquela situação (socialmente virtuosa ou viciosa), aparentemente isolada.

Assim, no cotidiano profissional, compreender e intervir nas demandas no campo da universalidade significa inseri-las nas relações sociais mais amplas e compreender as contradições existentes, por meio do método dialético de compreensão da realidade. Mais do que isso, esse campo de reflexão e ação exige do profissional um conhecimento teórico-metodológico fundamental para que haja uma intervenção crítica e transformadora. Ao contrário, o assistente social labuta ao ritmo de bombeiros, na velocidade e superficialidade em que as demandas se apresentam.

A particularidade é fundamental, uma vez que consiste no campo da intervenção profissional do assistente social. Mas é apenas a revelação e o ponto de partida para a compreensão e intervenção profissional. É nesse espaço que o singular se universaliza e o universal se singulariza (PONTES, 2000). Por meio da reflexão, é necessário elevar o singular ao universal, entretanto, não se deve ficar somente nos pensamentos, nas ideologias, no mero teorismo. É necessário trazer de volta à realidade. A particularidade é que mediará esse processo, por meio do olhar crítico do profissional.

Na particularidade, fazemos a síntese da singularidade, e

É nesse espaço privilegiado de sínteses de determinações que o sujeito que, tendo negado (superado) a aparência, vai processar o nível do concreto pensado, penetrando em um campo de mediações (no qual se entrecruzam vários sistemas de mediações), sistemas estes que são responsáveis pelas articulações, passagens e conversões histórico-ontológicas entre os complexos componentes do real. (PONTES, 2000, p. 47).

O movimento de negar a aparência imediata, abstrair o imediato, tornando-o um concreto pensado, e não pairar nem permanecer nisso, mas agora voltar ao concreto já

como realidade pensada – particularidade – permite a reconstrução do objeto profissional, despido das aparências, possibilitando um real enfrentamento das demandas. Aqui compreendemos a particularidade das demandas, num rompimento com a visão imediatista, e apreendendo-as como processos sócio-históricos, numa relação entre a subjetividade e com as determinações também sócio-históricas. Assim posto, é no campo da particularidade que podemos dizer ser cada caso um caso e não na singularidade do fenômeno, antes de o elevarmos à sua universalidade.

De acordo com Pontes (2000, p. 41), a particularidade consiste em considerar que, embora o fenômeno tenha caráter universal, se manifesta de forma diferente em cada complexo, em cada tempo e espaço. É por isso que a particularidade torna-se o campo de mediação entre a singularidade e a universalidade. Desta forma, “[...] o particular representa aqui, precisamente, a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” (LUKÁCS, 1978, p. 92 *apud* PONTES, 2000, p. 42).

Só com essa compreensão é possível entender que as respostas profissionais vão além das demandas institucionais e atingem as demandas sócio-profissionais ou sócio-institucionais. Isso quer dizer que as ações do assistente social não se limitarão às necessidades emergentes, mas estarão comprometidas com a transformação da realidade por meio de uma intervenção crítica e criativa. Dessa maneira, é possível que o assistente social tenha um posicionamento crítico e dialético, uma vez que utilize a mediação na sua intervenção profissional.

A mediação não existe somente para conhecer a realidade, portanto, como categoria reflexiva, mas, por meio desse conhecimento, possibilita criar mecanismos para intervir de forma transformadora nas requisições profissionais. É também uma categoria interventiva, visto que, por meio da mediação, é possível pensar sobre a demanda que aparece no cotidiano profissional, construindo e reconstruindo o objeto de trabalho, e criar mecanismos de intervenção profissional.

Ao afirmarmos que a mediação é também uma categoria interventiva, estamos reforçando a ideia que defendemos, segundo a qual o Serviço Social é trabalho. Afirmando que o Serviço Social é trabalho, então, deve compor-se dos elementos constitutivos do processo de trabalho – matéria-prima ou objeto de trabalho, meios ou instrumentos, finalidade e produto.

A matéria-prima, ou o objeto, num processo de trabalho no qual o serviço social está inserido, são as necessidades sociais que se transformam em requisições

profissionais que precisam ser desveladas; demandas apresentadas pelo usuário que é um Ser Ontologicamente Social. Não são somente sujeitos, mas seres ontológicos, uma vez que devemos enxergá-los na sua totalidade, como pessoas passíveis de mudanças e transformações.

Essa matéria-prima aparece na instituição, ao assistente social, em sua singularidade e, por isso, camuflada da sua realidade. Os fatos aparecem distorcidos e fragmentados e exigem aparentemente uma intervenção pontual. Para tanto, podemos compreender que a matéria-prima da profissão aparece primeiramente no campo da singularidade, e necessita ser desvelada. Os meios, ou instrumentos de trabalho, que são utilizados pelo assistente social como mecanismos necessários à realização do trabalho profissional, podem estar ao alcance ou alienados ao profissional, que deve criar estratégias para superar os limites e ampliar as possibilidades na instituição e suas potencialidades. Dentro do campo do possível, que a relativa autonomia permite.

Instrumentos não consistem somente em técnicas, como visitas, reuniões e relatórios. Ao assim considerar, o trabalho profissional se empobrece e é minimizado. A autonomia, resiliência; a conquista de espaços; saber se posicionar; o desenvolvimento de habilidades; a criação de estratégias; o aprimoramento intelectual; o conhecimento teórico-metodológico, são exemplos de meios utilizados pelo profissional, na perspectiva de uma intervenção transformadora.

Os meios, ou instrumentos de trabalho, enquanto elementos constitutivos do processo de trabalho, na categoria mediação, se encontram no espaço da particularidade, uma vez que esse campo consiste no espaço da intervenção profissional. É propriamente nesse movimento de mediação, de aproximações com o real, que o profissional se apropria de meios e instrumentos que contribuirão para a sua intervenção.

Parafraseando Pontes (2000), a particularidade é campo da intervenção profissional que necessita de instrumentalidade: técnicas, instrumentos, estratégias. Sem essa instrumentalidade, não é possível efetivar uma intervenção profissional transformadora, tendo em vista que a apropriação da instrumentalidade é que levará à criação de espaços de potencialidades. Na particularidade, encontramos o campo da intervenção, quando ocorre a passagem da singularidade para a universalidade; desse modo, é com os meios e instrumentos que se realiza a síntese da singularidade.

É preciso ter a exata noção dessa possibilidade, senão os instrumentos serão utilizados como meros dispositivos técnicos e isso não é verdade, porque o homem faz, trabalha, intervém, movido por um fim, influenciado, consciente ou inconscientemente,

por uma teoria, servindo-se de alguns instrumentos. Portanto, um instrumento de trabalho é uma mediação e não algo neutro. Está aí exatamente a serviço de uma dada finalidade e certa forma de entender as coisas.

A finalidade consiste no terceiro elemento constitutivo do processo de trabalho, e está relacionado, no trabalho do assistente social, à direção social, que norteará a profissão. Não é possível intervir na realidade se não existir uma diretriz que indique os princípios e objetivos da atuação profissional. O que pode acontecer é nem sequer existir a consciência disso ou a noção de qual é a direção social do nosso trabalho, sobretudo nos trabalhos alienados. Sem a finalidade, a intervenção reduz-se às demandas institucionais e não traz transformação efetiva à vida dos sujeitos. Aliás, não há trabalho profissional sem direção social.

Em que momento, no campo da mediação, a finalidade, enquanto elemento constitutivo do processo de trabalho no Serviço Social, entra, está ou se localiza?

Na categoria mediação, a finalidade localiza-se no campo da universalidade. Como oposto da singularidade, a universalidade envolve conceitos de totalidade, essência, coletividade, unidade, de descortinar a realidade. Portanto, a direção profissional, ou a sua finalidade, está voltada a tais conceitos. Dessa forma, mais do que conceitos isolados, esses representam a crença num projeto profissional e societário que busque a transformação social e superação da ordem vigente em direção a outra sociabilidade, por meio do por teleológico consciente e crítico.

Em Angola, não existe ainda um Projeto Ético-Político do Serviço Social, mas esse fato não significa que, nesse país, os assistentes sociais trabalhem sem ter uma direção. Pode acontecer de terem por base projetos já postos, de forma consciente ou não. E isso é perigoso, porque, se o profissional não tiver um direcionamento, caminhará em direções diferentes, em cada questão ou demanda que aparecer, ou trabalhará para agendas que não conhece, e sem saber se está sendo mera ferramenta a serviço de projetos alheios.

Por fim, todo o trabalho profissional resultará num produto, como já explicitado quando nos debruçamos sobre o estatuto histórico-ontológico do Serviço Social. Com a categoria mediação, é possível obter uma intervenção transformadora, construir respostas sócio-profissionais, que vão além das demandas institucionais, ao ritmo das solicitações cotidianas. Isto é, respostas que realmente atuem sobre o concreto das demandas e não apenas em suas expressões imediatas. Tais respostas devem ser capazes

de considerar a singularidade dos sujeitos, bem como as relações sócio-históricas que permeiam a sociedade.

Enfim, com a categoria mediação, é possível comprovar que o Serviço Social é trabalho, tendo em vista que possui um produto fruto da sua intervenção. Também é possível constatar que a profissão faz parte do processo de trabalho coletivo da instituição à qual pertence, uma vez que possui matéria-prima e é capaz de construir e reconstruir seu objeto no decorrer do processo; e utiliza-se de meios e instrumentos no processo interventivo; além de ter uma finalidade na realização do trabalho.

Desse modo, compreender que o Serviço Social é trabalho, remete à análise dos seus processos, cujos elementos constitutivos resultam num dado produto, a qualidade do trabalho prestado. E se esse processo de trabalho basear-se num conjunto de mediações das demandas que se apresentam à profissão, surgirão mais possibilidades de contruir-se uma intervenção profissional comprometida com a transformação da realidade, proporcionando mudanças efetivas na coletividade. Em Faleiros (1999, p. 18), encontramos o seguinte, em relação à categoria mediação:

A construção e desconstrução de mediações, no processo de fragilização e fortalecimento do poder, implicam um instrumental operativo para captar as relações e elaborar estratégias que constituem o campo de uma profissão de intervenção social na constante relação teoria/prática.

Segundo Vergara (s/d), estudar a categoria mediação como instrumento teórico-metodológico do Serviço Social surgiu da necessidade de ampliar o entendimento acerca das potencialidades que imprime à prática profissional. Entendemos que o caráter dinâmico da categoria é que vai dar direção e qualidade, na prática, rompendo então com a rede de imbricações que dá sustentação à ideologia que permeia as ações nas instituições.

Sem a mediação, a relação entre teoria e prática fica distante, no trabalho cotidiano. A mediação ajuda na combinação desses dois elementos, proporcionando ao profissional uma intervenção na realidade concreta dos usuários, com qualidade, num processo de interação, visando à transformação de seus cotidianos. A falta de mediação no trabalho, que ocorre em resposta às solicitações imediatas do concreto da sua singularidade, vem contribuindo para acentuar a distância entre teoria e prática nos espaços institucionais do trabalho do assistente social. Repete-se, nas instituições, a problemática da sociedade contraditória, com valores distorcidos, e persistência das ações, nas quais os usuários são tratados como meros receptores de benefícios, o que os

torna mais vulneráveis do que já são, além do saber profissional, que fica totalmente desprestigiado.

A falta de mediações para entender as demandas e sobre elas formular respostas, revela-se nas contradições que são evidentes nas instituições. O que temos dos usuários é um conhecimento fragmentado: não trabalha; não conhece as normas; o caso prescreveu; não cuida da higiene e nem da saúde; o bebê é desobediente; e assim por diante. Para atender a esses fragmentos, são acionadas políticas isoladas, de acordo com demandas específicas. Mas, em contraponto, exigem-se os indivíduos por inteiro. Daí o imediatismo, os benefícios dificilmente se apresentam como solução mediatizada. O imediatismo e a superficialidade, no Serviço Social em Angola, bem como sua superação, já foram considerados como desafios do trabalho profissional naquela realidade em trabalhos anteriores.

O Assistente Social lida no seu cotidiano, com as expressões imediatas da questão social que lhes são apresentadas pelos usuários e pela entidade empregadora. Quer dizer que procuramos oferecer um conjunto de serviços que atacam o “estar mal” de quem nos procura e não os “porquês do estar mal” (MONTEIRO, 2016, p. 74, grifos do autor).

Segundo Faleiros (1999), o pragmatismo, é uma atitude voltada para soluções imediatizadas, sem as reflexões teórica e histórica da problemática. E alerta que essa prática pulveriza as ações, atendendo o “que vai aparecendo na estrutura e dinâmica institucionais”.

Yazbek (2003, p. 136-137) refere-se aos mecanismos institucionais enquanto processo de alienação dos usuários, tornando-os permanentemente necessitados, na citação que segue e da qual nos valemos para nossa reflexão a respeito da prática institucionalizada e da atitude do profissional que vive esse cotidiano, ela aponta:

A política social organizada setorialmente “requer que as instituições, como centros de micropoder, se organizem em torno de microáreas de atuação, exigindo especialização crescentes de funcionários e agentes técnicos [...] Como decorrência dessa fragmentação, os problemas dessas microáreas são reificados apresentados em si mesmos como um todo” (Santos, A. G., 1980:121-122), determinando o atendimento em microespecializações (família, menor, comunidade, trabalho, etc.) a partir das carências apresentadas. A fragmentação da prática profissional se expressa, assim, em conjunto de atendimentos que se organizam a partir da “tipificação das carências” (Sposati e Falcão, 1985:60) que os segmentos demandatários da assistência social apresentam. Atendimentos em geral efetivados numa ótica individualizante e competitiva e desvinculados de uma ação conjugada e abrangente na direção do enfrentamento da questão em sua globalidade. Pulveriza-se, dessa forma, a identidade subalterna a partir de suas inúmeras carências (grifos da autora).

Organizar nossa reflexão sobre a categoria mediação objetiva, principalmente, apreender a essência do Serviço Social, de modo que, compreendendo a profissão e tendo a mediação como categoria constitutiva e operativa, possamos contribuir para reorganizar a intervenção profissional à luz do que nos propusemos, na agenda do nosso construir-se como pesquisador e assistente social, que textemunha a existência com a práxis transformadora e co-responsáveis pelos rumos que a profissão vai tomando em Angola. Isso exige o conhecimento e uso da categoria mediação, de modo que a compreensão e o trabalho sobre as expressões da questão social não sejam feitos no nível da singularidade, mas que, extrapolados na sua universalidade, consigamos situar o trabalho profissional nas demandas que nos são apresentadas na sua particularidade.

Ora, considerando o que afirmamos em Monteiro (2016, p. 245-246), que “a prática profissional é constitutiva da essência do Serviço Social”, esta deve ser permanentemente pensada. Aliás, é frequente o questionamento de profissionais sobre como atuar criticamente e de modo transformador diante de um meio profissional em que predominam as forças conservadoras, burocratizadas e alienadoras.

Nesse contexto, o assistente social é também chamado a compreender tão complexa realidade, associando dialeticamente teoria e prática. Tais desafios e o trabalho profissional não se enfrentam apenas com a “boa vontade” própria, senão corre-se o risco de fazer uma leitura determinista da realidade, ignorando as contradições existentes no cotidiano profissional e a pensar um trabalho profissional messiânico, que perde de vista as determinações mais amplas. Por isso, é importante, para o Serviço Social, como profissão também interventiva, que atua na realidade humano-social, que se comprometa em realizar o desvendamento crítico das múltiplas determinações da realidade, quais sejam: sociais, políticas, econômicas, históricas e culturais e técnicas, conforme Heller (2008).

Nesse sentido, a reflexão que se propõe, neste trabalho, diz respeito central às mediações técnico-operacionais. Conforme apresenta Martinelli (1993), são categorias instrumentais pelas quais se operacionaliza a ação profissional; é uma forma de objetivar a prática. As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias, que o profissional toma conhecimento para penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la.

Martinelli (2009, p. 2) ressalta a necessidade de o profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações estrutura, conjuntura e cotidiano, pois

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais, em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

Portanto, diante desse profundo jogo de forças sociais, é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico, que nada tem de estático ou linear; dessa forma, poderemos alcançar uma prática profissional transformadora e direcionada socialmente. Não há como desvendar a realidade, e nela realizar qualquer trabalho, sem compreender a categoria mediação.

Nas palavras de Oliveira (1988, p.79), para analisar uma realidade concreta, faz-se importante lançar certos instrumentos, que podem ser representados por categorias: “As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações”. Com as categorias dialéticas, o profissional imprime um direcionamento a sua prática profissional, que poderá ser crítica ou alienada.

As categorias estão relacionadas com o contexto de relações sociais, que, por sua vez, são antagônicas, contraditórias. Portanto, não são um fim em si mesmas, mas devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. [...]. São constituídas a partir de um contexto de relações sociais que, por sua vez são relações contraditórias, ou seja, as categorias estão historicamente relacionadas com o movimento da sociedade e a todo seu contexto social, político, econômico, ideológico. (OLIVEIRA, 1988, p. 80).

Na obra de Monteiro (2016), verificamos de forma clara como o Serviço Social é institucionalizado em Angola, também para responder aos interesses do Governo Colonial da época e que o autor chama de “mecanismos de tapar o sol com a peneira”.

O Serviço Social, profissão que intervém sobre a realidade, cuja direção é fazer enfrentamentos críticos da realidade, necessita de uma sólida base de conhecimentos e uma direção política consistente para desvendar as forças sociais em presença. Ressalta Martinelli (2006, p.15) que o momento histórico que estamos vivendo convoca os profissionais à coragem de transformar o nosso conhecimento silencioso em conhecimento partilhado: “É preciso deixar claro o que nós sabemos, assumir que sabemos, pois o saber que o Serviço Social domina vem de todos os seus conhecimentos teórico-metodológicos, mas vem também do conhecimento da realidade onde atuamos”.

É aí que se institui uma particularidade da profissão, no sentido de entender a forma de existência das expressões da questão social a partir da tríade singularidade, universalidade e particularidade, entendendo o espaço de intervenção como um campo

de mediações que se estrutura sobre determinações histórico-sociais constitutivas dos complexos sociais. Relembrando que a profissão é de natureza interventiva, com forte significado social, cujo compromisso é com a construção de uma sociedade humana, digna e justa. Pontes (1989, p. 24) faz a seguinte indagação: “Na particularidade da intervenção profissional do Serviço Social como operar neste complexo campo de mediações garantindo o domínio do seu nexos reflexivo e ontológico para a construção de uma práxis transformadora?”.

Esse questionamento não carece de uma resposta exata, mas de reflexões e tomadas de consciência por parte dos profissionais. Pontes (1989) ressalta o cuidado que precisamos ter durante a mediação da ação profissional, pois podemos construir um discurso com base na totalidade concreta, mas realizamos uma análise unidimensional e mecânica, ou seja, ao penetrarmos as determinações que são imanentes ao movimento contraditório do ser social, não superamos/ultrapassamos a imediatez do fenômeno. Pontes (1989,) reafirma: “por isso, a importância de compreender a categoria mediação no âmbito do movimento imanente e contraditório da totalidade concreta”.

Afinal, todas as ações profissionais, sejam elas as mais simples ou as mais complexas, possuem direção social entrelaçada por uma valorização ética específica, por esse motivo, a “mediação não é uma questão de opção, ela está intrínseca ao movimento da realidade” (OLIVEIRA, 1988, p. 81). Acrescenta Oliveira (1988, p. 82-83):

Se o profissional imprimir uma direção alienante tende a mistificar e homogeneizar as relações caracterizando-as de forma aparente, ou seja, sua ação profissional desapropria o real crítico da prática. [...]. Dessa forma, tende a ocultar as diferentes formas de poder levadas a efeito pelas relações sociais de dominação.

Portanto, a mediação, enquanto instância possibilitadora de passagem, efetiva a relação contraditória entre um processo de afloração de consciência e manutenção de alienação, quanto uma forma de reprodução e transformação da ideologia dominante. Como profissionais engajados na construção de um trabalho profissional emancipatório em Angola, necessitamos desnudar-nos das relações imaginárias, romper com a alienação da prática.

Principalmente quando se trata de uma sociedade globalizada, em cujo contexto o neoliberalismo acentua o capital, como já dizia Marx (2006, p. 40) no *Manifesto Comunista* “tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. Tal processo, que deve acompanhar o fazer e o pensar

concreto do assistente social, não pode ser feito sem as devidas mediações, uma vez que a demanda institucional que chega ao assistente social está despida de mediações, ou seja, aparece no plano da singularidade na forma de fatos/problemas isolados, de tipos: individuais, familiares, grupais e/ou comunitários.

Em outras palavras, a demanda institucional aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativos, metas e uma dada forma de inserção espacial (município, bairro, comuna); programática (divisão por projetos, programas ou áreas de ação) ou populacional (criança, idoso ou adolescente). Numa palavra, a demanda institucional aparece na imediatez como um fim em si mesma, despida de mediações que lhe deem um sentido mais totalizante (PONTES, 2000).

Apreender que as grandes determinações sociais, como as relações sociais de produção; a relação capital-trabalho; as leis de mercado; a relação entre Estado e sociedade; lei da mais-valia; entre outras, devem ser particularizadas, exige uma abstração das singularidades na sua universalidade e tal só é possível com o uso de mediações. Tais leis tendenciais serão capturadas pela razão na esfera da universalidade, como que tomassem vida, se objetivassem e se tornassem presentes na realidade da vida singular das relações cotidianas, processadas no nível do concreto pensado, e tornando aquilo que era universal em particular, sem perder seu caráter de universalidade, nem tão pouco sua dimensão de singularidade.

Assim, o conjunto de mediações, antes dissolvidas e ocultas na facticidade, ganham significados e objetividade. Portanto, aquele conjunto de complexos que a razão extrai do real, por aproximações sucessivas, possibilita uma visão mais ampla e profunda da realidade social, a partir da qual e na qual se inscreve a intervenção profissional. O objeto da intervenção profissional, a partir dessa intervenção, será um complexo relativamente total e rico em determinação histórico-social particularizada, permitindo ao profissional vislumbrar novos horizontes para a ação profissional que, logicamente, não se esgota na reconstrução do objeto, mas certamente encontra sua definição teleológica fundamental nesse procedimento lógico-ontológico.

Por outra, considera-se que a intervenção requer outros elementos, tais como: instrumentos, técnicas e estratégias. Mencionamos aqui os princípios fundamentais dentro da perspectiva materialista para a construção de mediações, explicitados por Martinelli (1993).

- Princípio do reconhecimento do ser social. O homem é um ser contraditório e complexo; é parte de uma totalidade social. Ele nunca é produto, e sim processo, nunca é dado, mas um dar-se; é essencialmente um ser histórico. Conhecê-lo, portanto, implica conhecer suas histórias, sua vida material. A forma como o homem produz sua vida material expressa sua inserção na rede de relações sociais, bem como o nível de sua consciência social;
- Princípio da atividade. Diz respeito à prática social do homem, pois retrata seu mundo interior; expressa a unidade de sua consciência. O profissional precisa estar atento para a atividade vital do homem, como princípio explicativo da sua própria vivência.
- Princípio da sistematização. O fenômeno deve ser encarado como um dado real, existente e concreto, e ser revelado em sua condicionalidade material. É preciso definir com clareza a natureza do fenômeno, a sua relação com os outros fenômenos da vida social e as bases do seu surgimento.
- Princípio da totalidade. Visto que todo fenômeno é multidimensional e se estrutura em uma realidade complexa, é preciso conhecer essa realidade e apreendê-la em seu todo e em seu movimento. Faz-se essencial penetrar nesse complexo que expressa a realidade para apreendê-la enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos.

Os princípios acima destacados são dirigidos tanto à pessoa quanto ao fenômeno, para compreendê-los em seu movimento, e sua inserção no real. Com relação à pessoa, as principais mediações situam-se na perspectiva de conhecer a sua existência real e concreta, por meio dos dados sobre a sua existência, condição de vida e atividade prática; a sua consciência participação, socialização e cultura; a sua vida social, reciprocidade, solidariedade e cooperação. As mediações que se referem ao conhecimento do fenômeno são: condicionalidade material de seu surgimento e existência; de seus traços específicos e peculiaridades; de sua posição no contexto dos fenômenos sociais; dos impactos individuais e sociais que provoca (MARTINELLI, 1993).

Portanto, salienta-se o quão importante é pensar e identificar o campo de mediações nas demandas do Serviço Social, bem como romper com as análises unilaterais que levam a viés fatalistas, messiânicos ou voluntaristas. Afinal, nenhum ato

do cotidiano profissional se apresenta diante do profissional como portador de mediações, mas inteiramente despido. Caberá ao assistente social ser crítico e propositivo no desvendamento do jogo de forças conjunturais do dia a dia da prática profissional do indivíduo e da sua própria. A mediação de, forma geral, é vista como uma possibilidade crítica de descobrir as forças sociais presentes no cotidiano do assistente social e como direcionar o seu trabalho.

Martinelli (2009) ressalta a necessidade de as forças sociais realizarem a interpretação da realidade a partir das relações da estrutura – conjuntura e cotidiano –, pois apresentam-se como forma de acesso às múltiplas determinações da realidade pela mediação dos contextos, acontecimento, atores, forças sociais, em presença, os quais podem ser alcançados pela análise da conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas.

Diante dessa análise, destacamos que é dever ético do profissional entender e interpretar criticamente a realidade na qual atua, sem perder de vista que se trata de um processo dinâmico; dessa forma, o profissional poderá alcançar um trabalho de caráter transformador e direcionado socialmente.

Nesse sentido, ao nos propormos a identificar e descrever a rede de mediações existentes na trama Serviço Social, Estado e Política Social, em Angola, pretendemos também entender a categoria mediação não apenas como capacidade de compreender o real, mas de modo particular como capacidade de transformá-la, revelando as infundáveis relações do movimento contraditório da história.

As mediações, conforme nos apresenta Martinelli (1993), são também categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional; é uma forma de objetivar a prática. As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias que o profissional toma conhecimento para penetrar nas tramas da realidade com a possibilidade de transformá-la.

De outro modo, considerando o que Oliveira (1988, p. 79) explicita no que tange à análise e compreensão de uma realidade concreta, é importante lançar certos instrumentos, que podem ser apresentados por categorias, como conceitos básicos que expressam os aspectos gerais e essenciais do real; suas conexões e relações dialéticas, que vão permitir ao profissional dar um direcionamento à sua prática profissional, que poderá ser crítica ou alienada.

Na dimensão técnico-operativa, em que se refere mais estritamente aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção, estes devem

ser vistos como potencializadores do trabalho, que devem ter a sua utilização constantemente aprimorada, de forma a se tornarem úteis ao objeto e aos objetivos do trabalho, como aponta Trindade (1999, p. 65):

[considera-se] instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho.

Em oposição às práticas, ou procedimentos executados mecânica e irrefletidamente, o instrumental técnico apoia-se em conhecimentos científicos correspondentes frutos de uma escolha consciente e reflexiva, ou seleção, que leva em conta os determinantes específicos de dada realidade e de cada situação em particular, devendo ser posto em prática no sentido de facilitar e fortalecer as ações propostas.

Assim, o instrumental não; e porta única e exclusivamente um aspecto técnico, uma vez que demanda uma competência, ao criar, selecionar e aplicar. Mas também precisa ser considerado em sua dimensão política, uma vez que pressupõe e se vincula a um projeto político que pode ou não ser de superação, sendo primordial o estabelecimento de mediações adequadas no seu manejo.

Portanto, fica evidente a implicação das dimensões ético-política e teórico-metodológica sobre a dimensão técnico-operativa. No momento em que os instrumentos, as técnicas, estratégias, ou procedimentos, são acionados pelo profissional, este deve ter consciência da intencionalidade de que se investe no processo. A respeito, Pires (2005, s.p.) comenta:

[...] O instrumental técnico não indica esquemas ou modelos rígidos e pré-estabelecidos que se mostram sob uma capa de neutralidade política. Sua utilização demanda obrigatoriamente seleção, adaptação e/ou aprimoramento à luz da perspectiva teórico-metodológica e política do agente profissional, assim como dos determinantes específicos da realidade ou situação particular enfrentada e dos objetivos mediatos e imediatos da ação profissional

As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas, ao se forjarem à instrumentalidade do assistente social, têm como objetivo torná-lo, mais do que um agente técnico, um profissional atento às finalidades e objetivos, assim como às consequências do seu trabalho. Um profissional técnico, mas também intelectual, capaz de realizar leituras críticas da realidade social, num processo investigativo por meio de

sucessivas aproximações, identificando os nexos que constituem os fenômenos, ou seja, apreendendo as mediações. Assim, o domínio do instrumental técnico-operativo é muito importante, mas não é suficiente. Precisa ser agregado ao desenvolvimento das demais capacidades do profissional.

Considerar a instrumentalidade do Serviço Social em sua complexidade implica fugir do modelismo, tecnicismo e metodologismo, vislumbrando a possibilidade de uma intervenção profissional mais consequente, implicando, por isso, a compreensão e apreensão das mediações.

1.5.3 Mediações teórico-metodológicas no Serviço Social

A racionalidade capitalista vem impondo, no pensar e fazer da profissão, situações que cada vez mais buscam como fazer eficientemente ao ritmo das solicitações imediatas e do mercado de trabalho ávido pelo lucro. Tal racionalidade vem se alastrando em todos os domínios da vida profissional.

Enquanto assistente social inserido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, quer como docente, e como participante do Comité Científico, que estruturou e organizou o mestrado em Serviço Social e Política Social na Universidade Católica de Angola, podemos perceber as insinuações, muitas vezes revestidas de argumentos, da super especialização e fragmentação do saber, que diferentes atores vão propondo ao Serviço Social; uma formação profissional que privilegie a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades, centrando-se no “como fazer eficiente e eficaz”, com a justificativa de ser uma profissão interventiva.

Não que defendamos a ineficiência, afinal, somos trabalhadores, e como tais devemos ter valor de uso para o mercado, mas, como alerta Iamamoto (2009), a formação que busca apenas o “como fazer eficiente e eficaz”, leva à criação de um profissional que pode ser reduzido meramente a um técnico, pois sabe fazer, mas não sabe explicar o porquê de suas ações, sua finalidade, ou a consequência de sua intervenção na realidade.

Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros – cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc. – a tarefa de pensar a sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 169, grifo da autora).

O fazer profissional do assistente social é mediado, sim, por um conjunto dinâmico e complexo de mediações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operacionais. Neste trabalho, ao nos propormos a analisar as mediações teórico-metodológicas manifestadas na compreensão e intervenção do Serviço Social nas expressões particulares da questão social em Angola, não significa que desconhecemos a íntima relação entre essas mediações que constituem a competência profissional.

Concordamos com Guerra (2012) quando ressalta a importância de conceber a unidade dessas três dimensões, justamente no sentido de evitar concepções equivocadas que costumeiramente surgem na intervenção profissional cotidiana de alguns assistentes sociais que afirmam que a “teoria é diferente da prática”. Segundo essa autora, alguns mitos ainda rondam a profissão, dicotomizando processos que estão intimamente interligados, gerando uma ilusão de que existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que a sustentem e que existem teorias sem impactos reais na vida das populações.

Pelo contrário, entendemos que não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que a sustentem e de igual modo não existem teorias sem impactos reais na vida das populações.

Mais, ainda, entendemos que quer as intencionalidades, ou seja, as mediações ético-políticas relacionadas aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Quanto às mediações técnico-operacionais, ligadas à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012), estão intimamente ligados também com as mediações teórico-metodológicas.

Ou seja, a qualidade, profundidade das mediações teórico-metodológicas, da teoria, do conhecimento, influenciam até os objetivos e as finalidades, os princípios e valores humano-genéricos que guiam as ações do assistente social – mediações ético-políticas, bem como têm influência na escolha e uso dos meios e instrumentos utilizados para materializar ou atingir os objetivos – mediações técnico-operacionais.

Afinal, tanto Barroco (2008) quanto Iamamoto (2001) ressaltam que a dimensão ético-política do trabalho do assistente social só pode ser vislumbrada quando esse profissional realiza ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento político de defesa dos direitos dos seus usuários. Entendemos que tais ações conscientes e críticas são possíveis e reflexo de mediações teórico-metodológicas também críticas. Não podemos esperar ações conscientes e críticas, vinculadas a um posicionamento

político de defesa dos direitos dos seus usuários sem um conhecimento adequado que as ilumine.

Iamamoto (2008) indica que as mediações teórico-metodológicas são necessárias ao assistente social para conhecer e decifrar o ser social e a vida em sociedade. Para tal, faz-se necessária a compreensão e análise da emergência da sociedade burguesa moderna, do Estado, das classes sociais, da política social, dentre outros. Daí o nosso esforço em examinar o estatuto ontológico da categoria mediação e sua relevância para o rigor teórico, crítico e metodológico da análise do Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social em Angola.

Entendemos como mediações teórico-metodológicas o conjunto do arcabouço teórico, de fundamentos teórico-metodológicos, constituído por ideias, conhecimentos necessários para decifrar o ser social e a vida em sociedade. Quer dizer, as competências teórico-metodológicas, tal como as definem as Diretrizes Curriculares da profissão de Serviço Social (ABEPSS, 1996) são também mediações teórico-metodológicas.

Como ensina Iamamoto (2008), a apreensão e compreensão das mediações teórico-metodológicas exige a compreensão e análise da emergência da sociedade burguesa moderna, do Estado, das classes sociais, da política social, dentre outros. Daí a razão de, no foco de apreendermos as mediações teórico-metodológicas no Serviço Social, procuramos entendê-las na totalidade das conexões e contradições que estabelecem com o Estado e a Política Social em Angola.

Portanto, as mediações teórico-metodológicas no Serviço Social têm a ver com as capacidades que favorecem a apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional, ao passo que as mediações ético-políticas se relacionam com os objetivos e as finalidades das ações do assistente social, bem como os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Já as mediações técnico-operacionais fazem alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2012).

A compreensão de que as mediações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social estão intimamente ligadas, leva-nos a perceber que a profissão em foco está necessariamente fundamentada pela história, teoria e pelos métodos. Isso pressupõe abordá-la como socialmente determinada na historicidade da sociedade em que se estuda a profissão, neste caso, a sociedade angolana. Em outras palavras, exige analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu, no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade.

E, também, significa pensar a profissão como fruto dos sujeitos que a constroem e vivenciam; sujeitos esses que contribuem para a criação de uma cultura profissional historicamente circunscrita a seus modos de atuar e pensar o Serviço Social (IAMAMOTO, 2008), daí a importância de estudarmos as mediações teórico-metodológicas no Serviço Social, Estado e Política Social em Angola, como esforço de entendermos os modos de atuar e pensar dos diferentes sujeitos que contribuem para a criação do saber e da cultura profissional.

Santos (2006) defende a compreensão da teoria que o assistente social se utiliza para apreender a realidade e as expressões da questão social que ali se encontram, assim como seu movimento, sua direção, suas contradições. Portanto, a mediação teórico-metodológica é indispensável para a formação profissional, pois, sem ela, uma intervenção com qualidade fica prejudicada, visto que é a teoria que vai iluminar o significado social da ação, ultrapassando, dessa forma, o conhecimento do senso comum.

O que Santos (2006) defende, em relação à importância da mediação teórico-metodológica no Serviço Social, não só se coloca em relação ao assistente social, mas também para as expectativas sociais que a própria sociedade vai ter sobre a profissão. Isso foi expresso no depoimento do assistente social Z, quando se debruçava sobre a importância do tema que trazíamos para o seu trabalho e espaço sócio-ocupacional:

Irmão, nós precisamos mesmo parar para pensar o que é o Serviço Social nas FAA e o que deve ser. Esta tua ideia de estudar a nossa profissão aqui, mas com este olhar, vai nos ajudar muito...Tens razão mano, o conhecimento que eles têm sobre a profissão influencia muito nisso, mas também o nosso próprio conhecimento. Não nos respeitam e dia a dia nos mandam fazer as mesmas coisas. Até que criamos já um cotidiano. Será que Serviço Social é isso? (assistente social Z).

Atentando para esse depoimento, para esse assistente social, aquilo que é, e o que deve ser a profissão, em Angola, e no caso concreto das Forças Armadas angolanas, passa-se a compreender também os conhecimentos que as entidades empregadoras têm, bem como os próprios agentes do Serviço Social. Para ele, a crítica sobre o conteúdo de trabalho dos assistentes sociais; a compreensão da demanda de trabalho, muitas vezes imposta pela entidade empregadora, passa pela crítica do arcabouço teórico que influencia quer o mercado de trabalho quer os próprios assistentes sociais, concluindo sua fala questionando se o Serviço Social é e deve ser apenas o que o cotidiano na sua imediaticidade impõe. Na mesma linha, segue o depoimento do assistente social F:

No princípio estava difícil trabalhar. Um gajo se perguntava toda hora: afinal o que aprendi para tentar responder às demandas que a vida aqui

sabe nos impor? Mas pouco a pouco criamos o nosso trabalho, a nossa rotina [...] e as pessoas já nos entendem e já sabem qual é o nosso papel. Mas em parte, também, parece que isso incomoda um pouco, pensam que o nosso trabalho é isso que eles nos mandam fazer e estão habituados [...] Aliás, o nosso trabalho é mesmo já este, o pão de cada dia que conhece!!! Corre aqui, tapa ali, responde aqui. Repetimos isso e a vida vai indo... Agora, o chefe, vem aqui com este tema para estudar o que é o Serviço Social e como deve ser trabalho que emancipa? Então, há que pensar no conhecimento que têm e nós temos e nos influencia... Precisamos mesmo pensar o nosso trabalho... Olha, quando lia as suas ideias, eu vi que o problema então não é tático, assim tipo... domínio de base de dados, programas de tratamento da informação, dar orientações e supervisionar, assim... O problema é estratégico, nós temos que responder primeiro se nós estamos a trabalhar para quê? Segundo, se o caboco de conhecimentos deles e nossos nos ajudam a atingir tais fins. E mais ainda, re-orientar o tal trabalho por causa desta coisa de emancipar, tem que visar isso... Isto deve ser voz de mando. (assistente social F).

Nesse depoimento, esse assistente social, quando confrontado pelas demandas que o seu espaço sócio-ocupacional diz lhe impor, recorre às mediações teórico-metodológicas, isto é, ao conjunto de conhecimento que aprendera: *“Um gajo se perguntava toda hora: afinal o que aprendi para tentar responder as demandas que a vida aqui sabe nos impor?”* (assistente social F). Esses conhecimentos, avança o referido assistente social, o ajudam a dar respostas às diferentes solicitações, tendo criado a rotina no seu trabalho. Porém, também se serve das mediações teórico-metodológicas para duvidar e criticar o seu próprio trabalho:

Mas pouco a pouco criamos o nosso trabalho, a nossa rotina [...] e as pessoas já nos entendem e já sabem qual é o nosso papel. Mas em parte também, parece que isso incomoda um pouco, pensam que o nosso trabalho é isso que eles nos mandam fazer e estão habituados [...] Aliás o nosso trabalho é mesmo já este, o pão de cada dia que conhece!!! Corre aqui, tapa ali, responde aqui” (assistente social F).

No diálogo em que o autor apresentava as ideias do presente estudo, ciente de que, no modo de produção capitalista, o assistente social, com o seu, e no mesmo trabalho, pode ao mesmo tempo e de modo contraditório satisfazer necessidades e demandas, quer da classe trabalhadora como do capital, interpelava seu interlocutor se eles – os representantes da entidade empregadora, *“pensam que o nosso trabalho é isso que eles nos mandam fazer e estão habituados [...] Aliás, o nosso trabalho é mesmo já este, o pão de cada dia que conhece!!! Corre aqui, tapa ali, responde aqui”* (assistente social F), questionava se era possível criar e desenvolver outro trabalho, que não seja o que eles pensam, sabem, que seja e deve ser o Serviço Social. Nesse caso, o assistente social F em seu depoimento nos diz que a construção de um Serviço Social que não responda só às imposições cotidianas é possível, mas aponta como caminho a mudança das mediações teórico-metodológicas, quer sejam dos empregadores, quanto dos

próprios profissionais: *“Agora o chefe, vem aqui com este tema para estudar o que é o Serviço Social e como deve ser trabalho que emancipa? Então, há que pensar no conhecimento que têm e nós temos e nos influencia... Precisamos mesmo pensar o nosso trabalho”* (assistente social F).

Como se pode perceber nesse estrato do depoimento, o assistente social F coloca a mediação teórico-metodológica no centro do processo de pensar o que é o Serviço Social e como tal pode ser um trabalho que, dentro dos limites possíveis, pode ser um trabalho emancipatório, *“então, há que pensar no conhecimento que têm e nós temos e nos influencia”* (assistente social F).

Por perceber a importância dos recursos intelectuais, teórico-metodológicos que propiciam uma potenciação do trabalho profissional sobre o objeto – as expressões da questão social nas quais se intervêm mas como e ao ritmo da ordem do chefe, nosso interlocutor, o assistente social F, avança e indica que trabalhar nos conhecimentos, no aporte teórico-metodológico quer do empregador, que tem uma certa expectativa com o trabalho do assistente social, quanto do próprio profissional do Serviço Social, deve ser uma missão estratégica e um lema, senão mesmo uma ordem superior.

Olha quando lia as suas ideias, eu vi que o problema então não é tático, assim tipo...domínio de base dados, programas de tratamento da informação, dar orientações e supervisionar, assim...O problema é estratégico, nós temos que responder primeiro se nós estamos a trabalhar para que? Segundo, se o caboco de conhecimentos deles e nossos nos ajudam a atingir tais fins. E mais ainda, re-orientar o tal trabalho por causa desta coisa de emancipar, tem que visar isso... Isto deve ser voz de mando. (assistente social F).

Como ressaltado anteriormente, as três dimensões dos fundamentos do Serviço Social devem ser sempre vistas em um conjunto, portanto, nenhuma pode ou deve ser considerada mais importante que a outra. E nesse depoimento, embora nosso interlocutor dê realce aos conhecimentos que indicam a direção do fazer profissional, traz em simultâneo as dimensões ético-políticas: *“Nós temos que responder primeiro se nós estamos a trabalhar para quê?”*. Mas, ao mesmo tempo, faz referência às mediações técnico-operacionais que ele chama de problema tático: *“Eu vi que o problema então não é tático, assim tipo... domínio de base de dados, programas de tratamento da informação, dar orientações e supervisionar”*. Mas coloca as mediações teórico-metodológicas no nível estratégico: *“O problema é estratégico”*. Portanto, podemos aqui perceber que quer queiramos ou não, quer saibamos ou não, as mediações estão presentes no trabalho profissional do assistente social e que não há realmente teoria sem ação e nem prática que não tenha algum suporte teórico.

II. O ESTADO MODERNO E A POLÍTICA SOCIAL

Ao analisar a literatura especializada, nesta abordagem, constatamos que, em síntese, as motivações que induzem os seres humanos a pensar e a fazer política, de sua essência à técnica, não prescindem da interdependência de categorias como o Estado e o poder. Portanto, cumpre-nos considerar que o Estado, nas Ciências Sociais, é um dos objetos que, ao lado de outros, como o poder e a sociedade, legitimam a racionalidade das teorias do conhecimento e fundam as principais ciências que se ocupam da política, no advento da modernidade.

Para fins e nos limites de um trabalho que se propõe somente a analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social em seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, neste capítulo, pretende-se trazer nossa compreensão sobre essa categoria a partir dos referenciais que elegemos, sem deixar de fazer breve incursão das teorizações que existem em torno do tema fora desse referencial, com o objetivo único de elucidar nossa opção. Para cumprir o objetivo proposto, fazemos uma análise das iniciativas de gestão das expressões da questão social pelo Estado desde as suas formas primárias no tempo colonial e depois da independência, considerando que essa abordagem mais particularizada será feita no terceiro capítulo. Neste segundo capítulo, procuramos enfatizar os processos globais com influência nas metamorfoses do Estado burguês em Angola, por isso, nas páginas seguintes, vemos como essa categoria é estudada no contexto da tradição liberal, entre os marxistas, e finalmente refletir sobre o papel histórico do Estado no enfrentamento das expressões da questão Social por meio da política social.

2.1 A discussão do Estado nas Ciências Sociais

Segundo Paula (2013, p. 61-62), a preocupação de grande quantidade de intelectuais em explicar o que é e entender como funciona a sociedade humana (desde o primitivismo até o capitalismo contemporâneo) e, nela, o Estado justifica-se, dentre outros motivos, porque intencionam, via de regra, conferir direcionamentos político e ideológico ao Estado, seja para destruí-lo, após transformá-lo em instrumento para a revolução proletária (MARX; ENGELS; LÊNIN), seja para disputá-lo na esteira da “condensação de relações de força” que engendra (POULANTZAS, 1975; 1977; 1985).

Paula (2013, p. 61-62) continua: “as defesas pelo fortalecimento ou

enfraquecimento, existência ou inexistência do Estado, podem ser dos mais diversos matizes”. Há os que sugerem o fim do Estado como forma de dar vazão à supremacia do mercado e sua mão invisível; há os que defendem o seu fim como a única maneira de proporcionar a efetiva igualdade entre os homens. Outros podem defender sua existência mediante a exacerbação de seu poder regulatório e coercitivo, interferindo nas liberdades individuais, como é o caso dos regimes autocráticos, ao passo que outros podem pensá-lo neutro, diante das disputas próprias da democracia liberal burguesa. Da direita à esquerda, todos têm opinião e posicionamento sobre o Estado. Processo histórico este que o alça do âmbito da ciência e filosofia políticas para o campo das teorias do direito, da administração, da administração da produção, etc.

O fato é que a definição de Estado nunca será algo acabado, signatário de uma verdade, o que levou Pereira (2008, p. 27) a afirmar que o Estado, “além de ser um conceito complexo, é um fenômeno histórico e relacional¹²”.

Desde que, na Assembleia Francesa de 1791, jacobinos e girondinos sentaram-se em lados opostos, a vida de estadistas e estudiosos do Estado tornou-se imbuída da inevitabilidade de sua problematização, ainda que, por vezes, presa ao maniqueísmo do antagonismo político marcado pelas noções de direita e esquerda. Desse modo, tanto um quanto outro lado não conseguem precisar, mesmo na polarização que anunciam, uma definição unívoca do Estado; contudo, adicionam elementos que buscam defini-lo ora por suas funções, ora pelas instituições ou corporações que o compõem, ora por sua relação inexorável com a sociedade, ora por todos esses elementos juntos, e assim por diante. Trata-se, então, de entender que o Estado não “existe em abstrato (sem vinculações com a realidade e a história) e nem de forma absoluta (assumindo sempre e para toda vida uma única forma)” (PEREIRA, 2008, p. 27).

Em outros termos, nos interessa, assim, um tipo particular de Estado, ou seja, o referido a uma formação social específica, historicamente determinada, cujas características lhe dão forma estrutural e que, de modo ainda mais específico, se referencia também a contingências conjunturais. Trata-se, pois, daquele tipo de Estado dotado de obrigações positivas que, inevitavelmente, o impelem a exercer regulações sociais por meio de políticas. Ou seja, o Estado em ação (PEREIRA, 2008).

¹² Segundo a autora, histórico, porque não existe de forma absoluta e inalterável. É algo em movimento e constante mutação “[...] relacional porque não é um fenômeno isolado, fechado ou circunscrito em si mesmo e autossuficiente, mas um fenômeno em relação”. (PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008).

É esse tipo de Estado que interessa à tese que ora apresentamos, pois é o tipo que protagoniza impulsos cíclicos voltados ao seu próprio desenvolvimento, em ato de reciprocidade ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e que, ao longo dos tempos, tem sido objeto de interesse científico com inflexões diretas nos rumos que as sociedades humanas têm tomado, desde o advento da Modernidade. Sobre essas particularidades, retomaremos mais adiante; todavia, é importante resgatar a trajetória evolutiva na construção do pensamento teórico-prático.

A preocupação de intelectuais e estadistas em definir e pensar o Estado nas suas mais variadas formas e expressões é notória. Dedutiva ou indutivamente, é possível perceber um fio evolutivo, porém não linear, nas formulações teórico-práticas mais visitadas sobre o tema. Tais formulações expressam, nas ações de seus emissores, as “consciências sociais práticas” dos grupos sociais a que se vinculam.

De modo geral, todas as perspectivas, por serem também ideológicas, apresentam natureza ontológica, que se traduz numa espécie de função social, isto é, refletem também não apenas o papel que a ideologia desempenha ante o grupo social de seus portadores, como também a conscientização como prévia ideação da prática social de seus agentes. Desse modo, o conjunto de intenções que serão implementadas pelos agentes da ideologia, em termos ontológico-práticos, é encontrado sob duas formas essenciais de embate ético-político: o liberalismo e o socialismo.

As fronteiras entre o conhecimento produzido por esses três grupos de formuladores são tênues, e possibilitam, por vezes, articulações positivas, quando há algum tipo de identificação ético-política ou metodológica; ou negativas, quando se trata de tomar o outro por antagonista.

Queremos evidenciar, portanto, a relevância do pensamento construído pelos intelectuais que consideramos significativos para nossa análise – também por serem referências recorrentes no Serviço Social –, pois, em sua maioria, inauguram escolas de pensamento que nos influenciam até os dias atuais, à direita, à esquerda; na porosidade do centro, ou em suas frações.

Conferimos um destaque especial para as “narrativas” no campo da tradição marxista, tanto por sua diversidade quanto pela abrangência, mas, sobretudo, porque é nesse campo que residem os nexos ontológicos da crítica que empreendemos. Antes, visitamos a tradição liberal, como veremos adiante depois de breve análise desse tema nas Ciências Sociais.

No contexto das problematizações do Estado Moderno, nas Ciências Sociais,

Nicolau Maquiavel (1469-1527) é reconhecidamente o primeiro sujeito político a se deter sobre a problemática do Estado moderno. As considerações que registra em *O Príncipe* são citadas, por um sem-número de intelectuais, como as notas que dão origem ao Estado moderno.

Em contraposição aos argumentos de Aristóteles, Maquiavel não entende o Estado como instrumento que assegura a felicidade e a virtude humanas e nem como veículo intermediário entre o Reino dos Céus e da Terra, como se pensava na Idade Média. Para ele, o Estado tem funcionamento próprio, regras e características específicas, apreendidas tanto a partir da observação da dinâmica das Repúblicas, ou Principados, quanto da interação entre súditos e Príncipe, o que, seguramente, o credencia a estabelecer as tendências predominantes para o funcionamento desse Estado. Por isso que, na apresentação de seus escritos a Lourenço de Médici, ele diz:

Espero, todavia, não se repunte presunção o atrever-se um homem de condição baixa e humilde discorrer sobre os governos dos príncipes e inculcar-lhes regras. Assim como os que desenham paisagens se colocam nos vales para apreciar a natureza das montanhas; em lugares elevados e nas cumeadas dos montes para apreciar a dos vales; da mesma forma, para bem conhecermos a índole dos povos é mister sermos príncipes, e para conhecermos bem a dos príncipes precisamos ser do povo. (MAQUIAVEL, 2007, p. 28).

Maquiavel, em seu tom humilde e irônico, que é acompanhado por um princípio de empiria (tomar determinada posição para conhecer), no modo como diz estudar o Estado, associado a uma espécie de convencimento para a aceitação de suas ideias. O autor de *O Príncipe* preocupava-se em afastar-se das abstrações da mente para ocupar-se das coisas como elas “realmente são”, pois não via a realidade como espontaneamente harmônica. Referia-se à verdade objetiva das coisas tal como se apresentam fotograficamente e sem movimento:

Em todo o caso, sendo minha intenção escrever coisa útil para quem saiba entendê-lo, julguei mais conveniente ir atrás da verdade efetiva do que das aparências, como fizeram muitos imaginando repúblicas e principados que nunca se viram nem existiram. Entre como se vive e como se devia viver há tamanha diferença, que aquele que despreza o que se faz pelo que se deveria fazer aprende antes a trabalhar em prol da sua ruína do que de sua conservação. Na verdade, quem num mundo cheio de perversos pretende seguir em tudo os princípios da bondade, caminha para a própria perdição. Daí se conclui que o príncipe desejoso de manter-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom e a fazer uso ou não deles, conforme as necessidades. (MAQUIAVEL, 2007, p. 139-140).

Com isso, Maquiavel (2007, p. 27-28) vai considerar a política como “a arte do possível [...] a arte da realidade que pode ser efetivada, a qual leva em conta como as coisas estão e não como elas deveriam estar”. É desse modo que o Príncipe deve agir para ter controle de seu principado.

Em Maquiavel, Estado e política são mais do que categorias, para mera análise teórico-filosófica. A prática política “realista” que sugere é a que propicia as condições objetivas de se configurar um Estado moderno e coeso em torno do poder de seus governantes. Por isso, Maquiavel afirma ser bom que o Príncipe seja temido e amado, contudo, na impossibilidade da conquista dos dois sentimentos, o temor lhe é preferencial. O temor gera mais segurança e fidelidade ao governante do que o contrário: “Os homens têm menos escrúpulos de ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor depende de uma vinculação moral que os homens, sendo malvados, rompem; mas o temor é mantido por um medo de castigo que não nos abandona nunca”. E arremata: “Por conseguinte, deve-se estabelecer o terror; o poder do Estado, o Estado moderno, funda-se no terror”. (MAQUIAVEL *apud* PAULA, 2013, p. 68).

Com essas e outras considerações, Maquiavel passa a ser referência para todos os que se dedicam às coisas da política e do poder. Seus escritos não trazem, a rigor, uma teoria do Estado, mas os principais determinantes das práticas políticas que conformam o Estado, cuja característica fundante é conquistar (mais pela força do que pela tradição) e manter o poder sobre seu povo, ou seja, o Estado como aparelho de dominação.

No contexto das Ciências Sociais, outro teórico de reconhecida influência no estudo da categoria Estado é o inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Considerado o primeiro a tratar do Estado como momento de síntese da elevação dos indivíduos de um estado primitivo, natural, para um estado social. Tendo por referência a sociedade inglesa de seu tempo, já em estágio de desenvolvimento avançado, se comparada a outras sociedades europeias ou asiáticas da época, Hobbes percebe a capilarização de valores estruturados numa sociabilidade fundada na propriedade privada e que encontra, na sociedade que se organiza a partir das dinâmicas da acumulação primitiva, suas formas mais acabadas, e, dessa percepção, infere que o homem é naturalmente competitivo até as últimas consequências: *homo homini lúpus*.

A competição por riquezas, prazeres, honrarias e outras formas de poder conduz à luta, à inimizade e à guerra. [...] Assim, considero como principal inclinação de toda a humanidade um perpétuo e incessante afã de poder, que cessa apenas com a morte. Sua causa nem sempre é o fato de que o homem espera um prazer mais intenso que aquele já alcançado, ou que não chegue a satisfazer-se com um poder moderado, mas, sim, o fato de não poder ter assegurados seu poderio e os meios de seu bem-estar atual sem adquirir novos bens. Dessa forma, os reis, cujo poder é maior, tratam de assegurá-los, em seu país, por meio de leis e, no exterior, mediante guerras; o desejo da fama de novas conquistas; em outras, o de prazeres fáceis e sensuais; em

outras, ainda, a admiração, o desejo de atingir a excelência em alguma arte ou habilidade mental. (HOBBES, 2009, p. 78).

Quer dizer, para Hobbes (2009, p. 94-95), o desejo incessante de poder, propriedade, bens e riquezas, leva os homens a destruírem-se uns aos outros.

Essa é a causa pela qual os homens quando desejam a mesma coisa e não podem desfrutá-la por igual, tomam-se inimigos e, no caminho que conduz ao fim (que é, principalmente, sua sobrevivência e, algumas vezes, apenas seu prazer), tratam de eliminar ou subjugar uns aos outros. [...] se alguém semeia, constrói ou possui uma área conveniente, pode estar certo de que chegarão outros que, unindo suas forças, procurarão despojá-lo e privá-lo do fruto de seu trabalho e até de sua vida ou liberdade. O invasor, por seu turno, assumirá o mesmo perigo enfrentado por aquele cuja propriedade invadiu e a quem subjugou. [...] Por isso, quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra; uma guerra de todos contra todos.

Então, segundo Hobbes (2009, p. 78), para que isso não aconteça, um ente de poder absoluto deve ser legitimado por esses homens, de modo que exerça seu poder na preservação da espécie humana barrando a sua autodestruição. A existência desse ente é legitimada por uma espécie de contrato entre os homens. Nesse contrato, são estabelecidas as normas da convivência social, que, não por acaso, já estavam relativamente dadas na esfera da circulação mercantil simples, sobretudo a liberdade.

Os desejos de vida fácil e de prazeres sensuais dispõem os homens a obedecerem a um poder comum, pois fazem-nos renunciar à proteção que poderiam esperar de seu próprio esforço e labor. [...] A razão sugere normas de paz adequadas, que podem ser alcançadas pelos homens mediante o mútuo acordo. Essas normas são conhecidas como leis da Natureza. (HOBBES, 2009, p. 78).

Em outros termos, para Hobbes (2009), a superação do estado de natureza dá-se quando os homens voluntariamente alienam-se de seus direitos naturais em favor de um ente de soberania absoluta responsável pela preservação da vida dos indivíduos. Esse ente, o Estado, surge por meio de um contrato em que o soberano (Estado) só pode ser questionado individualmente e com a comprovação de que não teria cumprido sua tarefa de proteger a vida do indivíduo reclamante. As características do processo de mercantilização da vida levam Hobbes (2009) a formular a tese do Estado absoluto, o ente em questão.

Em *Leviatã*, uma de suas principais obras, Hobbes inicia por aquilo que Macpherson (*apud* PAULA, 2013, p. 71) denomina de “proposições psicológicas” e que, ao discorrer sobre as sensações, a imaginação, a memória, o apetite e a aversão, demonstraria, por dedução, a necessidade de um soberano para os indivíduos atomizados. Ainda que incompletas,

[...] as proposições com as quais Hobbes abre a argumentação de *Leviatã*, das

quais se poderia dizer que são sobre o indivíduo como tal, completamente abstraído da sociedade [...] não contêm tudo o que é necessário para a dedução da necessidade do estado soberano. Se, por outro lado, empregarmos a expressão propostas psicológicas para incluir a afirmativa de Hobbes sobre o comportamento inevitável dos indivíduos uns em relação aos outros, em qualquer sociedade (em especial, a proposta de que todo indivíduo procura sempre ter maior poder sobre os outros), ou sua afirmativa semelhante quanto ao comportamento humano na ausência hipotética de qualquer sociedade (i. e., em estado de natureza), nesse caso as propostas psicológicas realmente contêm tudo o que é necessário para a dedução da necessidade de um soberano, mas elas não são sobre o bicho humano como tal; foi preciso acrescentar algumas suposições sobre o comportamento humano na sociedade civilizada. É possível partir da luta universal pelo poder na sociedade, ou do estado de natureza para a necessidade do soberano, sem nenhuma outra suposição, mas não é possível partir do indivíduo como sistema mecânico, para a luta universal pelo poder ou para o estado de natureza sem nenhuma outra suposição.

Portanto, as proposições de Hobbes (2009, p. 31) estão pautadas no individualismo em que se encontram os homens em estado natural. Suas deduções são hipoteticamente lógicas e não históricas e remetem à defesa do poder monárquico absolutista.

Na linha dos contratualistas, segue John Locke (1632-1704), que explica a origem do Estado a partir da necessidade de preservar a paz, e a integridade dos homens também aparece. Para esse filósofo, o Estado tem a atribuição de preservar a liberdade dos homens, tal qual defende Hobbes, porém, liberdade em seus direitos de propriedade, pois os homens já seriam livres em seu estado natural. O contrato que delega poderes regulatórios ao Estado deve prever a limitação da própria liberdade natural dos homens, justamente, a fim de preservar a propriedade.

Para Locke (2006), diferentemente de Hobbes, a liberdade e a igualdade já existiriam no momento anterior ao surgimento do Estado (estado natural) e seriam responsáveis pela harmonia entre os homens. Essa harmonia só seria quebrada com a violação do direito natural à propriedade. Para protegê-la, garantindo a continuidade da harmonia, é estabelecido um contrato social em que os homens legitimam um corpo político específico (o Estado) que se encarrega de proteger a propriedade privada dos indivíduos. Locke (2006, p. 139) ainda se refere-se ao início do que denomina “sociedades políticas”, afirmando que os homens se juntam nessas comunidades e se submetem a um governo com a finalidade de preservar suas propriedades.

Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor

protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade. Esses homens podem agir desta forma porque isso não prejudica a liberdade dos outros, que permanecem como antes, na liberdade do estado de natureza. Quando qualquer número de homens decide constituir uma comunidade ou um governo, isto os associa a eles formam um corpo político em que a maioria tem o direito de agir e decidir pelo restante.

Assim sendo, a vida em estado natural, ou estado de natureza, sem a existência do Estado – não assegura a propriedade, segundo esse pensador. Sua construção, assim, se justifica para garantir uma normalidade advinda do exercício do direito sagrado da propriedade.

Nas formulações de Locke (2006), percebe-se a influência das relações mercantis de seu tempo. A tendência crescente do trabalho livre e a expansão dos mercados são características que, fundadas também num contrato entre classes, transfundem-se para sua noção de Estado e passam a ser referência para a democracia liberal burguesa. Isto é, do mesmo modo como os contratos entre indivíduos, nas relações mercantis, podem ser desfeitos sob determinadas condições, também o poder delegado ao Estado para garantir a preservação da propriedade pode ser desfeito a qualquer tempo. A condição para que isso ocorra é o não cumprimento dessa função estatal estruturante.

A relação entre propriedade e liberdade é a raiz da sociabilidade pensada por Locke (2006), na qual todas as esferas da vida social passam a ser regidas por contratos garantidores de liberdade econômica: o trabalho, as heranças, o casamento, etc. Portanto, mesmo o Estado tendo poderes coercitivos, a soberania está no contrato social, e, de modo indireto, nos indivíduos, pois esses possuem os direitos individuais, o que os eleva à condição de cidadãos e não mais súditos. Evidencia-se, ainda em Locke (2006), a distinção entre público (Estado ou sociedade política) e privado (mercado ou sociedade civil), porém inter-relacionados e com nítida direção social dada pelo segundo sobre o primeiro.

Essa soberania do povo é implícita em Locke (2006), mas nítida, em Immanuel Kant (1724-1804), o que apenas reafirma um dos princípios basilares da democracia liberal. Para Kant, a democracia deve ser fortemente regulada, a ponto de determinar quem são os cidadãos que gozam do direito de exercê-la. Baseia-se, desse modo, na força da lei que, para Kant, é tão inviolável, que consiste crime até mesmo seu próprio questionamento, afinal, a lei corresponde à própria soberania do povo.

Com efeito, contanto que não haja contradição em que um povo inteiro dê por voto o seu assentimento a uma tal lei, por muito penoso que lhe seja aceitá-la, esta lei é conforme ao direito. Mas se uma lei pública é conforme a

este último, por conseguinte, irrepreensível no tocante ao direito, então, está-lhe também ligada a autoridade para constringer e, por outro lado, a proibição de se opor à vontade do legislador, mesmo sem ser pela violência, isto é, o poder no Estado que dá à lei o seu efeito é também irresistível, e não existe nenhuma comunidade que tenha uma existência de direito sem um tal poder, que suprime toda a resistência interna, pois esta teria lugar segundo uma máxima que, uma vez universalizada, aniquilaria toda a constituição civil e o estado em que unicamente os homens podem estar na posse dos direitos em geral. Daí se segue que toda a oposição ao poder legislativo supremo, toda a sedição para transformar em violência o descontentamento dos súditos, toda a revolta que desemboca na rebelião, é num corpo comum o crime mais grave e mais punível, porque arruína o seu próprio fundamento. E esta proibição é incondicional, de tal modo que mesmo quando o poder ou o seu agente, o chefe do Estado, violaram o contrato originário e se destituíram assim, segundo a compreensão do súdito, do direito a ser legislador, porque autorizou o governo a proceder de modo violento (tirânico), apesar de tudo, não é permitido ao súdito resistir pela violência à violência. (KANT, 1993, p.52).

Contudo, há uma contradição em Locke (2006) e em Kant (1993), ao estabelecerem o povo como soberano, e limitarem o exercício dessa soberania a uma parte específica desse povo. No raciocínio kantiano, a assertiva “a soberania pertence ao povo” carrega consigo as marcas de um certo eufemismo, ao afirmar e negar ao mesmo tempo o exercício dessa soberania. Os não proprietários não dispõem, para Kant (1993), do direito, por exemplo, de votar e serem votados.

Um sincretismo conclusivo entre democracia liberal e Estado de Direito é perceptível nas formulações do filósofo prussiano. Nota-se até mesmo uma espécie de naturalização das relações sociais classistas emergentes ou de dominação do homem pelo homem, de Maquiavel (2007) a Kant (1993). Não há neles consideração acerca das debilidades que as relações sociais fundadas a partir das relações mercantis causam na sociabilidade humana, por estruturarem-se na mais profunda apartação social. Isso aparecerá apenas em Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que denuncia os males que o processo civilizatório, sob os auspícios burgueses, causa à humanidade.

Rousseau inspira-se basicamente na experiência democrática da República de Genebra, sua cidade natal, que apresenta uma prática diferente da democracia burguesa que se instaura na Inglaterra, na França, após a Revolução de 1830, e, na Itália, em 1848. Em Genebra, a soberania estava conferida a uma Assembleia permanente de cidadãos, que representava a vontade geral do povo. Rousseau sabia que esse sistema seria impraticável em um Estado cujas proporções fossem maiores do que as de uma cidade, por isso admitia que suas formulações tratavam de um Estado ideal, a que todos deveriam aspirar, mas que nunca existiu e talvez nunca viesse a existir. A importância conferida por Rousseau à Assembleia foi tão alta que ele desconsidera a repartição

tripartite de poderes proposta por Montesquieu (Executivo, Legislativo e Judiciário), em defesa da Assembleia como lócus de representação do *corpus* público.

A tradição do direito natural (jusnaturalista) perdurou sem crítica praticamente durante o século XVII e parte do XVIII, até o momento em que a filosofia alemã passa a problematizá-la, tendo, justamente, em Georg Wilhem Friedrich Hegel (1770-1831) seu principal expoente.

Diferentemente dos jusnaturalistas, que pensavam um Estado ideal, o filósofo alemão constrói seu pensamento a respeito do Estado sob a influência das relações socioeconômicas que vivencia, isto é, a partir da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante e é sobre esse Estado que tece suas considerações modulares em *Princípios da Filosofia do Direito*.

Admite que a estrutura econômica baseada na propriedade privada (portanto, capitalista) é depositária de um caráter civilizatório, conquanto “a propriedade é a personificação da personalidade” (HEGEL, 1997, p. 25). Por outro lado, Hegel (1997) não justifica o sistema generalizado de produção de mercadorias, como Hobbes e Locke, pois considera que a estrutura de tal sistema constitui entrave ao alcance do interesse comum autêntico, todavia, não considera que a ordem social fundada na propriedade privada deva ser superada. Isto se deve a uma razão simples: para Hegel (1997), a ordem posta representa o momento da sociedade humana compatível com a possibilidade da concretização da liberdade e o Estado é o responsável por essa realização, na medida em que condensa nele a universalidade dos interesses, sem, contudo, subtrair as individualidades pessoais, particulares. Nessa senda de ideias, o autor afirma:

É o Estado a realidade da liberdade concreta. A liberdade concreta consiste em a individualidade pessoal, com os seus particulares, de tal modo possuir o seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento dos seus próprios direitos (nos sistemas da família e da sociedade civil) que, em parte, consciente e voluntariamente como seu particular espírito substancial, agindo para ele como seu fim último. Disto provém que nem o universal tem valor e é realizado sem o interesse, a consciência e a vontade particulares, nem os indivíduos vivem como pessoas privadas unicamente orientadas pelo seu interesse e sem relação com a vontade universal; deste fim são conscientes em sua atividade com a vontade universal; deste fim são conscientes em sua atividade individual. (HEGEL, 1997, p. 211 -212).

Posto isso, então, Hegel conclui:

O princípio dos Estados modernos tem esta imensa força e profundidade: permite que o sujeito da subjetividade alcance a extrema autonomia da particularidade pessoal ao mesmo tempo que o reconduz à unidade substancial, mantendo assim esta unidade no seu próprio princípio. (HEGEL, 1997, p. 212).

Hegel (1997) estabelece, desse modo, uma explícita distinção entre este ente, capaz de universalizar os interesses, e esta outra esfera, a dos interesses particulares, notadamente inaugurando um conceito de sociedade civil afeto ao segundo e de Estado político referenciado ao primeiro. Pelos excertos, nota-se que não se trata de distinção antagônica, mas sim de duas categorias dialéticas em que se verifica um complexo sistema de mediações. Isso afasta Hegel das teses de elevação do estado de natureza para o estado social. Essas mediações, protagonizadas pelos atores da sociedade civil hegeliana, como a família, mas, sobretudo, as corporações, respondem pela eticidade nela contida, e, ao mesmo tempo, pela universalização da vontade geral.

No filósofo alemão não há uma relação antinômica entre vontade singular e vontade universal, na qual a segunda reprima ou recalque a primeira, mas existe um movimento dialético pelo qual a vontade singular dos indivíduos, através da vontade particular das corporações, é *aufheben*—isto é, conservada, eliminada e elevada a nível superior—na vontade geral da coletividade estatal. O indivíduo, tornando-se membro da corporação, capacita-se a ser cidadão do Estado, *sem por isso deixar de se orientar também pelo seu interesse individual*, mas reconhecendo que a satisfação desse interesse passa pela articulação dele com os interesses particulares (da corporação) e universais (do Estado). (COUTINHO, 1996 *apud* PAULA, 2013, p. 76, grifos do autor).

Hegel (1997) não trabalha, assim, com os postulados da democracia liberal, que convergem para a vontade da maioria entendida como vontade geral. Nesse sentido, como descrito, afasta-se criticamente dos jusnaturalistas, em especial de Rousseau, e, na tentativa de dar objetividade ao seu conceito de vontade geral, de defini-lo e situá-lo concretamente, concebe uma forma de democracia, de Estado democrático. Coutinho (1996) lembra que, ao negar o contratualismo – ou a necessidade de um contrato tácito entre os homens na formação do Estado –, Hegel nega também as formas institucionais de representação e representatividade coletivas, propostas por Rousseau para mediar o alcance da vontade geral. Aspecto evidente, para Hegel, na medida em que, para ele, o Estado antecede a sociedade civil:

Essa negação do contrato, por outro lado, levou Hegel a se contrapor expressamente à ideia da soberania popular e do sufrágio universal igual; para ele, todos os membros de uma sociedade deveriam opinar, mas não sobre o geral e, sim, somente sobre o que lhes diz diretamente respeito, ou seja, deveriam participar apenas no nível de uma assembleia corporativa, não de uma câmara legislativa para a qual cada um votasse ou fosse votado enquanto indivíduo. (COUTINHO, 1996 *apud* PAULA, 2013, p. 135).

Não obstante qualquer colocação que os críticos de Hegel possam fazer, incluindo, nesse rol, Marx, identificando, nas formulações daquele, um caráter determinista das considerações hegelianas sobre Estado e sociedade, já que são evidenciadas a irrelevância da intersubjetividade dos indivíduos e a dimensão

teleológica de suas ações, ainda assim, atribui-se a Hegel a construção de uma consciência sobre a coisa pública. Um *ethos* público que se sobrepõe ao privado nele emerge como forma embrionária para se pensar tanto os modelos de democracia quanto de sociedades emancipadas, em que pese seu “conformismo” ante as relações socioeconômicas do capitalismo emergente de seu tempo.

Em resumo, pode-se asseverar que é nesse intelectual que se delineia com vigor tanto o uso da “razão” moderna, sobretudo pós-Revolução Francesa, como o *leit motiv* (motivo condutor) da história humana, quanto à configuração do Estado como objeto de interesses científico e filosófico, por representar a materialização de práticas políticas e sociais contemporâneas.

A evolução do pensamento acerca da problemática do Estado, de Maquiavel a Hegel, encontra, pois, sentido, nos processos sociais em que é construída. E levando-se em conta o método histórico-dialético,

o princípio dialético não é um princípio geral que se aplique igualmente a qualquer coisa. É verdade que qualquer fato, seja ele qual for, pode ser submetido à análise dialética, como o copo d'água da discussão famosa de Lênin. Mas todas estas análises levariam às estruturas do processo sociocultural e viriam a mostrar que este processo é que constitui os fatos analisados. A dialética toma os fatos como elementos de uma totalidade histórica definida da qual eles não se podem isolar. Ao se referir ao exemplo do copo d'água, Lênin afirma que a totalidade da prática humana deve entrar na “definição do objeto”; a objetividade independente do copo d'água fica, pois, dissolvida. Todo fato só pode ser submetido à análise dialética na medida em que cada fato é influenciado pelos antagonismos do processo social. (MARCUSE, 2004, p. 270).

Poderíamos estender ainda mais o esboço da interpretação histórica que procedemos, adjetivando a narrativa com a inclusão dos condicionantes sociais—decorrentes da base material da vida e da luta de classes vinculada a tal base—que permitiram aos autores expressar os posicionamentos que tiveram. Contudo, além de nos obrigar a recorrer a inúmeras digressões, tornando exaustiva a narração, não vimos prejuízo na seleção dos elementos marcantes, vinculados diretamente ao que interessa a esta parte do estudo, que é explicitar o modo como a humanidade empreende, ao longo de sua história, explicações racionais justificadoras de sua existência e dinâmicas sociais, para, com isso, sustentar nossas argumentações sobre as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, que é o objetivo deste trabalho.

2.2 A problemática do Estado nas formulações liberais

Na abordagem da problemática do Estado na tradição liberal, o eixo estruturante clássico parece ser mesmo as questões afetas à “liberdade”. Nada mais lógico, considerando que as revoluções que se deram desde o século XVI, ao consolidar a Democracia liberal como regime político dominante, trouxeram consigo a liberdade como elemento imprescindível de uma luta pela substituição do absolutismo monárquico por sociedades pautadas na “livre concorrência”, onde o “trabalho livre” é apenas o seu maior expoente.

A liberdade a que se referiram os pioneiros da tradição liberal é a que se faculta aos indivíduos no plano meramente formal. É a garantia de que os cidadãos podem agir de modo desimpedido na conformação de seus interesses particulares. Essa noção de liberdade, aqui muito sumarizada, baliza a construção do Liberalismo como seu desdobramento no campo jurídico-político de ordenamento das sociedades modernas e democráticas que surgem, em processo, desde o final d século XVIII. Contudo, a clareza acerca do seu potencial e significado toma-se um ideal hegemônico, na Europa de século XVIII, antes, durante e depois da irrupção da Revolução Francesa. Depois dela é que se alastra não mais como ideal, mas como experiência real.

É o momento em que é derrotada a fase democrática da Revolução Francesa— a de Robespierre, em 1793—e tende-se a formar sociedades liberais do tipo que surgirá na França após a revolução de 1830, ou no Piemonte (e depois na Itália toda, com a unificação do país) em 1848. Na Inglaterra a partir da revolução de 1689, sempre existira uma sociedade liberal. (GRUPPI, 1980, p. 21).

Toda essa força não se dá apenas pela extraordinária capacidade revolucionária da burguesia, mas sim porque conta também com programas teóricos bem elaborados por seus intelectuais e estadistas defensores. Um deles, que pode ser considerado como precursor dessa tradição, é Henri-Benjamin Constant de Rebeque (1767-1830). Um pensador franco-suíço que organiza teórica e politicamente uma das primeiras distinções entre Estado e sociedade civil na perspectiva liberal. Parte de uma comparação entre as antigas sociedades gregas e romanas e as sociedades que denomina modernas, com um olhar voltado preponderantemente para a Inglaterra.

Nessa comparação, salienta que, nas sociedades antigas, o poder do Estado era inevitável e quase absoluto, pois as liberdades dos cidadãos só podiam ser exercidas na esfera pública. Era na esfera pública que os cidadãos decidiam, nas assembleias, as questões decisivas para todo o corpo societário; logo, os cidadãos que se dedicavam a

isso deviam estar liberados para essa função, o que exigia uma espécie de subsociedade formada por aqueles que desempenhariam as funções produtivas—os escravos.

Analisando a obra de Benjamin Constant, *Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada com a dos Modernos*, de 1819, verifica-se que a coesão social nesse tipo de sociedade era garantida por uma obrigação moral severa, identificada como “exercício cidadão”. Isto é, para exercer a cidadania, era preciso investir fortemente na participação nessa esfera pública com o objetivo último de preservar a ordem. Além disso, ressaltava que, em sociedades pequenas e homogêneas, a liberdade exercida na esfera pública tinha os limites relacionados à pouca quantidade daqueles que podiam efetivamente exercer essa cidadania.

Em linhas gerais, Constant (1819) considerava esse tipo de *modus operandi* de sociedade um estilo tirânico, pois toda a liberdade que deveria ser concedida no âmbito privado da vida social estava submetida a essa espécie de vontade geral. Por isso mesmo, polemiza com Rousseau, considerando que os princípios de igualdade preconizados por ele (Rousseau) destroem a liberdade.

Com esse raciocínio, Constant elabora aquele que seria o eixo estruturante da tradição liberal clássica, qual seja, “a identificação entre propriedade e liberdade, isto é, a liberdade como diferença, e não como igualdade” (GRUPPI, 1980, p. 20).

Na sociedade dos Modernos, para Constant (1819), deve prevalecer a ordem preconizada a partir das garantias individuais, sobretudo as econômicas, regidas por uma legislação que, além de preservá-las, deve proteger os indivíduos contra a interferência estatal na esfera da vida privada. Defende a organização política representativa, sobretudo, nas sociedades maiores, limitando a participação direta dos cidadãos na vida pública, pois, não havendo escravos, a maior parte dos cidadãos deve estar liberada para o trabalho livre.

Constant (1819) também é defensor da supremacia do mercado como ente regulador do conjunto das relações sociais, ao evidenciar que a liberdade mercantil se sobrepõe à guerra, ou seja, as nações devem estar em paz umas com as outras para proceder livremente as transações comerciais. Com a guerra, não tem como haver liberalismo.

Mesmo com essas ideias, Benjamim Constant não é o único pioneiro do liberalismo clássico mais visitado. Esse título cabe também ao historiador-aristocrata Alexis Henri Charles Clérel, visconde de Tocqueville, ou apenas Alexis de Tocqueville (1805 -1859).

Tocqueville apud Gruppi (1980, p. 22-23) defende ao mesmo tempo a aristocracia e as instituições democráticas. O que parece ser uma contradição, entretanto, apenas aparente, pois sua defesa da liberdade formal não alcança as formas mais elaboradas de exercício direto da liberdade individual na vida pública, o que leva inevitavelmente à igualdade, que tanto teme. Aliás, a igualdade propalada pelos defensores de uma democracia não liberal, legatários de Rousseau (ou não), é motivo das preocupações de Tocqueville, do mesmo modo que Constant enxerga na igualdade a raiz de um poder tirânico. Suas ideias contribuíram para levar a sociedade a promover um arranjo de coisas aparentemente inconciliáveis, como afirma Gruppi (1980, p. 22-23):

A corrente democrática, que se afirmou na Revolução Francesa com Robespierre, na verdade foi derrotada na história da Europa. Neste continente, após as décadas de 1860 e 1870, teremos regimes liberais; teremos uma fusão de liberalismo e democracia, isto é, uma ampliação do sufrágio universal, da igualdade jurídica. Uma mistura de liberalismo e democracia que, no entanto, reafirma sempre o direito da propriedade, tutela sempre a iniciativa econômica e o desenvolvimento capitalista.

Embora o arranjo que une as duas concepções possa ter provocado aparente harmonia social, a essência disforme de cada uma delas permaneceu inalterada. Isso fez e faz com que o liberalismo, como regime ideopolítico, seja um eterno por vir, obrigando os liberais a estarem sempre em estado de alerta e, nas fissuras que surgem desse processo, promoverem sua reparação.

Segundo Paula (2013), essa instabilidade do arranjo que promoveram havia sido anunciada em seu próprio seio. Citando Benedetto Croce(1866-1952), Paula (2013) afirma que, mesmo sendo um liberal e vivendo em uma época em que “não há mais distinção entre Estado de Direito Liberal e Estado Democrático”, o italiano preocupa-se em deixar evidentes as diferenças fundamentais entre um modo e outro de sociedade.

Para ele, os elementos históricos que causaram a fusão do liberalismo com a democracia concentram-se na luta de ambos contra a monarquia absoluta e o clericalismo e com a defesa que empregam da liberdade individual, da igualdade civil e política e da soberania popular. Mas é justamente nessas aparentes amálgamas que residem diferenças substantivas. Croce apud Gruppi (1980, p. 23) afirma que não há consenso entre liberais e democratas sobre os conceitos de indivíduo, igualdade, soberania e povo.

Para os democratas, os indivíduos eram seres iguais, a quem – como eles diziam – devia-se propiciar uma igualdade de fato. Já para os liberais os indivíduos eram pessoas iguais como homens, portanto sempre dignos de respeito, mas não eram iguais como cidadãos [...]. Além disso, para os

liberais o povo não era uma soma de forças iguais (conforme pensavam os democratas), mas sim um mecanismo diferenciado, válido em cada uma de suas peças e em sua associação, com uma unidade complexa, com governantes e governados, com classes dirigentes abertas e móveis mas sempre necessárias para as tarefas do poder. (GRUPPI, 1980, p. 23).

Quanto ao conceito de soberania, refere:

A soberania para os liberais, era do conjunto (síntese), e não das partes analisadas separadamente; isto é, a soberania encarnava-se na síntese política (dos governantes, não dos governados). Para os liberais deve existir uma classe dirigente [...] que é a elite da cultura [*mas na verdade é a elite da base econômica*]. (GRUPPI, 1980, p. 23-24, grifos do autor).

Essas distinções colocadas à luz por Croce (*apud* PAULA, 2013, p. 132), serviram mais para fortalecer o arranjo do que suplantá-lo. As fragilidades desse arranjo foram alvo de especulações, umas mais sérias, outras nem tanto, mas que extrapolaram o feudo da democracia liberal e possibilitaram análises de importância capital para as Ciências Sociais e políticas, alternando entre a sua autojustificativa, a crítica reformista e a crítica revolucionária.

Outro clássico e indispensável para esse tipo de envergadura teórica e política é, sem dúvida, o do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), reconhecido como o mais importante intelectual a pensar a problemática da coesão social, na perspectiva da autojustificativa, como antes mencionado.

Tendo essa problemática como um dos eixos fundantes de sua trajetória teórica, os estudos durkheimianos influenciaram e ainda influenciam não apenas os campos do pensamento sobre o Estado, mas as questões próprias da ciência social. Por hora, nos interessa seu pensamento acerca do Estado e da sociedade.

Se, para Marx, o trabalho é a categoria que nos funda enquanto seres sociais, portanto, imanente ao gênero humano, para Durkheim (1999), uma importância parecida lhe será conferida. Para ele, o trabalho é responsável por galvanizar a coesão social. Isto é, em seu livro *Da Divisão do Trabalho Social*, de 1893, argumenta que a modernização dos meios produtivos, com a industrialização, redundou num exponencial crescimento da especialização do trabalho. Essa diversificação, convertida em especialidades cada vez mais singulares, é uma forma superior de promoção inequívoca da solidariedade entre os homens, tornando harmônicas suas relações e coesa a sociedade.

O autor distingue a solidariedade pelo trabalho das sociedades menos desenvolvidas, ou menos complexas, daquela solidariedade que emerge em sociedades complexas (DURKHEIM, 1999). Nas primeiras, embora possa haver uma divisão social

simples do trabalho, os indivíduos estão aptos a realizar a maior parte das tarefas necessárias à sua sobrevivência. A organização desses coletivos humanos está assegurada muito mais pelos costumes, pela crença, pelas tradições, do que por uma relação de dependência recíproca.

Durkheim (1999) denomina essa característica de solidariedade mecânica. Já no segundo tipo de sociedade—as mais complexas –, a coesão é assegurada pela interdependência que se estabelece entre os homens, a partir da complexidade dos processos produtivos, que decorre da divisão crescente do trabalho, uma constatação que se verifica também em Marx. Contudo, para Marx (1988), o crescimento exponencial do caráter coletivo do trabalho encerra em si a contradição fundamental do modo capitalista de produção, qual seja, quanto mais o caráter coletivo do trabalho aumenta, cresce em proporções maiores a expropriação desse mesmo trabalho (e do trabalhador como agente intercambiante orgânico dessa relação) pelo capital, e essa será chamada de solidariedade orgânica.

Essa contradição, para Durkheim, não é o problema a ser enfrentado. Ao contrário, desse tipo de solidariedade, que o autor *Da Divisão do Trabalho Social* denomina de “solidariedade orgânica”, emerge uma necessidade de regulação moral capaz de harmonizar o processo desigual de entrada e manutenção dos homens no “mundo do trabalho”. Isto é, a regulação da relação capital-trabalho não passa de uma questão moral, resolvida, desse modo, com instituições criadas (ou reformadas) para esse fim, com base em normas integradoras. Essas instituições e as normas morais têm por objetivo promover a integração adequada dos indivíduos ou grupos ao convívio social, havendo, inclusive, meios para requalificar os comportamentos desviantes ameaçadores da paz social. Nesse sentido, Durkheim, em *O Suicídio* (1999), discorre sobre o que chama de *anomia*, conceito que associa, e identifica o funcionamento inadequado da sociedade, à patologia.

Com essa noção de coesão social, Durkheim (1999) habilita-se a tratar do Estado. Entende, assim, o Estado, como o ente “que concerta e expressa a vida social” (1999, p.79), justamente por ser o responsável por resguardar o exercício dessa moral integradora a que se referiu anteriormente. Isto é, o Estado está acima das classes.

Como educador, Durkheim (1999) considera a educação pública o veículo para formar a consciência dessa moral integradora sem “ideologismos” ou “confessionalismos”, portanto, sendo o Estado responsável por essa educação, não se opõe ao indivíduo, ao contrário, lhe fornece as possibilidades de integração. Nessas

possibilidades, está incluída sua libertação do poder autoritário dos grupos de socialização, como a família, a Igreja e as corporações profissionais.

Mas isso não significa uma *diabolização* desses grupos, por parte de Durkheim. Trata-se apenas de colocar as coisas no seu devido lugar, isto é, a esses grupos caberia a nobre função de acompanhar a dinâmica do governo, informando e promovendo algumas formas de participação dos cidadãos na vida pública, mais ou menos limitadas. Além desses grupos, essa função é afeta ao âmbito da educação civil, dos jornais, mas, sobretudo, das corporações de ofício organizadas, isto é, dos grupos de associação profissional, aos quais estaria reservada a tarefa de impedir que a autoridade conferida ao Estado extrapolasse seus limites, cerceando a liberdade. Segundo Vieira (1981, p. 18),

Durkheim dá extrema importância à organização corporativa nas sociedades modernas. Nele descobriremos uma enunciação descritiva de Estado Corporativo, e em análise eminentemente superestrutural, a preocupação se volta para o esclarecimento de sua função [...] Durkheim traça não somente as linhas básicas do movimento histórico das corporações, como ainda tenta demonstrar sua viabilidade no início deste século. Critica economistas liberais por verem inevitavelmente as corporações como sobrevivências do passado, as quais deveriam sofrer inteira eliminação.

Tendo dado especial destaque à organização corporativa na sociedade moderna e desenvolvido a noção de anomia para designar comportamentos antissociais ou desviantes, em relação às normas estabelecidas pelo organismo social, cuja força moral das corporações evitaria os abusos estatais e privados, Durkheim (1999) considera o Estado como órgão destinado a gerar representações de valor coletivo.

Na sequência dos constructos teóricos e políticos que extrapolam a tradição liberal, mesmo que possam provocar influência ou inflexões, encontramos as formulações do sociólogo alemão Maximilian Karl Emil Weber, ou simplesmente Max Weber (1864-1920). Este bem mais pessimista com relação ao Estado do que Durkheim.

Autor de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), referenciou grande parte de seus estudos à Alemanha de sua época, unificada por Otto von Bismarck. O Estado alemão, para Weber (2007), era composto de uma estrutura quadripartite de poder: os *junkers*, que eram os grandes proprietários de terra; os grandes industriais; a elite do serviço público (os grandes burocratas); e o Exército. Os dois últimos detentores do maior poder. Weber (2007) conferiu importância singular ao estudo da burocracia, por considerá-la uma forma peculiar de exercício de poder que, para ser positiva, tem de ser racional. Segundo Tragtenberg (2006, p. 171), para Weber,

Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vistas a fins. A ação racional burocrática é a coerência da relação entre meios e fins visados [...] implica predomínio do formalismo, de existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical de trabalho e impessoalidade no recrutamento dos quadros.

Portanto, o Estado é, para Weber (2007), uma organização longeva, garantida pela burocracia, e que transcende os projetos políticos que disputam o governo. O que diferencia o Estado dos demais tipos de organização sociais e políticas, conclui, é um poder peculiar, o monopólio legal da violência. Tal poder, consentido pela sociedade, é sustentado por um aparato jurídico-administrativo moldado em conformidade com o estágio de desenvolvimento da sociedade em questão e exercido por fluxos burocráticos precisos. Não por acaso, Weber (2007) é referência para a construção de diversos fluxos da burocracia estatal contemporânea.

Ora, se, de um lado, Weber (2007), ou mesmo Durkheim (1999), se dedicaram a pensar o Estado sob macronarrativas, de outro, intelectuais com formação econômica, em sua maioria, dispuseram-se a tratar e entender o Estado a partir da maneira como a sociedade burguesa se organiza para acumular. Pensadores de uma política econômica que desse conta de alienar as resultantes da contradição entre capital e trabalho, suas preocupações centraram-se em conferir eficiência ao papel do Estado, em ser importante indutor da acumulação, reproduzidor de capital, ainda que para isso fossem contrários à existência do próprio Estado, em certa medida.

Adam Smith (1723-1790), por exemplo, defende que as funções do Estado seriam restritas a

manter a segurança, administrar a justiça e cuidar de algumas instituições públicas. A intervenção estatal em outros setores seria inútil e prejudicial. Para o autor de *A Riqueza das Nações*, a liberdade deveria ser almejada, ainda que implicasse em desigualdade. Por isso, é considerado o pai da Economia Liberal. (SECURATO, 2007 *apud* PAULA, 2013, p. 137).

É da fonte de Adam Smith (1988) que brota a ideia do trabalho como valor, apropriada de modo distinto em Durkheim (1999) e em Marx (1988), mas, em Smith (1988), a divisão do trabalho aparece como a única fonte de crescimento. Analisando o campo da motivação pelas paixões e vontades humanas, para Smith (1988), a concorrência é muito mais do que uma manifestação concreta do modo como circulam as mercadorias, pois, antes, é um componente da essência empreendedora do homem e de sua liberdade. No primeiro volume de *A Riqueza das Nações*, Smith (1988, p. 24-25) diz:

No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a

autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer—esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos.

Desse modo, no entender deste autor, se há no homem um impulso natural à troca de vantagens por interesses particulares, há também no mercado uma vocação para esse tipo de autorregulação. O bem-estar geral não seria, assim, garantido pela solidariedade, mas sim pelo egoísmo, pois, na medida em que cada um busca maximizar a realização de seus interesses particulares, impulsiona, por seu turno, o progresso econômico de toda a sociedade. Uma espécie de mão invisível encarrega-se de ajustar essa marcha do individualismo ao todo social. Em suas próprias palavras,

Ora, a renda anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total anual de sua atividade, ou, mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade [...]. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público. (SMITH, 1988, p. 437).

Nas formulações de Adam Smith, há tanto uma concepção liberal de Estado opositora a qualquer emergência de um *ethos* público por ele impulsionado, quanto os fundamentos de uma teoria para o desenvolvimento econômico do modo capitalista baseada numa fórmula que não relaciona o valor de uso ao valor de troca. Smith (1988) preocupou-se tanto em enaltecer a supremacia do mercado em detrimento do intervencionismo estatal quanto em estabelecer uma “teoria do valor” originada no modo como entendia o trabalho.

Essas leis ancoram-se no contexto de uma concorrência perfeita, em que as condições naturais do livre mercado – *laissez-faire* – são mantidas pela mão invisível smithiana, maximizando o bem-estar econômico, e, como não poderia deixar de ser, “sem a interferência maléfica do Estado”.

Os países exportam os bens produzidos com o trabalho interno, de modo relativamente eficiente, e importam bens produzidos pelo trabalho interno, de modo relativamente ineficiente, ou seja, o padrão de produção de um país é determinado pelas vantagens comparativas. Nessas transações, o Estado tem papel importante, porém não determinante, afinal, a costura política necessária à realização do comércio exterior não tem como se furtar da participação estatal, mas os trâmites econômicos não lhe dizem

respeito.

Ainda entre os pioneiros da Economia Política Clássica, encontramos as formulações do inglês Alfred Marshall (1842-1924), líder da escola neoclássica de Cambridge.

Importante contribuição para a Ciência Econômica foi sua síntese conciliadora das duas teorias que se antagonizavam em seu tempo: a da economia política clássica e a da escola marginalista.

O matemático Marshall apud Paula (2013, p. 142-143) utilizava a teoria econômica para problematizar as questões sociais de seu tempo e tentar respondê-las à luz da economia. A pobreza, o papel da mulher no trabalho, dentre outros temas sociais, podem ser encontrados em sua obra.

Contudo, essa inovação não o fez admitir um caminho estatizante ou socializador dos meios de produção como alternativa ao enfrentamento da questão social. Antes, sua humanização da economia é uma forma de ratificar ainda mais a autorregulação promovida pelo predomínio do mercado, ainda que admita a interferência estatal para além das áreas de atuação fundamentais arroladas por Adam Smith.

Para Marshall apud Paula (2013, p. 142-143), a degradante condição de pobreza, contraditoriamente ancorada na produção e concentração da riqueza, pode ser atenuada com o aprimoramento do sistema de livre mercado, com o apoio de medidas estatais e de associativismo civil como sindicatos e movimentos sociais destinados a esse fim. Desse modo, a Ciência Econômica de cariz liberal passa não só a ter novos interlocutores como também a flertar com outras referências teóricas e metodológicas.

Outra contribuição de grande vulto nesta tradição vem de Schumpeter (1984, p. 21) . Sua formação liberal o acompanha em suas elaborações teóricas, de modo que mantém viva a doutrina da não interferência do Estado na economia. Foge da ortodoxia econômica liberal de sua época criticando a escola clássica do século XVIII e adotando em seus estudos sobre o desenvolvimento capitalista uma espécie de evolucionismo. Para isso, dedica-se a pensar também o socialismo e a democracia, o que inevitavelmente o leva a fazer considerações sobre o Estado. Tece, desse modo, detalhes sobre suas funções, além de dizer que o Estado não deve interferir no mercado, máxima já apregoada por seus antecessores e parte de seus contemporâneos liberais.

Na primeira parte do seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1942, constrói crítica irônica e ambígua sobre a doutrina marxista. Dedicar-se a destruir o marxismo como programa teórico-científico, lançando-o ao campo das profissões de fé e do panfletarismo.

Uma conquista puramente científica, mesmo que fosse muito mais perfeita que a de Marx, nunca teria alcançado tal imortalidade no sentido histórico. Tampouco bastaria seu arsenal de palavras de ordem partidárias. Parte de seu êxito, se bem que muito pequena, pode, na verdade, ser atribuída à grande quantidade de frases candentes, acusações apaixonadas e gesticulações coléricas que, prontas para serem usadas em qualquer palanque, ele [Marx] colocou à disposição de seu rebanho. (SCHUMPETER, 1984, p. 21).

Mas admite, ao mesmo tempo, que, em Marx, estariam presentes fundamentos importantes do desenvolvimento capitalista, cuja centralidade da explicitação de seus motivadores econômicos não reduz tais fundamentos à economia, mas, antes, os contextualiza nela, de modo a entender a maneira como os grupos e as classes sociais explicavam para si mesmos sua própria existência, localização e comportamento, atingindo, assim, as esferas das religiões, a metafísica, as escolas de arte, as ideias éticas, os desejos políticos, etc.

[...] a explicação do papel e do mecanismo dos motivos não econômicos e a análise da forma pela qual a realidade social se reflete nas psiques individuais são um elemento essencial da teoria [marxista] e uma de suas contribuições mais significativas. (SCHUMPETER, 1984, p. 27).

Um estudo da obra de Schumpeter nos faz concordar com Paula (2013) quando afirma que semelhanças ou diferenças à parte, o fato é que Schumpeter atribui um papel protagonista para a burguesia na transformação da sociedade, por suas ações inovadoras (inovação é uma categoria constante em Schumpeter), na fase de ascensão do capitalismo, na sua evolução para o capitalismo monopolista e no seu próprio ocaso. Uma das interpretações mais utilizadas do evolucionismo de Schumpeter (1984, p. 27), notadamente propalada pelos neoschumpeterianos, é aquela que refere que o espírito empreendedor ou inovador se transfere do burguês para os trabalhadores das empresas e o empreendimento passa de individualizado a socializado. Com essa alteração, o eixo estruturante do capitalismo, a propriedade privada, se esvazia em razão e sentido. Um novo tipo de controle estatal no sistema econômico emerge atenuando a liberdade de contrato entre particulares, aqui, sim, bem diferente de Marx.

Segundo Paula, (2013, p.144), colocada em outros termos, a escola schumpeteriana verifica que, no capitalismo, há um processo evolutivo de inovação e destruição criadora, marcado por uma instabilidade imanente. A inovação tecnológica, impulsionada pela criatividade do empresário, partindo do modelo estacionário, é fulcro da estabilidade econômica, quando ainda é recente, contudo, depois de absorvidas pela sociedade, essas mesmas inovações estimulam o processo recessivo.

Enquanto o tradicionalismo científico em torno das questões do Estado sugere

um caminho intelectual que leva à problematização do Estado na sua conformação abstrata e posteriormente material, em primeira instância, e o tratamento de suas formas políticas, como os regimes políticos que os preenchem de modo secundário, Schumpeter realiza um processo inverso, pois trata da Democracia e suas características e expressões materiais fundantes para daí sugerir as funções e o papel do Estado.

Mas isso não é uma opção de método, em primeira análise, é antes um posicionamento teórico-político, que entende ser o regime (neste caso, a Democracia) definidor do Estado e não o contrário. Sob suas aspirações liberais, evidencia os limites da Democracia em ato análogo aos limites do próprio Estado. Tanto que o esclarecedor excerto que aqui segue é retirado do subcapítulo de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, que trata justamente das “condições para o êxito do método democrático” e evidencia que sua concepção de Estado o limita ao pragmatismo técnico da execução das diretrizes e vontades emanadas do povo e medidas pelas instituições democráticas.

Mais uma vez, a condição em questão pode certamente ser satisfeita por uma limitação correspondente das atividades do Estado. Mas seria um equívoco sério do leitor pensar que tal limitação esteja necessariamente implícita. A democracia não exige que qualquer função do Estado esteja sujeita a seu método político. Por exemplo, na maioria dos países democráticos garante-se aos juízes grande medida de independência em relação aos órgãos políticos. Outro exemplo é a posição do Banco da Inglaterra até 1914. Algumas de suas funções eram, de fato, de natureza pública. Não obstante, essas funções eram atribuídas ao que legalmente era apenas uma empresa de negócios, suficientemente independente do setor político para ter uma política própria. Certos órgãos federais nos Estados Unidos também servem de exemplo. A Comissão de Comércio Interestadual incorpora uma tentativa de estender a esfera da autoridade pública sem estender a da decisão política. Ou, para apresentar ainda outro exemplo, alguns Estados norte-americanos financiam universidades estaduais “sem quaisquer controles”, o que quer dizer, sem interferir, o que em certos casos significa uma autonomia praticamente completa. Assim, pode-se fazer entrar quase qualquer tipo de negócio humano na esfera do Estado sem que se tome parte do material da competição pela liderança política, ou seja, aquele ponto além do qual implica passar a medida que garante o poder e estabelece o órgão que deve tê-lo, bem como o contato implícito no papel governamental de supervisor geral. É claro que essa supervisão pode degenerar em influência viciosa. O poder do político de designar os funcionários dos órgãos públicos não políticos, se usado sem consciência, frequentemente será suficiente para corrompê-los. Mas isso não afeta o princípio em questão. (SCHUMPETER, 1984, p. 364).

O regime democrático, seja ele presidencialista, ou parlamentarista republicano, ou monárquico, na acepção das linhas gerais dos pensadores do século XVIII, tem como pressuposto fundamental a realização do bem comum alcançado pela execução das aspirações do “povo”. Para isso, se faz necessária a existência de cidadãos, dentre os populares, ou não, que recebem a delegação de representar e executar essa vontade geral.

Segundo a análise de Schumpeter (1984, p. 313), essa dinâmica confere, às assembleias, câmaras, ou aos parlamentos, um sentido técnico de existência, pois mesmo que seus componentes possam ter pontos de vista individualmente diferentes, no final, deve prevalecer o que interessa à vontade geral, ao bem comum e o governo, do mesmo modo, submete-se a pôr em prática o desejo coletivo.

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser enunciada na seguinte definição: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

Schumpeter (1984, p. 336-337) simplifica a democracia tratando-a como método e não como conjunto de princípios. Alguns denominam esse pensamento de democracia procedimental. Atribui a si mesmo a formulação de respostas aos impasses que a doutrina clássica levanta, quando confere centralidade aos procedimentos operativos da democracia:

[...] o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população [...] (Assim) dispomos de um critério razoavelmente eficiente pelo qual podemos distinguir os governos democráticos de outros [...] Estamos agora em posição um pouco melhor, em parte porque resolvemos chamar a atenção para um *modus procedendi* cuja presença ou ausência é, na maioria dos casos, fácil de verificar.

Em última análise, o limite da democracia é estabelecido pela capacidade do povo aceitar ou não quem governa. Esse pragmatismo schumpeteriano também atingiu as instituições políticas. O partido, por exemplo, transforma-se num meio para o exercício de poder, em que sua programática ideopolítica não é o que o define, mas sim as regras do jogo que disputa para alcançar esse poder. O partido é, assim, um representante do que Schumpeter (1984, p. 353) denominou de liderança competitiva. O Estado e sua administração são meros desdobramentos dessa disputa.

Pois todos os partidos, é claro, em algum momento farão um estoque de princípios ou plataformas; e esses princípios ou plataformas podem ser tão característicos do partido que os adora e tão importantes para seu sucesso quanto o são as marcas dos produtos vendidos por determinada loja. Mas a loja não pode ser definida em termos de suas marcas e um partido não pode ser definido em termos de seus princípios. Um partido é um grupo cujos membros se propõem agir combinadamente na luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível que diferentes partidos adotassem exatamente ou quase exatamente o mesmo programa.

Schumpeter aproxima-se de Marx na predição do fim do capitalismo, ainda que não se arrisque a alcinhar a sociedade, que se coloca como alternativa, de socialista. Contudo, rende-se adotando mesmo o socialismo como a designação que emprega, pois

necessita de um referencial ideopolítico e metodológico para elaborar suas teses.

Mas é mesmo sobre a Democracia e não o tipo de Estado—ainda que possamos retirar elementos para essa definição no programa teórico de Schumpeter—que ele se detém como forma de blindar seu pragmatismo. Para ele, a Democracia apresenta elementos invariáveis que a tornam aderente a vários tipos de Estado. Estabelece esse raciocínio para demonstrar sua viabilidade, como possibilidade e não como exigência, também no socialismo. A Democracia, como método, conteria, em qualquer contexto:

a) Material humano: “As pessoas que dirigem as máquinas partidárias [...] eleitas para o parlamento [...] de qualidade suficientemente alta [...]” disponíveis para a vocação política, que se proponham para eleição. (SCHUMPETER, 1984, p. 361);

b) Limitação do alcance efetivo das decisões:

o alcance depende não apenas, por exemplo, do tipo e da quantidade de questões que podem ser manejadas corretamente por um governo sujeito à tensão da luta incessante por sua vida política; depende também, em qualquer espaço e tempo dados, da qualidade dos homens que formam tal governo e do tipo de máquina política e do padrão de opinião pública com que eles têm de trabalhar. (SCHUMPETER, 1984, p. 363);

c) Burocracia eficiente e racional:

o governo democrático deve dispor dos serviços de uma burocracia bem treinada e de boa posição e tradição, dotada de forte senso de dever e de não menos forte *esprit de corps* [...]. Ela também deve ser suficientemente forte para guiar e, se necessário, instruir os políticos que encabeçam os ministérios. Ela deve ser um poder em si mesma. (SCHUMPETER, 1984, p. 365);

d) Autocontrole democrático:

tudo que interessa aqui é que a prática democrática bem-sucedida em sociedades grandes e complicadas tem invariavelmente se rebelado contra a 'direção política pelo banco de trás'—a ponto de recorrer à diplomacia secreta e a mentir sobre intenções e compromissos —, o que requer do cidadão um bocado de autocontrole para evitar. (SCHUMPETER, 1984, p. 366, grifos do autor);

e) Respeito às diferenças e tolerância à: “concorrência efetiva pela liderança exige grande dose de tolerância quanto às diferenças de opinião [...] o que significa a disposição de subordinar suas próprias opiniões”. (SCHUMPETER, 1984, p. 367).

Em síntese, Schumpeter refuta a teoria clássica do século XVIII, mas demonstra que, com suas alterações pragmáticas, o método democrático tende a ser bem-sucedido, mesmo nos seus muitos limites.

Nota-se, na construção do pensamento liberal, nítido deslocamento das questões conceituais do Estado e da sociedade para as questões econômicas, mais notadamente da política econômica capitalista, evidenciando de modo crescente a supremacia do

mercado em detrimento da autonomia (relativa ou interdependente) do Estado.

Em resumo, a tradição liberal e também seus antagonistas apresentam imensa heterogeneidade, desde o modo como se estruturam os pensamentos até as maneiras de implementá-los. Nota-se, ainda, que há uma interdependência entre as instâncias ideológicas, políticas, sociais e culturais encontradas nos processos de reprodução da vida social, fatalmente referenciadas no modo de produção – portanto, na produção mesma –, que levam a instância econômica a determinar não apenas o conjunto dessas relações imbricadas, como também as formas que assumem os Estados e as classes. Mas essa é uma conclusão possível, apenas, após a análise dos conteúdos internos, tanto da tradição marxista quanto do pensamento liberal.

Em linhas gerais, a tradição liberal tende a negar a interdependência entre as instâncias da vida social que citamos, sobretudo, a relação sinérgica entre economia e política. Como vimos em vários de seus pensadores, a política, e, nela, o Estado, tem suas funções reduzidas à missão de organizar os indivíduos atomizados. Isto é, ainda que o Estado, no plano político, exerça um conjunto de atividades que podem aumentar ou diminuir, conforme a conjuntura dos interesses de quem o domina, o sentido dessas atividades é sempre buscado no fim último de organização asséptica dos indivíduos visando à acumulação.

O modo capitalista, portanto, busca disseminar que não há uma correlação intrínseca entre as instâncias e nem com os indivíduos entre si e com essas mesmas instâncias. A única admissão dos indivíduos agregados como possível corpo social coletivo se dá pelas relações que esses estabelecem com o mercado, ou seja, as relações de troca, mercantis, reforçando o fetiche da mercadoria.

E como não se faz economia ou política desprovida de ideologia, é no plano ideológico que a burguesia, como se mostrou de Benjamin Constant a Schumpeter, funda e propaga a separação das instâncias e dos indivíduos, perpetuando o fragmento; o marxismo, por sua vez, as agrega, na perspectiva da totalidade social como, nas páginas que se seguem, demonstraremos resumidamente.

2.3 Fundamentos ontológicos do Estado Moderno desde os marxistas

O incômodo de Marx com Hegel passa pelo fato de que as formulações hegelianas partiam de uma perspectiva burguesa, de uma era pós-napoleônica, que, de certo modo, alimentava parte significativa das aspirações da classe dominante,

sobretudo da Alemanha de sua época. Afinal, segundo Saes, (1994, p. 57 - 58) para Hegel, o Estado contém nele mesmo os ideais da moral e racionaliza com isso todos os domínios da vida social. Assim, são as forças opressoras originadas nas relações sociais capitalistas que interessam a Marx (1978) compreender e combater, sem admitir nenhum tipo de concertação entre opressor e oprimido. Na tradição marxista, as motivações para pensar o Estado partem do estudo do poder e das categorias a ele vinculadas.

A concepção marxista de Estado insere-se no processo de debate sobre a relação estabelecida entre Estado e sociedade inaugurada com a modernidade. A dinâmica produtivista do capital e a liberalização do indivíduo dá base para a formação da concepção contratualista moderna, com a qual Marx dialoga criticamente.

De acordo com Saes, (1994, p. 57 - 58), Hobbes por meio do método dedutivo, constrói uma leitura da relação estabelecida entre Estado e sociedade calcada no contrato social estabelecido entre os indivíduos. Graças à transferência da liberdade e de direitos dos indivíduos em favor do Estado e da sua constituição como um poder exterior e acima da sociedade e dos indivíduos particulares, seriam dirimidos os conflitos e promovida a cooperação.

Locke apud Barbosa (s/d, p. 47), desenvolvendo um diálogo teórico e filosófico com Hobbes, problematiza a relação estabelecida entre Estado e sociedade. Se o Estado é fruto da transferência de liberdade e de direitos – em decorrência da escassez e dos conflitos em curso entre os homens, porque estes são egoístas e ambiciosos em sua natureza – e seria formado por homens, quem então o controlaria? E propugna o controle dos cidadãos sobre o Estado por meio do parlamento.

Montesquieu e Rousseau apud Barbosa (s/d, p. 47), também se inserem no debate contratualista moderno, por proporem, respectivamente, a divisão e o equilíbrio entre os poderes e o princípio da vontade geral (soberania popular), tendo em vista salvaguardar os cidadãos perante o Estado. Marx e Engels (1983) fazem a crítica do contratualismo, em grande medida influenciados pelas contradições sociais geradas pelo capitalismo e pela emergência social e política do proletariado moderno. Para ambos, o Estado possui uma origem calcada na desigualdade e no conflito de classe; constitui-se como uma instituição acima de todas as outras, com a função de assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe; e assumir certa margem de independência em relação às classes, especialmente em conjunturas de intenso conflito social. A tradição teórica marxista, a partir de então, preserva essas ideias acerca do Estado. Elas revelam

as continuidades que Lênin, Gramsci e outros assumem em relação às ideias que Marx e Engels desenvolvem sobre o Estado.

2.3.1 O Estado: de Hegel a Marx

Hegel (1986), ao analisar o Estado moderno, concreto, em sua organização interna e suas relações com a sociedade, o concebia como uma manifestação da Razão Absoluta ou Eterna.

Dessa forma, contrapunha-se à tradição iluminista fundada na “gênese lógica” do poder político – contratualista – e à tradição de modelos ideais de Estado – a exemplo de Kant (SAES, 1994, p. 56).

Hegel (1986) restabelece a distinção entre Estado e sociedade civil formulada pelos pensadores iluministas. Considera que sociedade civil decompõe-se em classes, enquanto homens distribuídos em ramos da atividade econômica – agricultura, indústria, comércio, atividades burocráticas. A classe industrial envolveria, por exemplo, proprietários e não proprietários, ao mesmo tempo. O pensador não identifica interesses comuns, coletivos, conformados a partir da posição que os homens ocupam em relação à propriedade dos meios de produção.

A sociedade civil seria o domínio das carências individuais e fins particulares, ou seja, uma conjunção de necessidade natural e vontade arbitrária (SAES, 1994, p. 57-58). Para Hegel (1986), entretanto, a sociedade civil não existiria sem o Estado para construí-la, conformá-la e integrá-la. O Estado é que fundaria o povo e a sociedade civil. O Estado incorporaria a sociedade civil que teria sentido, se realizaria e se aniquilaria no Estado, expressão objetiva da Razão Eterna. Duas conclusões surgem quanto a esse ponto. Primeiramente, os dois momentos – Estado e sociedade civil – são distintos apenas enquanto conceitos, visto que são unidos e inseparáveis na Razão. Em segundo lugar, identifica-se uma concepção organicista e ampliada de Estado, que abarcaria toda e qualquer forma de organização humana, ou seja, expressão das carências individuais e fins particulares.

O Estado, em Hegel, é ético e concretizaria uma concepção moral e organizaria/dirigiria os homens em direção à plena realização da Razão Eterna—a conquista da felicidade e da liberdade, ao término do seu processo de autoconhecimento.

São identificadas contradições entre Hegel e os pensadores iluministas. Rousseau, apegado à relação indivíduo e poder político, nos termos do contrato social, realça o princípio da “vontade geral” ou “soberania popular”, de maneira que o Estado dissolve-se na sociedade e a sociedade civil triunfa sobre o Estado. Para liberais ingleses, a exemplo de Locke, o legislativo (parlamento) deve estar acima do executivo (monarca), e esse subordinado àquele poder.

Para Adam Smith (1988), o Estado liberal não é ético, não educa, deve tão somente assegurar as liberdades e garantias individuais, o livre jogo das forças do mercado e a soberania da nação perante as demais. Para Locke, o legislativo (parlamento) deve estar acima do executivo (monarca), e esse subordinado àquele poder. Para Hegel, o Estado funda o povo, portanto, a soberania é do Estado; a soberania cria e expressa a ética, concretizadora da moral; o Estado, personificado no monarca, tem, nesse, a representação da soberania, cabendo a ele mesmo (monarca) a outorga da constituição que fixa os direitos e funções em geral e dele mesmo em particular.

Os vínculos de Hegel (1988) com o absolutismo prussiano não o situa completamente fora do iluminismo. Podemos concebê-lo como um momento de transição entre a sociedade ocidental – liberal e capitalista – e a sociedade oriental – absolutista e não capitalista –, como de fato a Prússia o é, tanto em termos geográficos quanto históricos.

A supervalorização do Estado em detrimento da sociedade civil é acompanhada, contraditoriamente, pela defesa de reformas moderadas do Estado prussiano. A mais importante certamente é a defesa da abertura do aparelho do Estado (burocracia civil, militar e judiciária) para todos os homens. Hegel (1988) recusa o recrutamento dos membros do aparelho de Estado a partir do nascimento e da personalidade natural. O preenchimento das funções do Estado pode ser exercido por qualquer indivíduo pertencente à classe universal dos cidadãos, por meio da competência e do exame público.

Assim, Hegel “dissocia” o aparelho de Estado da classe dominante, permitindo ao Estado ser representado dentro de uma autonomia completa ou relativa. Hegel propõe, ainda, a monarquia constitucional. Busca compatibilizar a forma do Estado absolutista com a emergência do Estado burguês. A rigor, compatibilizar a conservação do *status quo* da aristocracia com a ascensão burguesa (SAES, 1994; GRUPPI, 1985).

Para Saes (1994), Hegel nega, em termos práticos, a existência de grupos sociais; de interesses de grupo social; e de conflitos entre os grupos sociais em função de tais interesses e preconiza a ascendência do interesse geral (pura forma sem conteúdo) sobre os interesses particulares. A resposta que Hegel dá para a relação entre o indivíduo e o poder político é conservadora e considera a sociedade civil absorvida na sociedade política e a ela subordinada.

Na fase inicial, Marx preserva os conceitos de “sociedade civil”, enquanto o conjunto das relações econômicas e interesses privados, e de “sociedade política” correspondendo ao Estado. Marx, por um lado, concebia profunda conexão entre os dois conceitos, por outro, atribuía à sociedade civil o momento decisivo da relação. Afirma Marx (1978, p. 129):

Minha pesquisa chegou à conclusão que as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si só, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes nas relações materiais da existência – cujo conjunto Hegel inclui no termo de sociedade civil, seguindo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII – e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.

Para Marx (1978), é por meio da sociedade civil – portanto, o conjunto das relações econômicas e dos interesses privados –, que é fundadora do Estado, ou que permite compreender o surgimento do Estado, o seu caráter de classe, a natureza de suas leis, as representações sobre as quais ele se apoiaria, e assim por diante. E, mais, o Estado, “criatura” da sociedade civil, constituiria um instrumento voltado para a garantia das próprias bases sobre as quais se apoiaria –a sociedade civil.

O Estado burguês, por exemplo, protegeria as relações capitalistas de produção, de forma a assegurar a reprodução ampliada do capital, a acumulação privada do produto social, a redistribuição do fundo público em benefício do grande capital, a exploração da renda fundiária, etc. Portanto, o Estado seria, ao mesmo tempo, parte integrante das relações capitalistas de produção e seu instrumento de defesa.

O “jovem Marx” contesta a dominação do Estado (burocracia) sobre a sociedade civil e defende a supressão do Estado moderno. Para o Marx de 1843-44, a extinção do Estado (burocracia e mecanismos de representação política) seria a precondition da verdadeira democracia, de maneira que cada homem poderia ser burocrata e representante de si mesmo.

Em que pese essa perspectiva, que coloca Marx e Hegel em campos distintos quanto às opções políticas e compromissos sociais, Marx não rompe completamente com Hegel, mormente no que tange à sua concepção de Estado. Marx admitia que

sociedade civil e sociedade política seriam duas esferas sociais separadas. Marx, embora não rompa com Hegel no tocante à concepção de Estado, o supera no âmbito da referida concepção. Apoiando-se na crítica feuerbachiana da alienação, avança mais do que Hegel e o submete à crítica, quando reconhece na referida separação a origem da alienação política. A criação do Estado e a disposição da burocracia contra a sociedade civil seria a gênese da dilaceração da essência humana. A expressão acabada dessa relação seria a criação da relação entre governantes (burocracia) e governados (sociedade civil expressa nos burgueses, proletários, etc.). A burocracia perseguiria a sociedade civil. Portanto, suprimir a burocracia seria suprimir o próprio Estado.

O conceito de sociedade civil também se conserva no universo filosófico e teórico de Hegel. “O jovem Marx”, tal qual Rousseau e Hegel, não rompe com o formalismo. “Interesse geral” *versus* “interesse particular” ainda é uma forma sem conteúdo, conforme demonstra a afirmação de Marx de que a sociedade civil seria o campo do “interesse concreto do povo” em contraposição ao “interesse particular” da burocracia. Marx ainda não concebia a sociedade civil enquanto realidade conformada por classes sociais sob relações conflitantes, calcadas nos interesses de classes.

Saes (1994) chama a atenção para o fato de que Marx, em *A Questão Judaica*, qualifica a propriedade privada, a cultura e a ocupação como premissas ou pressupostos do Estado político moderno. Mas indaga: Há uma relação entre base (econômica) e superestrutura, conforme é demonstrada no “prefácio”? Há uma relação entre Estado e propriedade, com o primeiro guardião da segunda? Para Saes, as premissas, tanto os elementos materiais (propriedade, ocupação) quanto os espirituais (religião, cultura) estariam apresentadas lado a lado, separadas e sem estabelecer qualquer hierarquia de relação. As diferenças e particularismos, persistindo no Estado moderno, levaria os homens em direção a uma solução ilusória, de forma a acreditar em uma comunidade aparentemente universal—o Estado, guardião do interesse geral da sociedade. Então, para Marx,

[...] a relação que se estabelece entre o Estado político e as suas premissas não é a relação entre os atos de governo (política implementada pela burocracia) e os interesses dos proprietários dos meios de produção; é, antes, a realimentação contínua da comunidade imaginária (Estado) pela subsistência de diferenças materiais e espirituais entre os homens. (SAES, 1994, p. 65).

Estado e sociedade civil não formam, para o “jovem Marx”, uma unidade de contrários, mas um círculo vicioso no qual a sociedade civil, alienada, permitiria o robustecimento do Estado, ao mesmo tempo causa e efeito da alienação. No texto

Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1859), a introdução da figura histórica do proletariado, embora posteriormente amadurecida na análise, nesse texto ainda não permite superar o círculo vicioso. Em primeiro lugar, porque é visto apenas como o homem destituído de propriedade, não uma classe social inserida em determinada relação de produção, a exemplo do operário fabril.

Em segundo lugar, porque Marx afirma que, eliminada a propriedade privada, se estaria suprimindo o Estado, mas, como Marx não estabelece a relação que o Estado mantém com a sociedade, ou seja, seu guardião, de forma a reconhecer nela apenas uma das várias premissas do Estado moderno, não haveria porque acreditar que o mesmo desapareceria, se conservando as demais premissas.

Em terceiro lugar, porque, ainda que se considere a supressão do Estado como um objetivo instrumental, tendo em vista abrir caminho para que o proletariado suprimisse a propriedade privada, haveria um problema: tal ideia pressuporia o Estado como guardião da propriedade privada, mas essa reflexão ainda não havia sido elaborada por Marx. O que se depreende é que ele atribui tal função à sociedade civil, que protegeria a propriedade privada.

Em quarto lugar, porque o papel do proletariado não fica claro, visto que esse segmento seria parte da sociedade civil e estaria alienado, não podendo ser o dirigente do processo por sua própria força. Poderia apenas impulsionar a ação por meio da crítica da propriedade e do Estado moderno conduzido pelos filósofos (SAES, 1994).

Marx ainda se encontra submetido a uma contradição intelectual e política. A adesão ao comunismo, em uma perspectiva proletária, conflitua com a concepção hegeliana de Estado, que é burguesa.

Porém, veremos esse conflito desaparecendo, nos textos posteriores de Marx. A *Concepção de Estado em Marx – 1848-1852* é melhorada. Saes (1994) situa o pensamento político do “jovem Marx” como uma variante do radicalismo pequeno-burguês. Para o autor, o pequeno-burguês, enquanto produtor independente, viveria em um quadro de isolamento econômico. Como resultado, sua ação política tendia a ser individualizada em relação ao Estado. A relação Estado e classe social tendia a não ser construída, o que culminaria em uma relação Estado/indivíduo marcado pelo estadismo, seja por sua confirmação ou por sua negação.

Concretamente, a pequena burguesia conservadora tenderia ao bonapartismo, com o reforço da burocracia e com crença na representação supra classe social do Estado; a pequena burguesia reformista tenderia ao populismo, a exemplo do

republicanismo radical e democrático; e a pequena burguesia revolucionária tenderia ao anarquismo. O pensamento de Marx coincidiria, em suas linhas gerais, com a pequena burguesia revolucionária (SAES, 1994).

A grande expansão das forças produtivas, a partir dos anos 40 e 50, na Europa Ocidental e Estados Unidos da América (EUA); as revoluções operárias e populares de 1848 e 1871; e o descortinamento da máquina do Estado (1848-1852), proporcionam a formação de um movimento social proletário revolucionário. O pensamento de Marx, de 1843-1844 a 1848-1852, reflete essa passagem, ou seja, o movimento comunista estaria em transição – uma ideologia pequeno-burguesa radical dá lugar a uma ideologia proletária revolucionária. Conforme o conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci, Marx incorpora/reflete, por assim dizer, essa nova realidade socioeconômica e política, conservando/superando o “jovem Marx”.

Por meio das obras *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* e *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx supera a separação polarizada entre Estado (burocracia) e sociedade civil, bem como a existência da dominação da burocracia sobre a sociedade civil no Estado moderno. Realça, ainda, o caráter instrumental que a ação política da burocracia de Estado assume, tendo em vista assegurar os interesses das classes dominantes, quais sejam, a propriedade privada burguesa e as relações de exploração.

Para Marx, os limites estabelecidos para a atuação da burocracia de Estado – a preservação da propriedade e das relações de exploração – proporcionava a essa burocracia uma ampla margem de iniciativa. A burocracia de Estado assumia, por assim dizer, os limites de consciência possível das classes dominantes, ou seja, superava os interesses burgueses corporativos e imediatos na defesa da sociedade burguesa e poderia, inclusive, reprimir politicamente ou ferir interesses econômicos particularistas da classe burguesa, contraditórios com a preservação da ordem social e com a acumulação de capital a longo prazo. Tudo seria lícito, desde que assegurasse a ordem social e a acumulação.

Marx destaca o parasitismo da burocracia de Estado, burocratismo parasitário acionado pelo poder executivo, cuja função básica seria vigiar e punir a sociedade. Trata-se de um parasitismo de novo tipo. Enquanto, no período de vigência do Estado absolutista, o fundo público é redistribuído na forma de rendas asseguradas pelos títulos, funções e cargos remunerados, ocupados unicamente pela aristocracia. Com a ascensão burguesa, a redistribuição passa a se dirigir, indiretamente, à tecnocracia – o

staff superior das burocracias civil e militar –, e, diretamente, à classe burguesa, via financiamentos, superfaturamentos de obras, serviços e mercadorias realizados e/ou adquiridos via contratos, etc. O parasitismo passa a servir, ainda, como instrumento voltado para cooptar as classes populares por meio de serviços sociais prestados e para reprimir os movimentos sociais de forma a assegurar a “ordem” e a “acumulação”.

Marx também aborda o exercício do poder político pelas classes dominantes por meio dos poderes executivo e legislativo. O exercício indireto do poder político – executivo – e o exercício direto – legislativo – por parte das classes dominantes cumpriria a função ideológica de ocultar a dominação. A representação popular na definição do poder executivo o apresentaria como legítimo e acima dos interesses imediatos de qualquer grupo, e, de fato, seus limites de ação estariam definidos e submetidos ao poder legislativo. Em condições especiais, a exemplo de poderosos movimentos sociais insurgentes, as classes dominantes poderiam transferir o seu poder político direto para o poder executivo (burocracia). De fato, é o que ocorre no Golpe do 18 de Brumário.

Teoricamente, o Marx de 1848-1852, também nesse ponto, incorpora/supera o “jovem Marx”. Enquanto que, para o “jovem Marx” o parlamento ficaria emasculado de poder decisório, dominado pela burocracia (manietado pelo executivo) e reduzido à função ideológica de ocultar o exercício do poder, para o Marx de 1848-1852, o parlamento seria o poder que as classes dominantes dominariam diretamente e que também poderiam, eventualmente, governar diretamente por meio dele (SAES, 1994).

Na obra *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, nos deparamos com reflexões de grande importância para o pensamento de Marx como um todo e para a consolidação da sua concepção de Estado em particular. O texto, de um lado, revela a crise do novo Estado em consolidação, que substituíra o Estado absolutista. De outro, ocorre em uma conjuntura de intervenção clara e direta das classes subalternas, ou seja, pela primeira vez na história, essas classes colocam em questão o poder e de forma laica.

A história, portanto, desvela o caráter do novo Estado (burguês) em consolidação (e em crise), bem como instrumentaliza, em termos práticos e teóricos, a classe proletária (ou pelo menos seus setores mais politizados e esclarecidos) em relação à disputa do poder. De certa forma, Marx, na obra *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* é, por assim dizer, um instrumento desse duplo processo, ou seja, um

intelectual orgânico que pôde conduzir uma leitura desta conjuntura, descortinando-a em uma determinada perspectiva de classe.

O novo Estado é burguês. O Estado absolutista é derrubado por meio da Revolução Francesa de 1789 graças à atuação de setores republicanos, populares e jacobinos. A derrota dos jacobinos, ao término da fase da Convenção (1793-94) da Revolução Francesa, a Constituição de 1795 e a fase do Diretório (1794-99) define claramente o caráter do novo Estado. O Estado comandado por Napoleão Bonaparte, na fase do Consulado (1799-04) é burguês, apoiado em forte burocracia civil e militar, que se impôs sobre a sociedade. Esse Estado cresce e se fortalece em termos econômicos, políticos, nacionais e burocráticos. Sob a construção do Estado burguês e de uma sociedade civil burguesa, construía-se, portanto, uma hegemonia burguesa.

A desconstrução de uma hegemonia e a construção de outra ocorre em um contexto de crise. E não poderia ser diferente, visto que interesses de classes estão se sucedendo no poder de Estado, com o objetivo de conquistar condições favoráveis para a reprodução das relações sociais que mais podiam satisfazer seus interesses materiais.

A classe dominante tradicional e a emergente enfrentam-se, as várias frações da classe dominante emergente disputam a liderança da conquista e as classes subalternas inserem-se no processo. Conforme Marx acentua, um dos grandes dilemas das crises que antecede a ascensão do Primeiro e do Terceiro Napoleão é o fato de que a ascensão popular tem como resultado o fortalecimento do Estado, visto que a incapacidade da conquista do poder por parte desse movimento determinaria a sua derrota, por um lado, e a conservação de uma cultura política e uma estrutura burocrático-militar qualificada para a subordinação das classes subalternas, por outro. Sobre isso, atesta Marx (1983, p. 234-235):

O poder executivo, com sua enorme organização burocrática e militar, com seu mecanismo complicado e artificial, com um exército de meio milhão de funcionários ao lado de outro exército de meio milhão de soldados—esse corpo parasitário medonho que envolve como um invólucro todo o organismo da sociedade francesa e entope todos os seus foros—criou-se no período da monarquia absoluta, no fim do sistema feudal, aperfeiçoando o centralismo estatal.

A revolução de 1848, marcada com a instalação do Estado burguês na França desencadeia uma conjuntura crítica, em termos políticos. As lutas de classes se intensificam na França e na Europa. É a Primavera dos Povos, como ficou conhecida essa revolução.

A partir de 1849, com a eleição de Luís Bonaparte, graças ao dilúvio eleitoral dos camponeses em seu favor—que o leva para a presidência da Segunda República recém-criada – tem início a contra-revolução, cujo processo atinge o seu ápice com o golpe do Dezoito de Brumário, quando a Segunda República dá lugar ao Segundo Império e Luís Napoleão é sagrado Napoleão III.

Ora, interpretando a revolução de 1848, as lutas de classes subsequentes e o golpe de Estado de Bonaparte, Marx (identifica uma série de problemas. Aspectos que, por um lado, revelam características do Estado bonapartista, por outro, permite a identificação de características típicas do Estado burguês em geral, uma vez que, em primeiro lugar, destaca o problema da aparente autonomia do Estado. O gigantesco aparato burocrático civil e militar que “envolve como um invólucro todo o organismo da sociedade francesa e entope todos os seus poros”, ou seja, o Estado subordina a sociedade civil. E mais, agora a espada domina e se sobrepõe a todos os indivíduos, setores e classes sociais. O Estado que destrói a imprensa revolucionária (1848 e 1849), persegue a imprensa burguesa, que submete à vigilância as reuniões populares, os salões burgueses; que reprime os movimentos subalternos, e os movimentos da sociedade em geral. O Estado, que reprime as classes subalternas a pedido da burguesia, termina por acuar a própria burguesia.

Com isso, Marx (1974) demonstra que o crescimento da burguesia do Estado, quando o liberalismo econômico pleiteia o Estado mínimo—restrito à função de preservar as regras do jogo, cujo fundamento se apoia na ideia de que todos seriam iguais no mercado – quando o papel coercitivo se prolonga para todas as classes sociais—inclusive indivíduos e setores da classe burguesa –, leva vários indivíduos e grupos sociais a acreditarem no caráter autônomo do Estado, que se encontra pairando sobre a sociedade. De fato, uma leitura empírica dos processos e fatos em curso poderia levar a essa ilusão. Entretanto, uma leitura mais atenta demonstra que o Estado encontra-se articulado em uma certa lógica, que está organizado a partir de medidas, critérios, e atuações, cujo sentido é a reposição expansiva das relações capitalistas de produção e a dinamização das forças produtivas. Ao término do Segundo Império (1870), a França transforma-se na segunda nação industrial da Europa.

Essa problemática passa a inserir outra: Quem é a classe dominante e como exercia o poder? Marx (1974) demonstra que a classe dominante não existe enquanto classe homogênea. A unidade dessa classe em torno da defesa da propriedade e do *status quo* não se prolonga em opções e projetos políticos concretos.

A diversidade de segmentos, na forma de frações de classe e correntes políticas emergia da forma concreta como os referidos segmentos se inseriam na estrutura de reprodução material da sociedade. Marx (1974), enfim, encontra o elemento explicativo das lutas de classes no âmbito da classe dominante, de forma a identificar a coincidência entre projeto político e interesses sociais concretos.

No nosso entendimento, em primeiro mostra que, o exercício da dominação burguesa ocorria no contexto de uma aliança de classes, de forma que, no Estado, no governo e na sociedade, o domínio burguês incluía setores da pequena propriedade, intelectuais, setores médios, e latifundiários. A hegemonia pressupõe um conjunto de alianças e/ou cooptação social.

Em segundo lugar, a dominação não ocorria diretamente. O domínio, a exemplo da forma do regime bonapartista, poderia ocorrer por meio de outras esferas de poder (judiciário e legislativo) e de esferas da burocracia de Estado, ou da sociedade civil. Apenas episodicamente a burguesia exercia diretamente o poder.

Em terceiro lugar, a dominação dependia direta ou indiretamente das forças armadas. A “espada não é uma característica apenas dos Estados precedentes, mas de todo o Estado. O Estado burguês aprimora, em termos organizacionais, estratégicos, doutrinários e bélicos, o aparato repressivo do Estado.

Em quarto lugar, a dominação burguesa, sob a forma bonapartista, pressupõe uma base social de sustentação política mobilizada e controlada. O campesinato, que projeta Napoleão Bonaparte—responsável pela legalização da repartição da terra—no sobrinho Luís Bonaparte, e que o concebe como o protetor/salvador dos interesses da classe camponesa perante a rapinagem do capital comercial, industrial e financeiro, proporciona ao Imperador uma base social de sustentação política no campo. O lumpen proletário, formado por segmentos sociais proletários despolitizados e imediatistas, mobilizados por meio de métodos demagógicos e populistas, por sua vez, proporciona uma base social de sustentação política na cidade.

Em quinto lugar, o clero aparece como o intelectual orgânico desse Estado. O clero busca proporcionar a legitimidade divina do Império e do Imperador, na medida em que os concebe como frutos da manifestação da graça de Deus, que assegura a conduta dos homens de acordo com as leis e a obediência ao Estado/governo e que monopoliza a educação e o saber formal.

O Estado burguês, na forma do regime bonapartista, concorre decisivamente para o ocultamento da realidade. Sob um discurso liberal, promove poderosa burocracia

pública. Sob uma aparente autonomia induzida por essa própria burocracia, efetivamente conduz a proteção e expansão dos interesses dominantes na forma da progressiva acumulação capitalista (expandindo as forças produtivas e repondo as relações capitalistas de produção).

Marx (1974) demonstra, ironicamente, que o ocultamento da realidade assume, nas várias classes e grupos sociais, representações invertidas da realidade. Os camponeses aparecem como inocentes, mas, de fato, encontram-se no contexto de sua ideologia pequeno-burguesa e da sua configuração socioeconômica concreta (atomizados em pequenas unidades familiares dispersas nas diversas localidades), projetando Napoleão I, guardião da propriedade e família camponesas, no III, como novo guardião. A burguesia, que com sua imprensa sob vigilância e seus salões vasculhados, aparecia como vítima de um poder construído graças à disputa e ao enfraquecimento das suas várias frações de classe, seria a grande beneficiária do poder.

O partido da ordem, aristocrático (ou aristocracia aburguesada), dividido por meio das casas de Bourbon e de Orleans, que veem no novo imperador sagrado o seu tutor, o teria de fato como tal apenas na medida em que protegesse a propriedade particular. O proletariado de 1948, que partilha do governo por meio de Proudhon e do ministério do trabalho, com a ilusão de que, com um governo de coalizão, ocuparia uma parte do poder, não consegue nada além do que concorrer, temporariamente, para fortalecer o mito do Estado como instituição acima das classes sociais. O próprio exército, que aparece como força própria e monopolizadora da violência, que consolida a imagem de que a farda é o manto do poder, nada mais é do que um instrumento de defesa da propriedade burguesa.

Marx demonstra, portanto, que uma leitura puramente calcada nos sentidos, empírica, não poderia dar conta de toda a complexidade que as lutas de classes e a relação Estado e sociedade assumia na França do período de 1848-1852 e na sociedade moderna em geral. Seria necessário ultrapassar as aparências dos fenômenos por meio de uma abordagem de totalidade, ou seja, a partir da localização da forma concreta em que cada classe se insere na produção e as relações que essa produção estabelece com as instâncias da superestrutura. Somente assim seria possível identificar a conjuntura da luta de classes e projetar futuros cenários políticos.

2.3.2 A essência do Estado em Engels

Apoiando-se em estudos de Henry Morgan (1818-1881) e em anotações de Marx, Engels elabora, em 1894, a obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* que vem suprir uma carência para a interpretação e análise do Estado, qual seja, a sua origem.

Engels demonstra que a sociedade é anterior à família; que o desenvolvimento da sociedade engendra o surgimento da família; e que essa, por sua vez, é redefinida no tempo. A sociedade originária, a tribo, sob propriedade comunal, não conhece as formas de propriedade pública e privada, a desigualdade social, a opressão sobre a mulher, etc.

Com a domesticação de animais e plantas, e a consequente geração de excedentes, forma-se a propriedade e instaura-se a desigualdade social e de gênero. Forma-se uma ordem patriarcal e a família enquanto unidade que inclui a propriedade e os homens – escravos e livres. O *pater familias* tem poder de vida e morte sobre todos.

Para Engels, o desenvolvimento econômico e social desencadeia transformações nessa família que o próprio desenvolvimento, em fase anterior, havia criado. Essa família entra em crise e é dissolvida, dando lugar a classes sociais definidas em torno da propriedade privada que, progressivamente, se absolutiza em poucas mãos. De um lado, escravos e proprietários e, de outro lado, proprietários de terra e os que não possuíam terra alguma.

Começa a surgir, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, uma instituição, que tende a dominar e manter coesa a sociedade. O Estado, historicamente formado, torna-se essa instituição. E, como tal, nasce no contexto de surgimento das classes sociais em luta. Instrumento nas mãos dos proprietários de terras e escravos, institucionaliza sua dominação, por meio do aparato policial-militar, da estrutura jurídica e do sistema político.

Engels (1985) demonstra que o Estado nasce da sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas engendra as classes; que o Estado é um instrumento a favor das classes dominantes e uma estrutura de poder que procede da sociedade mas é apresentado como estando acima dela e que fica “estranha” à própria sociedade, como poder separado dela e como seu próprio criador. Demonstra, ainda, que o Estado, ao expressar a dominação de uma classe, busca um equilíbrio político-jurídico – contraditório, provisório, transitório – entre as classes em conflito, tendo em vista

assegurar condições mais adequadas para o desenvolvimento das forças produtivas e a conservação das relações de produção.

Engels reconhece, tal qual Marx, que o Estado, aparentemente separado da sociedade, constitui-se como um organismo com suas próprias dinâmicas internas, sua burocracia civil e militar, sua estrutura política, e assim por diante. Mas, de fato, são aparências, visto que essa lógica interna do Estado, aparentemente em contradição com a lógica da sociedade, corresponde a uma determinada sociedade.

A sociedade concreta, portanto, diferenciada socialmente, ordenada a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e cujos níveis e formas de organização da vida social – a propriedade, a família, o Estado, a religião, etc. – mantinham estreita interdependência. A sociedade determina o Estado, estando a própria sociedade sujeita a uma hegemonia social.

No capítulo IX da obra de Engels, intitulada *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, encontra-se o conceito de Estado, da sua natureza, essência e função social, assim, analisamos a concepção de Estado por meio de suas teses fundamentais. Engels faz uma análise do desenvolvimento das relações sociais ao longo da história da humanidade. No momento em que trata da passagem da barbárie à civilização, revela características da organização do regime de gens das comunidades indígenas pré-históricas, como agrupamentos espontâneos, em que não cabem a dominação e servidão, portanto, não há divisão da sociedade em classes sociais. Designado pelo autor como regime social de comunidade primitiva, os grupos humanos viviam em abrigos improvisados; a alimentação era obtida por meio da caça e coleta; e imperava o nomadismo.

Naquele momento, a divisão do trabalho era espontânea, entre homem e mulher. Engels (1985, p. 178) afirma que:

o homem vai à guerra, incube-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa.

No comunismo primitivo, a produção era a de economia doméstica, de responsabilidade das diversas famílias, e todos trabalhavam coletivamente. O autor destaca que somente ali pode ser encontrada a propriedade como fruto do trabalho pessoal. A propriedade era individual; “[...] cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa” (ENGELS, 1985, p. 178), porém, com função social coletiva, pois o

produto do trabalho pessoal era de uso comum, já que nessa época era individual a produção de instrumentos de trabalho rudimentares.

Importa ressaltar que o baixo desenvolvimento das forças produtivas, nessa época, aliado à escassez, relegava a sobrevivência do homem a condições de extrema pobreza, por isso, a igualdade e o trabalho dos membros das gens eram necessários para a sobrevivência de todos. Netto e Braz (2012) complementam essa informação afirmando que as atividades dos membros dessas comunidades eram comuns (a coleta, caça e pesca); seus resultados eram compartilhados por todos e nenhum bem era de propriedade privada.

No decorrer desse processo, a Revolução Neolítica surge como o período em que o modo de vivência humano muda radicalmente: os povos deixam de ser nômades e passam a cultivar a terra e criar animais, desenvolvendo a agricultura e pecuária. Esses dois elementos tornam-se decisivos para a dissolução daquela forma de relação social vigente: a comunidade primitiva. O processo histórico, que, segundo as informações antropológicas, se consolida entre 5.500 e 2.000 antes de Cristo, acarreta significativas transformações na relação dessas comunidades com a natureza (NETTO; BRAZ, 2012). A divisão econômica do trabalho passa a ser adotada nessa época, pois o homem já podia produzir o necessário para sua sobrevivência e controlar, relativamente, sua subsistência, portanto, alguns entes da comunidade não necessitavam mais trabalhar para garantir a alimentação de todos.

Dessa forma: “O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho dos homens capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção” (ENGELS, 1979, p. 181). Daí surge o “excedente”, derivado dessa nova forma de produção, que permite um intercâmbio regular de produtos entre diferentes tribos.

O aumento da produtividade do trabalho, com o excedente econômico, opera uma revolução nas comunidades primitivas, não só porque minimiza o sofrimento diário com a preocupação da alimentação e sobrevivência do grupo, mas também porque possibilita a acumulação dos produtos do trabalho. Dois efeitos derivaram desse processo: o excesso da produção, não consumida pelas tribos, que poderia ser destinada para a troca com outras tribos; e a possibilidade da acumulação com a alternativa de explorar o trabalho humano.

Na busca de aumentar a produtividade, as tribos passam, como decorrência das guerras, a conseguir força de trabalho. Os prisioneiros são transformados em

escravos. Consequentemente, “da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, explorados e exploradores” (ENGELS, 1979, p. 181). Dessa forma, criam-se as condições para o aparecimento da desigualdade social. A sociedade é dividida entre aqueles que trabalhavam para garantir sua subsistência e a da comunidade e os que usufruíam dos produtos sem trabalhar, isto é, os explorados e exploradores. Nesse sentido, verifica-se que: “Quando essa possibilidade (de acumulação) e a alternativa (de exploração) se tomam efetivas [...] entra em dissolução, sendo substituída pelo escravismo” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 57).

Nesse modo de produção, caracterizado por Engels (1985) como a fase superior da barbárie, a escravidão é convertida em elemento básico do sistema social – estruturada por volta de 3.000 anos antes de Cristo, perdura até a queda do Império Romano. Os escravos são levados, em grande escala, a trabalhar nos campos e em oficinas. A produção é dividida em dois ramos principais: agricultura e ofícios manuais – a segunda divisão do trabalho. Assim, “[...] surgiu a produção diretamente para a troca, a produção mercantil e com ela o comércio [...]” (ENGELS, 1979, p. 184).

A crescente densidade populacional, aos poucos, vai exigindo a fusão das tribos num território comum, e trazendo o fim da organização gentílica. Porém, a civilização vai sendo consolidada, com o que Engels (1979, p. 186) identifica como a terceira divisão do trabalho:

A civilização consolida e aumenta todas essas divisões de trabalho já existentes, acentuando sobretudo o contraste entre a cidade e o campo (contraste que permitiu à cidade dominar economicamente o campo [...], e acrescenta uma terceira divisão do trabalho, peculiar a ela e de importância primordial, criando uma classe que não se ocupa da produção e sim, exclusivamente, da troca dos produtos: os comerciantes.

Até aquele momento, apenas a produção determinava a formação das classes, entre as pessoas que ordenavam e as que executavam. Sem tomar parte na produção, uma nova classe conquista um espaço na sociedade, transformando-se em “[...] intermediário indispensável entre os dois produtores, e explora ambos” (ENGELS, 1979, p.186). Com a atividade do comerciante, nasce o dinheiro-metal, tornado mercadoria equivalente, o meio pelo qual “o não-produtor domina o produto de sua produção” (ENGELS, 1979, p. 187). Ou seja, a forma mais eficiente de ser acumulada riqueza.

Ao lado da riqueza constituída em mercadorias, escravos e dinheiro, aparece a riqueza em terras, cuja posse era concedida primitivamente pelas gens, ou pela tribo, aos indivíduos, e fortalecida de tal maneira que podia ser transmitida por herança. A propriedade privada da terra por um indivíduo ou família suprime a liberdade das gens e da tribo para usufruir do solo comum. A propriedade privada da terra e o surgimento da moeda (dinheiro) permitem que a terra seja transformada numa mercadoria, que podia ser comprada, vendida ou penhorada.

O comércio, o uso do dinheiro e a propriedade territorial evoluem rapidamente, permitindo a centralização e concentração das riquezas sociais em poder de pequena parte dos indivíduos, uma pequena classe, “[...] o que se fez acompanhar do empobrecimento das massas e do aumento numérico dos pobres” (ENGELS, 1979, p. 188). A propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem modificam a produção de bens. No modo de produção escravista, o trabalho passa a ser realizado mediante violência, real e potencial, sobre o produtor direto, o escravo; e os produtos derivados dele são apropriados pelos proprietários de terras e escravos.

Compreende-se, assim, que essa sociedade é dividida em duas classes sociais fundamentais e, dessa maneira, não podia ser mantida na forma como estava a organização social gentílica – com corporações fechadas, de democracia primitiva, espontânea, que não conheciam antagonismos e não tinham meios coercitivos, além da opinião pública. Numa sociedade dividida em classes, há sempre conflitos de interesses. Na percepção de Engels (1979, p. 190):

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta das classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado.

Desse modo, identifica-se na primeira tese fundamental sobre o Estado, formulada por Engels (1979): o conflito gerado entre classes sociais antagônicas exige o domínio de um “terceiro poder”, que aparece na figura do Estado. A concepção de existência desse terceiro poder desenvolve-se com a visão liberal de Estado, portanto, democrática, em que se tem a ideia de que o Estado dispõe de um

poder acima das classes, para administrar os conflitos.

Por sua vez, na concepção de Marx, o Estado tem a função social de administrar os conflitos entre as classes, e não apenas um mero representante das classes em conflito. Porém, o propósito de Engels, com essa afirmação, é destacar a constatação de que esse terceiro poder está aparentemente situado acima das classes sociais e aparece como neutro, mesmo não sendo esse o caso e que todos participam, democraticamente, das decisões.

Engels (1979, p. 191) afirma que: “O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; [...]. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...]”. Portanto, destaca-se como na segunda tese, de que o Estado é concebido e constituído por meio do desenvolvimento histórico da sociedade. Não é um poder com autonomia diante das classes e, portanto, não tem relação direta de fora para dentro.

Engels (1979, p. 191) esclarece que o Estado é um poder imposto à sociedade, e não uma mera instituição administrativa. O aparecimento do Estado decorre da exigência da própria sociedade. E continua: “[...] é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar”.

Foi necessária a constituição de um poder que administrasse os interesses conflitantes dessa nova sociedade dividida em classes, porém,

para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1979, p. 191, grifos nossos).

É de fundamental importância entender essa relação enquanto processo, enquanto movimento. Devido aos interesses antagônicos irreconciliáveis das classes sociais, o poder do Estado tornou-se fundamental para manter essa sociedade de classes produzindo e se desenvolvendo. Já que a sociedade não deu conta de resolver os problemas de conflitos, uma nova esfera de opressão surge para auxiliar na reprodução material da sociedade. A instituição de uma “[...] força pública existente em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo o gênero [...]”

(ENGELS, 1979, p. 192).

Com base nas formulações de Engels (1979, p. 193), pontuamos os traços característicos da formação do Estado que se desenvolveu dentro da sociedade de classes como um poder necessário para administrar o conflito entre elas. Porém, não é um poder situado acima delas, como o autor explica:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Então, identifica-se na terceira tese, na afirmação de Engels (1979, p. 194), de que o Estado é de classe, mas da economicamente dominante. Em cada modo de produção e em cada sociabilidade dividida em classes sociais que a humanidade já viveu, o Estado apresenta-se com essa característica. Assim,

[...] o Estado antigo foi, sobretudo, dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes, e o Estado moderno representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Com isso, o autor assevera que o Estado é da classe mais poderosa, ou seja, poderosa economicamente, porque é proprietária de toda a riqueza produzida e adquire, com o poder econômico, também a dominação política. A força política do Estado vem complementar o que estava em andamento, porque a sociedade de classes surgiu antes, uma questão da complementaridade do primado do fundante e do fundado. Primado, porque dá origem, porque o Estado é fundamental; sem ele a sociedade de classes não se manteria reproduzindo. Mas, o que coloca as condições de sua necessidade e dirige a reprodução social da sociedade, são as relações sociais derivadas da produção material da riqueza social.

Nessa direção, o Estado desenvolve-se para complementar e organizar a sociedade, proporcionando a instabilidade mínima necessária para que a reprodução material ocorra sem barreiras intransponíveis. Contudo, observa-se que a lei – aparato estatal – nunca foi uma barreira intransponível à exploração, pois sempre a regulamentou.

De acordo com Engels (1979), o Estado não é das classes, mas da classe economicamente mais poderosa, que se utiliza do poder político – a dominação política – para manter a ordem em funcionamento e os conflitos dentro de uma margem de

administração que não coloque em risco a ordem. Entretanto, não quer dizer que não haja conflitos.

Em correspondência a esses conflitos, no nosso entender, o referido autor desenvolve a quarta tese: por regra geral, na história, muitas vezes, o Estado assume certa conformação que não está diretamente ligada a nenhuma das classes, num momento em que passa por um processo de reacomodação da própria dominação. Para exemplificar essa questão, Engels (1979, p. 194) lembra da Monarquia Absolutista europeia dos séculos XVII e XVIII, durante a qual a burguesia comercial – que naquele momento ainda não conquistara o poder político – se utiliza da monarquia feudal para defender seus próprios interesses, no curso de desenvolvimento do capitalismo. Ele afirma: “[...] há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes”.

Contudo, não queremos dizer aqui que o poder do Estado está em disputa entre as classes sociais. Já concordamos com Engels quando afirma que o Estado é da classe mais poderosa. Estamos nos referindo à passagem em que o autor explica que, em determinado momento do processo de dissolução do modo de produção feudal, a monarquia absolutista – que até então representava a nobreza e a classe feudal, mas já não mais dominava totalmente o processo de reprodução material da sociedade – e nem representava a classe feudal, nem a burguesia especificamente, pôs o Estado a serviço do desenvolvimento do comércio. Aquela monarquia absoluta, momentaneamente, em certa medida, mantinha alguma independência da classe dominante. É a exceção que confirma a regra em situações circunstanciais e momentâneas.

Identifica-se, portanto, a quinta tese, quando o autor afirma que “[...] o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele” (ENGELS, 1979, p. 195), como vimos, de forma breve, anteriormente. A formação do Estado foi necessária ao desenvolvimento da sociedade dividida em classes sociais. Isso leva à compreensão de que uma futura sociedade, sem a divisão em classes, e com a produção material organizada por uma associação livre de produtores iguais, possa resultar no desaparecimento do Estado, pois não haverá mais necessidade dessa instância.

Por último, Engels (1979, p. 200) afirma que o próprio desenvolvimento da civilização é muito contraditório: ao mesmo tempo em que há um “progresso na produção [...], [há] um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa

maioria”. No modo de produção capitalista, é o que Marx denomina de Lei Geral da Acumulação Capitalista, a qual se caracteriza pela acumulação da riqueza proporcional à progressão da miséria. Enquanto há o benefício para alguns, faz-se necessário um grande prejuízo para outros. Assim, “quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os [...]” (ENGELS, 1979, p. 200). Observe-se que a força de coesão necessária à manutenção dessa forma de sociabilidade civilizada “[...] é o Estado, que em todos os períodos típicos é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada” (ENGELS, 1979, p. 199).

Os pressupostos apresentados são de fundamental importância para a compreensão dessa concepção teórica de Estado e, portanto, dos seus fundamentos ontológicos, o que nos leva a desvendar a real necessidade e a função social do Estado no modo de produção capitalista.

Engels não dá grandes contribuições às descobertas que Marx realiza em O Golpe do 18 de Brumário. Suas contribuições significativas encontram-se na distinção entre sociedade e família; na demonstração de que a família patriarcal (organização gentílica) dá lugar às classes, com a descoberta da propriedade e na relação estabelecida entre a formação e a luta de classes como determinantes do surgimento do Estado.

2.3.3 Lênin e o Estado

A concepção de Estado, em Lênin (1985), não é derivada diretamente de Marx e Engels (1975). Entre esses pensadores, está presente a II Internacional, à qual Lênin pertence, e é profundamente marcada por uma concepção particular acerca do processo histórico. O desenvolvimento histórico-social é concebido como resultado de uma evolução contínua, sem saltos, sem rupturas dialéticas. Tal concepção dá lugar a uma visão determinista da relação entre a base econômica, por um lado, e as instituições sociais, o Estado e as formas da vida cultural, por outro. O determinismo, nessa relação, redunda no economicismo – quando é atribuída aos processos econômicos a força impulsionadora dominante do desenvolvimento histórico-social –, ou no politicismo – quando a luta de classes e o destacamento de vanguarda são atribuídos à força impulsionadora dominante.

Kautsky apud Gruppi, (1985, p. 51), o principal e mais destacado representante da II Internacional, reproduz essa concepção acerca do processo histórico. Abordando o Estado, não rompe com Marx e Engels quanto ao seu caráter, pois afirma também que todo partido político almeja o poder político, de forma a dobrar o Estado em seu proveito e em proveito das classes que representa.

Kautsky apud Gruppi, (1985, p. 51) rompe com Marx e Engels explícita ou implicitamente em alguns aspectos.

Em primeiro lugar, absolutiza o poder, identificando-o com o Estado, o que dificulta perceber as manifestações de poder no âmbito da sociedade como um todo – na sociedade civil, no âmbito de uma classe, nas relações de gênero, etc. Em segundo lugar, coisifica o poder, ou seja, o reduz a algo que se conquista e instrumentaliza em favor de determinada classe dominante. Em terceiro lugar, não aparece, em Kautsky apud Gruppi, (1985, p. 51), a ideia do enfraquecimento progressivo do Estado até o seu desaparecimento total. Para Marx, não seria possível apoderar-se pura e simplesmente do Estado burguês, mas teria que ocorrer a quebra da centralização, da burocratização e da estrutura coercitiva. Em Kautsky apud Gruppi, (1985, p. 51), não aparece a necessidade da criação de um Estado de novo tipo e antagônico, em relação ao anterior, porque esse teria que ser descentralizado, fundado em organizações autônomas da sociedade (sociedade civil), cujas funções estatais seriam assumidas pela sociedade (a exemplo do exército, da magistratura, administração, educação, saúde, etc.).

Finalmente, Kautsky apud Gruppi, (1985, p. 51) não assume a ideia de Marx e Engels de que o Estado, sob a direção do proletariado, não seria mais um Estado no sentido clássico do termo. Ao se descentralizar e transferir funções diretamente para a sociedade, o Estado proletário traria em si mesmo as dinâmicas e os mecanismos da sua extinção (GRUPPI, 1985).

Na obra *O Estado e a Revolução*, escrita entre agosto e setembro de 1917, Lênin aborda de forma central o Estado, com o objetivo de restabelecer a “verdadeira” concepção de Marx e Engels sobre o Estado, e se contrapor à deturpação e deformação sofridas por esses autores a partir da II Internacional e precisar o sentido da revolução em curso na Rússia após a sua primeira ocorrência – a Revolução Democrático-Burguesa de fevereiro de 1917. Lênin não conclui essa obra, visto que, a partir de setembro de 1917, as lutas amadurecem o desencadeamento da segunda revolução – de outubro de 1917 – tendo em Lênin o seu timoneiro.

Coerente com Marx e Engels, Lênin (1985) reafirma o caráter de classe do Estado; reconhece nele uma máquina para o exercício do poder; e admite que, sob situações de equilíbrio relativo, o Estado poderia assumir uma posição equidistante nas classes. Lênin reconhece que todo Estado é uma ditadura de classe.

Para o autor da obra *O Estado e a Revolução*, mesmo na república democrática parlamentar burguesa, em que os direitos civis, a liberdade de organização partidária e a estrutura política mais avançassem, seria apenas uma aparência democrática, visto que a dominação social da minoria sobre a maioria estaria presente. Portanto, uma ampla democracia e a liberdade burguesa não seriam nada mais do que um escamoteamento, de forma que a própria lei mais democrática, da república democrática burguesa, seria um instrumento da arbitrariedade desenfreada de classe (GRUPPI, 1985).

Lênin (1917) dá ênfase ao aspecto de dominação/coerção e emascula o aspecto de hegemonia ou direção na abordagem do Estado, que certamente decorre do contexto histórico que vivencia, qual seja, intensa repressão e autoritarismo em curso na sociedade russa anteriormente à Revolução Russa. Contrapôs a democracia burguesa à democracia proletária – ou ditadura do proletariado. Essa democracia (ou ditadura) asseguraria o máximo de liberdade – de reunião, organização social, imprensa, etc. Asseguraria, ainda, o início da quebra do Estado burguês e do Estado em geral.

Contraditoriamente, admite o conceito “centralismo do poder estatal”, fruto de uma transferência, para o debate sobre o Estado e da sua relação com a sociedade, de outro conceito igualmente polêmico, o “centralismo democrático” do partido, desenvolvido nos debates sobre a organização do partido sob o domínio do czarismo. Tanto em um como em outro conceito, haveria uma hierarquia de comando, de tal maneira que os níveis inferiores das estruturas se subordinariam aos superiores.

A confiança na vanguarda revolucionária como dirigente da classe proletária e do Estado, e no sentido da ação da burocracia estatal, sob o controle do governo formado pelo partido, determina em Lênin (1917) a subestimação da necessidade do controle do Estado pela sociedade. A necessária descentralização em comunas, que se realizaria dentro do marco da unidade nacional, não recebe detalhamento.

Lênin (1917) aborda o Estado dentro do universo conceitual de Marx, mas com forte presença de Kautsky. O poder estatal, para Lênin (1917), funda-se no exército permanente, separado do povo e profissionalizado, na burocracia e política. A própria função de mediação, de equilíbrio jurídico, sempre contraditória, instável e provisório,

não recebe tratamento, ou mesmo é citada com constância, na obra de Lênin. O Estado, em Lênin, tal qual em Kautsky, se apresenta como um poder absolutizado e coisificado.

Segundo Gruppi (1985, p. 61), “Lênin desvirtua de certa forma a própria concepção marxista (e, ainda mais, engelsiana) do Estado. Ele deixa na sombra o aspecto de mediação que existe no Estado, o elemento da hegemonia, da direção”.

Lênin (1985) concebe os conselhos de operários, soldados e camponeses da Revolução Russa como uma continuidade histórica dos Conselhos da Comuna de Paris. Os sovietes acabariam com a separação entre os poderes legislativo e executivo, e entre Estado e sociedade.

Há, em sua tese, contudo, um certo desvirtuamento do papel que Marx atribuía a essas organizações, independentes e autônomas, dos trabalhadores. Para Lênin (1985), os sovietes seriam órgãos do governo exercido pelos trabalhadores. Mas, em face do baixo nível cultural das massas, os sovietes seriam na verdade órgãos do governo para os trabalhadores, exercidos pela vanguarda do proletariado, ou seja, pelos quadros do partido e não diretamente pela massa de trabalhadores. Para Lênin, isso não se apresenta como um problema, visto que concebia o partido como vanguarda destacada do proletariado, ou seja, sua parte/representante.

O papel que Lênin atribui aos sovietes circunscreve-se dentro de uma experiência socialista que não se expande para outros países, o que certamente limitaria, na conjuntura pós-revolucionária, a possibilidade de descentralização do Estado. Lênin não trata, em termos efetivos e práticos, do papel dos conselhos e sua relação com o Estado.

2.3.4 O Estado no entender de Gramsci

Gramsci (1989) amplia consideravelmente a noção de Estado proposta por Marx. Sua abordagem do conceito de Estado ocorre por meio de outros conceitos e outras problemáticas, usados como instrumental teórico para uma compreensão e aproximação da realidade na perspectiva de uma transformação social. Tais conceitos são a hegemonia e o bloco histórico e as problemáticas mais abordadas envolvem a questão do partido, moderno príncipe e dos intelectuais.

Na obra *A Questão Meridional*, tais conceitos e problemáticas compõem uma abordagem histórica concreta, qual seja, a situação do Mezzogiorno, ou sul da Itália. Tal como em Marx, o Estado é concebido por Gramsci (1989, p. 50) como “organismo

próprio de grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo”. Conserva, portanto, uma base classista. No entanto, a expansão máxima desse grupo ocorre em conexão com os interesses do grupo subordinado e a

[...] vida estatal é concebida como uma contínua superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem até determinado ponto, excluindo o interesse econômico corporativo estreito. (GRAMSCI, 1989, p. 50).

De tal afirmação, é possível tirar algumas informações básicas:

- a) O Estado, apesar de representar uma classe, ou grupo, necessita, para manter o “equilíbrio”, superar os interesses estreitos do grupo fundamental que o compõe e abarcar os interesses dos grupos subordinados. Daí a quebra de uma das ortodoxias marxistas que vê no Estado um mero defensor dos interesses de uma única classe;
- b) Apesar da superação dos interesses econômico-corporativos estreitos do grupo fundamental, o Estado continua a visar a expansão desse grupo; a questão é que, para que essa expansão ocorra de forma máxima, tais interesses devem ser superados;
- c) A superação dos equilíbrios instáveis se dá no âmbito da lei, ou seja, no nível superestrutural.

A essa fase, em que determinada classe consegue superar os interesses econômico-corporativos, abarcar os interesses de outros grupos e se constituir em “Estado”, propriamente dito, Gramsci (1989) atribui ser o momento principal das relações-de-força, ou seja, de forças políticas. Para que esse momento realmente se concretize, o grupo fundamental deve criar uma “hegemonia”, com relação aos grupos subordinados.

O conceito hegemonia aparece, assim, claramente ligado à questão do Estado, segundo Gramsci. Em *A Questão Meridional*, o autor procura aplicar esse conceito à realidade italiana. Afirma que “o proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante (ou seja, hegemônica) na medida em que consiga criar um sistema de aliança de classes que permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora [...]” (GRAMSCI, 1989, p. 50).

Assim, a conquista do poder por parte de uma classe; no caso, o proletariado, passa pela direção e dominação que esse grupo é capaz de exercer sobre outros, o que ocorre por meio da construção de uma aliança de classe, que é muito mais do que um

agrupamento ocasional em torno de questões esporádicas, mas uma união de caráter orgânico, garantida pela difusão de ideias unificadoras das classes em questão e pelo atendimento das reivindicações básicas e materiais dos diversos grupos.

O grupo principal deve dar a direção ideológica aos demais, superando para isso os seus interesses econômico-corporativos e se colocando como grupo que pretende dirigir os demais. Pois

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses, as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida [...]. É indubitável que os sacrifícios e compromissos não se relacionam com o essencial, pois a hegemonia é ético-política mas também econômica. (GRAMSCI, 1989, p. 33).

Essa linha de raciocínio nos leva a incorporar duas novas discussões: a) A identificação/direção/sociedade civil *versus* Estado/dominação/sociedade política; e b) A formação do “bloco histórico”. Na primeira discussão, partimos das seguintes afirmações de Gramsci (*apud* BARBOSA, s/d, p. 63):

1. Podemos distinguir dois grandes níveis na superestrutura, o que pode ser designado como ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto de organismos chamados internos e privados, e da ‘sociedade política’, ou Estado, correspondendo respectivamente a função de hegemonia que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do corpo social e da dominação direta ou comando, que se expressa através do Estado e do poder jurídico [...];
2. [...] a noção de Estado comporta elementos que devem ser vinculados à sociedade civil (no sentido de Estado = sociedade política + Sociedade civil), isto é, uma hegemonia couraçada de coerção” (grifos nossos).

A distinção entre sociedade civil, identificada como espaço de construção da hegemonia, e sociedade política, como espaço de coerção – criando o par dominação/direção, presente em toda a obra de Gramsci –, aparece aqui como pura distinção formal, realizada apenas no nível metodológico, uma vez que, na realidade concreta, tal distinção não existe. Tanto é que, na segunda assertiva, passa a identificar sociedade política e sociedade civil como partes constitutivas do Estado.

Na verdade, a concretude do Estado dá-se pela manifestação da hegemonia – identificada como poder de direção; e pela coerção. Para Gramsci, um grupo que pretende se constituir dirigente de uma sociedade, deve também, e principalmente, se constituir como grupo dominante, ou seja, deve ser portador da “vontade coletiva”. No entanto, o momento da coerção continua a existir.

A hegemonia constrói-se no interior do bloco histórico. Esse, mais do que uma aliança de classes realizada em determinado momento histórico, representa a unificação de grupos em torno de um projeto histórico e classista. O que garante a união desse bloco é a hegemonia, criada e ampliada pela classe fundamental; assim, na análise

contida na obra *A Questão Meridional*, Gramsci caracteriza a sociedade meridional como “um gigantesco bloco agrário”, constituído pelos grandes proprietários, os grandes intelectuais, os camponeses, pela média burguesia e a intelectualidade média.

A união desse grupo disforme, sob a direção dos grandes proprietários, ligados aos grandes industriais do norte da Itália, ocorre por meio da ação dos intelectuais, responsáveis pela criação de uma cultura que leva à submissão da massa camponesa, que, apesar de revoltada, é desorganizada. O grupo de intelectuais é responsável pela criação e manutenção da hegemonia do grupo dirigente no que ela tem de ideológico, de superestrutural.

É tal a importância da criação da hegemonia para a manutenção do bloco histórico, que Gramsci (1989, p. 35) afirma ser, o bloco intelectual, “a armadura flexível e resistente do bloco agrário”. Para a destruição desse bloco e a criação de um novo, torna-se necessária a conquista dos intelectuais, enquanto grupo, para concretizar uma nova proposta de ordenação social, e para a criação de uma nova hegemonia.

O papel do intelectual, na obra de Gramsci, tem importância fundamental. Cabe-lhe a tarefa da construção de uma nova cultura política que, difundida, se tornaria senso comum. O intelectual, para Gramsci, não é uma figura passiva, alheia à realidade, e neutra na emissão de seus pareceres, mas, ao contrário, elemento dinâmico dentro da formação social; é ele que, por meio de sua colaboração teórica e da sua ligação direta com a massa, cria e repassa a ideologia¹³ da classe que se encontra no poder. O intelectual tem a capacidade de realizar a ligação entre infra e superestrutura, tornando o bloco histórico mais homogêneo e coeso, e, em última instância, garantindo a hegemonia da classe que se encontra na direção do bloco.

Se o desenvolvimento da ideologia e sua homogeneização dentro da sociedade são as principais provas da hegemonia de um grupo dirigente, seu enfraquecimento e a utilização da força são os sinais de debilitação da hegemonia e passagem da ditadura.

¹³ Em Gramsci, o “conceito de ideologia está relacionado a uma concepção de um mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva. Mais do que um sistema de ideais, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. A ideologia está socialmente generalizada, pois o homem não pode agir sem regras de conduta, sem orientações. Portanto, a ideologia torna-se o ‘terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. É portanto na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer a hegemonia sobre as outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas”. (Dicionário do Pensamento Marxista. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, 186p.).

Quando conquista a hegemonia, a classe fundamental obtém o consenso e o controle da sociedade civil e consegue construir um bloco histórico homogêneo. O desenvolvimento do controle ideológico gera, então, o enfraquecimento da sociedade política e da coerção. A sociedade civil passa a ter, digamos, predominância sobre a sociedade política.

Em uma situação em que a hegemonia não está totalmente desenvolvida, em que o grupo social principal domina mas não dirige a sociedade, surge a ditadura, em que a coerção será amplamente utilizada para a manutenção do aparelho de Estado.

A situação de hegemonia e ditadura não estão totalmente separadas, a não ser em casos históricos específicos. A classe dirigente, mesmo quando hegemônica, não dirige toda a sociedade, mas somente as classes auxiliares e aliadas. A hegemonia jamais é total, e um mesmo grupo pode ser ao mesmo tempo dirigente e dominante. Daí a presença e utilização do aparato repressivo, por parte do Estado, quando a situação o exige.

A concretização da hegemonia e a construção do bloco histórico, por meio da ação da classe fundamental apoiada pelos intelectuais, se realiza fundamentalmente no partido. Para Gramsci (1989, p. 102),

Na realidade de todos os Estados, o ‘chefe de Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivo num sentido absoluto, é exatamente o “partido político”; ele porém, ao contrário do que se verifica, no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem o poder de fato, exerce a hegemonia e, portanto, equilibradora de interesses diversos, na ‘sociedade civil’, mas de tal modo que está entrelaçada de fato com a sociedade política, que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa (grifos do autor).

Na análise realizada por Gramsci (1989, p. 7), no texto *O Moderno Príncipe*, o partido é visto como o portador da vontade coletiva, definida como “a vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”.

A criação dessa vontade coletiva passa por dois elementos a serem desenvolvidos pelo partido:

1. A formação de uma vontade coletiva nacional popular; e
2. Uma reforma intelectual e moral.

Esses dois aspectos da vida do partido remetem novamente à função dos intelectuais na construção da hegemonia dentro do bloco histórico e à função educativa de que o Estado se reveste. O partido político, que detém o “poder de fato” tanto em relação à sociedade civil quanto à sociedade política, é o articulador de uma nova

concepção de mundo, responsável pela aglutinação e criação de uma nova vontade coletiva, que permita a unidade de Estado enquanto representante de classe. O partido, mesmo que dividido em várias facções, na realidade, só existe enquanto partido único e orgânico, de uma única classe, que representa as divisões internas de caráter superficial superadas todas as vezes em que o poder da classe hegemônica se encontra ameaçado, e as diversas facções se unem, formando um bloco compacto que visa à manutenção do Estado.

Retornando à função educativa do partido e do Estado, vamos encontrar, tanto em *O Moderno Príncipe* quanto no texto *Americanismo e Fordismo*, as indicações sobre o papel desempenhado pelo Estado na formação e adequação das massas a uma nova ordem moral, intelectual, quanto produtiva. No primeiro texto, consta:

Missão educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados topos de civilização, adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente novos tipos de humanidade. (GRAMSCI, 1989, p. 91, grifos do autor).

No texto *Americanismo e Fordismo*, essa situação é bem explicitada. As novas formas de produzir introduzidas por Ford, com o respaldo do pensamento político-econômico-ideológico do Estado americano, passam a criar um novo tipo de trabalhador, mais capacitado e adequado ao desenvolvimento do Estado americano, tanto que o autor afirma que a hegemonia vem da fábrica.

No entanto, essa adequação a um novo tipo de Estado e produção não ocorre simplesmente em função da “educação” a que o Estado submete as massas. O uso da força faz parte desse processo. Para Gramsci (1989, p. 393-394), as mudanças do modo de viver se verificam por meio de cruéis coerções impostas pelo domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade. O surgimento de novos tipos de civilização, ou o curso do processo de desenvolvimento, é marcado por crises. Para ele, “quando a pressão coercitiva é exercida sobre todo o complexo social, desenvolvem-se ideologias puritanas que moldam a forma exterior de persuasão e do consentimento ao uso intrínseco da força”.

A coerção combinada com a persuasão (que pode ser feita por meio de ideologias puritanas ou do pagamento de salários mais altos) tem a função de engajar as massas trabalhadoras nas novas formas de produção. Passado o momento de crise, e estando as massas enquadradas, podem ser diminuídas tanto a pressão – o que gera o

que o autor chama de ‘liberalismo’, após a imposição do puritanismo – quanto reduzidos os meios persuasivos, com os salários.

É importante notar, ainda, que o autor não desvincula o processo produtivo do processo de construção e domínio do Estado sobre a massa. Pelo contrário, no caso específico do americanismo, Gramsci (1989, p. 388) é claro em destacar que, para a imposição de uma nova forma de produção, se necessita de um tipo especial de Estado; no caso, o Estado deve ser liberal no sentido “da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, o regime de concentração industrial e de monopólio” (grifos do autor).

Vê-se, por essa passagem, a identificação de Estado como “sociedade civil”. Ainda no que diz respeito à relação Estado/consenso/coerção, Gramsci é claro em afirmar que o “centralismo democrático” é o elemento de instabilidade do Estado. O que significa dizer que, na luta entre a preponderância da coerção, ou do consenso, consegue maior equilíbrio o Estado que tem como base um partido que se pautar principalmente no consenso; que seja um partido realmente orgânico, no sentido de conseguir se adaptar às novas realidades e necessidades das bases dos grupos que compõem o bloco histórico no poder.

Caso contrário, o centralismo burocrático – que ocorre em função do primarismo político das bases e leva à formação de um Estado autoritário – passa a predominar e a minar a base de sustentação do Estado. Resumindo, a construção da hegemonia pelo grupo fundamental é o componente principal da manutenção de determinada ordem social e do Estado que lhe corresponde.

2.3.5 O Estado moderno e o controle sociometabólico do capital

Para analisar de forma mais abrangente os fundamentos do Estado moderno, buscamos, como referência principal, o capítulo 2 da obra *Para Além do Capital - Rumo a uma Teoria da Transição*, de István Mészáros (2011), intitulado A Ordem Sociometabólica do Capital, no qual, à luz da teoria marxiana, o autor contribui de maneira elucidativa para a reflexão sobre a reprodução do capital e o papel do Estado moderno. Dessa forma, trazemos Mészáros como elo contemporâneo com as teses fundamentais de Marx e Engels sobre o Estado.

Para compreender a totalidade desse modo de produção, faz-se necessário

comparar a ordem estabelecida com seus antecedentes históricos. Nessa direção, Mészáros (2011, p. 96) nos instrui a, primeiramente, identificar a relação com o capital e explica que “[...] o capital não é simplesmente uma 'entidade material'—também não é, [...] um 'mecanismo' racionalmente controlável, [...] mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (grifos do autor).

Observa-se que é tendência muito comum confundir o capital com a propriedade privada. A esse respeito, Mészáros faz uma distinção significativa, afirmando que o capital só existe à medida que subordina a força de trabalho. No processo de produção de riquezas materiais da sociedade capitalista, o capital e o trabalho têm uma relação de operação conjunta. Um não produz sem o outro e, para gerar valor, portanto, é uma relação social.

O modo de produção capitalista baseia-se na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção, mas o capitalismo se diferencia dos anteriores modos de produção por essa propriedade privada de não pertencer aos produtores diretos, e sim ao capitalista, ao burguês. O modo de produção capitalista baseia-se na exploração da força de trabalho, que é comprada pelo capitalista mediante o salário.

Na esfera da produção é que o lucro capitalista é gerado. Portanto, ao pôr em operação esses dois polos – trabalho e capital – na produção tipicamente capitalista, é gerada riqueza nova. Ao extrair da força de trabalho a mais-valia, ao produzir a mercadoria, aumentando o capital investido inicialmente, o capitalista obtém o lucro – finalidade última que move todo esse sistema. O produto dessa relação pode ser tudo o que se corporifica materialmente em riqueza, portanto, a fonte da riqueza não é a entidade material, a propriedade privada. O capital é que dá origem à propriedade, que é efeito da relação que gera riqueza nova. Então, a propriedade é só uma expressão material de uma riqueza que depende da relação social.

Fundamentados em Mészáros (2011), observamos que o capitalismo não é uma “entidade material”, não é um “mecanismo racionalmente controlável”, mas, teoricamente, a classe capitalista detém a posse dos meios de produção, e tem o controle dentro de sua unidade produtiva para decidir o que e como produzir. Mas é uma decisão restrita aos limites do mercado, que, no embate com a concorrência, vai definir a margem de produção, e a determinação vem de fora, ou seja, o sistema é controlado de fora para dentro. O capital é incontrolável, porque não é

racionalmente controlável, pois tem uma lógica própria, na qual valor gera valor. O objetivo último dessa forma de produção é o lucro, e não as necessidades humanas.

A produção capitalista não se direciona para a geração de valor de uso, como nas anteriores formas de produção. O valor de troca toma uma onipotência na lógica da reprodução humana na era do capital. Assim, segue-se a lógica de lucro que gera lucro, sempre na esfera da expansão. O fundamento ontológico do capital é o valor que se autovaloriza. É um poder autoconstituente de gerar valor em si mesmo. O capital não tem uma racionalidade de controle. Não há quem possa controlá-lo, ao contrário, ele é que controla as relações dos indivíduos, quais sejam: os proprietários dos meios de produção – suas personificações – ou os trabalhadores.

Nesses termos, esse é um conteúdo da alienação, pois foram os próprios homens que criaram uma forma de produção de riquezas em circunstâncias que não escolheram. Observa-se que o produtor gera o produto que o domina. No processo de seu desenvolvimento histórico, o homem gerou o modo de produção capitalista, inicialmente com muitas vantagens, desenvolvendo como nunca as forças produtivas, o que possibilitou a abundância, mas que acabou potencializando as suas contradições. Mészáros (2011, p. 96) afirma que o capital possui um poder totalizador, que domina todas as esferas da vida:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura 'totalizadora' de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua 'viabilidade produtiva', ou perecer, caso não consiga se adaptar (grifos do autor).

Na percepção de Mészáros (2011, p. 96): “Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, 'totalitário' — do que o sistema do capital globalmente dominante” (grifos do autor), que sujeita aos mesmos imperativos a saúde e o comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades produtivas até as mais poderosas empresas transnacionais, “[...] desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Observa-se que, em todas as esferas, predomina seu critério imperativo de reprodução de valor. Mesmo nas relações afetivas pessoais, do pequeno ao grande

negócio, tem de operar a mesma lógica do capital.

Mészáros (2011, p. 97) enfatiza que o sistema do capital é o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível. Mesmo que se encontrem formas de resistência em qualquer momento e em qualquer lugar, ele utiliza uma imposição repressiva de sua função totalizadora. Essa característica acaba tomando o sistema “[...] mais dinâmico de que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos”.

Porém, a consequência é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão, visto que esse processo de valor que gera valor, sem qualquer vínculo com decisões humanamente determinadas, torna-se totalizador e gera como contraface a perda de controle. Dessa forma, ninguém tem poder de decisão sobre sua própria lógica, uma das contradições do próprio capitalismo. Esse é o espelho de muitas outras contradições, a exemplo da socialização da produção e da privatização da riqueza. A contradição é parte do capitalismo, ou seja, é permanente e ontológica.

Mészáros (2011) afirma que o capital é totalizador – no sentido de que tem todo o poder em suas mãos – e, paradoxalmente, perde o controle, porque o sujeito humano não mantém o controle daquilo que ele mesmo produz. Ninguém detém o controle absoluto do capital, de forma que possa tomar uma decisão que contrarie a sua própria lógica – nem o capitalista e muito menos o trabalhador. O capitalismo cresceu, desenvolveu as forças produtivas, levou a humanidade a um progresso nunca visto antes, provocando contradições e uma delas é a falta de controle sobre si mesmo, por isso é paradoxal. O capital é uma forma alienante, que a humanidade gerou e ganhou autonomia, um poder autoconstituente. Em sua análise sobre o capital, segundo a interpretação de Mészáros, Marx afirma que é uma relação social compulsiva, não controlável. Mészáros (2011, p. 97-98) acrescenta que:

Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia [...], mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio.

Devido a essa característica totalizadora do capital, Mészáros (2011) o qualifica como um sistema de controle sociometabólico, expressão que utiliza para especificar o conjunto da totalidade do sistema social, ou seja, a forma como esse

sistema se reproduz, como desenvolve os órgãos necessários para exercer sua função reprodutiva. Utiliza também o termo sócio, ou seja, social, porque não se refere a um metabolismo puramente biológico. Dessa forma, em sua reflexão, a analogia feita com o metabolismo biológico se dá no sentido de uma totalidade interativa.

A partir desse pressuposto, Mészáros (2011, p. 98) afirma que “na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como estrutura de comando singular”. O controle do capital não se verifica apenas nas unidades produtivas, mas aparece de outras mediações, inclusive no Estado – que compõe a totalidade social. Enquanto sociedade dividida em classes, o capitalismo também exige um poder regulador das relações sociais. Isso implica um controle do sistema social enquanto totalidade.

O capital exerce esse controle sociometabólico sobre toda a existência social, e não apenas um controle setorial, ou seja, no Estado, ou em um setor da produção, mas no funcionamento de toda a sociedade. Até mesmo “as oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98).

No capitalismo, as classes sociais exercem funções sociais vitais para a manutenção do sistema, que não podem ser substituídas nem eliminadas. A inserção dessas classes sociais na estrutura da produção da riqueza nos moldes capitalistas independe da consciência que as classes tenham disso. Esse sistema é constituído historicamente, com todos os pressupostos que condicionaram tal modo de existência, como o mais eficaz produtor de mais-valia e desenvolvimento das forças produtivas já ocorrido. Contudo, “[...] dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre economia e política” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98). É uma modalidade única porque é o sistema mais totalizante e totalizador.

Mészáros (2011, p. 98) assim define o Estado moderno: “[...] imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não

apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais”. Ou seja, o Estado caracteriza-se pela divisão da sociedade em classes antagônicas e pela existência da propriedade privada, mas, no capitalismo, não existe só para prestar serviços ao capital.

Mészáros (2011) ainda afirma que, principalmente na fase da crise estrutural, o Estado se torna cada vez mais presente, auxiliando o próprio capital em sua base reprodutiva, não só no aspecto jurídico-legal, de normatização dos regulamentos de convivência civil e na política, mas também o auxiliando diretamente na reprodução econômica. Dessa forma, o Estado passa a complementar as necessidades do capital não só na esfera jurídico-legal, que já era sua função primeira e originária, mas também para auxiliar na reprodução do capital.

Assume uma função abrangente e totalizadora, complementando-o naquilo que o capital necessita, envolvendo-se na regulação da base da reprodução material da riqueza, não só regulando as relações sociais, como as relações de classe e as rebeldias do trabalho, como fazendo a regulamentação das políticas para o desenvolvimento, ultrapassando a esfera de orientação e fiscalização.

No capitalismo maduro, o Estado passa a se comprometer com a sanidade reprodutiva e acumulativa do sistema, quando necessário. Assim sendo, podemos afirmar, com base nas reflexões de Engels, que o Estado pertence à classe capitalista e exerce sua função se adequando às necessidades e demandas do capital.

Para Mészáros (2011, p. 98), “O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados”. Ou seja, o capital é uma relação social que, por ser abrangente e totalizadora, necessita constituir um modo de controle. Assim, não é o capital que perpassa a relação social, mas a relação social que produz o capital. Esse conceito de relação social permite-lhe fazer a distinção entre capital e capitalismo. Onde estiver presente essa relação, estará presente o capital.

Mészáros (2011, p. 98) afirma que o capital é um modo de controle, mesmo antes de ser controlado por um capitalista, porque é o capital que dá origem ao capitalista. A relação capital exige essa personificação. O capitalista pode controlar sua unidade produtiva, mas submetido aos imperativos impostos pelo capital. O autor destaca que se pode cair em perigosas ilusões, ao pensar que se “[...] pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados, quando se deixa de levar em conta a natureza real do

relacionamento entre controlador e controlado”. Entender quem controla quem é o fundamental. Não é só no sentido de controle político, mas da reprodução material da própria sociedade.

Mészáros (2011, p. 98) trata dos fundamentos ontológicos do Estado quando afirma que “como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu primado sobre o pessoal, por meio do qual seu corpo jurídico pode se manifestar nos diferentes momentos da história”. Esse corpo jurídico é o Estado, que se amolda para responder às necessidades do capital, e pode se constituir das formas mais variadas, mas sem modificar sua função social. Porém, o que determina a organização do metabolismo social é a reprodução da riqueza na relação capital. O capital retém seu primado. O controle sociometabólico está acima do desejo das suas personificações. Dessa forma,

[...] para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema do capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções. Consequentemente, no interesse da realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados, a sociedade toda deve se sujeitar – em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis). (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Esse processo de sujeição ao capital assume a forma de divisão da sociedade em classes sociais abrangentes e irreconciliavelmente opostas entre si, tanto na base da reprodução material (economia), quanto na forma de instituição do controle político. A necessidade de controle político do Estado mantém essa forma de sociometabolismo em funcionamento. Embora seja o elemento fundamental de sustentação da sociedade, o modo de produção econômica e sua dominação, o domínio político, torna-se extremamente importante como apoio.

Para Mészáros (2011), além da esfera política, é na esfera econômica, na produção, que se encontra a divisão que mantém essa relação, que se verifica um denominador comum entre as classes sociais em dependência uma da outra.

A reprodução da vida de ambas as classes depende de uma relação de subordinação da divisão hierárquica do trabalho. Não é só a dominação política. Portanto, não se pode pensar que a dominação acontece por meio do formato do Estado – o que pode levar a ilusões perigosas de que apenas modificando a forma do Estado pode-se acabar com a dominação de classe. A dominação acontece na base material, que encontra seu apoio e complementação na esfera da política. Essa imposição da divisão social hierárquica do trabalho na sociedade capitalista é uma

necessidade inevitável para a manutenção do sistema.

Para Mészáros (2011, p. 99), essa é uma força cimentadora problemática, pois

[...] vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos.

Observa-se que essa é a base da necessidade de ser imposto um controle, pois a divisão entre controle e produção é a base da apropriação privada da riqueza, ou seja, a classe trabalhadora produz e o proprietário dos meios de produção controla a produção. Assim, com relação aos anteriores modos de produção, o capitalismo inova, realizando uma cisão entre produção e controle, por meio de uma divisão hierárquica. O liberalismo procurou apresentar uma justificativa absolutamente inquestionável de que a desigualdade real é natural:

Para esta finalidade, as duas categorias diferentes da 'divisão do trabalho' devem ser fundidas, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação inalterável da 'própria natureza', pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja condicionada como mitologia de 'igualdade e liberdade' [...] e ainda santificada como nada menos que ditame da própria razão. (MÉSZÁROS, 2011, p. 99, grifos do autor).

É importante destacar que, para Mészáros (2011, p. 100), “o capital jamais se submeteu a controle adequado duradouro ou a uma autorrestrrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados”, e ainda assim àqueles que não contrariassem a sua lógica. Contudo, “Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). Há algumas contradições que o capital destrói ou ultrapassa; e há outras que não consegue destruir, então desvia, transfere ou desloca, e continua seu processo de autoexpansão contínua.

Nessa direção, “como sistema de controle sociometabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração de trabalho excedente, e não apenas até o presente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102-103). A força que move esse sistema não conhece fronteiras – embora devamos reconhecer seus limites estruturais. É uma necessidade vital do capital expandir a exploração da força de trabalho. Porém, o próprio sistema é contraditório, pois há momentos em que as próprias determinações estruturais impõem limites a ele mesmo, impedindo que continue realizando a extração de trabalho excedente de forma eficiente.

Quando os limites absolutos inibem esse movimento, são postas restrições que ele não consegue contornar, culminando na crise estrutural. Assim, o sistema funciona sobre uma baixa eficiência e uma assustadora insuficiência de extração do trabalho excedente, “[...] com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 103). Aquela eficiência alcançada pelo capitalismo está cada vez mais se transformando em ineficiência, já que, agora, ele está destruindo para produzir e, ainda assim, não consegue alcançar a produtividade que tinha, a não ser cobrando o mais alto custo para a natureza e para a própria humanidade.

Com o crescimento do capital, suas contradições se expandem e uma massa maior de problemas fica cada vez mais incontrolável. O mecanismo que é utilizado para se manter na expansão necessária provoca problemas cada vez mais graves para o futuro. Mézáros (2011, p. 105) aponta como uma tendência o agravamento e a expansão do deslocamento dos problemas e também identifica que “[...] a perda de controle na raiz desses problemas não pode ser remediada de modo sustentável pela total separação entre produção e controle [...]”, nem pela imposição das “personificações do capital” em formas variadas sobre o trabalho (como agente social da produção), “precisamente porque o exercício bem-sucedido do controle das unidades particulares de produção [...] não é nem mesmo remotamente suficiente para assegurar a viabilidade global do sistema do capital, deve-se tentar outras maneiras de remediar os defeitos estruturais de controle”.

A partir deste ponto, analisaremos os defeitos estruturais do capital apontados por Meszáros e como o Estado age sobre eles para auxiliar o capital na reprodução dessa forma de controle sociometabólico.

Diante do exposto, destacamos o Estado como unidade especial de comando político inseparável do capital, que tem como função administrar a ordem desse sistema sociometabólico para que não perca seu autocontrole. Com essa finalidade, atua nas mais variadas formas, sempre mantendo sua essência, até mesmo atuando sobre os defeitos estruturais do capital.

Ao fazer a análise do sistema sociometabólico do capital, Meszáros identifica três Defeitos Estruturais do sistema, ou seja, que não funcionam de forma integrada:

1. Entre produção e controle;
2. Entre produção e consumo;

3. Entre produção e circulação.

Destacamos esses pontos analisados por Mészáros para entendermos a função social do Estado moderno com relação a esses problemas estruturais do capitalismo, uma vez que se constata que o Estado vai exercer uma função administrativa para tratar dos problemas estruturais do sistema, integrando-se com a lógica capitalista para atender às necessidades do capital, inclusive tratando prioritariamente desses defeitos estruturais.

Defeito estrutural 1: entre produção e controle: Segundo Mészáros, no processo de desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista teve de, primeiramente, cindir produção e controle – no período da acumulação primitiva, para gerar força de trabalho assalariada, houve a divisão em duas classes antagônicas: uma com a propriedade dos meios de produção; e a outra com a propriedade da força de trabalho. Essa quebra entre produção e controle é um gene histórico do próprio sistema capitalista. É a acumulação privada da força de trabalho por meio do trabalho assalariado explorado. Pela forma como se estruturou, a cisão entre meios de produção e produtor gera contradições inelimináveis dentro desse sistema. Mészáros afirma que este é um problema estrutural – um defeito. Como o capitalismo não tem como solucionar, só lhe resta remediar. O capitalismo não pode cortar pela raiz a acumulação crescente de contradições que a relação entre produção e controle gera, em toda a sua história, de forma ampliada. Portanto, de acordo com Mészáros (2011, p. 105), o primeiro defeito estrutural do capital é com relação à produção e seu controle que “[...] estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos”.

Estão isolados entre si, não há comunicação possível. Quem decide o que produzir e se apropria da produção é uma classe; e quem produz é outra. Não há conciliação possível entre as classes sociais.

Com relação ao primeiro defeito estrutural – de ausência de unidade entre produção e controle –, o Estado protege legalmente a relação de forças estabelecidas na produção material da sociedade, impondo a ilusão de um relacionamento entre iguais. Dessa forma, “[...] no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107), pois sanciona e protege a propriedade privada dos meios de produção e dos capitalistas – as personificações

do capital – no processo de reprodução econômica. O Estado, como base jurídico-legal mantém e dá suporte para o despotismo na fábrica. Legaliza a exploração capitalista e garante a propriedade privada, além de proteger também as personificações do capital e seus interesses. Portanto, o capitalismo não é um sistema que funciona sem esse aparato permanente de ajustes, que mantenha sob controle sua contradição, a concorrência permanente, e os antagonismos de classes.

Defeito estrutural 2: entre produção e consumo: Em relação ao defeito entre produção e consumo, Mészáros (2011, p. 105) afirma que,

no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemática, de modo que, no final, o 'excesso de consumo' mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.

Há contradição entre o excesso de produção e a restrição do consumo, que não cresce igualmente com a produção. A concentração e exacerbação do consumo, de um lado, e a reprodução de miséria de outro – que constitui a lei geral da acumulação – é outra contradição insanável. Mészáros (2011) menciona que a própria classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que é produtora, também é consumidora. Então, por mais que o capital estimule a capacidade de consumo do produtor, não consegue dar vazão para promover a superprodução, que é gerada ciclicamente, e agora estruturalmente, pelo capital. Um dos problemas insanáveis do capital é justamente a consequência de sua Lei Geral da Acumulação, em que, ao mesmo tempo que garante a expansão, a acumulação e a reprodução do capital, produz também a miséria da classe trabalhadora.

Com relação ao segundo defeito estrutural, a ruptura entre produção e consumo, característica do sistema do capital, traz uma possibilidade de expansão antes inimaginável, mas que não é ilimitada, e tende a atingir os seus limites em algum momento. Essa

expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

No capitalismo, a produção de bens incorporou cada vez mais pessoas no mercado de consumo, porém não de maneira suficiente para abranger toda a

população. Mesmo em fase da crise estrutural, o capital mantém o ritmo de produção destrutiva, continuando a considerar, como descreve Mészáros (2011), que “o céu é o limite”. O capital torna esse problema cada vez mais grave, por incentivar o consumismo desenfreado cada vez mais destrutivo. O consumo não é mais para o valor de uso, para satisfazer as necessidades sociais; ao contrário, elas são uma barreira que tem de ser eliminada com a propaganda e com a geração de necessidades artificiais. A cisão entre produção e consumo aparece na medida em que boa parte do que é produzido não é consumido; esse é um dos pontos que acarretam as crises. Dessa forma, “[...] o papel do Estado moderno é essencial” (MÉSZÁROS, 2011, p. 110), pois ele também se toma um grande comprador.

Defeito estrutural 3: entre produção e circulação: Na medida em que o capital não se limita à esfera da unidade fabril, perpassa o mercado de consumo e se expande até a esfera planetária do capitalismo global – capital social total. Dessa forma, “a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio das 'personificações do capital' –, mas também fora de seus limites [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105). Ou seja, prevalece não só nas pequenas e grandes unidades produtivas, através da dominação do capitalista, mas transcende as barreiras regionais e as fronteiras nacionais. “É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita [...] aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105).

Com essa afirmação, Mészáros refere-se à grandeza do capitalismo enquanto modo de produção e aos seus Estados nacionais, os quais representam interesses capitalistas naquele território, com ou sem agentes destes. Aqui também há uma contradição fundamental, pois a circulação global não pode ser equilibrada, o que gera uma hierarquia entre Estados nacionais: os Estados das economias desenvolvidas – dos países centrais – e os Estados das economias que estão integradas nessa lógica, mas são dependentes – os países periféricos.

A questão de hierarquia econômica de cada país é também condicionada pela lógica concentradora do capital. Nesse sentido, se estabelece uma relação de duplo padrão. Há uma forma de o capitalismo explorar e acumular riquezas nos países avançados e há uma forma diferenciada e desigual de explorar e extrair mais-valia da força de trabalho nos países de capitalismo periférico.

Em relação ao terceiro defeito estrutural – produção e circulação –, Mészáros (2011, p. 111) afirma que esse é o principal aspecto de preocupação, pois

a necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital ou, em outras palavras, a procura de alguma espécie de unidade entre produção e circulação —, o papel ativo do Estado moderno é igualmente grande, se não maior.

Porém, ao concentrar sua atenção nesse papel e em suas diversas funções no âmbito do consumo, o Estado prioriza o território nacional, gerando contradições. Mészáros (2011, p. 111) observa que “uma das contradições mais evidentes e, em última análise, mais inadmissíveis, é que historicamente as estruturas corretivas global e de comando político do sistema do capital se articulam como Estados nacionais”, que tendem a realizar trocas de produtos. Apesar dessa tendência às trocas internacionais ser anterior ao capitalismo, o Estado moderno estrutura-se no sentido de exercer a sua função em unidades territoriais definidas.

Para Mészáros (2011, p. 111), a “globalização” significa, na realidade, o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. Assim sendo, “no plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem — ou padeçam — da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor [...] na ordem de poder do capital global”. A globalização tão ufanada por suas personificações era a resposta do capital em crise, para quebrar as restrições de troca de mercadorias e circulação de fluxo de capitais.

Mészáros (2011, p. 112) ressalta que duas tendências complementares do desenvolvimento dessa forma diferenciada de exploração são muito significativas. A primeira é que, nas últimas décadas, testemunhou-se,

[...] sob a forma de uma espiral para baixo que afeta o padrão de vida do trabalhador nos países capitalistas mais avançados, certa equalização no índice diferencial de exploração que tende a se firmar também como espiral para baixo do trabalho nos países 'centrais' no futuro previsível.

Enquanto foi possível, o capitalismo pôde sustentar a taxa diferencial de exploração nos países centrais e periféricos. Mészáros chama a atenção para o fato de que, com a crise estrutural, há uma equalização dessa taxa de exploração. Antes, o índice era favorável à classe trabalhadora dos países centrais; agora está sendo acentuado. A classe trabalhadora desses países está perdendo direitos concedidos anteriormente, e o trabalho está se tornando mais precarizado, ou seja, eles não podem mais ser poupados, como foram num período anterior. Isto é um sinal de maior conflito, maior degradação da própria força de trabalho.

Na segunda tendência, paralela à primeira, observa-se

[...] a emergência de seu necessário corolário político, sob a forma de um crescente autoritarismo nos Estados 'metropolitanos' antes liberais, e um desencantamento geral, perfeitamente compreensível, com a 'política democrática', que está profundamente implicada na virada autoritária do controle político nos países capitalistas avançados. (MÉSZÁROS, 2011, p. 112, grifos do autor).

Desta forma, a democracia está sendo utilizada adequadamente para acelerar e aprofundar a taxa de exploração da classe trabalhadora. Com isso, Mézáros tenta demonstrar que o autoritarismo do Estado, na maioria dos países, está sendo feito sob a forma democrática e não ditatorial; que a repressão do Estado aumentou. De acordo com os princípios neoliberais, o Estado diminui os recursos sociais para financiar o capital. Para isso, a austeridade e o autoritarismo são necessários.

Já no plano de sua política internacional, o Estado não se interessa em restringir as unidades econômicas monopolistas;

[...] o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. (MÉSZÁROS, 2011, p. 113).

Como vimos, Mézáros afirma que o Estado tem uma ação de política externa diferente da interna. E mesmo essa ação pode até contrariar a interna, porque o interesse do capital se nutre das mais variadas formas de atendimento da sua lucratividade. Ele defende o protecionismo dos produtos internos e o controle do monopólio dos produtos internos. Mas, quando se trata de exportação via transnacionais, é antimonopolista: liberam-se as fronteiras e eliminam-se as regulamentações. As formas e os recursos desse papel facilitador do Estado nacional podem se alterar de acordo com a modificação das relações de forças no país e no exterior, decorrentes das mudanças históricas.

Os dados levantados por Mézáros apontam para a existência desses defeitos estruturais. Eles fazem parte dos fundamentos do capitalismo como este sempre funcionou. Em todas as três situações mencionadas, “[...] o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na ausência de unidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105). As diversas tentativas de criar algum tipo de unidade para essas estruturas sociais reprodutivas tendem a ser problemáticas e apenas temporárias, pois não há como o capital se manter sem essas bases estruturais.

De acordo com Mézáros (2011, p. 105-106),

o caráter irremediável da carência de unidade deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de antagonismos sociais. Em outras

palavras, ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas.

Esses antagonismos sociais são disputados, mas favorecem o capital em detrimento do trabalho. No entanto, “mesmo quando o capital sai vitorioso nessas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados [...], precisamente porque são estruturais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). Assim, os antagonismos que derivam desses defeitos estruturais são necessariamente reproduzidos sob todas as fases históricas do sistema do capital.

Diante desses defeitos estruturais, Mézáros (2011) identifica que a função do Estado se direciona para a obrigação e o comprometimento de atuar sobre eles, cumprindo um papel fundamental para atenuar esses problemas, ao criar uma coesão artificial e permanentemente adequada, para não fazer com que tais defeitos estruturais fujam ao controle do sistema.

Para cumprir essa função, o Estado cria as mais diversas formas de atuação – desde investimentos diretos até políticas sociais. Mézáros (2011) chama a esse movimento de imperativos corretivos do capital e do Estado, pois são defeitos e contradições que têm de ser administrados permanentemente. São corretivos porque têm intenção de mantê-lo sem alterar a causa. Dessa forma, “realiza-se uma ação corretiva – em grau praticável na estrutura do sistema do capital – pela formação do Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). A própria constituição, organização e forma de atuação do Estado corresponde a essa necessidade. Desta feita,

é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da estrutura totalizadora de comando político do capital. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Mézáros (2011) não se refere àquela ideia de um Estado que sempre está pronto a auxiliar o capital em casos de emergências pontuais, e sim ao capitalismo em sua fase madura no momento de crise estrutural, em que o Estado passa a assumir um papel cada vez maior de intervenção para manter o sistema sociometabólico do capital.

Então, para o autor, o Estado não apenas administra de fora as necessidades na manutenção da ordem com alguns estímulos para o desenvolvimento da estrutura econômica, simplesmente; o Estado passa a complementar a própria reprodução

automática do capital, tomando medidas, intervindo e atuando na esfera da própria reprodução do capital. Para Mészáros (2011), o Estado está mais integrado com a lógica do capital, não só se ocupando com aspectos da ordem social, através da regulamentação jurídico-legal; mas está tão preocupado com a manutenção e funcionamento do sistema como o capitalista dentro da sua indústria.

Como enfatizado, o Estado já existia antes do desenvolvimento do sistema capitalista. Em todos os modos de produção que se baseavam na divisão de classes, o Estado aparece como um poder que legitima a forma social e defende os interesses da classe economicamente dominante. Ele mudou sua forma de atuação de um tipo de sociabilidade para outra, porém não sua essência, e não é diferente com a chegada do capitalismo. Mészáros (2011, p. 106) afirma que “o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno”.

O Estado complementa esse sistema na esfera do comando político, mas sempre guiado pelas necessidades econômicas do capital. Dessa forma,

Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

Além de administrar a esfera social e atender às necessidades de reprodução material do próprio capital, o Estado tem também a função de administrar as forças centrífugas, ou seja, a concorrência, a disputa entre os capitalistas, o desenvolvimento das unidades capitalistas, de uma forma abrangente. Sua atuação é fundamental para o funcionamento do sistema, pois administra a ordem da relação de classes; como também administra a ordem entre o conflito e a concorrência capitalista.

A nosso ver, eis o Estado moderno como realmente é, que se compromete a favorecer e facilitar a acumulação do capital, e que atualmente se envolve a tal ponto, procurando manter a reprodução material do capital, que intervém diretamente em termos de interesse econômico, por meio de seu aparato jurídico-legal e de sua força coercitiva. Não há como desvencilhar esse Estado do capital, porque ele é o Estado do capital. Lembremos da classe mais poderosa, como diria Engels. O Estado é necessário no capitalismo para manter essa ordem,

reproduzindo-se com a facilidade que oferece nas esferas jurídica e econômica. Ele pode realizar isso nas formas mais surpreendentes, e inclusive, aparentemente, paradoxais possíveis. Mas sem nunca excluir sua essência.

Com relação aos três principais aspectos dos defeitos estruturais do capital, o Estado moderno, como “única estrutura corretiva de comando viável, não surge depois da articulação de formas socioeconômicas fundamentais, nem como mais ou menos diretamente determinado por elas” (MÉSZÁROS, 2011, 117). O caráter coesivo do Estado com relação aos defeitos estruturais não se propõe a resolvê-los, ao contrário, auxilia o capital na administração desses defeitos, por meio da administração e do auxílio no consumo, inclusive da superprodução; no controle sobre a classe trabalhadora; na circulação, defendendo os interesses do seu capital monopólico no exterior, etc. O efeito coesivo é realizado com a função de manter em funcionamento o modo de produção, com o Estado monitorando e intervindo para que o sistema social não saia do controle do capital.

Mészáros (2011) analisa o surgimento do Estado moderno no desenvolvimento histórico do capitalismo, destacando qual a relação do Estado na esfera da política como o desenvolvimento do capital na esfera da reprodução econômica material. Anteriormente, procuramos identificar quais são os fundamentos do Estado, porém Mészáros (2011) explicita qual a nova relação que o Estado estabeleceu a partir do desenvolvimento da ordem sociometabólica do capital.

2.4 Estado, política social e questão social

Os pontos precedentes deste capítulo trataram dos fundamentos do Estado, para compreender sua função social no modo de produção capitalista.

Tendo passado pelas abordagens da tradição liberal até os marxistas, por meio da análise de Engels, pudemos entender que a figura do Estado surge em decorrência da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e que, portanto, é produto da sociedade, como também o Estado nasceu da necessidade social de conter o antagonismo das classes, e que, por regra geral, se coloca como da classe mais poderosa, que é a economicamente dominante, assim adquirindo meios de repressão e exploração da classe oprimida.

Dando continuidade à análise dos fundamentos do Estado, entendemos que na passagem de um modo de produção para outro, o Estado modifica sua forma de ação, porém mantém sua essência, ou seja, sua função social permanece. Assim, vimos que no desenvolvimento do capitalismo não foi diferente, com a constituição do Estado moderno.

Baseados em Mészáros (2011), entendemos que o capital se caracteriza por uma forma incontável de controle sociometabólico que domina todas as esferas da vida humana; é um poder totalizador, que não pode ser controlado externamente; ao contrário, possui um autocontrole; é um sistema orientado para a expansão e movido pela acumulação, e nessa sua busca incessante por lucro – motivo último das ações capitalistas – gera diversas contradições insuperáveis pelo próprio capital, porém sempre encontra formas de desviar-se das barreiras que encontra no decorrer de seu desenvolvimento histórico, o que o faz adquirir um poder que transpõe os aspectos particulares do seu processo de reprodução sociometabólico.

Diante dos defeitos estruturais mencionados, percebemos que o papel do Estado moderno, por meio da atuação direta sobre a administração desse sistema sociometabólico, é fundamental para a garantia de manutenção da ordem constituída. No cumprimento de sua função social, o Estado desenvolve as mais diversas formas de atuação – as quais Mészáros chama de imperativos corretivos do capital –, inclusive por meio das políticas sociais enquanto ferramentas do Estado moderno para fazer frente às diferentes expressões da questão social.

No contexto brasileiro, a discussão da questão social pela área de Serviço Social data da década de 1980, merecendo destaque a contribuição pioneira de Iamamoto e Carvalho (2014). Essa contribuição confere à questão social o tratamento analítico-histórico a partir do referencial marxista, sendo conceituada como as

expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. [...] É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Dado esse pressuposto, passa-se à conceituação de Iamamoto (2001, p. 17), como ponto inicial do debate.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes

sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...]. Esse processo é denso de conformismos e resistências, forçados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

Partindo dessa acepção e dos autores que nos ajudaram a entender o Estado moderno dentro da perspectiva de análise pela qual optamos, podemos afirmar que o Estado, como estrutura totalizadora de comando político do capital, é uma das formas de assegurar o controle sociometabólico do capital. Como também, se observarmos suas estratégias para o cumprimento de sua função, podemos afirmar que as políticas sociais – como parte integrante da ação estatal – contribuem para o controle sociometabólico do capital. É sobre essa questão que nos ocuparemos no decorrer deste capítulo.

Para tanto, buscaremos compreender de que forma se desenvolveram as políticas sociais, por meio de um resgate histórico das suas protoformas, e também quais são seus fundamentos ontológicos, para então esclarecer o processo de consolidação, durante o período monopolista do capitalismo, e sua função social no sistema sociometabólico do capital. Nessa direção, faz-se necessário analisar, primeiramente, a gênese da “questão social” e suas dimensões, visto que a política social, como intervenção estatal, se desenvolve a partir da necessidade de respostas a essa problemática.

2.4.1 Questão social e política social

A literatura especializada nessa temática demonstra eloquentemente que o conceito Questão Social apareceu no século XIX para designar fenômenos associados ao pauperismo, tendo seu uso mais associado ao vocabulário conservador após os eventos de 1848 e inspirando propostas para o seu enfrentamento. Nessa perspectiva, Netto (2001, p. 43-44) afirma que o termo

Posta em primeiro lugar, com caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional [...]. Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), *de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...], capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que

somente sua exacerbação contraria a *vontade divina* (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891) (grifos do autor).

Em nossos dias, ainda é intenso o debate e várias as divergências dos diferentes autores sobre o tema. Para citar apenas os mais conhecidos e influentes no Serviço Social em Angola trazemos para exemplo Castel (1998 e 2000) e Rosanvallon (1998), que recuperam o conceito de questão social nos marcos do capitalismo contemporâneo, atualizando-o em termos de uma “nova questão social” para dar conta de fenômenos típicos da atual crise desse modo de produção.

Ou seja, o debate reemerge, agora adjetivado como nova questão social, em busca, predominantemente, de entender as “novas” formas de pobreza para uns, de “exclusão social” para outros, mas, em ambas as acepções, sem associá-las aos mecanismos nucleares de funcionamento do capitalismo. Exemplo típico dessa falta de associação é a conhecida definição de Castel (2000, p. 238), segundo a qual a “*questão social* [...] é tida como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco se sua fratura” (grifos do autor). Ao passo que o mecanismo de crises cíclicas do capital está ausente, aparece com uma centralidade indiscutível nesse debate a questão da “solidariedade”.

Existem, porém, em nosso ponto de vista, diferenças substantivas entre o debate inaugurado no interior das Ciências Sociais europeias, do qual Castel (1998 e 2000) e Rosanvallon (1998) são os expoentes conhecidos em Angola, e o que se instaura no interior do Serviço Social no Brasil, sobretudo no fim do século XX para o XXI. Tais diferenças residem mais no adjetivo recusado por segmentos significativos do Serviço Social, de “nova” questão social, remetendo antes a uma concepção radicalmente diferente sobre a gênese desse fenômeno, bem como ao estatuto que lhe é atribuído a partir dessa gênese. Explico-me: embora não seja homogênea a concepção de questão social entre os assistentes sociais, boa parte dos autores filiados à tradição marxista considera

a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o inverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. [...] A expressão questão social é estranha ao universo marxiano. [...] Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

No interior do Serviço Social brasileiro, por exemplo, vários autores têm se debruçado sobre a temática da questão social. Aqui, privilegiamos as formulações teóricas de José Paulo Netto (2006); e Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho (2014).

Nessa perspectiva, a questão social representa um “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da construção da sociedade capitalista [...]” (NETTO, 2006, p. 17). Portanto, vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. Ou também como expressão

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.37).

Diante dessas considerações, procuraremos entender sobre quais determinações essenciais se desenvolveu essa problemática. De acordo com diversos estudos, por volta de 1830, período da Revolução Industrial, foi que o pauperismo da classe trabalhadora começou a tomar forma em larga escala, na Europa. A palavra “pauperismo” é de origem inglesa, e, de acordo com Marx (2010, p. 48), lá “a miséria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; não se limita aos distritos industriais, mas se estende aos agrícolas”. Dessa forma, o pauperismo constituía um fenômeno diferenciado da pobreza até então conhecida; e não podia ser relacionado à escassez de produção material de bens, e muito menos ao baixo desenvolvimento das forças produtivas.

A abordagem de Netto (2001, p. 45) também se articula com a conceituação anterior, em especial no que tange à natureza da questão social e seu tratamento explicativo a partir da economia política.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” [...] revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (grifos do autor).

De acordo com Pimentel (2007), podemos desvendar o processo que informa a questão social a partir das formulações de Marx a respeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para a referida autora, é precisamente no Capítulo XXIII de *O Capital* que se encontra a base material da questão social. Nessa direção, a autora destaca três dimensões fundamentais da questão social, quais sejam: 1) sua base material, que está na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2) seu aspecto político, que é a reação da classe trabalhadora à sua condição de existência e de trabalho; e 3) a intervenção do Estado sobre as expressões da questão social.

Partindo desse pressuposto e baseados nas formulações de Marx (1988), analisaremos sua teoria sobre a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Nesse capítulo de sua principal obra, o autor trata do processo de acumulação do capital, das leis que o determinam e dos efeitos gerados para a classe trabalhadora. De acordo com suas análises, as determinações mais significativas para a pauperização da classe trabalhadora podem ser encontradas na relação de produção, regida pelas leis da acumulação capitalista.

Marx (1988) refere-se à demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com a composição constante do capital, afirmando que essa composição deve ser compreendida em duplo sentido. Primeiramente, da perspectiva do valor, a qual é determinada pela proporção que reparte o capital constante, ou valor dos meios de produção, e o capital variável, ou valor da força de trabalho, que é a soma global dos salários. O outro sentido é da perspectiva da matéria, a forma como funciona no processo de produção, pois cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva. Isso determina a composição de estreita correlação entre a massa dos meios de produção utilizados – que Marx chama de composição-valor – e o montante de trabalho exigido para seu emprego – chamado de composição técnica do capital. Dessa forma, Marx (1988, p. 178) explica que:

Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital [...]. A composição do capital refere-se a sua composição orgânica, ou seja, à relação entre o valor do capital constante e do capital variável. Assim, "a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição social de um país [...].

Está se referindo ao processo de consolidação do capitalismo industrial; naquele momento, o crescimento do capital constante era uma condição para o crescimento do capital. Marx (1988, p. 178) afirma que o

crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho.

Percebe-se, então, que, naquele momento do capitalismo, à medida que o capital cresce, cresce também a força de trabalho. É importante destacar que

assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de

trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um memento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 1988, p. 179).

Para Marx (1988, p. 182), a lei absoluta do modo de produção capitalista é a produção de mais-valia ou a geração de excedente. A força de trabalho é

[...] comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias.

Dessa forma, compreendemos que, sejam quais forem as condições de venda da força de trabalho, isso torna necessárias sua contínua revenda e a reprodução ampliada da riqueza como capital. O trabalhador depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, fazendo parte de um ciclo do qual não consegue livrar-se.

Analisando a Produtividade do Trabalho Social, no item referente ao decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que o acompanha, Marx (1998, p. 185) explica que

[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma o produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce como produtividade de seu trabalho.

Marx procura analisar a lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável. As massas dos meios de produção exercem uma dupla função: o crescimento de uns é consequência; e o crescimento de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. Então, a crescente produtividade do trabalho é expressão do volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada.

Marx (1988) chama a atenção para o pressuposto do modo de produção capitalista, constituído por uma determinada acumulação de capital apropriada por produtores individuais. Com base nesse fundamento, os métodos utilizados para aumentar a força produtiva social do trabalho são nada mais nada menos do que os métodos para aumentar a produção de mais-valia. São meios de acumulação acelerada de capital. Com isso, Marx constata que o crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. À medida que os capitais

individuais vão crescendo, cresce também com eles a concentração dos meios de produção, passando a ser partes do capital social.

Marx (1988, p. 187) destaca que “com a acumulação de capital, cresce portanto, em maior ou menor proporção, o número de capitalistas”. Dessa forma, o autor apresenta dois pontos que caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação: a) a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social; b) a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes.

Portanto, “se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais” (MARX, 1988, p. 187). Essa é a concentração de capitais já constituídos, é a “[...] supressão de sua autonomia individual, expropriação da capitalistas por capitalistas, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (MARX, 1988, p. 187). Essa é a centralização, que se distingue da acumulação e da concentração.

Em linha convergente com as abordagens anteriores, Yazbek (2001, p. 33) ressalta que o trato da questão social, “como elemento central da relação entre profissão e realidade”, implica colocar em questão a divisão da sociedade em classes sociais, raiz da apropriação desigual da riqueza socialmente construída, tendo como horizonte a luta pela apropriação desta mesma riqueza. O enfoque para as expressões decorrentes da questão social, a dimensão político-cultural das desigualdades sociais na ótica da subalternidade, também marcam sua conceituação.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressão das relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seus modos de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. (YAZBEK, 2001, p. 34, grifos da autora).

Sobre a centralização, Marx (1988, p. 187) afirma que “a luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias”. Esse barateamento depende da produtividade do trabalho, na escala da produção. Assim, capitais maiores derrotam capitais menores. Comparada com a centralização, a acumulação é um processo bastante lento. Dessa forma,

enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. (MARX, 1988, p. 189).

Com o desenvolvimento da produção capitalista, o crescimento dos capitais individuais beneficiam a exploração de novas invenções e descobertas, aperfeiçoando as indústrias, e com uma configuração técnica aperfeiçoada, basta uma menor massa de trabalho para manusear uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. Com a centralização, há necessariamente uma diminuição absoluta da demanda de trabalho, tanto maior quanto mais capitais estejam acumulados em massas.

Dessa forma, “por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção ou seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele” (MARX, 1988, p. 189). Observamos que o movimento do capital, por meio da acumulação, concentração e centralização, determina o capital investido nas parcelas variável e constante na produção, de forma que o maior investimento na parte constante dispensa uma demanda maior de força de trabalho. É desse processo que surge o chamado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

No modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a alteração causada na composição técnica do capital avançam com uma rapidez incomparavelmente maior do que o progresso da acumulação ou riqueza social. Isso porque

[...] tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital [...] (MARX, 1988, p. 190).

De modo que a parte constante do capital – meios de produção – aumenta progressivamente com relação à parte variável – força de trabalho. A demanda de trabalho é determinada por seu componente variável, que cai progressivamente com o crescimento do capital global. O componente variável do capital acaba crescendo, mas

em proporção continuamente decrescente, em relação ao crescimento do capital global. A acumulação acelerada e a centralização, nesse processo, provocam mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável comparada com a constante. Então, a partir disso, Marx (1988, p. 190) constata que

esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

O movimento de acumulação do capital global provoca variações periódicas nas diversas esferas da produção, de modo que

em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros. (MARX, 1988, p. 190).

Com o desenvolvimento do capital, da grandeza do capital social; com a expansão da escala da produção e da massa de trabalhadores; com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, “expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos” (MARX, 1988, p. 191). Muda-se rapidamente a composição orgânica do capital e sua forma técnica, e aumenta o âmbito das esferas da produção. Marx (1988, p. 191) explica que “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é a lei peculiar ao modo de produção capitalista [...]”.

É importante destacar que essa população trabalhadora excedente, peculiar ao modo de produção capitalista, é necessária para o desenvolvimento desse sistema; a existência dela é funcional para a acumulação de capital e para o desenvolvimento da riqueza. Essa população torna-se a “alavanca da acumulação capitalista”; ela funda um exército industrial de reserva, sempre à disposição para servir o capital. Assim: “Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (MARX, 1988, p. 191).

Marx constata que todo o movimento da indústria moderna decorre da constante transformação de parte da população trabalhadora em desempregados ou semiempregados. Dessa forma, a lógica de se manter esse exército industrial de reserva reside no fato de que quanto mais se intensifica o dispêndio de trabalho sobre a massa de trabalhadores ocupados, mais trabalhadores são descartados da produção, engrossando as fileiras da massa de desempregados. Isso faz com que trabalhadores empregados sejam obrigados ao sobretrabalho e a maior submissão ao capital. Assim, no modo de produção capitalista, “grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas” (MARX, 1988, p. 192). O pensador mostra, com isso, que o exército industrial de reserva assume um papel essencial na reprodução do capital e na manutenção dos salários, na medida em que estes exercem uma pressão sobre a população ativa, principalmente em momentos de estagnação econômica.

Outro ponto essencial destacado por Marx (1988, p. 197) é que “a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente interagissem”. Ao mesmo tempo que a acumulação multiplica a demanda de trabalho, também multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua liberação, enquanto a pressão dos desempregados força os empregados ao sobretrabalho; “[...] portanto, até certo ponto toma a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da demanda e da oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital” (MARX, 1988, p. 197).

Nesse processo, chega um momento em que os trabalhadores começam a perceber que, quanto mais trabalham, mais produzem riqueza alheia, e constataam que quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, como meio de valorização do capital, mais se torna precária para eles. Dessa forma,

[...] descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim [...] procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe. (MARX, 1988, p. 197).

Identificam-se, neste ponto, as condições da dimensão política da questão social, no momento em que os trabalhadores se articulam e se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida.

Diante disso, podemos destacar a análise de Pimentel (2007, p. 44), quando afirma que aí se evidenciam “[...] as raízes da 'questão social' não só no aspecto propriamente essencial de natureza econômica da produção, mas também no aspecto relativo às reações dos trabalhadores politicamente organizados” (grifos do autor), provocando reflexões e propostas de intervenção do Estado sobre a questão social. É precisamente dessa intervenção do Estado que trataremos mais adiante, e qual é a sua funcionalidade.

Para entender o sistema de causalidades do pauperismo, nos direcionamos à análise de Marx a respeito das formas de existência da superpopulação relativa – a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para o autor, “a superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente” (MARX, 1988, p. 197). Esta possui três formas: líquida, latente e estagnada.

A forma líquida ou fluente encontra-se nos grandes centros da indústria moderna, onde, notadamente, há momentos em que trabalhadores são repelidos, e em outros momentos são atraídos em proporção sempre decrescente, em relação à escala da produção. A contradição contida nesse movimento é que “[...] o acréscimo natural da massa trabalhadora não satisfaça às necessidades da acumulação do capital e, ainda assim, simultaneamente as ultrapasse, é uma condição de seu próprio movimento” (MARX, 1988, p. 198). A divisão de trabalho faz com que os trabalhadores fiquem presos a determinado ramo de atividade. Essa população cresce com o tamanho da indústria, e à medida que cresce o consumo da força de trabalho pelo capital, o trabalhador de média idade pode chegar à exaustão. Isso faz com que essa parcela do proletariado tenda a ter uma média de vida mais curta.

Quanto à superpopulação latente, Marx explica que, com a dominação capitalista na agricultura, decresce a demanda de população trabalhadora rural, e parte dela se transfere para o proletariado urbano ou manufatureiro. Contudo, “[...] seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo [...]. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (MARX, 1988, p. 199). Observamos que, atualmente, com o maior desenvolvimento tecnológico na produção de maquinaria para a agricultura, esse fenômeno ainda provoca o crescimento de uma superpopulação latente.

Para Marx (1988, p. 199), a superpopulação relativa estagnada constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela disponibiliza ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”, pois uma condição de vida abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora. Sua característica distingue-se por máximo de tempo de serviço e mínimo de salário. Na concepção de Marx (1988, p. 199): “Seu volume expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a 'produção da redundância'. Mas ela constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor e autoperpetuador da classe operária”. Atualmente, podemos identificar essa superpopulação relativa como aquela parcela da classe trabalhadora que atua na informalidade.

Marx (1988, p. 199) considera que o mais profundo sedimento da superpopulação relativa está na esfera do pauperismo: “Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito [...]”. O autor separa em três categorias essa camada social: 1) os aptos para o trabalho; 2) órfãos e crianças indigentes; e 3) degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho e vítimas da indústria, como os aleijados, doentes, as viúvas, etc. e que são em crescente número. Na análise de Marx (1988, p. 200):

o pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Como veremos adiante, o pauperismo é uma das primeiras formas de expressão da questão social e é sobre a parcela pauperizada da classe trabalhadora que se dão as primeiras formas de intervenção estatal. O Estado procura administrar conflitos para assegurar a reprodução da classe trabalhadora e a superpopulação relativa, essenciais para a sobrevivência do capitalismo. Vale destacar em que exatamente consiste a Lei Geral da Acumulação Capitalista, nas palavras de Pimentel (2007, p. 52):

Consiste no fato de que quanto mais o exército industrial de reserva cresce em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais se materializa a superpopulação relativa. Quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Esse pauperismo se constitui naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora através dos diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar a

sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria, isto é, da classe que produz seu produto como capital.

Percebemos, com isso, a contraditoriedade do sistema de produção capitalista, no qual, à medida que o capitalismo produz cada vez mais riqueza, produz também a miséria da classe trabalhadora. Que a necessidade de valorização do capital faz com que a população trabalhadora cresça, porém, essa cresce rapidamente. Os métodos de acumulação de capital, nessa sociabilidade, são, simultaneamente, métodos de produção de mais-valia, e toda expansão da acumulação torna-se meio de desenvolver este método. Na análise da produção da mais-valia relativa, Marx (1988, p. 201) verifica que:

dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potencia autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital.

Esse é o caráter antagônico da acumulação capitalista, o qual proporciona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Após a análise do sistema de casualidades do pauperismo, a partir do modo de produção capitalista nos métodos de expansão e acumulação do capital, lembramos do pressuposto com que iniciamos este item, das dimensões da questão social, apontando como primeiro deles a base material da questão social. Portanto, pode-se afirmar que a base material da questão social está na economia capitalista; sua raiz está na contraditória relação de produção capitalista entre capital e trabalho.

De acordo com Pimentel (2007, p. 53): “Durante o processo de industrialização europeu com o surgimento da classe operária e dos problemas socioeconômicos e políticos gerados pelo modo de produção capitalista, surgem também formas de organização e luta do operariado por melhores condições de vida e de trabalho”. Isso é o que denominamos de dimensão política da questão social, que pôs em questão a ordem socioeconômica e moral estabelecida, o que, para os capitalistas, era um perigo e uma ameaça. Dessa maneira, de acordo com a referida autora, “estão aí as raízes da

denominada questão social diretamente imbricada à exploração do trabalho no capitalismo e da luta da classe operária na busca do acesso à riqueza produzida” (PIMENTEL, 2007, p. 53, grifos da autora). A partir dessas observações, percebemos que a Lei Geral da Acumulação Capitalista expressa o grau de exploração do trabalho, e que esta lei tanto traz como consequência a pobreza da classe trabalhadora como garante a expansão, acumulação e reprodução do capital.

A partir do exposto, pode-se afirmar que as condições econômico-sociais e políticas em que se deu o surgimento da questão social estão intimamente ligadas ao intenso desenvolvimento das forças produtivas, no período do capitalismo de alta expansão da industrialização e da ampliação dos mercados no século XIX. Observamos que, quando Marx trata da Lei Geral da Acumulação Capitalista, desvenda o fenômeno originário do pauperismo, o que constitui uma das primeiras expressões da questão social. Sua dimensão política aparece quando a questão social se toma uma ameaça à ordem constituída e à reprodução social que atende aos interesses do capital. Dessa forma, se a questão social expressa em suas múltiplas dimensões tem suas bases imbricadas no modo de produção capitalista, procuraremos entender de que forma o capital, enquanto sistema, passa a intervir sobre as suas expressões através das ações do Estado.

2.4.2 Política social e o papel do Estado na questão social

Desde o momento em que as expressões da questão social e a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho passaram a ser uma ameaça à ordem estabelecida, as manifestações da questão social se tonaram alvo de intervenção estatal, mesmo que minimamente e de forma pontual, durante a fase concorrencial do capitalismo. Porém, o Estado só passou a intervir de forma mais sistemática na fase monopolista do capitalismo, por meio das políticas sociais.

Num trabalho como este, em que se propõe a analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, trazemos, neste ponto, a breve análise da relação política social, Estado e questão social, porque, como nos lembra Netto (1992, p. 28),

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, [...] *fragmentando-a e parcializando-a* e não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade

processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas (grifos do autor).

À medida que o capitalismo se desenvolve, há sua dinamização e transformação e, conseqüentemente, “a pauperização do trabalhador e suas expressões, como fenômenos inerentes ao modo de acumulação e expansão do capital, certamente passam por modificações em decorrência do desenvolvimento capitalista” (PIMENTEL, 2007, p. 53). Dessa forma, analisaremos, neste item, quais foram as primeiras medidas em resposta à questão social por parte do Estado, constituindo, assim, as protoformas da política social.

É difícil indicar, com precisão, quando tais iniciativas, por parte do Estado, em resposta às expressões da questão social, podem ser consideradas como políticas sociais, pois o desenvolvimento histórico-social da política social é objeto de estudos de diversos autores, os quais se fundamentam nas mais variadas perspectivas. Assim sendo, de acordo com nossas pesquisas, muitos desses autores concordam que as primeiras iniciativas de enfrentamento da questão social se gestaram no período de industrialização do capitalismo, na Europa, principalmente na Inglaterra.

Mas, antes de tratarmos das formas de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social no capitalismo maduro, nos propomos a retomar o período de transição do feudalismo para o capitalismo, a fim de entendermos como o Estado intervinha sobre a pobreza, demonstrando que essa função não é uma novidade trazida com o capitalismo; para tanto, nos fundamentamos das formulações de Marx (1988) e Engels (2010) sobre as legislações inglesas pré-capitalistas.

Marx (1988, p. 252) chama a esse período pré-capitalista de processo de Acumulação Primitiva e o define como “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (grifo do autor). Esse processo foi de transformação dos produtores, antes servos, em trabalhadores assalariados. Marx (1988, p. 252) destaca que

[...] esses recém-libertados só se tomam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

Com essa afirmação, Marx (1988, p. 253) está se reportando à

[...] todos os revolucionamentos que serviram e servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas [foram] arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários livres como pássaros. (grifos do autor).

Tal como vimos, a dissolução dos resquícios feudais ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. A expulsão dos camponeses e servos das terras feudais – com a finalidade da transformação das lavouras em pastagens para ovelhas – criou uma massa enorme de proletariados para trabalhar nas grandes indústrias.

A revolução gerada, devido às mudanças ocasionadas pela transição do feudalismo para o capitalismo, com a “[...] exploração inescrupulosa e o empobrecimento da massa do povo, é considerado o pícaro de toda a sabedoria de Estado” (MARX, 1988, p. 255). Então, ele não poderia deixar de intervir, pois “[...] o que o sistema capitalista requeria era [...] uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 1988, p. 256). Assim, podemos entender que, desde que haja a relação capital – a qual teve início antes da constituição do capitalismo –, as ações do Estado se tornam fundamentais no auxílio à manutenção da ordem, garantindo a expansão e acumulação do capital.

Com a expulsão de massas de servos, devido à “[...] dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo” (MARX, 1988, p. 265). Assim, “eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem” (MARX, 1988, p. 265). Essa legislação tratava os pobres como criminosos “voluntários”.

Como, na Inglaterra, o desenvolvimento do modo de produção capitalista aconteceu na sua forma clássica, podemos, baseados nas formulações de Marx, analisar as medidas estatais para com a situação dos despossuídos no período pré-capitalista. Naquele país, a legislação sobre os pobres começou com o reinado de Henrique VIII, em 1530, o qual decretou que, “esmoleiros e velhos incapacitados para o trabalho

recebe[ssem] uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamentos e encarceramentos para vagabundos válidos” (MARX, 1988, p. 265). Essa legislação consistia basicamente na punição violenta aos que não trabalhavam, indo desde açoitamentos, mutilação de parte da orelha, até execução do acusado, dependendo de cada caso.

O estatuto de 1547, instituído por Eduardo VI, estabelecia que “[...] se alguém se recusa[sse] a trabalhar, deve[ria] ser condenado a se tomar escravo da pessoa que o denunciou como vadio” (MARX, 1988, p. 265). Além disso, havia restrições quanto à alimentação; o escravo poderia ser obrigado a executar qualquer tipo de trabalho por meio do açoite e de correntes, e, dependendo de seu comportamento, poderia ser condenado à escravidão por toda a vida, ou executado como traidor do Estado. Outra parte do estatuto previa que “todas as pessoas [tinham] o direito de tomar os filhos dos vagabundos e mantê-los como aprendizes, os rapazes até 24 anos e as moças até 20” (MARX, 1988, p. 266). Caso esses fugissem, deveriam ser mantidos como escravos dos mestres até aquela idade. Por último, o estatuto determinava que “certos pobres **deviam** ser empregados pela comunidade ou pelos indivíduos que lhes davam de comer e de beber e **desejassem** encontrar trabalho para eles” (MARX, 1988, p. 266, grifos do autor).

A legislação do reinado de Elizabeth, de 1572, determinava que os pedintes “[...] sem licença e com mais de 14 anos de idade deve **ou deveriam** ser duramente açoitados e ter **ou teriam** a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os quisesse tomar a serviço por 2 anos” (MARX, 1988, p. 266, grifos do autor). A pena para reincidência era a execução.

Já no reinado de Jaime I, em 1597, “uma pessoa que perambula(sse) e mendiga(sse) (era) declarada um malandro e vagabundo” (MARX, 1988, p. 266), podendo, os juízes de paz, mandar açoitá-los publicamente, declarar prisão, trabalhos forçados e até execução. Marx (1988, p. 266) destaca que, “essas prescrições subsistiram legalmente até o começo do século XVIII [...]”.

Em meados do século XVII, leis semelhantes puderam ser observadas também na França, onde “[...] nos primeiros anos do reinado de Luís XVI (ordenança de 13 de julho de 1777) todo homem com boa saúde de 16 a 60, sem meios de existência e sem exercer uma profissão, devia ser mandado às galés” (MARX, 1988, p. 267); outras leis dessa natureza também puderam ser observadas

nos Países Baixos, em 1614; na Holanda, em 1614; e nas Províncias Unidas, em 1649.

Diante dessas legislações, Marx (1988, p. 267) comenta que,

assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, e por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura.

Podemos entender que a violência contra os despossuídos, exercida com o aval do Estado, foi uma demanda do modo de produção capitalista em formação para preparar uma força de trabalho tamanha que correspondesse às necessidades do capital, além de estendê-la ao exército industrial de reserva, tão vital a este novo modo de produção, como Marx (1988, p. 267) procura evidenciar:

Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de trabalho capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições económicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador.

Portanto, baseados nas afirmações de Marx, podemos entender que, durante a gênese histórica do modo de produção capitalista, a burguesia nascente empregou a força do Estado, o que serviu para “regular” salários, comprimindo-os dentro dos limites possíveis de extração da mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador num determinado grau de dependência.

Porém, naquele período, “a demanda de trabalho assalariado crescia, portanto, rapidamente com toda a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado seguia apenas lentamente” (MARX, 1988, p. 267). Coube ao Estado tanto o trato com a população que não possuía uma “ocupação” (ou não era absorvida pelo mercado de trabalho), como também o controle sobre a relação entre trabalhadores e patrões.

Com relação a esse último aspecto, identificamos também, na Inglaterra, no reinado de Eduardo III, o Decreto dos Trabalhadores, de 1349, que tinha por objetivo controlar as relações de trabalho, impedindo o aumento do valor das jornadas pagas pelos senhores feudais, a fim de resguardá-los, pois o país passava por um período conturbado, devido a epidemias e escassez de produção alimentícia. No entanto, esse não alcançou os resultados esperados pelo rei e, por isso, foi criado

o Statute of Labourers [Estatuto dos Trabalhadores], em 1349, que, na mesma direção, se caracterizava como uma legislação sobre o trabalho assalariado, e, de acordo com Marx (1988, p. 267), foi “[...] desde o início cunhada para a exploração do trabalhador e em seu prosseguimento sempre hostil a ele [...]”.

O estatuto, em 1350, também foi promulgado na França, pelo rei João. Dessa forma, “a legislação inglesa e francesa seguem paralelas, e quanto ao conteúdo são idênticas” (MARX, 1988, p. 268), estabelecendo uma tarifa legal de salários para a cidade e o campo; para o trabalho por peça e por dia; como também que

os trabalhadores rurais deviam alugar-se por ano, os da cidade, 'no mercado aberto'. Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento.

Segue-se, dessa forma, também o Estatuto dos Aprendizes – que, de acordo com Engels (2010), é de 1802. Para Marx (1988, p. 268) o espírito desses estatutos “se revela claramente no fato de que um salário máximo [era] ditado pelo Estado, mas de forma alguma um salário mínimo”. As leis que regulavam os salários, com suas diversas modificações, se seguiram nos reinados de Elisabeth, Jaime I e Jorge II, até 1813, quando foram abolidas. Marx (1988, p. 269) acrescenta que permanecem:

as determinações dos Estatutos dos Trabalhadores sobre contratos entre patrão e trabalhador assalariado, prazos de demissões e análogos, que permitem por quebras contratuais apenas uma ação civil contra o patrão, mas uma ação criminal contra o trabalhador.

Diante de todas as legislações promulgadas nos países europeus, no período pré-capitalista, podemos considerar como principais as chamadas Lei dos Pobres e a Nova Lei dos Pobres, as quais se tomaram referências dos programas de combate à miséria na Europa daquela época. De acordo com Marx (2010), a legislação inglesa sobre a pobreza consistia na grande ação política contra o pauperismo.

Segundo Engels (2010), em 19 de setembro de 1601, por determinação da rainha Elizabeth, ou Izabel I (1533-1603), foi promulgada a legislação sobre os pobres ou Poor Law (1601), conhecida também como Lei dos Pobres, a qual era regida sob quatro princípios: a obrigação do socorro aos necessitados; a assistência pelo trabalho; o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho. Essa lei partia do “princípio segundo o qual a comunidade tinha o dever de garantir a manutenção dos pobres; quem não dispunha de trabalho recebia um subsídio” (ENGELS, 2010, p. 316).

Apesar disso, com o passar do tempo,

[...] o pobre convenceu-se de que a comunidade tinha o dever de protegê-lo da fome. Ele passou a receber seu auxílio semanal como um direito e não como uma dádiva, o que, ao fim, tornou-se incontrolável aos olhos da burguesia. (ENGELS, 2010, p. 316).

Por isso, em 1833, foi nomeada uma comissão de investigação da administração dos fundos alocados à Lei dos Pobres, que constatou

[...] que todos os trabalhadores que viviam no campo eram paupérrimos e dependiam, total ou parcialmente, da Caixa dos Pobres, que, quando os salários baixavam, oferecia-lhes um suplemento; verificou-se que esse sistema, articulado para garantir a sobrevivência dos desempregados, garantia um subsídio a quem era mal pago e tinha prole numerosa, obrigava o pai de filhos ilegítimos a dar-lhes uma pensão alimentar; reafirmou-se também o reconhecimento de que a miséria deveria ser socorrida. (ENGELS, 2010, p. 317).

Com tais considerações, a burguesia identificou, entre outros pontos, que essa lei tornara-se um sistema de gastos excessivos que arruinava o país e que se tornava um obstáculo à indústria, pois, para ela, “a assistência favorece a preguiça e o aumento da população supérflua” (ENGELS, 2010, p. 317). Engels (2010) destaca que os comissários chegaram à conclusão de que “a pobreza é como um crime, que deve ser tratado à base da intimidação” (ENGELS, 2010, p. 317). A partir disso, “propuseram uma nova lei tão malthusiana quanto possível, mas ainda mais bárbara que o *laissez-faire*—porque, se este é meramente passivo, a nova legislação é ativamente interventora” (ENGELS, 2010, p. 317).

A Nova Lei dos Pobres – que foi uma reformulação ou emenda da Lei dos Pobres de 1601, através do Ato de Alteração da Lei dos Pobres ou *Poor Law Amendment Act* –, foi aprovada pelo Parlamento inglês em 1834 e instituiu que: “todos os subsídios, em dinheiro ou in natura, foram suprimidos; a única assistência resumiu-se ao acolhimento nas casas de trabalho (*workhouses*), imediatamente por todos os lados” (ENGELS, 2010, p. 318). Engels (2010, p. 318), ao tratar sobre as *workhouses*, comenta que o recurso à Caixa dos Pobres só poderia ser feito em último caso e tinha como objetivo “que os esforços de cada indivíduo sejam levados ao extremo antes de procurá-la”, como também que “a casa de trabalho foi pensada para constituir o espaço mais repugnante que o talento refinado de um malthusiano pôde conceber”.

Engels (2010, p. 315) associa a nova lei sobre os pobres aos fundamentos teóricos de Malthus sobre a população, tomando esta lei a declaração aberta da guerra da burguesia contra o proletariado e dessa forma explica a teoria malthusiana da população: “[...] a terra está superpovoada e, pois, são inevitáveis a carência, a miséria,

a indigência e a degradação moral [...], por isso, eles [os homens] devem estar divididos em classes diferentes”.

Para Malthus, “[...] a beneficência e as associações assistenciais são um contrassenso [...]” (ENGELS, 2010, p. 315), na medida em que servem para manter a população excedente viva e estimula seu crescimento, prejudicando, assim, tanto o próprio proletariado, como também a indústria privada. Então, para ele, “a questão não está em providenciar a sobrevivência da população excedente: está em limitá-la, de um modo ou de outro, o mais possível”. Como ainda:

não se trataria mais, portanto, de empregar produtivamente a 'população excedente', de transformá-la em população utilizável; tratar-se-ia de matá-la de fome, da maneira mais suave possível, e ao mesmo tempo de impedir que ponha no mundo muitas crianças [...]. (ENGELS, 2010, p. 316).

Para Engels (2010, p. 318), a realidade imposta pela nova lei sobre os pobres é que esta declara que os proletários são supérfluos e continuando o relato sobre as *workhouses*, Engels explica que, naquelas instituições, “a alimentação [era] pior que a de um operário mal pago, enquanto o trabalho [era] mais penoso – caso contrário, os desempregados prefeririam a estada na casa à miserável existência fora dela”.

Os trabalhos realizados eram especialmente inúteis, de forma a não concorrer com a indústria privada; e iam desde quebrar pedras até desfiar cordas de navios. Na concepção de Engels, as *workhouses* eram piores do que as prisões da época, pois alguns internados das casas de trabalho intencionalmente cometiam delitos para serem presos. Outro ponto importante era que, por se tratar de uma legislação inspirada nas teorias malthusianas, “a fim de que os 'supérfluos' não se multipli(cassem) [...] as famílias eram separadas [...]” (ENGELS, 2010, p. 318, grifo do autor) em alas diferentes e apenas se encontravam em períodos determinados e sob vigilância de funcionários.

Engels (2010) descreve diversos exemplos das condições de vida nas *workhouses*, afirmando que, apesar da lei determinar alimentação sadia e tratamento humano, nessas casas de trabalho, o que se verificou foram péssimas condições de alimentação, higiene e sobrevivência. De acordo com Engels (2010, p. 319):

o tratamento que a nova lei prescreve, na sua letra, contrasta abertamente com o espírito que a informa; se, em substância, a lei declara que os pobres são delinquentes, que as casas de trabalho são cárceres punitivos, que seus internados são foras da lei, objetos repugnantes postos fora da humanidade, não se pode aplicá-la de outra maneira. Na prática, portanto, o tratamento reservado aos pobres nas casas de trabalho obedece, não à letra, mas ao espírito da lei.

Dadas as condições das casas de trabalho, Engels (2010, p. 323) afirma que não é de se espantar que os pobres recusassem a beneficência pública, preferindo se arriscar a morrer de fome nas ruas a internar-se nas chamadas “bastilhas da lei dos pobres”. Por meio dessa lei,

a burguesia expressou tão nitidamente como concebe sua posição em face do proletariado que até os mais estúpidos ficaram estarecidos: nunca se afirmou com tanta sinceridade, com tanta franqueza, que os que nada possuem só existem para ser explorados pelos proprietários e para morrer de fome quando estes já não mais puderem utilizá-los.

Ao tratar sobre o pauperismo, Marx (2010) explica que seu aumento é atribuído pela burguesia a uma “falha na administração” e que a causa principal da grave situação do pauperismo inglês estaria na própria lei, pois a assistência favorecia o “mal social”. Seria uma lei da natureza, visto que “[...] a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência [...]” (MALTHUS *apud* MARX, 2010, p. 53); seria um estímulo público à miséria. Portanto, para a burguesia, o pauperismo não era responsabilidade do Estado. Então: “a essa filantrópica teoria, o Parlamento inglês agrega a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e ao qual portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito”. As *workhouses* não passavam de uma assistência “engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade”.

Portanto, na Inglaterra, as medidas para acabar com o pauperismo foram de assistência e medidas administrativas, porém não se verificou a diminuição desse “mal social”, e por não entenderem que isso era consequência da indústria moderna, seus governantes pensaram ser uma particularidade da legislação inglesa. No curso do desenvolvimento, a política da Inglaterra fez do pauperismo objeto de administração ramificada e bastante extensa; esta não tinha mais a finalidade de eliminá-lo, mas de administrá-lo e mantê-lo, devido à sua funcionalidade para o sistema do capital.

Percebemos que, nesse momento, a existência de um grande exército industrial de reserva (ou superpopulação relativamente supérflua) – que dependia da caridade privada ou das *workhouses* – foi essencial para o grande avanço do modo de produção capitalista, proporcionando uma alta extração de mais-valia dos trabalhadores ocupados.

Após os debates parlamentares de 1844, Engels percebeu que a medida da nova lei não partiu apenas de uma fração da burguesia, mas recebeu o aval de toda a classe. O Aditamento à Lei sobre os Pobres (Poor Law Amendment Bill), aprovado em 9 de agosto de 1844,

obrigava as paróquias a socorrer não apenas os indigentes da comunidade, mas também os que estavam de passagem, os órfãos, os filhos ilegítimos etc. As exigências e as condições eram tão inumanas quanto as vigentes nas casas de trabalho. (ENGELS, 2010, p. 324).

Tendo em vista que já passamos a tratar do período capitalista, observamos que o Estado – como defensor dos interesses da classe dominante. em cada modo de sociabilidade – nunca deixou de intervir, com legislação, sobre as condições de pobreza e miséria antes do capitalismo constituído. Mesmo que de forma pontual, com as leis, as ações do Estado correspondem a respostas sociais num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital, com vistas a garantir sua expansão e acumulação.

Ao tratar da nova forma de sociabilidade, Engels (2010, p. 306) comenta que, por se tratar de classes sociais distintas, a burguesia e o proletariado se confrontam, e nessa disputa “[...] perante o privilégio da propriedade, todos os outros privilégios desaparecem”. Portanto, entendemos que essa é uma relação desigual, em que “todas as relações humanas são subordinadas ao imperativo do lucro e aquilo que não propicia ganhos é visto como algo insensato, inoportuno e irrealista” (ENGELS, 2010, p. 308).

Engels (2010, p. 308) analisa a relação entre o industrial e o operário e constata que esta não se aparece como uma relação humana, mas torna-se “[...] uma relação puramente econômica – o industrial é o 'capital', o operário é o 'trabalho'” (grifos do autor), de forma que o industrial ou burguês “[...] não pode conceber uma relação com o operário que não seja a da compra-venda; não vê no operário um homem, vê mãos (*hands*), qualificação que lhe atribui sistematicamente”.

A respeito dos limites da ação estatal no período do capitalismo concorrencial, Engels (2010, p. 309) afirma que, nesse sistema, em que impera a doutrina liberal do *laissez-faire*, no qual a livre concorrência se contrapõe a quaisquer limites e controles estatais, “[...] o Estado aparece-lhe como um estorvo: seu ideal seria operar numa ordem social privada de Estado, na qual cada um pudesse explorar livremente o próximo [...]”.

Porém, essa sociedade não pode dispensar o Estado; “[...] já que não teria como conter o proletariado sem ele, a burguesia utiliza-o contra a classe operária, ao mesmo tempo que procura, na medida do possível, afastá-lo de seus próprios negócios” (ENGELS, 2010, p. 309). Por isso, o referido autor explica que a legislação da época

tinha por objetivo proteger os proprietários contra os despossuídos, e que essas leis seriam necessárias por exatamente existirem despossuídos. Nesse sentido, Engels (2010, p. 309), direcionando-se à caridade privada burguesa, comenta:

Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo como aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária neta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação!

Engels (2010, p. 59) também trata da importância das grandes invenções de máquinas que impulsionaram a Revolução Industrial na Europa e, principalmente, na Inglaterra, que, com a expulsão dos camponeses das terras feudais, foram determinantes para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para esse autor, “o fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês”.

Como vimos, é com a industrialização e o crescimento da classe operária que se alastra o pauperismo. Engels (2010, p. 61) acrescenta que essa problemática se converteu numa questão nacional, na qual “[...] todos os debates parlamentares de algum relevo podem ser reduzidos a ele [...]”, e sobre o qual “[...] a derradeira sessão de 1844 não foi mais que um longo debate sobre as condições de vida dos operários [...]” e toda a legislação sobre os pobres implementadas até então.

Ao fazer um exame sobre os principais setores do proletariado inglês, Engels (2010, p. 173) destaca o proletariado fabril, aquele coberto pela legislação sobre as fábricas, explicando que:

essa legislação regula(va) a duração do trabalho nas fábricas onde se fia(vam) ou tec(iam) a lã, a seda, o algodão e o linho, utilizando força hidráulica ou vapor e envol(viam), por isso mesmo, os ramos mais importantes da indústria inglesa. A classe operária que vivi(a) desse trabalho representa(va) o núcleo mais numeroso, mais antigo, mais inteligente e mais enérgico dos operários ingleses e também, exatamente por isso o mais combativo e o mais odiado pela burguesia.

Assim, entendemos que, por representar um dos setores de base da economia inglesa, os operários fabris podiam reivindicar com mais força melhores condições de trabalho. Por isso, a burguesia implementara tal legislação.

Engels (2010, p. 215) destaca, como principais, as Leis sobre as Fábricas, de 1819, 1825 e 1831. Com relação à primeira, relata que

proibia o emprego de crianças com menos de nove anos na fiação e tecelagem do algodão; proibia também o trabalho noturno para aquelas entre nove e dezesseis anos, limitando a jornada de trabalho a doze horas, sem contar as interrupções para as refeições – mas como os industriais podiam regular as pausas segundo sua conveniência, a jornada era de catorze horas ou mais.

Já a Lei de 1825,

[...] estabelecia que as interrupções não podiam, no conjunto, ser superiores a hora e meia, de forma que a jornada não ultrapassasse treze horas e meia. Como nenhuma dessas leis contemplou qualquer meio de controle de sua aplicação, em geral as indústrias não as respeitavam. (ENGELS, 2010, p. 205-206).

E a Lei de 1831,

[...] estabeleceu, nas fábricas de algodão, a proibição do trabalho noturno (das sete e meia da noite às cinco e meia da manhã) para menores de 21 anos e determinou, para os menores de 18 anos, a jornada máxima de trabalho de doze horas (aos sábados, nove horas) – mas também essa lei serviu pouco, já que os trabalhadores não podiam testemunhar contra o patrão sem serem imediatamente despedidos. (ENGELS, 2010, p. 206).

Engels (2010, p. 68-69), ao tratar sobre as condições de vida dentro do sistema capitalista, destaca o isolamento do indivíduo, num ambiente em que o “[...] mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna” e que uma guerra de todos contra todos é explicitamente declarada, onde “[...] as armas de combate são o capital, a propriedade privada direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção [...]”.

Em tal situação, fica claro “[...] que todos os ônus [...] recaem sobre o pobre” (ENGELS, 2010, p. 69). Em meio ao caos da sociedade moderna, o pobre sobrevive como pode, sobrando-lhe

a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para mantê-lo vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia.

Engels (2010, p. 313) destaca que, em face da luta de classes existente naquele dado momento, as maiores disputas se dão no Parlamento, de forma que “[...] a classe proprietária combate no Parlamento, para agravar ainda mais a opressão sobre o proletariado”. Não deixa de destacar a importância do movimento operário em confronto direto com a burguesia na reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida, e explica que, em 1824, o Parlamento inglês aprovou uma lei em que dava o direito de liberdade de associação aos operários.

Com isso, as sociedades operárias se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes.

E ainda, “em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes, com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia” (ENGELS, 2010, p. 250-251), procurando negociar a fixação de salários, impedir a redução de salários, manter o nível da procura do emprego, limitando o emprego de aprendizes, e ajudar financeiramente os operários desempregados, além de criar formas mais eficientes de articulação grevistas. Porém, “a história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas”.

Assim, por meio do estudo sobre a intervenção estatal na questão social, no período concorrencial do capitalismo, constatamos que essa era de caráter punitivo, com medidas restritivas e agia na intersecção da assistência social e do trabalho forçado. Foi no contexto das lutas operárias pela jornada de trabalho – como uma das manifestações do aspecto político da questão social – que provocaram novas respostas do Estado por meio de diferentes regulamentações sociais e de trabalho.

Percebemos que essas formas de intervenção destinavam-se minimamente a garantir a reprodução da força de trabalho e que elas se apresentam como uma forma de regulação funcional ao capitalismo nascente. Mantendo, portanto, sua função social, o Estado intervém sobre as expressões da questão social apenas administrando, de forma a garantir a reprodução do sistema capitalista.

Na segunda metade do século XIX, as lutas da classe trabalhadora em reação à exploração acentuada, com grande exploração da mais-valia absoluta, e também à exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos, exploram em larga escala a questão social. As greves e manifestações da classe trabalhadora na reivindicação por melhores condições de vida, com uma jornada de trabalho definida e um salário que garantisse a manutenção das suas necessidades básicas, exigiram estratégias da classe burguesa, junto ao Estado, para lidar com a pressão dos trabalhadores, que foram desde a repressão direta, até concessões formais pontuais na forma de legislações fabris e assistenciais. Em face dos combates entre burguesia e proletariado, o Estado atua com o monopólio da força, sob a direção do capital, de forma que Marx e Engels (1998, p. 12) caracterizaram o Estado como “comitê executivo da burguesia”.

Observa-se, por um lado, que o Estado reprimia duramente os trabalhadores; e, por outro, iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril.

A partir dessas análises, podemos compreender que, no contexto do período concorrencial do capitalismo, regido pelo princípio liberal, as respostas dadas à questão social foram representativas e incorporaram apenas algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que minimamente melhoraram as condições de vida dos trabalhadores, mas nunca com a pretensão de atingir a raiz da questão social. O Estado apenas passa a intervir diretamente nas expressões da questão social em sua fase monopolista, como veremos a seguir.

2.4.3 Particularidades do Estado e da questão social em Angola: hipóteses

Embora não seja objetivo deste trabalho, uma vez que nos propusemos a analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, consideramos importante, para cumprir esse objetivo, trazer, mesmo que de forma introdutória, algumas hipóteses do que, para nós, se afiguram ser particularidades do Estado capitalista e da questão social em Angola. Esse é um tema urgente que precisa igualmente de um trabalho de ampla invergadura, que pode constar em nossa agenda de construir-se pesquisador.

Entendemos que esses apontamentos são apenas hipóteses a aprofundar e descortinar, porque para a apreensão de tais particularidades, nossa pesquisa precisaria incorporar a análise da formação social angolana para pensar as particularidades da questão social em Angola. Embora tenhamos feito esse caminho como está apresentado no capítulo 3 deste trabalho, aquela incursão não visou especialmente esse objetivo, mas sim apreender as mediações teórico-metodológicas presentes no pensar e fazer do Serviço Social em Angola. Assim sendo, depois de uma necessária abordagem no nível genérico do debate teórico-conceitual sobre o Estado e a Política Social, apanhando as mediações sócio-históricas próprias ao nível da formação social, para além das suas determinações em termos do modo de produção capitalista, sobretudo europeu, neste ponto do trabalho nos servimos da abordagem particularizada do capítulo 3 para, transversalmente, apontarmos algumas hipóteses das particularidades do Estado e da questão social em Angola.

Portanto, defendemos que, para explicar a questão social em Angola, não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista, que compõem o nível da universalidade; há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes dessa sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha as condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da questão social que têm rebatimentos nas mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social.

Assim, então, questionamos: Qual é a singularidade dos componentes da sociedade angolana enquanto formação social concreta na universalidade de co-sociedade capitalista, para obter condições de dimensionar suas particularidades?

Como adiantamos, embora encontremos indicações de resposta desta questão no capítulo 3, que não foi elaborado exatamente para responder a essa questão, embora acreditemos que a busca de respostas para essa questão precise de outra tese, que não cabe abordar nos limites desta, é importante trazer alguns apontamentos sobre o tema.

Uma primeira questão, que me foi colocada por um amigo, quando viu esse subtítulo no índice do projeto de pesquisa que remeti para qualificar, foi: *“Irmão, podemos efetivamente já falar de sociedade capitalista em Angola?”*. Eu, o doutorando, vi-me com a boca seca e palavras na ponta da língua, como é de costume!

A priori, pareceu uma questão simples, feita por um amigo numa conversa informal, que serviu para sustentar a respiração em alguns segundos e imediatamente responder afirmativamente. Porém, depois de refletir nela, percebi que a questão não era simples como parecia e que por si só é digna de uma tese de doutoramento. Desejando “evitar problemas” com uma banca altamente atenta e qualificada, decidi não entrar em “apuros” e limpei do índice todos os subtítulos em que aventureiramente me propunha a analisar, mesmo que de modo esquemático e resumido, as categorias de trabalho na particularidade de Angola. Animava-me o aparente conforto de evitar perguntas incomodativas e a certeza de que, afinal, se tratava de um estudo qualitativo e exploratório, por meio da pesquisa bibliografia sobre o tema. Porém, também me incomodava o ensinamento de Lênin, que recomenda a “análise concreta de situações concretas” pois, na esteira do seu mestre Marx,

O fato, portanto é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a

observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção (MARX; ENGELS, 1996, p. 35).

Alertados por esses sábios, também nos encorajamos de que “quem entra na chuva é para se molhar”, portanto, nem tudo que trazia para a Universidade era para questionar e ser questionado. Aliás, tudo o que sou, faço e escrevo era objeto de questões difíceis. Por isso, decidimos trazer num único subtítulo a análise das categorias Estado capitalista e Questão Social na particularidade da *formação social* angolana, embora tenhamos consciência de correr o risco de errar na insuficiência visto que tal exercício pressupõe a unidade da análise entre aspectos econômicos e extra-econômicos, nitidamente assinalada quando se deduz que, na categoria modo de produção, manifestam-se mediações não só das instâncias de organização da vida material, mas também da sociabilidade, que contempla um determinado modo de organizar as instâncias político-jurídicas, morais, ideológicas, culturais, etc.

Na senda de tentar responder afirmativamente à questão do meu incomodativo colega, relembramos que Marx chama a atenção para a dimensão histórico-concreta do modo de produção e, portanto, trata ontologicamente a categoria de formação social.

Embora não seja o objetivo imediato deste trabalho, uma vez que visamos apenas analisar as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, entendemos que tal desiderato não é possível, fazendo apenas abstrações das categorias. Aliás, a abstração é um processo de apreender uma determinada realidade com aproximações sucessivas, a partir de um aspecto concreto. Portanto, só se abstrai o concreto a partir de algo concreto. Além do fato de que as mediações que queremos analisar se manifestam também em dada particularidade, em face das expressões também particulares da questão social naquela organização social em estudo. Assim, para atender ao nosso objetivo, respondemos ao nosso colega que, sim, podemos afirmar que a formação social angolana é hegemonicamente capitalista, pois sabemos que

[...] a análise histórica demonstra que, nas sociedades que sucederam à comunidade primitiva, havendo sempre um modo de produção *dominante*, ele subordina formas remanescentes de modos já substituídos, formas que se apresentam como vestígios mais ou menos fortes do passado – podendo mesmo, em certos casos, ocorrer a combinação de formas de mais de um modo de produção numa sociedade determinada. Por isso, emprega-se a expressão **formação econômico-social** (ou, simplesmente, *formação social*) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com

formas precedentes (e mesmo, com formas que prenunciam elementos a se desenvolverem posteriormente). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 62-63, grifos dos autores).

Embora contraditoriamente, na formação social angolana, coexistam formas de produção não capitalista, como organizações socioeconômicas tribal e familiar, por exemplo, constata-se que a forma de produção dominante ou hegemônica é a capitalista, que se expressa naquela particularidade – aqui colocamos como hipótese –, como um capitalismo escravista. Até parece contraditório falar desse modo. Pelo capitalismo nascer com características escravistas, então, o capitalismo angolano não generalizou o pleno emprego. Aliás, o emprego significa a exploração do trabalho alheio em troca de algo que não esgota todo o valor do trabalho – o salário. Se até o emprego é uma forma necessária de exploração do trabalho, e característica constitutiva do capitalismo, tendo havido condições históricas de explorar o trabalho alheio pelo escravismo, ou seja, sem o mínimo que se chama salário, o grande capital viu no escravismo um mecanismo de aumentar a sua margem de lucro.

Por ser, o capitalismo na formação social angolana, escravista e, por isso, não preocupado em realizar o pleno emprego, então estamos diante de um capitalismo que não pode garantir os direitos mínimos do trabalho assalariado. Portanto, historicamente, os trabalhadores não podem usufruir dos direitos decorrentes do trabalho. Trata(va)m-se de escravos. Portanto, os avanços e conquistas da classe trabalhadora que o capital pode ser, nos Estados do Bem-estar Social, os chamados Estados providentes, apenas resquícios passa(ra)m por Angola, como passa a nuvem que irriga onde chove, mas deixa sinal, lá onde não choveu, de que houve chuva em algum lugar mais ou menos próximo.

Ainda por hipótese, já que esse é apenas um objetivo periférico deste trabalho, mas uma necessidade urgente a desvendar, o capitalismo se expressa na particularidade angolana também como um capitalismo periférico, o que não é sinônimo de pouco importante. Pelo contrário, no contexto da produção capitalista, a organização social angolana joga um papel importante como consumidor; dialeticamente, isso não exclui que naquela realidade não se produza. Um capitalismo fornecedor de insumos humanos (materiais, minerais e, hoje, a lista pode ser interminável) para a máquina capitalista, sem, portanto, e contraditoriamente, significar que não recebamos.

Essas contradições que identificamos em Angola são inerentes ao modo de produção capitalista. O capitalismo necessariamente cria periferias. Mesmo em países

tidos como do centro, existem periferias capitalistas no mesmo espaço e podemos encontrar igualmente formas ou focos de capitalismo de países centrais e países periféricos, como é o caso de Angola.

Ora considerando que o capitalismo, nos termos de Meszáros (2011), é um sistema sociometabólico, que tudo absorve para os seus fins, é importante termos em conta essas contradições presentes no modo particular do capitalismo angolano porque as mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, que pretendemos identificar e analisar, não escapam dessas contradições. É difícil expressar isso em papel, mas é o caminho a seguir, pois, alerta Lukács (1979, p. 75-76):

a concepção ontologicamente correta do ser [deve] sempre partir da heterogeneidade primária recíproca dos elementos, processos e complexos singulares, e, ao mesmo tempo, ter presente a ineliminável e profunda articulação deles em toda totalidade social histórico-concreta. Toda vez que enfrentarmos essa concatenação de complexos heterogêneos, antitéticos, devemos buscar apreendê-los com o pensamento de modo concreto [...] evitando tanto a “legalidade” abstrata quanto a “unicidade” igualmente abstrata e empiricista (grifos do autor).

Este segundo capítulo ocupou-se de tratar dos fundamentos do Estado, com o objetivo de compreender sua função social nos modos de produção anteriores e no modo de produção capitalista. Com a análise de Engels (1979) entendemos que a figura do Estado surge em decorrência da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e que, portanto, é produto da sociedade, como também que o Estado nasceu da necessidade social de conter o antagonismo das classes, e que, por regra geral, se coloca como da classe mais poderosa, que é a classe economicamente dominante, assim adquirindo meios de repressão e exploração da classe oprimida.

Baseados em Mészáros (2011), entendemos que o capital se caracteriza por uma forma incontrolável de controle sociometabólico, que domina todas as esferas da vida humana; é um poder totalizador, que não pode ser controlado externamente; ao contrário, possui um autocontrole; é um sistema orientado para a expansão e movido pela acumulação, e nessa sua busca incessante por lucro – motivo último das ações capitalistas – gera diversas contradições insuperáveis pelo próprio capital, porém, sempre encontra formas de desviar das barreiras que encontra no decorrer de seu desenvolvimento histórico, o que o faz adquirir um poder que transpõe os aspectos particulares do seu processo de reprodução sociometabólico.

Diante dos defeitos estruturais mencionados, percebemos que o papel do Estado moderno, através da atuação direta sobre a administração desse sistema sociometabólico, é fundamental na garantia de manutenção da ordem constituída. No cumprimento de sua função social, o Estado desenvolve as mais diversas formas de atuação – as quais Mészáros (2011) chama de imperativos corretivos do capital –, inclusive por meio das políticas sociais. É, pois, dessa compreensão que julgamos encontrar a chave heurística para explicar as conexões e contradições existentes entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social no processo de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola.

III. MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS EM ANGOLA

Relembramos que nosso pretensão de sempre e que orientou este trabalho é de apreender o significado e a essência/natureza do Serviço Social, nos processos de (re)produção e representação da vida social em Angola, porém, desta vez, partindo da análise das mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social.

Para conhecer essa totalidade em sua transversalidade conectiva, como propõe Konder (1998), não se fez necessário – e nem seria possível – percorrer, como uma listagem, todas as inumeráveis partes, os elementos, momentos e as relações do todo. Procuramos, sim, conhecer a lógica que preside a sua conexão através de sucessivas e necessárias aproximações, de degrau em degrau, cobrindo, revelando e completando cada conceito, cada relação, cada conexão e cada categoria, desde sua apreensão mais abstrata (e mais simples) à mais concreta (e mais complexa), no curso da qual a lógica essencial que preside a conexão do todo pode ser captada em algum estágio intermediário.

Depois de, nos capítulos anteriores, termos procurado nos debruçarmos sobre cada categoria que compõe o nosso tema, neste último capítulo, procuramos trazer elementos que nos ajudem a responder às questões que orientaram esta pesquisa: que mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social na sua relação com o Estado e a Política Social em Angola? Ou, em outras palavras, que mediações teórico-metodológicas estão presentes na compreensão e intervenção do assistente social nas expressões da questão social em Angola? Quais são os principais fundamentos pelos quais a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade angolana e que definem sua direção social? Como tais mediações se expressaram no tempo colonial e na Angola independente? Existem diferenças das mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social quando da sua institucionalização em Angola e em nossos dias? Nesse processo, que conexões e contradições existem entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social em Angola?

Nas páginas que se seguem, procuramos dar respostas a esses questionamentos, trazendo dados obtidos por meio das pesquisas bibliográfica e documental; da leitura, compilação e interpretação dos mais discursos e variados documentos aos quais tivemos acesso, e que retratam ou dão pistas sobre ideias, propostas, propósitos que diferentes

atores, angolanos e portugueses, apresentaram para fazer frente às expressões da questão social no período anterior, próximo da institucionalização do Serviço Social e em nossos dias. De igual modo, procuramos identificar diferentes tendências teórico-metodológicas no total de 93 (noventa e três) TCCs defendidos por assistentes sociais nos anos de 2017 e 2018, em Angola. Também recorremos ao rico material coletado quando da pesquisa da dissertação, constituído por depoimentos de assistentes sociais formadas no tempo colonial que, por limite, natureza e fins daquele nosso trabalho-agenda, não foi possível, nem necessário, exaurir. Assim, primeiro apresentamos a análise das mediações teórico-metodológicas no tempo colonial, altura da institucionalização do Serviço Social, e depois em nossos dias.

3.1 O Estado diante das expressões da questão social em Angola

3.1.1 Mediações teórico-metodológicas do Estado colonial

Sabemos, por uma experiência secular, que a posse e defesa de uma ideologia autêntica é a maior força do Estado, porque se trata do próprio núcleo central da sua cultura, e são as culturas que têm a vocação da eternidade.

(MOREIRA, Adriano . **A batalha da esperança**, 1964).

Moreira não está presente, mas, certamente, seus escritos e de seus contemporâneos podem nos ajudar a responder às seguintes perguntas: Porque, em 1964, Moreira falava de batalha e porque era uma batalha de esperança? O que estava acontecendo com a esperança de Portugal para que precisasse de uma batalha para mantê-la? Tal batalha pretendia manter em posse ou defender qual ideologia? Que mediações teórico-metodológicas eram necessárias para garantir a Portugal e seu filho Moreira, desesperado, a manutenção da esperança? O Serviço Social instituído nesses tempos de desespero como uma arma poderosa, nessa batalha de recuperação da esperança, podia estar imune ou fora da influência de tal ideologia tida como autêntica e maior força do Estado (pai e provedor da profissão) que institui a profissão num casamento com a Igreja Católica (mãe e mestra da profissão)?

A resposta categórica é não! Afinal, é preciso ver o Serviço Social na história e não só a história do Serviço Social se quisermos realmente compreender e desvendar o seu significado e essência nos processos de produção e reprodução da vida social. Relembramos que “a profissão e o conhecimento que a iluminam se explicam no

movimento histórico da sociedade” (YAZBEK, 2009, p. 1), sendo verdade que “as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem” (RAICHELIS, 2009, p. 377).

Vejamos, embora sumariamente, qual é o movimento histórico da sociedade angolana, no esforço de, nesse movimento, captarmos o conhecimento que ilumina a profissão.

Nessa “batalha da esperança”, Portugal traz como solução ideológica e prática a Política Ultramarina, como uma Solução Portuguesa, ou um conjunto de princípios e políticas reformistas, adotado por António de Oliveira Salazar em seus governos, durante o período final do Estado Novo, como forma de responder aos novos desafios e às necessidades decorrentes da ação colonizadora de Portugal em África, nas décadas de 50 e 60 do século XX.

Relembramos que o Serviço Social em Angola foi institucionalizado em 1962, como já abordamos em Monteiro (2016). Ora, nas décadas de 50 e 60, do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o colonialismo e os impérios coloniais, incluindo o Império Português, tornaram-se objeto de crescente contestação por parte dos povos colonizados e da comunidade internacional, cada vez mais favorável ao princípio da autodeterminação dos povos colonizados. Embora com algum atraso, a nova Política Ultramarina Portuguesa tenta desesperadamente, por exemplo, incorporar princípios decorrentes dos direitos dos homens e povos e promover um rápido desenvolvimento social, cultural e econômico das colônias.

Em face da nova conjuntura internacional, o Estado Novo teve que se adaptar, com o intuito de preservar o Império colonial, que era visto pelo Estado Novo como um valor único de afirmação e salvaguarda da identidade política e cultural de Portugal. Em 1951, o Ato Colonial foi revogado, a Constituição da República Portuguesa foi revista e as colônias passaram a ser designadas de províncias ultramarinas. Em 1961, o Estatuto do Indígena foi revogado por Adriano Moreira, ministro do Ultramar, e permitiu que os indígenas pudessem aceder de forma mais fácil à cidadania portuguesa e aos direitos inerentes a ela. A revogação do Estatuto fez parte de um conjunto mais amplo de reformas iniciadas por Adriano Moreira, com o objetivo de garantir maior “emancipação e desenvolvimento social” dos povos colonizados. Em 1971, quando da revisão constitucional, o regime de Marcelo Caetano (sucessor de Salazar) passou a

defender a implementação de uma “autonomia progressiva e participada” das províncias ultramarinas, organizadas em “regiões autônomas”.

Um dos fundamentos teóricos dessa nova e última política colonial (ou ultramarina) portuguesa foi o lusotropicalismo. Essa teoria foi desenvolvida por Gilberto Freyre e trata da relação “natural” de Portugal com os trópicos e a consequente gênese, por exemplo, do povo brasileiro enquanto produto dessa relação benéfica e “natural” de miscigenação. O lusotropicalismo foi apropriado pelo Estado Novo, que passou a utilizá-lo como instrumento de propaganda para convencer os portugueses e a comunidade internacional acerca da benignidade da colonização portuguesa ou, de forma mais eufemística, “do modo português de estar no mundo”: tolerante, fraterno, plástico, com vocação ecumênica, dedicado, em primeiro lugar, à “missão civilizadora” e sem problemas em misturar-se com outros povos, ao contrário de outros colonizadores europeus, que eram racistas, segregacionistas e dedicados sobretudo à exploração econômica.

Olhando para Salazar (1946), bem como o Boletim Geral do Ultramar (1956), a Política Ultramarina, a Solução Portuguesa tinha como propósito incentivar a:

1. “Manutenção firme do conjunto unido dos territórios portugueses, na Europa e Ultramar;
2. Promoção, o mais acelerada possível, do seu progresso econômico, social e político, em particular, educacional, de saúde e cívico;
3. Intensificação da implantação, nos mesmos territórios, da paridade, harmonia e dignificação étnicas, da coexistência de religiões e crenças, e da conciliação de culturas e tradições – proposições fulcro da Solução Portuguesa. E proposições implicando objetivos, a prazo e de começo necessariamente tendenciais, de plenitude de cidadanias, de equivalentes posições iniciais e iguais oportunidades, de vigência dos mesmos direitos e deveres, e de acesso a situações econômicas, sociais e políticas, conseguido em face do valor real, da iniciativa havida e da atividade desenvolvida;
4. Tudo com a finalidade da consecução de um elevado grau de desenvolvimento global”.

Com a Política Ultramarina Portuguesa, ficou estabelecido um novo quadro conceitual para enquadrar as várias políticas do Estado Novo referentes ao Ultramar. Esse novo Conceito Ultramarino definia que todas as províncias ultramarinas eram uma parte integral e inseparável de Portugal, enquanto uma Nação multirracial e

pluricontinental. O conceito de colônia, metrópole (Portugal) e Império Português foram, teoricamente, abolidos. Esse novo Conceito era bem diferente do quadro conceitual definido pelo Acto Colonial (1930) tudo visando a manutenção do império colonial.

Mas a definição de uma nova Política e novo Conceito para o Ultramar e a decisão de defender a todo o custo as províncias ultramarinas, não correspondeu totalmente à respectiva execução. Vários entraves dificultaram a prática do plano, como, por exemplo:

- A falta de integração econômica de Portugal com o Ultramar;
- A falta de uma elite local totalmente “aportuguesada” verdadeiramente capaz de assumir o governo local;
- A rápida mudança do panorama internacional, marcado pela Guerra Fria e pela crescente descolonização de muitas colônias anteriormente pertencentes a países europeus bem mais poderosos do que Portugal, como o Reino Unido e a França. Essa mesma descolonização contou com o apoio dos EUA e da União Soviética, que eram àquela altura, as duas maiores potências mundiais.
- A indefinição do regime de Marcello Caetano (1968-1974) relativamente à questão do Ultramar, que se mostrou indeciso ou incapaz de definir o tempo oportuno para consultar as populações colonizadas relativamente à sua autodeterminação e o modo como esse processo seria realizado, bem como do desenlace final desejado: enquanto que uns desejavam a integração plena do Ultramar no Estado Português (os *integracionistas* ou *ultras*), outros desejavam que esse processo levasse ao estabelecimento de uma federação ou confederação de estados africanos com Portugal, ou até à independência plena dos povos africanos.

Nem uma nem outra posição venceu. No contexto da guerra fria, os EUA e a União Soviética não só apoiaram o princípio da descolonização nos meios diplomáticos internacionais, como também ajudaram materialmente vários movimentos de libertação ativos no Ultramar português, levando à eclosão da Guerra do Ultramar (1961-1974). Essa longa guerra arruinou Portugal; condenou o país a um crescente isolamento internacional; alimentou a oposição interna ao regime; e contribuiu para a eclosão da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974). Essa revolução, iniciada por um golpe militar, derrubou o Estado Novo e levou à descolonização repentina das colônias

portuguesas Angola e Moçambique, em 1995, um cenário que a Política Ultramarina Portuguesa tentou evitar a todo o custo, mas que acabou, ela mesma, por precipitar.

Assim, podemos dizer que, como o ascentral fundador da ideologia da “administração científica” capitalista, Frederik Winslow Taylor, que no início sonhava com a eliminação dos conflitos sociais, também Portugal acreditava que

Sob administração científica, a grande revolução que ocorre na atitude mental das duas partes é que ambos os lados deixam de ver a divisão do excedente como a questão mais importante e voltam a sua atenção para o aumento do tamanho do excedente até que este se torne tão grande que seja desnecessário disputar o modo como ele será dividido. Percebem que, quando param de puxar o fardo em direções opostas e passam a empurrá-lo obra a obra na mesma direção, o tamanho do excedente criado por seus conjuntos é realmente espantoso. Ambos compreendem que, quando substituem o antagonismo e a disputa pela cooperação amigável e a ajuda mútua, são capazes, em conjunto, de tornar este excedente tão incrivelmente maior do que era no passado, que há condições suficientes par um grande aumento nos salários dos trabalhadores e um aumento igualmente grande nos lucros do fabricante. (TAYLOR *apud* MÉSZÁROS, 2014, p. 118).

Porém, a história tem revelado exatamente o contrário. Não é possível assegurar a conciliação de classes inconciliáveis, opostas. Com a Política Ultramarina, a Solução Portuguesa para fazer frente às expressões da questão social que se manifestavam na altura na questão colonial, o Estado capitalista colonial vê-se diante de duas demandas: “absorver e controlar” os trabalhadores autótones, pois esses reclamam por soluções para os problemas sociais vivenciados diante de um polo industrial em fase embrionária em Angola e os trabalhadores explorados no campo como exemplificam as revoltas no norte de Angola e o emblemático massacre da Baixa de Cassanje¹⁴.

Para tanto, o Estado colonial incorpora algumas exigências dos trabalhadores sempre escravizados “oferecendo”, com um conjunto de serviços sociais incorporados nos ensaios de políticas sociais, que o colono chama de medidas de aumento de rendimento, controlando, dessa forma, os movimentos reivindicatórios dessa classe emergente, por meio de canais institucionais. Contrariamente, em vez de tais medidas

¹⁴ A 4 de Janeiro de 1961 colonos portugueses reprimiram cerca de 20 mil camponeses angolanos, naquilo que ficou na história conhecido como o Massacre da Baixa de Cassanje, território localizado entre as províncias de Malanje e da Lunda Norte. A efeméride é assinalada no país como uma data de celebração nacional, considerada Dia dos Mártires da Repressão Colonial. Nesse dia, trabalhadores agrícolas das plantações de algodão da companhia luso-belga Cotonang, na Baixa de Cassanje, revoltaram-se contra o trabalho escravo, destruindo plantações, pontes e casas. A resposta dos colonos portugueses não tardou com o envio da Força Aérea Portuguesa, que bombardeou indiscriminadamente a região, com projecteis napalm, tendo provocado a morte de milhares de cidadãos. Os acontecimentos da Baixa do Cassanje aumentaram a consciência de liberdade dos patriotas angolanos que, a 4 de Fevereiro do mesmo ano, resolveram desencadear uma luta armada contra o regime fascista português, culminando com a proclamação da independência do país, a 11 de Novembro de 1975.

de “tapar o sol com a peneira” resultarem a favor dos interesses de Portugal, a organização dos angolanos explorados pelo trabalho assalariado, nesse período, se intensifica, no contexto da reemergência de movimentos reivindicatórios de emancipação política que se assiste em África, na década de 60; situação que leva a Igreja Católica a reafirmar sua interferência na dinâmica social, como já havia feito, no século XIX, diante da situação de operários que viviam em condições de miséria e pobreza.

A Igreja reafirma a importância do seu papel em julgar questões socioeconômicas aos olhos do evangelho e destaca a importância da atenção e do cuidado para os seguintes pontos: bem comum, conciliação de classes sociais, cuidados da preservação de instituições, e de costumes e atitudes a serem tomadas pelos católicos para inverter a situação de miséria dos operários.

A distinta e diversa bibliografia consultada, que nos ajudou a ler os contextos nacional e internacional prévio e posterior à institucionalização do Serviço Social em Angola, em 1962, nos faz concluir que, para uma análise das mediações teórico-metodológicas no Serviço Social em Angola, nas décadas de 50 e 60 não se pode prescindir de situar o papel da Igreja Católica, pois a encíclica *Fidei Donum* sobre “a Situação das Missões Católicas particularmente da África” divulgada pelo papa Pio XII, em 21 de Abril de 1957, lança as bases dos esforços da Igreja Católica, a partir desse momento, na África em geral. Nesses termos, como já referimos em Monteiro (2016), o nome da primeira escola de formação de trabalhadores sociais (assistentes sociais, educadores sociais, educadores de infância, monitoras de infância) – Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII – não foi certamente mera coincidência, mas uma explícita homenagem àquele papa da *Fidei Donum*.

A Igreja Católica, sob inspirações bíblica e neotomista, por via dos Documentos da Doutrina Social da Igreja, interpreta o confronto e o conflito entre o capital – representado pelo colonialista português – e a classe trabalhadora indígena, – autóctone primeiro, reduzida à máquina escrava da produção, e agora super explorada no trabalho assalariado – como um problema moral consubstanciado no mau uso do direito “divinal” e “natural” à propriedade privada.

E, portanto, em face das tendências de respostas que a sociedade em geral oferecia a essa contenda (capitalismo ou socialismo), entendendo que a propriedade privada é um direito “divinal” e “natural”, desde que iluminado por princípios evangélicos resumidos na Doutrina Social da Igreja, cuja expressão máxima é a *Rerum*

Novarum – sobre a Condição dos Operários (Papa Leão XIII, 15 de maio de 1891), que, para o caso concreto de África, foi sendo reatualizada por meio de outros, como a *Fidei Donum* – sobre A Situação das Missões Particularmente em África (21 de abril 1957); a *Populorum Progressio* – sobre O Direito de Autoafirmação dos Povos (Paulo VI, 26 de março 1961); a *Mater et Magistra* – sobre A Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã (papa João XXIII, 15 de maio de 1961), e a *Pacem in Terris* – sobre A Paz de Todos os Povos (papa João XXIII, 11 de abril de 1963).

Nesse quadro, a Igreja Católica cria a primeira Escola do Serviço Social, em Angola, o Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII, cujos formandos assistentes sociais e outros seriam a “luz nas trevas”, o “fermento na massa”, o “sal da terra”, pois, uma vez selecionados com base em critérios de *competência* (conclusão do liceu ou equivalente) e de *pureza ética* (ser indicado pelo pároco ou considerado eticamente equilibrado) e formados com *base técnica*, esses quadros contribuiriam para a construção do mundo justo, tal como idealizado pelo Catolicismo (MONTEIRO, 2016, p. 140).

Num “contexto histórico marcado pela Guerra Fria e pela gritante desigualdade que a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial havia criado, suscitando grande desenvolvimento de alguns povos deixando outros no subdesenvolvimento e muito mais pobres”, associando-se o fato de “a descolonização do continente africano sob base ideológica do socialismo em claro abandono às bases religiosas dos países colonizadores”, como já demonstrávamos em Monteiro (2016, p. 127-128), a Igreja Católica viu-se obrigada a atualizar e reafirmar o seu Magistério sobre as questões novas e antigas que ressurgiam com nova roupagem nos “anos 1960”, apresentando-se como “Mãe e Mestra da Humanidade”. Reiteradamente, é reafirmada e ampliada a preocupação do papa João XXIII com a situação da Igreja na África, em face das independências que “rompiam” com a religião dos países europeus colonizadores; abraçavam o socialismo; e permitiam o avanço do protestantismo e das religiões africanas, situação já demonstrada em 1957 na encíclica *Fidei Donum*, revelando uma política mundial da Igreja contra o comunismo, o “espiritismo” e o protestantismo, com fortes repercussões na África.

Essa necessidade de a Igreja Católica atualizar e reafirmar o seu Magistério, em face das novas e antigas propostas que ressurgiam com nova roupagem, nos “anos 1960”, vai encontrar apoio do Estado capitalista colonial, cuja visão integralista fará uma combinação com os pressupostos da Doutrina Social da Igreja Católica e

influenciará grandemente a formação do assistente social no tempo colonial e ainda em nossos dias.

Mendes (1966, p. 389-390) refere-se, assim, às razões que fundamentaram a instituição do conjunto de serviços sociais que demandaram e deram significado ao Serviço Social:

O respeito pela pessoa humana, hoje comumente garantido nos diplomas constitucionais dos Estados e dos organismos internacionais mais responsáveis, embora nem sempre observado, torna intolerável a perspectiva da miséria e da mendicidade para os que, tendo durante longos anos prestado à sua comunidade o esforço e trabalho normais, são atingidos pela doença, o desemprego, a invalidez e a velhice. Considera-se que é à comunidade que compete assegurar uma existência digna ao trabalhador em tal situação [...]. A segurança ou a previdência social é, portanto, um dever que a sociedade vê a si mesma imposto, por conceito moral indiscutível.

Verifica-se, nessa citação, uma influência da filosofia tomista, que muito acompanhou e acompanha o pensamento católico. O “princípio da dignidade da pessoa humana”, embora não dito por ser “imagem e semelhança de Deus”, e o “princípio da sociabilidade da pessoa humana”, que apela ao direito de o ser humano encontrar na sociedade as condições necessárias para sua realização como pessoa humana, são exemplos emblemáticos. E, ainda, as manifestações da questão social como “miséria” e “mendicidade”, “doença”, “desemprego”, “invalidez” e “velhice” de quem, “durante longos anos”, trabalhou, citadas como problemas que se resolvem com políticas públicas próprias dos Estados modernos, sem que se proponham mudanças radicais dos processos e relações de trabalho que provocaram esses males, em coerência com as propostas da Doutrina Social da Igreja (MONTEIRO, 2016).

Embora esteja de acordo que

Nem o doutrinarianismo, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão do mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político entre outros. O conservadorismo como forma de conhecimento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e neste sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista [...] A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto, organizamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. (NETTO, 1988; YAZBEK, 2009 *apud* YAZBEK, 2018, p. 51).

Portanto, estando de acordo que o pensamento doutrinário não é uma mediação teórico-metodológica, não significa ignorar a sua influência no Serviço Social. Este, tal como no Brasil, em Angola teve e tem

Particular importância na estruturação do emergente perfil do Serviço Social. *Em Angola como no Brasil*, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais

(caso de Angola, tanto no tempo colonial como no pós-independência). Essa relação vai imprimir à profissão que se inicia um caráter conservador e de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem. A contribuição do Serviço Social neste momento incidirá sobre valores e comportamento de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação da emergente profissão o pensamento social da Igreja (doutrina social da Igreja) de cunho humanista conservador e contrário ao ideário liberal e socialista. (YAZBEK, 2018, p. 52-53, grifos nossos).

O esforço de desvendar a essência/natureza da profissão em Angola e o seu significado nos processos de produção e reprodução da vida social naquele país, desde o foco das mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social no seu processo de interpretar e intervir nas expressões particulares da questão social em Angola, em sua relação com o Estado e a Política Social, desde a sua institucionalização aos nossos dias, rebusca a Doutrina Social da Igreja porque, não sendo uma teoria social, por se basear em princípios de fé, a compreensão das suas explicações sobre o homem e seu mundo são fundamentais para compreender a profissão, pelas seguintes razões:

- a) Porque o Serviço Social, em Angola, quer na época colonial quanto na Angola independente, foi instituído pela Igreja Católica em colaboração com o governo de cada época. Primeiro, na Escola de Educação e Serviço Social Pio XII, em 1962, e, depois, no Instituto Superior João Paulo II, em 2019. Como demonstramos em Monteiro (2016, p. 127), isso não é mera casualidade, mas expressa a compreensão que a Igreja tem sobre a questão social, seu posicionamento e seu projeto de sociedade. Então, não podemos falar do Serviço Social em Angola se não entendermos o papel da Igreja Católica nas décadas 50/60 e nos nossos dias;
- b) Porque não podemos falar do Serviço Social em Angola sem olharmos para as repercussões das Encíclicas *Fidei Donum*, sobre a “Situação das Missões Católicas, particularmente da África” (PIO XII, 1957). Porque não podemos falar do Serviço Social em Angola sem termos em conta a atualização e reafirmação do Magistério da Igreja sobre a questão social expostas na conturbada década de 60 na Encíclica *Mater et Magistra* (JOÃO XXIII, 1961). Não podemos falar do Serviço Social em Angola sem olharmos para

os ventos do Concílio Vaticano II para as atuações da Igreja no país sob domínio colonial;

- c) Porque a Universidade é também um espaço de disputa teórico-metodológica e ideológica e julgamos que, na primeira escola de Serviço Social, lá na turbulenta década de 60, não foi diferente. Vejamos o estrato do depoimento de uma ex-aluna da primeira escola do Serviço Social em Angola:

[...] Você devia entrevistar o Cardeal Alexandre, ele foi professor no Pio XII, mas depois deixou... Porque deixou a gente não sabe direito... Aquele mais velho tem muito para dizer, mas pronto (silêncio)... mesmo nós quando íamos às comunidades tinha lá agentes da Pide infiltrados, para verem o que ensinávamos e o que fazíamos... eles já desconfiavam... (silêncio) Claro! Eles conheciam os professores que tínhamos [...] (Assistente Social A2, in MONTEIRO, 2016, p. 137).

Portanto, embora os anos de 1960 representem o momento da crise mais aguda nas relações da metrópole portuguesa com as suas colônias, o regime de Salazar continuou a defender o princípio da unidade como núcleo da política portuguesa no Ultramar. Portanto, todas as ações e iniciativas públicas deveriam concorrer para garantir a coesão, a integração e a distribuição de papéis e funções entre colonizadores e colonizados, que assegurem o equilíbrio e manutenção do sistema vigente. O Serviço Social nasce nesse ideário e esforço e encontra na Doutrina Social da Igreja um aliado.

Conforme atesta Villen (2013, p. 71), a identificação orgânica entre Nação Portuguesa e Ultramar aparece estruturada no discurso colonial por meio do ideal de “unidade moral da nação” como algo derivado da “expansão da civilização portuguesa” no mundo e reflexo do seu passado colonial. Na verdade, a propaganda nacionalista do regime é mascarada na fórmula da “missão civilizadora” prevista no segundo artigo do *Acto Colonial*, como abaixo se expressa:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa a função histórica de possuir e colonizar os domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente. (MIRANDA, 1984, p. 297).

Na mesma linha segue e sustenta Moreira (1955, p. 106):

O meu país é um país unitário, com os mesmos órgãos de soberania dotados de competência em todo território nacional, e daí resulta a unidade política. A nação é uma só, e até onde chega a nação terá que chegar o Estado. Esta é precisamente a razão por que a nossa constituição—de um Estado unitário — não permite qualquer discriminação entre os vários territórios.

Certos de que o Serviço Social não se explica por si mesmo, mas no movimento social no qual se insere, nesta base e desejando apreender as mediações teórico-metodológicas do Serviço Social na sua inter-relação com o Estado e a Política Social, com esses trechos, fica mais do que evidente que a matriz positivista na sua vertente de

foco funcionalista e organicista, com forte presença da Doutrina Social da Igreja, foi a mediação teórico-metodológica que esteve presente na origem do Serviço Social em Angola. Esse organicismo funcionalista, em diálogo com o Evangelho, está explícito nos discursos de Salazar. Vejamos o que podemos encontrar em *A Bíblia* (1 Cor. 12, 12-23):

- 12 Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também.
13 Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito.
14 Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos.
15 Se o pé disser: Porque não sou mão, não sou do corpo; não será por isso do corpo?
16 E se a orelha disser: Porque não sou olho não sou do corpo; não será por isso do corpo?
17 Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde estaria o olfato?
18 Mas agora Deus colocou os membros no corpo, cada um deles como quis.
19 E, se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo?
20 Assim, pois, há muitos membros, mas um corpo.
21 E o olho não pode dizer à mão: Não tenho necessidade de ti; nem ainda a cabeça aos pés: Não tenho necessidade de vós.
22 Antes, os membros do corpo que parecem ser os mais fracos são necessários;
23 E os que reputamos serem menos honrosos no corpo, a esses honramos muito mais; e aos que em nós são menos decorosos damos muito mais honra.
24 Porque os que em nós são mais nobres não têm necessidade disso, mas Deus assim formou o corpo, dando muito mais honra ao que tinha falta dela;
25 Para que não haja divisão no corpo, mas antes tenham os membros igual cuidado uns dos outros.
26 De maneira que, se um membro padece, todos os membros padecem com ele; e, se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele.
27 Ora, vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular.
28 E a uns pôs Deus na igreja, primeiramente apóstolos, em segundo lugar profetas, em terceiro doutores, depois milagres, depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas.

Dessa base positivista conservadora, de foco funcionalista e sistêmico, com influência cristã católica, Portugal legitima e justifica seu papel colonizador. Todos os esforços, inclusive a criação do Serviço Social em Angola são justificados por essa ideologia. É com base nessa visão que Salazar e Adriano Moreira na década 60 justificam na Organização das Nações Unidas (ONU) a sua ação colonizadora, que consideram muito singular por ser um “colonialismo missionário”, que considera positivo, ao contrário do outro, que chamam de “colonialismo de espaço vital”. Em contraposição a essa forma que tem como negativa, Moreira assume a defesa da legitimidade da existência de outra natureza de sua atuação: o “*colonialismo missionário*”, pelo fatode estar vinculado à vocação histórica do povo lusitano, desde sempre propensa à expansão do seu Império para a difusão da fé cristã.

Portugal aparecia como um povo civilizador por excelência: foram os portugueses que fizeram as grandes descobertas, abrindo novas terras e colonizando-as, sobretudo civilizando-as; Portugal não é dotado a procurar matérias-primas, mas a levar luzes às tenebras do mundo pagão. O povo de Camões não explorou suas possessões do Ultramar, mas sim as civilizou. (ALBERTINI *apud* VILLEN, 2013, p. 75).

Basta isso para percebermos como, desde o funcionalismo de Herbet Spencer, Portugal assume-se no “corpo único” como a cabeça em relação as colônias, de igual forma que Cristo é para a Igreja. Como Portugal se entendia “caminho, verdade e vida”, como Cristo se autodefinia para os seus seguidores. Assim, Portugal, para o resto do seu “corpo místico”, que eram as colônias, se entendia tal como diz 1 Coríntios 12, 28, o profeta, doutor, o que faz milagre para curar e ensinar não só a governar e a falar a língua dos deuses – o português, mas também a salvar a alma da perdição eterna.

Por isso, como já demonstramos em Monteiro (2016), não é por mera casualidade que o Serviço Social em Angola tenha surgido sob auspícios da Igreja Católica em colaboração com o governo colonial capitalista português, como um filho querido resultante do casamento entre o “pai e provedor” Estado Colonial Português e a “mãe e mestre” Igreja Católica. Só por isso, referindo-se aos movimentos de Libertação de Angola, que punham em causa o equilíbrio do todo sacro e santo “corpo místico” de Portugal, Salazar (*apud* VILLEN, 2013, p. 71) se expressa nestes termos:

Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; assim como não há angolanos, mas portugueses de Angola [...]. O mesmo que fica dito se aplica a Moçambique, [...] Moçambique só é Moçambique porque é Portugal, que o mesmo é dizer – desfeito o cimento que nos liga e que nos faz parte da Nação Portuguesa, não haverá mais Moçambique nem na história nem na geografia.

Para garantir o equilíbrio no corpo único agora em desarmonia vem a Política do Estado Novo, sempre funcionalista, moralista e com o remédio do desenvolvimentismo. Conforme depoimento da Assistente Social A2 (*in* MONTEIRO, 2016, p. 137) :

Quando chegou o DC... Isso mesmo, Desenvolvimento Comunitário, nós fizemos um lindo trabalho de comunidades...mas meu filho o que significava Desenvolvimento Comunitário naquela época de convulsão política? O quê? Bem, havia até entre nós, (silêncio) isso dependia: Para uns era ensinar as mães pretas nos cuidados de saúde e tudo mais, alinhar as residências na construção, fazer o trabalho social com os trabalhadores e nada mais! Para outros, DC era tudo aquilo e mais outra coisa... por exemplo, informar o que estava a acontecer no Norte e porque, como responder com alguns patrões, dar panfletos proibidos, ensinar práticas de higiene, mas lavando a cabeça do angolano? Alinhar as casas mas entortar as consciências? Enfim, fazíamos tudo isso... o feitiço há vezes que virava para o feiticeiro. Mas pronto, desviei demais, vê nisso o que dá.

O desenvolvimento local ou comunitário integrado na Política do Estado Novo é o esforço para melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local (a comunidade e seus espaços geográfico e cultural), tomando em conta a especificidade desse local, nesse caso, Angola, com as especificidades que a particularidade produzia.

Com o desenvolvimento de comunidades como parte da sua Política Ultramarina do Estado Novo, Portugal procura o desenvolvimento equilibrado, porém integrado a ele, mas não com o máximo respeito pelos valores próprios das colônias.

Nesse contexto, desenvolvimento de comunidades, enquanto ação concertada no Estado Novo, pretendia conduzir a uma tomada de consciência acerca das potencialidades locais, promovendo, conseqüentemente, iniciativas geradoras de riqueza e emprego que correspondessem a um plano imperialista de Portugal. Assim, este não era mais do que a concertação de estratégias e metodologias de ação que pretendiam alterar, para “melhor”, o contexto e o nível de vida das pessoas; nesse caso, portugueses de Angola, já que, para Salazar, não existia Angola sem Portugal.

São, normalmente, objetivos dos projetos de desenvolvimento de comunidades que também podemos encontrar na Política Ultramarina do Estado Novo: reforçar e valorizar o potencial humano de determinada região, nesse caso, das colônias que, agora, reivindicam independências social e política; fomentar a atração e fixação de jovens e emprego qualificado; melhorar o nível e a qualidade do emprego; melhorar a organização do mercado de formação; melhorar os níveis de escolaridade e qualificação da população residente, em particular dos jovens e ativos; promover os jovens no mercado de trabalho e reconverter e reinserir profissionalmente trabalhadores desempregados.

Os agentes promotores de tal desenvolvimento em Angola atuavam em estreita ligação com a Administração do Estado (através do Instituto de Assistência Social de Angola - Iasa) e com outros agentes de desenvolvimento, públicos e privados, desempenhando importantes papéis no planeamento e na execução de planos e ações em áreas cruciais, como o investimento (público e privado), o ordenamento territorial (com especial ênfase nas infraestruturas de apoio às atividades económicas), o emprego, as comunicações e a cooperação, entre outras.

[...] a assistência às populações pobres e podemos dizer negras, deixou de ser praticada pelas Missões e depois pelo Ministério da Saúde e Assistência e este dividiu-se e a parte da Assistência passou para um Instituto que se tornou posteriormente independente e assumiu tudo, o IASA. Este fazia parte da Mesa de direcção do Pio XII (Assistente Social A2 *In*: MONTEIRO, 2016, p. 147).

Mas terá sido Portugal tão ingênuo para acreditar na retórica entusiástica da Política Ultramarina? Terá sido tão distraído para acreditar que a Solução Portuguesa, em seu conjunto de princípios desenvolvimentistas e políticas reformistas, era a saída, a forma de responder aos novos desafios e necessidades decorrentes da ação colonizadora de Portugal em África, e de modo concreto em Angola, nas décadas de 50 e 60 do século XX? Que base teórica podia dar tal certeza para não se afirmar a ingenuidade de Portugal?

Portugal pensava garantir a “substituição da disputa e da rivalidade pela cooperação fraterna” temperando a mediação da ideologia desenvolvimentista como seu pendão de mudar consciências pela via da educação e “oferta” de serviços sociais que viriam a evocar a necessidade do Serviço Social em Angola, pois já no início do século XX o pai da “administração científica” capitalista alertava que

Um dos primeiros requisitos para que um homem seja adequado a lidar com lingotes de ferro como ocupação regular é que ele seja tão estúpido e calmo que mais se assemelhe a um bovino, em sua constituição mental, do que a qualquer outro tipo. O homem mentalmente alerta e inteligente é por isso mesmo inteiramente inadequado, para o que seria, em sua opinião, a opressiva monotonia de um trabalho dessa categoria. Por conseguinte, o trabalhador mais adequado para lidar com lingotes de ferro é incapaz de compreender a ciência real da realização desse tipo de trabalho. É tão estúpido que a palavra “porcentagem” não tem significado para ele, e, portanto, deve ser treinado por um homem mais inteligente que ele no hábito de trabalhar de acordo com as leis desta ciência para poder ser bem-sucedido. (TAYLOR *apud* MÉSZÁROS, 2014, p. 119, grifos do autor).

É com essas mediações que Portugal trabalhou e, certamente, o Serviço Social criado nessa época não podia ficar fora desse desiderato e dessa ideologia.

Com mediações teórico-metodológicas que acreditavam poder tornar o homem angolano “tão estúpido e calmo que mais se assemelhe a um bovino”, misturadas com a Doutrina Social da Igreja, para quem a

“questão social”, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. (IAMAMOTO, 2008, p. 18, grifos da autora).

Associando a tudo isso uma educação para a obediência, as sociedades africanas, durante todo o processo de colonização e escravatura, foram obrigados a renegar o seu modo de ser, pensar, estar e sentir. A sua memória histórica foi prejudicada e seus valores combatidos. Em Angola, esse processo não foi diferente, assim constata um antigo filho português, ao serviço da máquina capitalista colonial:

As sociedades aborígenes atuais sofreram uma profunda influência da cultura lusitana. Essa aculturação, cada vez mais sensível e intensa, deu origem a

uma nova estrutura tribal e acentuada evolução da orgânica familiar. Uma outra escola de valores foi por eles adoptada [...]. O seu mundo tribal, com uma escala de valores e concepções próprias, acabará por sofrer, quer no espírito dos respectivos componentes, quer na sua estrutura socioeconómica, os efeitos desses contatos com as culturas e coisas externas [...] os chefes costumeiros veem a sua autoridade e influência diminuir e a antiga coesão tribal dar lugar a uma solidariedade mais frouxa e nem sempre observada [...] a vida costumeira é mais e mais penetrada pela ideia do lucro, do valor, do valor da produção e do conceito da propriedade privada. (MENDES, 1966, p. 161-163).

Ora, porque o surgimento e a implantação do Serviço Social está intimamente ligado à Ação Social da Igreja Católica, baseada em sua doutrina social, combinada com políticas integralistas, de manutenção da ordem e do sistema estabelecidos, a partir de um cenário das várias tentativas de resposta que o Estado colonial vai procurar dar em face das reivindicações de independência; desse modo, a intervenção social de uma entidade organizada, como foi a primeira escola do Serviço Social, não se dá de forma isolada, mas procurará estar em conexão com uma necessidade gerada no movimento da realidade sócio-histórica e, por isso, as mediações teórico-metodológicas de que vão se servir os assistentes sociais terão na origem e até mesmo em nossos dias a filosofia neotomista como pressuposto filosófico para a prática do assistente social, e, por isso, sua concepção de homem e seu projeto societário situam-se no horizonte metafísico, baseado na doutrina católica. E é a partir dessa perspectiva a-histórica, fundada nos ensinamentos da Igreja Católica, que eles interpretavam a questão social, mas com os devidos rearranjos do contributo do funcionalismo.

Com essa base, os assistentes sociais, apoiados sobretudo no neotomismo e nas Encíclicas Católicas, seja de forma consciente ou não, entendem que se o liberalismo impossibilitava os indivíduos de reconhecerem-se como pessoa humana; o comunismo e o marxismo são tidos como teorias do passado ultrapassadas por limitarem a religião a mera derivação de uma estrutura econômica, material; sem nenhuma relação com a ordem divina que, por natureza, é hierárquica.

3.1.2 Mediações teórico-metodológicas na Angola independente

Relembramos que a questão orientadora deste trabalho foi: Que mediações teórico-metodológicas influenciam o Serviço Social na sua relação com o Estado e a Política Social em Angola?

Ora considerando que realmente, como afirma Paula (2013, p. 34), “os discursos ideopolíticos que se proferem são constituídos no interior dos conflitos societários e passam ao nível gnonsiológico, quando referenciados ao grupo social que se vinculam, permitindo assim explicitar suas `visões de mundo’” (grifos do autor). Assim sendo, “se os discursos são constituídos no interior dos conflitos societários”, então estes não só permitem explicitar as “visões de mundo”, as mediações teórico-metodológicas desses grupos sociais ou, melhor, dessas classes sociais, mas também por serem forjados no “interior dos conflitos societários” de tais classes, expressam e revelam também conexões e contradições presentes nessa mesma sociedade.

Por isso, para analisar tais mediações, bem como suas conexões e contradições com o Estado e a Política Social na Angola independente, recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental de material diverso composto por discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos elaborados para fazer frente às expressões da questão social, tendo analisado fundamentalmente:

- A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável;
- A Agenda África 2063 – A África que queremos. Quadro Estratégico Comum para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável para a Primeira Década (2014-2023);
- Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- O Relatório de 2015 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- O Plano Nacional de Desenvolvimento Nacional de 2013-2017 e 2018-2022;
- O Quadro de Parcerias entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas de 2015-2019;
- O Programa de Governo de 2017-2022 do MPLA;
- Os discursos proferidos pelo Presidente da República.

Considerando a abrangência desses documentos, para os objetivos deste trabalho, extraímos apenas os elementos que indicam as bases teórico-metodológicas que os sustentam, olhando para as políticas de Assistência Social, Trabalho e Emprego e Combate à Pobreza.

De igual modo, procuramos identificar diferentes tendências teórico-metodológicas no total de 93 (noventa e três) TCCs defendidos por assistentes sociais nos anos de 2017 e 2018, em Angola. Recorreremos também ao rico material coletado quando da pesquisa da dissertação, constituído por depoimentos de assistentes sociais

formadas no tempo colonial que, por limite, natureza e fins daquele nosso trabalho-agenda, não foi possível, nem necessário, exaurir. Assim, antes mesmo de analisarmos as principais matrizes do pensamento que vêm influenciando o Serviço Social em Angola, após a independência, apresentamos rapidamente de que país tratamos.

O espaço territorial em que se desenvolveu o estudo é Angola, país que se encontra na costa ocidental da África Austral; faz fronteira, ao norte, com a República do Congo (Brazaville) e a República Democrática do Congo (Kinshasa); ao sul, com a República da Namíbia; a oeste, com o Oceano Atlântico; e, ao leste, com a República da Zâmbia, conforme mapa da Figura 1.

Figura 1 – Mapa do continente africano



Fonte: Imagem: Google¹⁵

Angola ocupa uma superfície geográfica de 1.246,700 quilômetros quadrados, habitada majoritariamente pelos povos de origem Bantu, além dos Khiosan e Vátwas, esses, minoria. Portanto, em termos de constituição populacional, estão presentes no território angolano três grandes grupos socioculturais diferentes, cada um com diversas comunidades etnolinguísticas em seu interior, além de minoria populacional resultante do contato dos povos autóctones com os europeus.

Angola resulta de *N'gola*, título usado pela dinastia de reis do reino do Ndongo. Segundo Miller (1995, p. 78), a dinastia dos Ngolas de que se têm registro remonta de Ngola Mussuri (c. 1358-1399), o “fundador lendário do reino do Ndongo de acordo com a tradição oral Mbundu”, embora críticos apontem para períodos mais afastados.

¹⁵ Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/place/Africa/@0.2136714,16.9848501,3z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x10a06c0a948cf5d5:0x108270c99e90f0b3>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Seguiram-se Zonda-Ya-ngola (1399-1479), Tunda-Ya-Ngola (1479-1494), Ngola Kiluanji (1494-1515), Ngola Kiluanji Inene (c. 1515-1556), Ndambi a Ngola (1556-c. 1562), Ngola Kiluanji kia Ndambi (c. 1562-c. 1575), Ngola Mbande Kiluanji kia Samba (c. 1575-1592), Mbande Ngola Kiluanji (1592-1617), Ngola Njinga Mbande (1617 - 1624), Ngola Njinga (a célebre rainha Njinga) Mbande (1624-1626) – depois Ngola da Matamba, conhecida também na parte oriental de Ndongo, em seu reinado (1626-1663). Depois, seguiram-se outros Ngolas, que governaram o reino no período da invasão portuguesa.

Em 1626, os portugueses conquistaram a parte ocidental do Ndongo, o “reino” dos Ngola, passando este a ser vassalo de Portugal. Durante esse período, foram “reis” do Ndongo Dom Hari-a-Kiluanje, que governou em 1626, e a história tem registro de Ngola Hari, que governou de 1627 a 1657, como o último com a presença portuguesa.

A história de Angola não pode ser interpretada como uma sucessão de reis dos diferentes reinos que compõem hoje o território de Angola. Esse detalhe da sucessão dos Ngolas no reino do Ndongo serve apenas para elucidar como e porque o país da nossa pesquisa se chama Angola e como esse nome chega ao português que, na leitura em Kimbundu, “Akwa Ngola”, ou abreviado “a-Ngola”, para significar pertencentes aos Ngola; o de Ngola passou a designar todo um território que absoveu no seu interior outras nações antigas.

Do ponto de vista de sua origem política, nos termos e entendimento ocidental do Estado, Angola deriva de uma Colônia Portuguesa, cujo processo de invasão e pilhagem pelos portugueses data de 1482, com a chegada de Diogo Cão. Angola conquistou a independência em 11 de novembro de 1975, fruto de árdua luta armada que teve início oficial em 4 de fevereiro de 1961. De 1975, ano da Independência, até 1991, o regime político vigente foi o socialismo, implantado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder até a data presente.

Em 31 de maio de 1991, a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse, num esforço para pôr fim à guerra civil, teve início após a proclamação da Independência entre os três movimentos de libertação: Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita), mas, fundamentalmente, entre os dois últimos.

Em 1992, Angola deixou de ser um país de orientação socialista e se tornou constitucionalmente democrático, com economia de mercado. Oficialmente, deixou de se chamar República Popular de Angola e passou a ser República de Angola. A essa altura, criaram-se as Forças Armadas Angolanas (FAA), resultantes da fusão dos grupos armados dos três movimentos de libertação e foram realizadas as primeiras eleições gerais, cujos resultados são contestados pela Unita, fato que levou novamente o país a uma onda de violência armada que durou até 2002, época em que morreu em combate o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, líder da Unita e foram assinados os acordos complementares do Luena, que marcaram o fim “definitivo” da guerra.

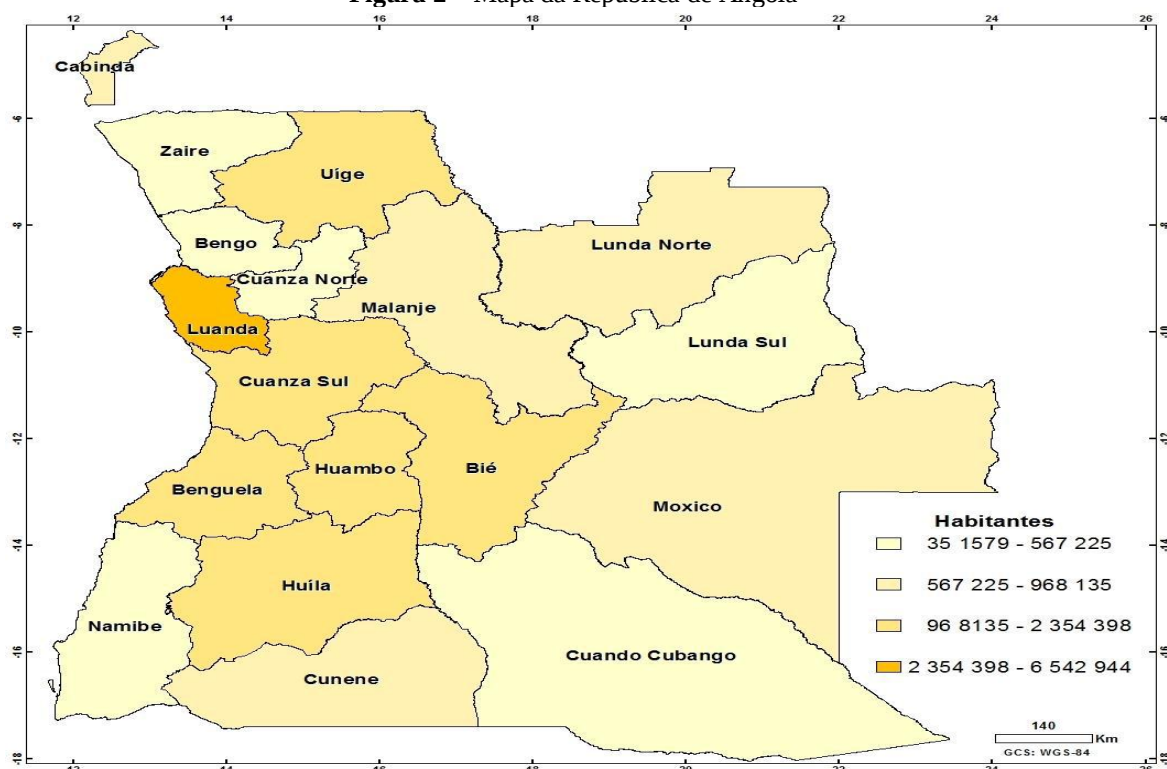
Atualmente, conforme define a Constituição de 2010, em seu artigo 2º:

1. A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa.
2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. (ANGOLA. Constituição, 2010).

O sistema político de Angola é a República Presidencialista-Parlamentar. Segundo a Constituição de 2010, nos artigos 5º e 3º: “A República de Angola organiza-se territorialmente, para fins político-administrativos, em províncias e estas em municípios, podendo ainda estruturar-se em comunas e em entes territoriais equivalentes, nos termos da Constituição e da lei”. (ANGOLA. Constituição, 2010).

Angola possui 18 províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire (Fig. 2). De acordo com o censo populacional de 2014, o país tem 25.789.024 habitantes, sendo 12.499.041 homens e mulheres.

Figura 2 – Mapa da República de Angola



Fonte: Angola, Instituto Nacional de Estatística (2014).

Como país “soberano”, nos termos da observância da Constituição e da Lei, bem como de outros instrumentos internacionais de que Angola faz parte, compete ao Estado garantir a segurança e a defesa nacional, com a participação dos cidadãos, tal como está expresso no ponto 1, do artigo 202 da Constituição.

Como podemos ver no resumo histórico, o país que hoje se chama Angola passou por diferentes processos. Situando o nosso estudo no período colonial e após a independência, nossa hipótese é que as mudanças significativas que ocorreram nesse período são fundamentalmente do regime político, mas não trouxeram mudanças na organização da vida econômica do país.

Angola sofreu importante modificação (em dois episódios) em seu regime jurídico-político. Era necessário reconhecer a mudança qualitativa dessa totalidade, para extrair todas as consequências que se impunham, no plano estratégico (e não se iludir com a ideia de que tinha ocorrido uma simples alteração de atores cujos efeitos seriam passageiros). Ao mesmo tempo, porém, é preciso observar que, como formação socioeconômica, Angola não sofreu nenhuma alteração significativa em 1975, salvo o parêntese que se abriu desde a independência até o início da década de 1990. A formação socioeconômica, como totalidade, não muda no mesmo ritmo que o regime jurídico-político.

A modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem. Processam-se alterações setoriais, – quantitativas, até que se alcança um ponto crítico que assinala a transformação qualitativa da totalidade. É a lei dialética da transformação da quantidade em qualidade. (KONDER, 2008, p. 38).

Portanto, tendo havido uma mudança do regime político com a independência, em 1975, sob inspiração socialista de curta duração, que muda para economia de mercado, em 1991, com estas mudanças na totalidade não significa que tenha havido uma alteração essencial das mediações teórico-metodológicas que servem de base ideopolítica da ação do Estado e das classes que compõem essa sociedade.

Ao longo dessas últimas três décadas, num ritmo bem mais lento que o do regime jurídico-político, a nossa formação socioeconômica está se modificando, mas dentro da mesma ordem; em certos aspectos, com o crescimento econômico, o avanço da industrialização, a modernização conservadora (promovida de “cima” para “baixo”), a nossa formação socioeconômica já mudou bastante e assumiu, inclusive, características qualitativamente novas, embora contraditoriamente coexistam no mesmo país modos de produção com características mais remotas. O que se passa, entretanto, com o modo de produção capitalista, em Angola? Apresenta sinais de que está na iminência de sofrer alguma alteração qualitativa? Está na iminência de ser modificado como totalidade? Em vão, os revolucionários impacientes que na azáfama da proclamação da independência, incitados pela pressa pequeno-burguesa, julgaram visualizar uma “grande crise” do modo de produção capitalista em Angola. Na realidade, foi apenas crise do capital do colonialismo; e tudo indica que esse modo de produção continua bastante forte.

Hoje analisando os diferentes instrumentos que são propostos como remédios inquestionáveis para as diversas manifestações da questão social em Angola, constatamos que as mediações teórico-metodológicas não mudaram muito, talvez apenas se aperfeiçoaram na arte de escamotear a dura realidade.

Se compararmos os discursos de Moreira e Salazar, no tempo colonial, com a anedótica promessa eleitoral do MPLA de “Produzir Mais e Distribuir Melhor”, que serviu de mote ao Programa de Governo do MPLA para o período de 2012-2017, sufragado em 2012, percebemos similitudes na compreensão das expressões da questão social, entendida então apenas como um problema que se explica na escassez de produção de bens e serviços.

A crise do capital é entendida como escassez que deve ser superada com aumento da produção. As expressões da questão social são, sobretudo, explicadas como no tempo colonial e na proposta da Doutrina Social da Igreja como uma questão moral ligada à distribuição, que é mal feita, mas que se supera com a sua justeza. A questão que se coloca é: Como pode haver distribuição justa, num sistema que sobrevive apropriando-se do valor do trabalho? Como “distribuir melhor” num modo de produção e reprodução da vida social que não existe sem a exploração do trabalho alheio?

Verificamos que, em Angola, tanto no período colonial como depois da independência, as mudanças que ocorreram nesse período são fundamentalmente do regime político, mas não trouxeram mudanças na organização da vida econômica do país, porque, como no tempo colonial, após a independência de Angola, em 1975, com a queda do muro de Berlim, e consequente transição do MPLA-PT, para MPLA, partido que esteve no poder desde 1975 e transita de orientação socialista para construir-se no capitão que lidera a transição para o neoliberalismo. Quer dizer, entre a herança teórico-cultural emancipadora e a manutenção da ordem, o MPLA torna-se o burguês que opta pelo segundo, dando origem ao “pensamento da ordem”.

Portanto, vamos verificando em Angola, desde quase a independência, mas sobretudo na segunda metade da década de 80, que o pensamento social crítico herdado de Marx, com todas as limitações e poucas exceções, foi se adequando às circunstâncias históricas do modo de produção capitalista, que vai ser institucionalmente assumido em 1991 com a mudança da República Popular de Angola para República de Angola, agora sob o regime da democracia burguesa e economia de mercado. Constatase, portanto, a categoria lukacsiana da decadência ideológica.

A categoria decadência ideológica, elaborada por Lukács (1968, p. 52), designa o estado espiritual da burguesia após 1848, entendido como sendo a

[...] liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica.

Mais do que procurar apreender e extrair as visões ideopolíticas, as mediações teórico-metodológicas que sustentam e se escamoteiam nas diferentes ferramentas que o Estado angolano utiliza para fazer frente às expressões da questão, um desafio que não é objetivo imediato deste trabalho, mas esforço necessário na tentativa de responder à questão orientadora deste estudo, é compreender como tais ferramentas interpretativas

da realidade entram e chegam em Angola; por que vias e atores; quem as acolhe; a serviço de que agenda e por meio de que mecanismos se pulverizam na sociedade angolana.

Entendemos que, no contexto do capitalismo financeiro global, Angola não é uma ilha isolada e imune para desempenhar o seu papel de país periférico, consumidor, fornecedor de matéria-prima, nesse capitalismo global. Por isso, entendemos que o desvendamento da complexidade, das conexões e contradições das mediações teórico-metodológicas que influenciam o Serviço Social hoje em Angola, exige uma análise crítica da agenda neoliberal e o papel das multinacionais e agências da ONU nas políticas sociais no país, para melhor se perceber os seus rebatimentos no Serviço Social.

Esse detalhe carece de outra abordagem urgente, mas não foi foco deste estudo. Neste momento, apenas procuramos apreender e extrair as visões ideo-políticas, bem como as mediações teórico-metodológicas que sustentam e se escamoteiam nas diferentes ferramentas que o Estado angolano utiliza para fazer frente às expressões da questão social no país.

Nesse sentido, o Estado angolano elaborou e implementa um conjunto de ferramentas inspirado e que procura materializar no espaço nacional os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ambos da ONU, e que igualmente inspiram a Agenda África 2063 – A África que Queremos. Quadro Estratégico Comum para o Crescimento Inclusive e o Desenvolvimento Sustentável para a Primeira Década 2014-2023, que é também um documento orientador da ação do Estado angolano. Nas linhas que se seguem, destacamos, resumidamente, os fins que esses instrumentos se propõem, bem como as estratégias para materializar tais fins, na tentativa de captarmos desse movimento as mediações teórico-metodológicas que as sustentam e direcionam.

Ora, se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2014, p. 114-117) se propõem, por exemplo, a (1) por termo a todas as formas de pobreza no mundo; (2) por termo à fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; (3) promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Tornar as cidades e assentamentos humanos em lugares seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis, contamos que, por exemplo, o Anexo 3: Agenda África 2063, tem como objetivo “Um Alto Padrão de Vida, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos os cidadãos”, que se

desdobra em prioridades como: rendimentos, empregos e trabalho decente; pobreza, desigualdade e fome; segurança social e proteção, incluindo pessoas com deficiência; habitações modernas e confortáveis e serviços básicos de qualidade.

A Agenda África 2063 exprime um quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Foi elaborada e adotada em janeiro de 2015 em Adis Abeba, Etiópia, pela 24ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, na sequência de consultas extensivas com todas as composições da sociedade africana. Pretende espelhar, portanto, a Visão Africana, definida nesse documento como “a clarividência colectiva da União Africana, para edificar uma África integrada, próspera e pacífica, dirigida pelos seus próprios cidadãos e que representa uma força dinâmica na arena internacional” (UA, 2015, p. 1). A Agenda África 2063 é ancorada na visão da União Africana e tem como base as sete aspirações derivadas de consultas, nomeadamente:

1. Uma África Próspera Baseada no Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável;
2. Um Continente Integrado, Politicamente Unido e com base nos Ideais do Panafricanismo e Visão do Renascimento Africano;
3. Uma África fundada nos princípios da Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito;
4. Uma África pacífica e segura;
5. Uma África com uma Forte Identidade Cultural, Herança Comum e Valores Éticos;
6. Uma África cujo desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, contando principalmente com o potencial do Povo Africano, particularmente pelas Mulheres e Jovens e com Criança Cuidada de modo digno; e
7. Uma África como um Ator e Parceiro Global Forte e Influyente.

Segundo a União Africana (UA) (2015, p. 5), além dos planos estratégicos das Comunidades Económicas Regionais (CERs), foram também revistos os Planos Nacionais dos Estados-Membros. As principais áreas das suas prioridades de desenvolvimento foram incluídas no primeiro Plano Decenal de Implementação na intenção de garantir que as suas prioridades em curto prazo convirjam com as áreas prioritárias contidas no documento – quadro para 50 anos. As áreas prioritárias incluem:

- Crescimento económico sustentável e inclusivo;
- Desenvolvimento do Capital Humano;

- Agricultura/agregação de valor e desenvolvimento de agronegócios;
- Geração de empregos, especialmente para jovens e mulheres;
- Proteção Social;
- Desenvolvimento do Gênero/Mulheres e capacitação da juventude;
- Boa governação, incluindo instituições capazes;
- Desenvolvimento de infra-estruturas;
- Ciência, Tecnologia, Inovação;
- Industrialização baseada na produção;
- Paz e Segurança;
- Cultura, Artes e Desporto.

Em relação às Políticas de Proteção Social: O Quadro de Política Social da União Africana (UA) para África encoraja os Estados-Membros a adotar um mínimo de políticas de proteção social que abranjam as seguintes áreas: cuidados básicos de saúde, bem-estar social, garantia de empregos e sistemas não contributivos de transferências de dinheiro para crianças, trabalhadores informais, desempregados, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Espera-se que os Estados-Membros implementem o seu mínimo de políticas de proteção social em torno das dimensões supracitadas.

Em termos de estratégias para materializar tais fins, o quarto capítulo da Agenda (UA, 2015, p. 80), proporciona um quadro para prosseguir em Como Materializar a Agenda 2063. Cobre os objetivos do capítulo seguidos pelos princípios que norteiam todas as questões relacionadas com o Fazer a Agenda 2063 Acontecer. Aponta, igualmente, algumas “questões-chave” de implementação, como liderança, organização e responsabilidades exigidas para a execução bem-sucedida em níveis nacional, regional e continental. O Anexo 5 apresenta os principais fatores de sucesso, riscos e ameaças e as suas estratégias de mitigação na implementação da Agenda 2063, especialmente nos primeiros dez anos.

Para a UA (2015, p. 81-84), a viabilização da Agenda África 2063 passa pelos seguintes princípios orientadores: “subsidiariedade, responsabilidade e transparência, participação/inclusão e integração, diversidade, aproveitamento das instituições e sistemas existentes, harmonização de políticas, sistemas e processos”. Na mesma senda, o documento lista alguns fatores de sucesso e passos para garantir o sucesso na implementação da Agenda 2063, mormente o primeiro Plano Decenal. Esses são “Liderança e Compromisso Político, Estados de Desenvolvimento Capazes,

Financiamento e mobilização de recursos, Participação, Inclusão e Capacitação dos Cidadãos, Orientação para Resultados (gerencialismo), Papéis mutuamente acordados e legalmente definidos entre a CUA e as CER no concernente à implementação” (UA, 2015, p. 121)

Analisando o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, além do Plano Nacional de um Estado-Membro da ONU e, por isso, tem compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de Desenvolvimento Sustentável e com a Agenda África 2063, por ser membro da União Africana situado numa de suas Comunidades Econômicas Regionais, esse Plano baseia-se também em compromissos e objetivos do MPLA, partido político que sustenta o governo, legitimados pelo voto nas eleições de agosto de 2017. Segundo o documento, “estes objetivos refletem os Grandes Consensos Nacionais sobre o presente e o futuro de Angola assumidos na Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025 e integram a dimensão estratégica do Plano” (ANGOLA, 2017, p. 14-15).

Os referidos objetivos encontram-se agrupados em torno de seis eixos estratégicos, que explicitam as prioridades gerais do Executivo, diga-se governo, relacionadas com as grandes áreas do desenvolvimento de Angola: (i) Desenvolvimento Humano e Bem-estar; (ii) Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inclusivo; (iii) Infraestruturas Necessárias ao Desenvolvimento; (iv) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização; (v) Desenvolvimento Harmonioso do Território; (vi) Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel nos contextos Internacional e Regional.

Para fins deste trabalho, nossa análise centrou-se fundamentalmente no Eixo 1, que constitui uma dimensão central de todo o plano, na medida em que a melhoria do bem-estar dos cidadãos e da qualidade de vida das famílias angolanas; a redução da pobreza e das desigualdades; e a promoção do nível de desenvolvimento humano, são condições essenciais para o progresso econômico e social do País e constituem uma prioridade para o Executivo.

Para ele, contribuem o Eixo 2, com um desenvolvimento econômico sustentável e diversificado, mas também inclusivo, com a geração de oportunidades de emprego, mas também o Eixo 3, com a disponibilização de infraestruturas sociais, e o Eixo 4, com a aproximação entre os cidadãos e o Governo e o reforço da democracia. O desenvolvimento econômico (Eixo 2) depende, também, da existência de infraestruturas

econômicas (Eixo 3) e de melhor governação (Eixo 4). O desenvolvimento harmonioso do território (Eixo 5), a garantia da estabilidade e integridade territorial e o reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional (Eixo 6) constituem dimensões transversais a todo o processo de desenvolvimento, beneficiando e sendo beneficiadas pelas dimensões cobertas pelos demais eixos (ANGOLA, 2017).

O Eixo 1 integra oito políticas: População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Proteção Social; Habitação; Cultura; Desporto. Comparando o Eixo 1 do Programa Nacional de Desenvolvimento 2017-2022 com as Políticas Estratégicas de Desenvolvimento previstas no capítulo 4 do Programa do MPLA, partido que sustenta o governo, para o período de 2017-2022 (MPLA, 2017) constatamos que esse eixo está alinhado, sobretudo, com a terceira (IV.3) Política Estratégica de Desenvolvimento que visa a “promover o desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos, com inclusão económica e social” (MPLA, 2017, p. 39).

A terceira Política Estratégica de Desenvolvimento, de modo geral, tem como objetivos a “Consolidação da Paz e da Democracia e Preservação da Unidade e da Coesão Nacional” e o “Reforço da Cidadania e Construção de uma Sociedade Cada Vez Mais Inclusiva”. Esses objetivos, segundo aquele programa do partido no poder terão prosseguimento, dada a sua natureza, de forma integrada, por meio de uma única e determinante Política Estratégica: “consolidar a paz, reforçar a democracia, a cidadania e a sociedade civil”. Para a materialização de tais objetivos, a Governação do MPLA (2017, p. 40-51), para o período 2017-2022, traçou as seguintes Medidas Políticas:

1. Definir e Implementar a Política Nacional de População;
2. Valorizar os Jovens e promover a sua Inclusão na Vida Económica e Social;
3. Proteger os Grupos Mais Vulneráveis da População e sua Reintegração Social e Produtiva;
4. Melhoria do Bem-Estar dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e Apoiar a Reintegração Socioeconómica dos Ex-Militares;
5. Promover a Família como Pilar da Nação;
6. Elevar o Nível de Desenvolvimento Humano dos Angolanos, Aumentando a sua Esperança de Vida à Nascimento e o Acesso, de Forma Integrada, a Bens e Serviços Essenciais;
7. Redução das Assimetrias Sociais e Erradicação da Fome.

Em suma, da análise dos diferentes instrumentos de que o Estado angolano se serve e procura enfrentar as diferentes expressões da questão social no país, sobressaem objetivos e metas que se expressam em verbos como integrar, harmonizar, incluir, promover, desenvolver, equilibrar, etc. Não vemos, nesses instrumentos, qualquer

menção e reconhecimento das contradições de um modo de produção capitalista que, por não sobreviver sem a exploração do trabalho, vai na contra-mão para o alcance de tais objetivos e metas. Essa constatação é muito mais notável quando se define a Estratégia de Implementação (ANGOLA, 2017, p. 305-312).

O Plano Nacional de Desenvolvimento traz como linha de força “implementar o Plano com rigor para obter resultados”. Portanto, verificamos aqui explicitamente os princípios do gerencialismo no Plano e na Agenda África 2063. O Plano parte, portanto, da hipótese de que os seus objetivos ambiciosos e suas metas podem ser simplesmente atingidos, bastando uma implementação rigorosa, que focalize a criação de um sistema de monitoria permanente e periódica; um sistema de avaliação com metas claras a serem atingidas eficaz e eficientemente e a distribuição de responsabilidades. Portanto, o cumprimento dos objetivos e das metas é visto como simples fato de cada um cumprir rigorosamente o seu papel ou função (ANGOLA, 2017, p. 311).

O Programa de Governo do MPLA, 2012-2017, que tinha como mote Produzir Mais e Distribuir Melhor, bem como, para o período de 2017-2022, que tem como lema Melhorar o que Está Bem e Corrigir o que Está Mal, ambos seguem a mesma perspectiva integralista, harmonizadora, inclusivista em algum sistema ideado como bom e que, quando muito, apenas só precisa de aperfeiçoamento. Melhorar o que Está bem e Corrigir o que Está Mal, sem deixar de reconhecer aspectos civilizatórios no modo de produção capitalista que, claramente é qualitativamente melhor do que os anteriores, sem significar que seja o ponto de chegada da humanidade, podemos dizer o que está mal no modo de produção capitalista na particularidade angolana e que só se enfrenta com medidas funcionalistas?

Não se busca atacar a base, as causas que fazem com que realmente muita coisa esteja mal. Aquele fenômeno que, no início das suas manifestações, fez discorrer “tinta” e propostas dos “intelectuais laicos e confessionais” mas que só o velho Marx desvendou seu contraditório mistério: crescimento da pauperização na mesma proporção que cresciam a riqueza, os bens e serviços, nas propostas analisadas, visto como algo a enfrentar com um simples “implementar o Plano com rigor para obter resultados”.

Portanto, a ideia é Melhorar o que Está Bem e Corrigir o que Está Mal, mas dentro do mesmo sistema de produção. São medidas reformistas do paradigma do modo de produção capitalista. Nesse caso, está bem a intenção de Produzir Mais e Distribuir Melhor, portanto, aqui se deduz produzir mais nos ritmos e modalidades capitalistas. O

projeto de Melhorar o que Está Bem, nos ritmos e modalidades capitalistas é aplaudido, mesmo que implique uma agenda neoliberal que exija a privatização de empresas estatais como a Sonangol, a TAAG-Linhas Aéreas de Angola, sob o lema de que não é o Estado que vai garantir “sozinho” o emprego pleno e a materialização daqueles objetivos e políticas mas com, ou sozinho o capital privado, desde que o Estado não se intrometa, ou desde que tal intromissão em assuntos que nunca lhe deviam dizer respeito, consista apenas em regular uma tal mão invisível do senhor mercado, que é proclamado como neutro e um ente ilocalizável no tempo e espaço. Quase um deus!

O que está mal e precisa ser melhorado não é, na visão do Estado angolano, o sistema perverso do modo de produção capitalista, que não pode existir sem a exploração do trabalho alheio. Nota-se que “estar mal” se associa apenas à “má distribuição”, à distribuição injusta, que era preciso melhorar no Programa de Governo do Partido de 2012-2017, como se, no modo de produção capitalista, tal “melhor distribuição” fosse possível. Desta vez, associam-se outros males que precisam ser corrigidos:

O ano que termina destaca-se pelo esforço do Executivo e de outras Instituições do Estado, apoiados pela sociedade civil, na **moralização da nossa sociedade**, incluindo o combate permanente à **corrupção**, no resgate dos bons e tradicionais valores da sociedade angolana, através de medidas de **educação cívica e patriótica** de reposição da **autoridade do Estado**, entre outras.

Atenção particular foi dada ao sector social, particularmente à educação e à saúde, com vista a melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão neste particular.

Na sequência da tomada de um conjunto de medidas de diferente cariz a favor da criação de um melhor ambiente de negócios, existe um maior **diálogo entre o Executivo e a classe empresarial privada**.

O objectivo é encontrarmos, em conjunto, os melhores caminhos que nos levem a políticas e acções mais concretas e efectivas a favor da diversificação da nossa economia, ao aumento da produção interna de bens e de serviços essenciais, ao crescimento das exportações e consequente arrecadação de divisas, e a uma maior oferta de emprego, durante o ano que se aproxima. (LOURENÇO, 2018¹⁶, grifos nossos).

A par dos estratos do discurso proferido pelo Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, no dia 23 de dezembro de 2018, em que, além do “diagnóstico” das “doenças sociais” que seu partido identificara e se propunha a “curar” com o Produzir Mais e Distribuir Melhor, lista outras “doenças sociais” como a perda dos valores cívicos, tradicionais e patrióticos; a corrupção e o eneficaz diálogo entre o

¹⁶ Estrato do Discurso do Fim de Ano, proferido por Sua Excelência Presidente da República João Manuel Gonçalves Lourenço no dia 23.12.2018. Disponível em <https://www.plataformamedia.com/pt-pt/noticias/politica/interior/leia-na-integra-o-discurso-de-joao-lourenco-10360454.html>

Executivo e a classe empresarial privada, na busca de soluções para o bem-estar dos angolanos, em outros discursos proferidos no dia 26 de setembro de 2017 e outro no dia 30 de novembro de 2018, para citar apenas este, o Presidente da República e do partido no poder, reafirma a política inclusivista, integralista, desenvolvimentista, harmonizadora e acredita no poder das políticas públicas de um Estado capitalista para, com a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) lutar contra os monopólios de grupos econômicos e enfrentar as expressões da questão social, que ele chamou de “resolver os problemas do povo”, numa alusão ao primeiro presidente de Angola, falecido em 1979, sem ter resolvido tais problemas.

Assumo desde já o compromisso de executar as minhas promessas eleitorais, com políticas públicas que vão ao encontro dos anseios dos cidadãos e com uma **governança inclusiva**, que apele à participação de todos os angolanos, independentemente do seu local de nascimento, sexo, língua materna, religião, condição econômica ou posição social.

É, pois, nossa responsabilidade a construção de uma Angola próspera e democrática, com paz e justiça social. **O mais importante continua a ser resolver os problemas do povo.** Mas isso não se faz apenas com palavras, mas sim **com políticas públicas** que respondam o melhor possível aos anseios e expectativas dos cidadãos, o que implica uma aposta cada vez mais séria no setor social, num contexto de crescimento sustentável do país. É o que nos propomos fazer neste mandato, mesmo num contexto de crise financeira global. (LOURENÇO, 2017¹⁷, grifos nossos).

O Partido não deve aceitar, nunca, o **monopólio de um único grupo econômico**, na comercialização de um produto tão valioso como os diamantes, o que pode ter como consequência a fuga das multinacionais do setor, que, no entanto, investem em outros países, até nossos vizinhos.

Caros camaradas, Governantes, empresários, cooperativas, associações empresariais, organizações não governamentais, acadêmicos, investigadores, enfim, todo o País está mobilizado para enfrentar e vencer o grande desafio da diversificação da economia.

Estamos, também, a negociar um programa de financiamento com o Fundo Monetário Internacional, em condições consideradas não só aceitáveis, mas, sobretudo, recomendáveis para a credibilidade de Angola, junto dos credores e organismos financeiros internacionais. (LOURENÇO, 2018¹⁸, grifos nossos).

Consideramos que, quer na Angola colonial, sobretudo no período do Estado Novo, em que se verifica o esforço do Estado capitalista colonial em manter o seu

¹⁷ Estrato do Discurso de Sua Excelência, Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço, proferido no dia 26 de setembro de 2017, na cerimônia solene em que foi investido no cargo de Presidente da República de Angola. (Disponível em: <https://www.ambasciatangolana.com/discurso-pronunciado-pelo-dr-jo%C3%83o-louren%C3%87o-na-cerim%C3%93nia-de-investidura-como-presidente-da-rep%C3%9Ablica-de-angola>).

¹⁸ Estrato do Discurso do Presidente do MPLA, João Lourenço, na abertura da 6ª sessão ordinária do Comitê Central do partido, realizada em Luanda, no dia 30 de novembro de 2018. (Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/10/48/Discurso-Presidente-Joao-Lourenco-sessao-ordinaria-Comite-Central-MPLA,4517aeeb-2e71-4185-ad0e-10fb8a47d89e.html).

projeto imperialista e evitar as independências das colônias em África, como depois da independência, circulam no país perspectivas teórico-ideológicas que favorecem justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, propõem-se produções científicas neutras e antiontológicas, com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social. Nesse contexto, “a orientação marxiana é importante diante do atual contexto de miséria ideológica e crise do capital, pois as graves e globalmente intensificadas contradições da ordem social não podem ser deixadas permanentemente sob o manto da mistificação metodológica e ideológica” (MÉSZÁROS, 2009 *apud* LARA, 2013, p. 93).

Assim, baseando-se em Lara (2013, p. 94), constata-se, quer nos diversos instrumentos elaborados pelo Estado angolano, quanto nos diferentes discursos ideopolíticos, uma concepção teórico-metodológica e ideológica burguesa, preocupada em amenizar os conflitos sociais e retirar, no cotidiano da vida social, qualquer compreensão ou categorização teórica que analise a essência da acumulação capitalista. Aliás, esta é apresentada como a rainha dos milagres do bem-estar social que se propalam, quer nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, quer na Agenda África 2063; no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da Comunidade dos Países da África Austral (SADC) 2015-2020; na Estratégia de Longo Prazo Angola 2025; no Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2022; e no anterior Plano de Governo do MPLA 2017-2022 e, finalmente, nos discursos ideopolíticos.

Portanto, em Angola, à semelhança do que ocorreu entre 1825, quando se manifesta na Inglaterra a primeira crise econômica capitalista, e 1848, quando explodem por toda a Europa revoluções de cunho democrático popular, desenha-se uma radical mudança da relação que, com a cultura ilustrada, manteve a burguesia no seu período revolucionário. Se, na Inglaterra, a burguesia renuncia aos seus ideais emancipatórios e passa a buscar a conservação do regime explorador que estabeleceu, reprimindo violentamente os levantes populares, o mesmo acontece em Angola.

O partido que lutou para expulsar o Estado capitalista colonial, e proclamou a independência sob a bandeira do socialismo, desta vez procura manter-se no poder não mais fazendo frente ao imperialismo do capitalismo que antes criticou; pelo contrário, conta com este para ajudá-lo a minimizar e não resolver os problemas sociais.

Se na Inglaterra, naquele período, estava se cristalizando o novo antagonismo de classes: burguesia conservadora e proletariado revolucionário, ou seja, trata-se da contradição insolúvel entre capital e trabalho, em Angola se procura explicar as manifestações, sobretudo da juventude, que aguarda esperançosa a “terra prometida onde jorra leite e mel”, como sendo marginais, desordeiros, gente sem valores tradicionais do respeito à autoridade, falta de patriotismo, etc. Se, na Inglaterra, naquela fase, não interessava à ciência e pesquisa que desvende o ser das coisas, mas aquilo que justifique e mantenha o poder, em Angola, vemos o mesmo fenômeno nos discursos e naqueles que a mídia exhibe como modelos da intelectualidade, notamos os mesmos instrumentos que acabamos de analisar e verificamos o mesmo nos TCCs. Essa tendência cultural se chama decadência ideológica.

se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. (LUKACS, 2012, p. 47),

Qual é a matriz teórico-metodológica que os estudantes do Serviço Social adotam para explicar, interpretar e até intervir nas diferentes expressões da questão social em Angola?

Defendendo que, querendo ou não, essa questão não pode ser evitada por todos que, da melhor maneira possível, querem fazer ciência social, dentro do maior bom senso possível, portanto, cientes de que não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que as sustentem e de igual modo não existem teorias sem impactos reais no trabalho dos profissionais e na vida das populações, nas páginas que seguem apresentamos as principais mediações teórico-metodológicas que estão presentes na produção científica nos TCCs dos assistentes sociais defendidos nos anos de 2017 e 2018.

Havendo necessidade de identificar e analisar as principais mediações teórico-metodológicas contidas na produção científica dos assistentes sociais nos TCCs, sem qualquer pretensão de fazer uma catalogação rígida, ou seja, de construir-se fronteiras fechadas em que caibam determinadas matrizes – o que nos parece ser um exercício até muito difícil, já que mesmo dentro da mesma matriz teórico-metodológica podemos encontrar variadas versões, para ajudar na análise, tivemos que estabelecer alguns

critérios de leitura e caracterização. Isto é, TCCs com uso predominante, em 75% ou mais, de ideias, autores, referências que se identificam com uma dada tendência teórico-metodológica foram considerados daquela mediação teórico-metodológica.

Os TCCs que tiveram peso entre 50% a 75% quer de ideias, quer de autores, quanto de referências, foram considerados ecléticos, nos quadros que apresentam os temas dos trabalhos. A definição do que seria uso predominante de uma perspectiva não foi rígida. Quer dizer, mesmo nos considerados como sendo de uma dada matriz teórico-metodológica, não significa que não tiveram, no seu interior, uma ou outra abordagem que indicasse outra vertente. Mas, sim, porque, em mais ou menos 75%, as ideias, os autores e as referências indicam aquela perspectiva.

Analisando os resultados dos 93 TCCs estudados, identificamos, fundamentalmente, as seguintes principais matrizes do pensamento: positivista com foco funcionalista; positivista com cariz estruturalista; ou estrutural-funcional ou, ainda, o inverso, com abordagens da sociologia compreensiva de Weber; trabalhos com orientação histórico-crítico marxista; trabalhos com abordagens ecléticas; e outros que podem ser incluídos no pacote das chamadas teorias pós-modernas. Foi ainda possível encontrar trabalhos com sinais evidentes de inclinação do pensamento pragmático e do pensamento conservador. Considerando que essas características se espalhavam em quase todos os textos analisados, sobretudo os de matriz positivista e pensamento pós-moderno, e dado que não ocupavam, em termos quantitativos, 75% das ideias totais dos TCCs, essas abordagens foram consideradas ou simplesmente ecléticas ou de outra mediação teórico-metodológica com algumas referências ecléticas.

1. Positivista com foco funcionalista:

Em relação à inclinação teórico-metodológica, baseando-se em Yazbek (2018, p. 47-84) e Guareschi (2013, p.17-25), foram considerados como TCCs de orientação positivista, de foco funcionalista, todos aqueles cuja abordagem dos fenômenos tendia a ser feita com base no modo de abordagem da sociologia empírica tradicional. Abordagens que procuram analisar o que está aí. Abordar o fenômeno como se apresenta aqui e agora, apenas isso.

Portanto, os TCCs que nos fizeram perceber, quase de modo fotográfico, o que está acontecendo em Angola e descrevendo tais fenômenos pormenorizadamente, sem a preocupação de questionar porque aqueles fenômenos estavam aí e exatamente naquele

lugar, foram considerados positivistas. Essa abordagem foi classificada como funcionalista quando os TCCs passavam a ideia de que os fenômenos apresentados e descritos fotograficamente estão ali, ou aconteciam porque cumpriam um dado papel ou função, ou por consequência de um determinado papel social não ter sido cumprido.

Por exemplo, se o abandono escolar por parte dos adolescentes, ou a desnutrição de crianças, aparecesse como consequência de os pais que têm a função social de educar, acompanhar e prover alimentos não cumprirem devidamente o seu papel social. Portanto, a ideia norteadora que esteve na base de incluir esses trabalhos é o fato de procurarem mostrar que “de antemão que se algo sucede ou se existe alguma coisa presente no sistema, isto se dá porque está respondendo a uma função necessária. Em outras palavras a função explica o fenômeno” (GUARESCHI, 2013, p.18).

Outro elemento indicativo foi a “apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK, 2018, p. 58). Nesse caso da profissão, que se evidenciou em buscar o método, o papel, a função, a atitude mais eficaz e eficiente que os assistentes sociais podiam adotar em dada instituição, temática socio-ocupacional ou fenômeno. Exemplo: “o papel de sensibilização do assistente social no combate à malária nas gestantes dos 14 aos 18 anos de idade” ou “a desnutrição infantil e o papel do assistente social: o caso do Hospital Divina Providência”.

Os trabalhos que, de modo explícito ou não, conscientes ou não, utilizaram a abordagem do método hipotético-dedutivo, foram considerados positivistas de cariz funcionalista. Descreviam os fenômenos tal como se apresentam na sua imediatez, partindo “da parte para compreender o todo” tido como realidade equilibrada, cujo possível desequilíbrio, anomalia, como o abandono escolar ou a desnutrição, se deva a alguma parte do todo que não cumpriu o seu papel ou função, no caso de muitos trabalhos, os pais ou encarregados de educação. Nessa abordagem, foram identificados influências de Comte, Durkheim, Robert Merton, Ralf Dahrendorf, Talcot Parson e, sobretudo, de Herbert Spencer que é muito citado. Conferir nas Tabelas 1 e 2.

2. Positivista com cariz estruturalista ou estrutural-funcional ou, ainda, o inverso:

Os TCCS que, apesar da complexidade e ecletismo, em 75% das ideias que abordavam, induziam ao método hipotético-indutivo, quer dizer, os que estudavam os diferentes fenômenos desde a descrição das suas características enquanto algo de igual forma presente aqui e agora mas partindo do todo para o particular, foram considerados como de orientação positivista de foco estruturalista, pois “sustenta-se em um

racionalismo formalista, reduzindo as regras formais intelectivas” (YAZBEK, 2018, p. 61). (Ver Quadros 3 e 4).

Os trabalhos incluídos nessa matriz indicaram, de alguma forma, que “existem, no próprio mundo social, estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou de constranger suas práticas e as suas representações, [...] que existe uma gênese social, por dos esquemas de percepção, de pensamento [...]” (BOUDIEU *apud* YAZBEK, 2018, p. 62).

Situações como da “Delinquência infanto -juvenil na Comuna da Camama”, da “Prostituição no Sambizanga: o caso do Bairro Operário” ou “os Factores determinantes do trabalho infantil no Bairro da Paz”, são explicados como falhas da própria sociedade que através de suas estruturas de educação (família, escolas, igrejas, etc.), ou estruturas repressivas (tribunais, polícia, forças armadas, cadeias) adotam posições brandas, não orientam devidamente a consciência e vontade dos agentes sociais com comportamentos considerados desviantes. É uma abordagem muito familiar ao funcionalismo, tirando apenas o foco. Daí, muitas vezes, aparecem ambas, simultaneamente, dando a versão estrutural-funcional. Os autores mais referidos nessa abordagem são Levi Straus e Boudieu.

3. Abordagens da sociologia compreensiva de Weber:

Os trabalhos a seguir apresentados, nos Quadros 5 e 6, predominantemente, tendem a passar a ideia de que a essência do social é o que Weber chama de “ação significativa”. É como se procurassem explicar os diferentes problemas, partindo do pressuposto de que todas as coisas não terão sentido/significado se não forem colocados. Ou seja, as ações significativas “são subjetivamente significativas para os autores”. Portanto, diferentemente da abordagem positivista, aqui, o fator social não pode ser considerado “coisa”, como fizeram Comte e Durkheim. “O Social possui uma especificidade própria; não pode ser reduzido ou tratado do mesmo modo que as coisas materiais” (GUARESCHI, 2013, p.18).

Assim, “Os desafios do Centro de Acolhimento Arnaldo Jansen na educação dos adolescentes” ou “A intervenção do Assistente Social face ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas” ou, então, “A fuga de crianças no Centro de Acolhimento: o caso do Centro Arnaldo Janssen” como “O modo de vida das pessoas com albinismo em Luanda: o caso de alguns membros da Associação ‘4as’ no Município do Cazenga” dependiam muito e talvez unicamente apenas do significado que os atores do Centro de

Acolhimento dão à questão dos adolescentes como de igual modo a intervenção do assistente social com alcoólatras depender do significado que esse profissional dá ao alcoolismo. De igual forma, numa sociedade com tantos preconceitos em torno do albinismo, associado à pobreza generalizada da maioria da população “o modo de vida dos albinos” se explica pelo sentido que estes e seus familiares dão ao albinismo. Como se pudessem ter um modo diferente imediatamente na hora seguinte em que ocorresse outra valorização, outra ressignificação do albinismo.

Não obstante essa mediação teórico-metodológica fornecer um enfoque diferente do positivismo, ao ter em atenção a subjetividade do ator na explicação e compreensão das realidades humano-sociais, considerando que

A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 59).

Podemos assim afirmar que o enfoque weberiano fornece um referencial flexível para a compreensão de muitos casos sociais, de modo a não serem tratados como coisas, mas o fato de

enfocar tão profunda, mas limitadamente, os significados inseridos nas práticas sociais, ele não consegue compreender as condições materiais reais e as forças – que os podemos chamar de mecanismos causais concretos que os atores têm de confrontar independentemente de sua consciência. Isto significa que, como o *positivismo funcionalista ou estruturalista*, a sociologia weberiana não está adequadamente equipada para as alternativas fundamentais do mundo social concreto. (GUARESCHI, 2013, p.18-19, grifos nossos).

Os autores mais referenciados foram Max Weber (1864-1920) e Edmund Husserl (1859-1938).

4. Trabalhos com orientação histórico-crítica marxista:

No total de 93 TCCs defendidos durante os anos de 2017 e 2018, por assistentes sociais, em Angola, apareceram, conforme apresentado nos Quadros 7 e 8, alguns trabalhos que, mesmo sem fazer menção direta a uma obra de Marx, mas servindo-se de alguns dos seus intérpretes, como Iamamoto, Yazbek, Netto e Monteiro (2016), no esforço de analisar os mais diversos problemas sociais, tendiam a “ir o mais próximo possível, aos mecanismos que geram e que articulam tanto os fenômenos globais, sistemáticos, como os que articulam os outros fenômenos, a nível institucional e situacional” (GUARESCHI, 2013, p. 20, grifos nossos). Para efeito, usaram de alguma

forma categorias como força e meios de produção para explicar o fenômeno na sua historicidade, complexidade, dinâmica e contradições sem no entanto cair no determinismo daquela categoria. Como dizia

o método, ancorado em uma perspectiva ontológica, histórica e dialética, pode ser compreendido como a capacidade humana de apreensão do movimento contraditório da realidade social sob a perspectiva de totalidade (articulada, e dinâmica), com base em análises concretas de situações concretas e diz respeito à posição do sujeito-pesquisador frente ao objeto investigado, analisado e saturado nas múltiplas determinações. (GIRALDELLI, 2016, p. 120).

Assim sendo, constata-se que, quando se procurava explicar “Prática profissional do assistente social com pessoas vivendo com VIH/Sida: um desafio no Centro de Saúde Angobefa”, ou fundamentar e questionar “A pertinência do Serviço Social na educação inclusiva: o Complexo Escolar do Rangel nº 1.173”, demonstrar “A importância do Serviço Social na prevenção do consumo de drogas entre os alunos”, ou então identificar e apontar “As expressões da questão social no ambiente escolar”, mais do que apresentar os problemas como fatos, coisas que estão ali e podem ser vistas ou fotografadas como coisas inertes, o esforço foi de olhar para cada um desses problemas como situações concretas articuladas e dinâmicas, saturadas por múltiplas determinações, cujo processo de seu conhecimento e desvendamento não pode se limitar na sua imediatez.

Por isso, não obstante o certo ecletismo notado e a ausência de autores clássicos de orientação marxiana e marxista, não hesitamos em considerá-los TCCs sob mediação teórico-metodológica da teoria crítica marxista. Pois, ao se recusarem a interpretar os diferentes fenômenos a partir das características imediatas, concordaram com Marx (1974, p. 939 *apud* YAZBEK, 2018, p. 66).) quando atesta que “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto [...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação (a aparência) e a essência coincidissem imediatamente”.

5. Trabalhos com abordagens ecléticas:

Conforme indicamos nos Quadros 9 e 10, a seguir apresentados, encontramos, nas duas instituições que formam assistentes sociais, durante os anos analisados, 6 TCCs que, para explicar e intervir em algumas expressões da questão social, se serviram de mediações teórico-metodológicas, que podem ser consideradas ecléticas e não podem

ser confundidas com pluralismo teórico. Afinal, para Coutinho (1991, p. 5) o pluralismo é

sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que esta posição ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência.

E não é qualquer esforço de conciliar “vários estilos diferentes e até antagônicos para uma mesma explicação” conforme Yazbek (2018, p. 51). Por exemplo, o exercício de descrever “A prática profissional do assistente social com pessoas vivendo com VIH/Sida: um desafio no Centro de Saúde Angobefa” situando a prática profissional como trabalho, numa alusão à perspectiva Iamamoto e seguidamente apresentar o Serviço Social como ajuda que se vai aperfeiçoando ou profissionalizando, ao longo do tempo, através de um milagre de Mary Richimont, que, desde os EUA inventa um método que faltava, além de ser um sintoma de ecletismo desavisado, pois consideramos existir o ecletismo como postura, opção de combinar de modo equilibrado e racional diferentes abordagens para sustentar pontos de vistas.

Não é o caso do que se constatou nos trabalhos agrupados nessa vertente. Tratou-se mesmo de um ecletismo desavisado, porque combinar Iamamoto, Yazbek, Monteiro e Netto, com a microfísica do poder de Michel Foucault, para descrever “O papel do Fundo de Apoio Social no empoderamento das famílias residentes em zonas rurais: o caso do FAZ Cacuaco”, apresentando o assistente social como o vilão desse esforço e o agente “poderoso” da mudança, não só indica o ecletismo que, no mínimo, precisamos denunciar para que, se for opção, seja consciente e não desavisada, mas revela eloquentemente os desafios que a profissão e a categoria têm para dar direção ético-política à profissão, em Angola; missão esta que, no nosso entender, exige clareza teórico-metodológica e não proibição desta por alegado ecletismo.

6. Teorias pós-modernas:

Os Quadros 11 e 12 agrupam os TCCs que, nos critérios por nós usados, servem nesta tentativa de caracterização. É de salientar que, de acordo com Netto (apud YAZBEK, 2018, p. 75), a pós-modernidade

É movimento intelectual muito diferenciado – não constitui um campo teórico e ideopolítico homogêneo [...] posto que não exista nem uma, nem a teoria da pós-modernidade: há teorias pós-modernas que têm alguns traços comuns: a) a tendência a suprir a distinção clássica entre aparência e essência e a supressão entre ciência, arte e saberes não científicos; b) a recusa da categoria totalidade; c) a semiologização da realidade social que implica

no privilégio à dimensão simbólica da realidade e seus signos. Em suas formulações, encontramos profundo ecletismo e relativismo.

Admitimos a dificuldade que tivemos de situar alguns trabalhos na vertente pós-moderna, no contexto dos TCCs analisados, dada a sua dispersão teórico-metodológica, o fraco amadurecimento teórico dos autores de TCCs, somado à falta de uma opção, por parte da categoria profissional, por uma determinada tendência teórico-metodológica que, em respeito à pluralidade do pensamento, de alguma forma orientasse a categoria na interpretação e intervenção das diferentes expressões da questão social, olhando para um determinado projeto ético-profissional para Angola. Considerando ainda a difusa e confusa pulverização de abordagens ecléticas nos meios de comunicação social, não fossem as características apontadas por Yazbek (2018, p. 76), consideraríamos todos os trabalhos desta tendência teórica como apenas ecléticos.

Este pensamento pós-moderno questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Esses questionamentos se voltam para os diferentes “modelos” explicativos por suas macroabordagens, apontando que nessas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, suas afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos e culturais e os fragmentos da vida. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão, afirmando-a como instrumento de repressão e padronização. Propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos) [...].

Admitimos, de igual forma, que, partindo de nossa experiência pessoal, de convívio direto e profundo com uma cosmovisão “própria”, sim, repetimos “própria”, ou pelo menos diferente dos povos Bantu, que habitam maioritariamente o território angolano, vivendo num contexto de crítica ao ocidentalismo que, com a colonização, ofuscou e até combateu a cosmovisão dos povos africanos, admitimos que a pós-modernidade tem força e é arrasadora. Queremos até admitir, por hipótese, que os TCCs considerados por nós como de influência tendencial pós-moderna, não expressam a influência e o peso dessas teorias na sociedade angolana. O autor mais citado é o português Boaventura de Sousa Santos.

O toque distintivo nos trabalhos agrupados nessa vertente foi, sem dúvida, a crítica e, mais do que a crítica, a recusa e repulsa pelo que os TCCs denominam de colonização ocidental e que muitas vezes chega ao extremo e com características até irracionais. As abordagens feitas sobre “Os factores que influenciam as comunidades de Cariango à prática das queimadas”, sobre “A indisciplina na sala de aula” ou sobre

“Gravidez na adolescência: o caso das adolescentes atendidas no Centro de Saúde Angobefa” e ainda sobre a “Institucionalização de crianças em situação de risco”, para citar apenas alguns, fazem uma notável apologia ao regresso do que é chamado de “nosso”, local, tradicional, micro, como se esse local não estivesse há anos no circuito do modo de vida e produção capitalista; como se a característica do “sociometabolismo” do capital fugisse a tal “nossa” cosmovisão como “satanás foge da cruz”.

Essas abordagens, com pendor pós-modernas, acabam também pulverizadas com o pensamento conservador, nos termos como aponta Yazbek (2018), fato que torna essas tendências muito dissimuladas em outras, além de terem, no nosso entender, um perfil muito convidativo, envolvente, se não tivermos muita atenção ou embasados na herança que a humanidade já produziu com a modernidade.

A seguir, apresenta-se a distribuição comparativa de temas de TCCs, nos anos de 2017 e 2018, segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica predominante, com base nas características já apontadas: principais ideias orientadoras e autores referenciados.

Quadro 1 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017, segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ POSITIVISTA DE ABORDAGEM FUNCIONALISTA	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
O desafio do FAZ no combate à pobreza: o caso do projecto de inclusão produtiva no Bairro do Camicuto na Comunda da Funda	Planejamento familiar face à integração social dos utentes
Dificuldades de aprendizagem: o caso dos alunos do Instituto Nacional de Petróleos	A importância social dos cuidados preventivos em mulheres gestantes sobre adesão pós-parto
O contributo do assistente social para a recuperação de jovens alcoólatras: o caso do Centro da Remar em Viana	Fatores do comportamento desviante dos adolescentes
Violência entre as crianças no Lar de Infância Kuzola	O papel do assistente social no acompanhamento das gestantes de alto risco
O contributo da formação técnico-profissional no combate ao desemprego dos jovens inscritos nos cursos pela Fundação Africana para Inovação no Cazenga	O papel de sensibilização do assistente social no combate à malária nas gestantes dos 14 aos 18 anos de idade
Violência contra a criança. O caso do Bairro do Sumbe	Causas do abandono escolar por parte dos adolescentes
A desnutrição infantil e o papel do assistente social: o caso do Hospital Divina Providência	Não adesão ao tratamento anti-retroviral da grávida na idade compreendida de 25 aos 40 anos
A participação dos pais na vida escolar dos filhos. O caso do Complexo Escolar Santa Ana	A fraca participação dos encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem
Total: 8 - 42,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	Total: 8 - 44,4% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 2 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica.

TCCs COM MATRIZ POSITIVISTA DE ABORDAGEM FUNCIONALISTA	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Fatores de internamento no Centro de Meninas do Horizonte Azul	Estudo sobre a delinquência juvenil no Bairro Chinguar
A importância da vacinação de rotina para os estudantes atendidos no Centro de Saúde Angobefa	Fatores que influenciam a delinquência juvenil
Desafios sociais das famílias de crianças com hidrocefalia: o caso dos utentes do CNTCH	Fatores que contribuem para a indisciplina dos alunos adolescentes
Desafios da educação no processo de inclusão social dos alunos com necessidades educativas especiais: o caso do Complexo Escolar do Ensino Especial do Rangel	O papel do assistente social no processo de reabilitação de pacientes com deficiência física
A influência da família no sucesso escolar dos alunos da Escola São Marcos em Luanda	Influência da relação família escola no rendimento escolar
Proposições para a inclusão social de alunos com necessidades educativas especiais no sistema educativo: o caso do Complexo Escolar 1173 do Rangel	O papel do assistente social na reintegração sociofamiliar dos pacientes cirúrgicos pós alta
Políticas sociais para pessoas com deficiência em Angola	O papel do assistente social e a influência do <i>bullying</i> no rendimento escolar
Adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social: o caso do Centro de Acolhimento Horizonte Azul	O espaço escolar e as medidas de segurança
	Serviço Social no contexto empresarial: Suas responsabilidades e contributos
	As causas da institucionalização
	O papel da família no processo de ensino e aprendizagem para o sucesso escolar
	O papel da família na educação dos petizes
TOTAL: 8 - 40% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 12 - 33,3% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 3 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ POSITIVISTA DE ABORDAGEM ESTRUTURALISTA OU ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Acesso à saúde: o caso dos militares com tuberculose atendidos na Repartição de Saúde da Região Militar de Luanda	A humanização no atendimento dos Serviços de Saúde.
O trabalho intersetorial do assistente social nas Forças Armadas angolanas: o caso da Unidade de Apoio do Estado-Maior General	Separação dos cônjuges–Factor de desestruturação familiar
TOTAL: 2 - 10,5% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 2 - 11,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 4 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ POSITIVISTA DE ABORDAGEM ESTRUTURALISTA OU ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Serviço Social e hidrocefalia: o impacto no seio da família	O papel do assistente social na relação escola família
A vulnerabilidade socioeconômica das famílias e o internamento das meninas no Centro de Acolhimento Horizonte Azul	A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem
A prostituição no Sambizanga: o caso do Bairro Operário	Absentismo escolar dos estudantes do Instituto de Formação e Administração Local (Ifal)
	Os fatores determinantes do trabalho infantil no Bairro da Paz
	A problemática do abandono familiar dos pacientes com deficiência física nas Unidades Hospitalares
	Gestão do Patrimônio Escolar: vandalismo e preservação na Escola Católica José nº 1018
	A participação dos encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem
	Causas e consequências do consumo de bebidas alcoólicas no processo de ensino e aprendizagem
	A delinquência infanto-juvenil na Comuna da Camama
TOTAL: 3 - 15% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 9 - 25% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 5 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE WEBER	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Os desafios do Centro de Acolhimento Arnaldo Jansen na educação dos adolescentes	A intervenção do assistente social face ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas
A visão dos jovens do município do Cazenga sobre a importância do empreendedorismo no combate ao desemprego juvenil	O reconhecimento do professor sobre dislexia em função da inclusão dos alunos disléxicos nas salas de aulas regulares da Escola 2095
Serviço Social escolar: o caso do Instituto Nacional de Petróleos no Sumbe	
Os desafios da família na educação escolar de alunos com necessidades especiais: o caso do Complexo de Ensino Especial do Rangel em Luanda	
TOTAL: 4 - 21% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 2 - 11,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 6 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE WEBER	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
A fuga de crianças no Centro de Acolhimento: o caso do Centro Arnaldo Janssen	A necessidade da formação de atitudes integradas na formação da personalidade dos estudantes no Instituto Médio de Administração do Kilamba
O modo de vida das pessoas com albinismo em Luanda: o caso de alguns membros da Associação “4as” no Município do Cazenga	
O impacto do planeamento familiar para o bem-estar social das famílias atendidas no Centro de Saúde Angobefa	
TOTAL: 3 - 15% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 1 - 2,8% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 7 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ HISTÓRICO-CRÍTICA (MARXISTA)	
Instituto Superior João Paulo II/Universidade Católica de Angola (Isup JP II/Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
O assistente social no trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados: o caso do Centro de Acolhimento Arnaldo Janssen	A importância da Educação Nutricional Infantil como pressuposto para o Desenvolvimento Integral da Criança
	A violência verbal e psicológica contra 36 crianças – uma perspectiva do assistente social
TOTAL: 1 - 5,3% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 2 - 11,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 8 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM MATRIZ HISTÓRICO-CRÍTICA (MARXISTA)	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
A prática profissional do assistente social com pessoas vivendo com VIH/Sida: um desafio no Centro de Saúde Angobefa	A importância do Serviço Social na prevenção do consumo de drogas entre os alunos
A adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social: o caso do Centro de Acolhimento Horizonte Azul	O insucesso escolar e a participação do assistente social
A pertinência do Serviço Social na educação inclusiva: o Complexo Escolar do Rangel nº 1173	O Serviço Social na saúde: um estudo sobre a permanência dos familiares dos pacientes internados no hospital geral de Luanda
	As expressões da questão social no ambiente escolar
Total: 3 - 15% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	Total: 4 - 11,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 9 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM ABORDAGENS ECLÉTICAS	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
O desafio do FAZ no combate à pobreza: o caso do projeto de inclusão produtiva no Bairro do Camicuto na Cumuna da Funda	A importância do aleitamento materno
Os desafios do Centro de Acolhimento Arnaldo Jansen na educação dos adolescentes.	A indisciplina na sala de aula
Dificuldades de aprendizagem: caso dos alunos do Instituto Nacional de Petróleos	
O atendimento aos utentes nos Centros de Saúde de Luanda: O caso do Centro de Saúde de Viana I	
A participação dos pais na vida escolar dos filhos: o caso do Complexo Escolar Santa Ana	
O papel do Fundo de Apoio Social no empoderamento das famílias residentes em zonas rurais: o caso do FAZ Cacuaco	
A prática sexual na adolescência e o papel da educação sexual: o caso da Escola do 1º Ciclo do Ensino Secundário Nimi Ya Lukeni	
TOTAL: 7 - 36,8% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 2 - 11,1% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 10 – Distribuição comparativa de temas de TCC no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM ABORDAGENS ECLÉTICAS	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
A prática profissional do assistente social com pessoas vivendo com VIH/Sida: um desafio no Centro de Saúde Angobefa	Causas de dificuldades da inclusão da pessoa com deficiência no Porto de Cabinda
A adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social: o caso do Centro de Acolhimento Horizonte Azul	A importância do Serviço Social na prevenção do consumo de drogas entre os alunos
Reintegração sociofamiliar de crianças institucionalizadas no Lar de Infância Kuzola	O insucesso escolar e a participação do assistente social
O papel do assistente social no hospital: caso do Centro de Neurocirurgia e Tratamento da Hidrocefalia	Causas e consequências do <i>bullying</i> no processo de ensino aprendizagem entre adolescentes
Políticas sociais para pessoas com deficiência em Angola	Consequências da fuga a paternidade no desenvolvimento psicossocial da criança
	O abuso de bebidas alcoólicas por parte dos pais e suas consequências na família
	Institucionalização de crianças em situação de risco
	A necessidade da formação de atitudes integradas na formação da personalidade dos estudantes no Instituto Médio de Administração do Kilamba
	As implicações do insucesso escolar nos adolescentes
	As expressões da questão social no ambiente escolar
	A violência contra o idoso no seio familiar em Luanda
	A utilização das TICs no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem
	A delinquência infanto-juvenil na Comuna da Camama
	A educação e prevenção da gravidez na adolescência
TOTAL 5; 25% dos TCC defendidos na instituição durante o ano.	TOTAL: 14 - 38,9 dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 11 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2017 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM CARIZ DE TEORIAS PÓS-MODERNAS	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Os fatores que influenciam as comunidades de Cariango à prática das queimadas	Violência escolar e o seu impacto no processo de ensino aprendizagem
	Humanização dos Serviços de Saúde
	A indisciplina na sala de aula
TOTAL: 1 - 5,3% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 3 - 16,7% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 12 – Distribuição comparativa de temas de TCCs no ano de 2018 segundo a instituição de formação de assistentes sociais e mediação teórico-metodológica

TCCs COM CARIZ DE TEORIAS PÓS-MODERNAS	
Instituto Superior João Paulo II (Universidade Católica de Angola) Isup JP II (Ucan)	Instituto Superior de Serviço Social (ISSS)
Gravidez na adolescência: o caso das adolescentes atendidas no Centro de Saúde Angobefa	Consequências da fuga à paternidade no desenvolvimento psicossocial da criança
Os fatores que estão na base do baixo aproveitamento escolar dos alunos: caso do Complexo Escolar São Marcos nº 8032	Institucionalização de crianças em situação de risco
	A crise de valores sociais e a gestão de famílias
TOTAL: 2 - 10% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano	TOTAL: 3 - 8.3% dos TCCs defendidos na instituição durante o ano

Fonte: Departamento do Serviço Social do Isup JP II (Ucan) e ISSS.

Quadro 13 – Distribuição resumida das principais mediações teórico-metodológicas presentes nos TCCs defendidos em Angola nos anos de 2017 e 2018

PRINCIPAIS MEDIAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	ISUP JP II(UCAN)				ISSS				TOTAL			
	2017		2018		2017		2018		2017		2018	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Positivista Foco Funcionalista	8	42,1	8	40	8	44,4	12	33,3	16	86,5	20	73,3
Positivista Foco Estrutural-Funcionalista	2	10,5	3	15	2	11,1	9	25	4	21,5	12	40
Sociologia Compreensiva	4	21	3	15	2	11,1	1	2,7	6	32,1	7	32,8
Histórico-Crítica Marxista	1	5,3	3	15	2	11,1	4	11,1	3	16,4	10	26,1
Abordagens Ecléticas	3	15,8	1	5	1	5,6	7	19,4	4	21,5	2	24,4
Teorias Pós-modernas	1	5,3	2	10	3	16,7	3	8,3	4	22	5	18,3
TOTAL	19	100	20	100	18	100	36	100	37	100	56	100
	39 TCCs				54 TCCs				96 TCCs			

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise dos quadros acima apresentados, concluímos que:

1. Não obstante há mais de dois anos, no Isup JP II (Ucan) se venha orientando os estudantes a elaborarem os seus TCCs sem referência teórico-metodológica, ou seja, a não trazer e nem mencionar a perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa, por alegada dificuldade de os estudantes seguirem a perspectiva que simplesmente anunciam seguir, e, de igual forma, no ISSS, desde quase o seu início, haver o debate de se produzir ou não TCCs que resultem em pesquisas, chegando mesmo a propor a apresentação apenas de um mero relato de atividades de Estágio como trabalho único e suficiente para concluir o curso, medidas tais apresentadas como meio de evitar alegadas polêmicas entre professores, ecletismos desavisados, verificamos que nos 96 TCCs produzidos nas duas instituições, durante os anos de 2017 e 2018, não encontramos nenhum trabalho que não tenha, mesmo de modo não explícito, um substrato teórico, uma base teórico-metodológica. Pelo contrário, a complexidade do objeto de estudo e de trabalho dos assistentes sociais em Angola, a necessidade imprescindível de alguma mediação teórico-metodológica que sirva de base para analisar e intervir nas diversas expressões da questão social, bem como a fraca ilucidação dessas mediações pelos alunos, leva-os a usarem até de modo eclético, muitas vezes, mais de três mediações teórico-metodológicas num só trabalho.

Por exemplo, dos 37 TCCs defendidos em 2017, 16 (86,5%) apresentavam expressiva influência de tendências teórico-metodológicas de matriz positivista com foco funcionalista, ao passo que, em 2018, essa mediação teórico-metodológica aparece com predominância em 20 TCCs (73,3%) do total de 56 apresentados.

Em 2017, 4 (21,5%) traziam destaque de autores e perspectivas estrutural-funcionalistas, ou o inverso. Já no ano de 2018, essa mediação teórico-metodológica foi verificada com mais nitidez em 12 TCCs (40%), num total de 56 trabalhos.

A teoria da Sociologia Compreensiva de Weber, em 2017, aparece citada em 6 TCCs (32,1%) e, em 2018, em 7 TCCs (32,8%) dos que foram defendidos no ano.

Embora seja comum se ouvir, em muitos espaços de formação da opinião pública, alguns “intelectuais” gramschianamente falando, decretando e anunciando reiteradamente e em tom sarcástico a morte do marxismo, pode-se perceber algum sinal de vida, com possibilidades de ser vida pujante, da teoria histórico-crítica, em 3 TCCs (16,4%), em 2017, e 10 TCCs (26,1%), do total de 56 TCCs defendidos naquela ano,

nos cursos de Serviço Social no país. Como diria frei Beto (2019, p. 15), quando se responde à questão: “O marxismo ainda é útil?”

O papa Bento XVI tem razão: o marxismo não é mais útil. Sim, o marxismo conforme muitos na Igreja Católica o entendem: uma ideologia ateísta, que justificou os crimes de Stalin e as barbaridades da revolução cultural chinesa. Aceitar que o marxismo conforme a ótica de Raztinger é o mesmo marxismo conforme a ótica de Marx seria como identificar o Catolicismo com a Inquisição. Porque já não se justifica enviar mulheres tidas como bruxas à fogueira nem torturar suspeitos de heresia

As mediações teórico-metodológicas com traços de influência das correntes pós-modernas aparecem em 4 TCCs (22%) do ano de 2017 e em 5 (18,3) do total defendido nos respectivos anos nas únicas duas instituições que formam assistentes sociais em Angola.

Não obstante a orientação de não usar ou mencionar alguma referência teórico-metodológica nos TCCs, entendemos que a própria complexidade do objeto de estudo e de trabalho dos assistentes sociais em Angola; o fato de a mediação ser uma categoria não só analítico-reflexiva e técnico-operativa, mas também e acima de tudo uma categoria histórico-ontológica, portanto, inerente, constitutiva da própria realidade humano-social objeto de interpretação e intervenção profissional do assistente social, a busca de alguma mediação teórico-metodológica que sirva de base para analisar e interpretar as diversas expressões da questão social, a fraca clareza dessas mediações por parte dos estudantes, levou-os a usarem, até de modo eclético, muitas vezes, mais de três mediações teórico-metodológicas num só trabalho. Por isso, embora tenhamos encontrado dificuldade de “taxar” rigidamente alguma tendência teórico-metodológica para cada TCC – e também não foi nossa pretensão –, em 37 trabalhos defendidos, em 2017, encontram-se nítidos traços de ecletismo teórico desavisado em 4 (21,4%) e 2 TCCs (24,4%), dentre os 56 TCCs defendidos em 2018, embora não signifique que nos restantes trabalhos apresentados não haja algum traço eclético.

Posto isso, portanto, podemos seguramente afirmar e concordar que não existem práticas sem componentes conceituais e teóricos que os sustentem e de igual modo não existem teorias sem impactos reais no trabalho dos profissionais e na vida das populações. Portanto, orientações e dúvidas sobre o que deve ser a produção de TCCs e a intervenção profissional revelam a existência de limitações na compreensão do que seja mediação teórico-metodológica, do seu estatuto de categoria histórico-ontológica, analítico-reflexiva e técnico-operativa; revelam limitação de compreensão do trabalho do assistente social como um pôr teleológico que se serve de conhecimentos e usa

instrumentos; enfim, revelam limitações de compreensão da relação intrínseca entre teoria e prática, do objetivo de, juntos, construirmos uma profissão crítica e forte, capaz de ombrear, de desvendar as contradições presentes em nossa sociedade; propor caminhos com as outras; dar direção ético-política ao trabalho profissional a favor das classes empobrecidas e dos direitos humanos; disputar e conquistar com e no contexto de outras profissões o seu espaço, no concorrido mercado de trabalho, não pode nos impedir de denunciar tais limitações, com o mero fito de superá-las.

Assim sendo, afigura-se como inútil e impossível orientar/proibir ou evitar que o trabalho de interpretar e intervir nas diversas manifestações da questão social não se faça com nenhuma orientação teórico-metodológica, a não ser que se assuma que a teoria, no Serviço Social em Angola hoje, é a da não teoria, como vão acenando explicitamente os pós-modernos que ocupam hegemonicamente os espaços e meios de circulação da ideologia no país. Outrossim, os dados surpreendentes sobre a coexistência de muitas mediações teórico-metodológicas, algumas delas cujo fim se vem decretando, como é o marxismo. Vale aqui a alerta do frei Betto (2019, p. 16):

Do mesmo modo, o marxismo não se confunde com os marxistas que o utilizaram para dissimular o medo, o terror, e sufocar a liberdade religiosa. Há que se voltar a Marx para saber o que é o marxismo; assim como há que se retornar aos Evangelhos e a Jesus para saber o que é cristianismo, e a Francisco de Assis para saber o que é catolicismo.

2. A análise das principais mediações teórico-metodológicas contidas no Serviço Social, em sua relação com o Estado e a Política Social, ou seja, os “principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social,” (YAZBEK, 2004, p.), que foi feita através da leitura e busca de esclarecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista angolana e do conhecimento do processo pelo qual o Serviço Social, em Angola, incorpora e elabora essas análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção do processo, desde a intitucionalização do Serviço Social em Angola, em 1962, até os dias atuais, processo esse que se operacionalizou com a pesquisa bibliográfica e documental de material diverso composto por discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos para fazer frente às expressões da questão social e TCCs, como já adiantávamos em Monteiro (2016, p. 273), que a profissão em Angola tem hegemonicamente “orientação positivista, de cariz funcionalista com forte pendor

doutrinal católico”, desde a origem até os nossos dias, embora se possa verificar a coexistência de outras tendências.

Na origem da profissão, a análise feita nos diversos documentos citados e em referências bibliográficas, foi possível captar as principais mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social, assim como na leitura das encíclicas sociais da Igreja Católica, fundamentalmente a *Rerum Novarum*—sobre A Condição dos Operários (Leão XIII, 15 de maio 1891), a *Fidei Donum* – sobre A Situação das Missões Particularmente em África (Pio XII, 21 de abril 1957), a *Populorum Progressio* – sobre O Direito de Autoafirmação dos Povos (Paulo VI, 26 de março 1961), *Mater et Magistra* – sobre A Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã (João XXIII, 15 de maio 1961), e a *Pacem in Terris* - sobre A Paz de Todos os Povos (João XXIII, 11 de abril 1963), foi possível identificar a essência do discurso de conciliação entre classes sociais, de exaltação do trabalho e de defesa da propriedade privada e da ordem estabelecida com enfrentamento da ideologia socialista e comunista, da promoção da justiça social com base na moral cristã católica.

Tais documentos da igreja possibilitam apreender a exortação à conciliação e concórdia entre as classes sociais, ao passo que se detrata o conflito, a luta de classes, além de se verificar a preocupação em disputar com os comunistas o imaginário social.

Embora não consideremos como teoria o Tomismo e o Neotomismo que influenciam a Doutrina Social da Igreja Católica, pelo fato de seus postulados se assentarem na fé e no dogma, na origem da profissão, e ainda hoje, a Doutrina Social da Igreja e o anticomunismo impactaram e impactam na formação dos assistentes sociais e outros trabalhadores sociais formados no então Instituto de Educação e Serviço Social Pio XII e hoje nas escolas existentes. O princípio cristão da colaboração entre as classes sociais e combate ao ideário comunista e à luta de classes contribuiu na formação do assistente social angolano.

O Serviço Social nasce e é influenciado por essa base ideológica, para recristianizar a sociedade, levando a fé e a moral católicas aos lugares profanos. Formou-se uma pequena gama de intelectuais, sobretudo de orientação católica, a fim de cristianizar os filhos das elites nas universidades, mas, principalmente, para aparelhar a burocracia estatal colonial. Esperava-se, com essa ação, que a Igreja interviesse no meio dos trabalhadores angolanos, para propagar sua mensagem de união e concórdia entre capital e trabalho, objetivando que não reivindicassem com mais vigor, neste exato

período histórico, a sua emancipação política, social, cultural, e até mesmo ideológico-religiosa, já que os países que assumiam a independência ou se tornavam socialistas ou aderiam ao “protestantismo”¹⁹. Por isso, era necessário incutir sentimentos de conformação social ao capital e de resignação pessoal ao capitalista. A doutrina social católica defendia o corporativismo por pregar a conciliação e harmonia entre as classes sociais e assim permitir, de modo indireito, ao Estado subjugar a classe trabalhadora autoctone pelo controle dos sindicatos, movimentos de libertação, movimentos culturais, etc.

Tal pretensão casava perfeitamente com a matriz positivista de cariz funcionalista que, com o ideal desenvolvimentista, procurava criar o “remédio” perfeito para o “corpo doente”. Por isso, esse discurso conciliador caracteriza os discursos e as ações do estado colonial. Em pleno 1962, ano em que se cria a primeira escola do Serviço Social em Angola, não podia se ensinar na Universidade apenas pura doutrina, ignorando todo o avanço e as discussões presentes nas ciências. Era preciso, então, trazer teorias que convivessem com a Doutrina Católica e que reforçassem a ideia de coesão social. Nada melhor do que o funcionalismo. Vejamos, sem precisar perder tempo em demonstrar o evidente, trechos dos discursos de Salazar e Moreira.

Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; assim como não há angolanos, mas portugueses de Angola [...]. o mesmo que fica dito se aplica a Moçambique, [...] Moçambique só é Moçambique porque é Portugal, que o mesmo é dizer – desfeito o cimento que nos liga e que nos faz parte da Nação Portuguesa, não haverá mais Moçambique nem na história nem na geografia. (SALAZAR *apud* VILLEN, 2013, p. 71).

O meu país é um país unitário, com os mesmos órgãos de soberania dotados de competência em todo território nacional, e daí resulta a unidade política. A nação é uma só, e até onde chega a nação terá que chegar o Estado. Esta é precisamente a razão por que a nossa constituição – de um Estado unitário – não permite qualquer discriminação entre os vários territórios. (MOREIRA, 1955, p. 106).

Compare-se com a Bíblia Sagrada em 1 Cor. 12, 12.

12 Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também.

13 Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito.

¹⁹ Após a proclamação da independência a 11 de Novembro de 1975 sob o regime socialista, a prática da regilgão era proibida. Com a mudança para a economia de mercado em 1991 o país se tornou do ponto de vista formam mais plural e laico. De acordo com o censo de 2014, o país é maioritariamente cristão representando 79,2% de toda população, sendo 41,1% católicos, 38,1% protestantes.

Em nossos dias, os diferentes instrumentos (políticas, programas, projetos e planos), que foram elaborados e postos em funcionamento pelo Estado angolano para fazer frente às expressões da questão social em Angola, revelam a persistência da mesma matriz teórico-metodológica do tempo colonial, embora hoje a influência da Doutrina Social da Igreja, ainda muito presente, seja mais discreta e escamoteada em matrizes que podem acolhê-la e acomodá-la com mais facilidade no seu interior. Entendemos que se deve à maneira como o

Processo de apropriação por parte da profissão de matrizes explicativas acerca da realidade em seu movimento histórico e de construção de seus caminhos explicativos e interventivos, acompanha as transformações sociais que vêm particularizando o social que o justifica. Processo o qual não é simples nem linear, nem mesmo no âmbito de uma matriz, mas permeado por diversas clivagens, tensões, elementos políticos, culturais e confrontos internos. (YAZBEK, 2018, p. 51).

Desta feita, estando de acordo que o processo de apropriação, por parte da profissão, de matrizes explicativas acerca da realidade, acompanha as transformações sociais que vêm particularizando o social que o justifica, não tendo havido, com a independência política de Angola, uma mudança na essência do modo de produção capitalista, então, também não se podia esperar alterações significativas na matriz explicativa da realidade porque, essencialmente, a sociedade não mudou. Continuou capitalista. O que se pode notar são variações que essa matriz vai recebendo das particularidades da própria realidade que não mudam a matriz na sua essência. Assim, explicações individualizantes, psicologizantes, vão ter concepções como a crença no feitiço, na intervenção da ancestralidade e dos espíritos desses na realidade objetiva, no conservadorismo tradicional, etc.

Conforme demonstrado os Quadros 1 e 2, a matriz positivista de foco funcionalista é hegemônica, influenciando em média 80% de 93 TCCs defendidos por estudantes finalistas do Serviço Social no país em 2017 e 2018. Em segundo lugar, surge a orientação teórico-metodológica baseada na sociologia compreensiva de Weber, com uma média de 32,45% dos trabalhos analisados nos dois anos estudados (Quadros 3 e 4).

As ideias positivistas de cariz estruturalistas (Quadros 5 e 6), ou quando são fundidas com o funcionalismo, aparecem em terceiro lugar, com 30,75%, em média, dos TCCs produzidos no país nos anos selecionados para o estudo. Segundo os dados verificados nos Quadros 7 e 8, do total de 93 TCCs defendidos em 2017 e 2018, em média, 22,9% têm uma perspectiva teórico-metodológica eclética, que não pode ser

confundida com pluralismo teórico. Finalmente, as abordagens incluídas no conjunto das chamadas teorias pós-modernas, constam, nas produções totais de TCCs de 2017 e 2018, na média de 20,15%.

Portanto, uma segunda conclusão tirada, embora o funcionalismo seja hegemônico, admite um certo pluralismo, na medida em que há abertura e respeito para que o estudante possa livremente “escolher” uma mediação teórico-metodológica e verificamos várias perspectivas de abordar o social. Ora, se, de acordo com Coutinho (1991, p. 5), o pluralismo é “sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que esta posição ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência”, tendo aparecido com mais clareza em 5 posições diferentes e em 1 no total de TCCs defendidos, e ninguém foi reprovado ou censurado, pode-se afirmar que houve um pluralismo, mesmo que, provavelmente, não se tenha consciência disso, uma vez que, de partida, já se esperam TCCs sem orientação teórico-metodológica.

Porém, reconhecer a existência do pluralismo na produção e intervenção dos assistentes sociais em Angola não significa negar a existência do ecletismo, aqui entendido não como posição deliberada e consciente de combinar mediações teórico-metodológicas diferentes, pois o ecletismo encontrado e sinalizado no Quadro 13 é o desavisado, que consiste em usar diferentes perspectivas, sem sequer se dar conta. Ou seja, de tentar “conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo” (COUTINHO, 1991, p. 13), ou por desconhecimento.

3. As mediações teórico-metodológicas presentes na compreensão e intervenção dos assistentes sociais em Angola não são realidades estranhas dos processos totais da realidade em que estudam. Pelo contrário, como categorias, são constitutivas daquela realidade e expressam a dimensão ideológica; sustentam e procuram justificar o modo de produção e reprodução da vida social capitalista; bem como as suas “fórmulas” de enfrentar as expressões da questão social naquela particularidade, Angola, num dado momento histórico.

Como sustenta Mauro Iasi (2011), a consciência está num movimento constante, numa unidade de contrários intrínseca e excludente, ao mesmo tempo, é moldada, interagindo com a realidade objetiva desde a nascença do indivíduo e no seu desenvolvimento. A consciência tem diferentes estágios, desde o senso comum, ou alienação moldada pela ideologia difundida pela classe dominante dos meios de

produção, passando pelo questionamento das relações presentes em nossa sociedade, levando a atingir ou não uma consciência de classe.

Portanto, as mediações teórico-metodológicas do Serviço Social em Angola têm como chão, como base que as criam ou nascem, o modo de produção e reprodução da vida social. São consequências e expressões desse modo de produzir e reproduzir a vida social, no caso capitalista. Pululam na consciência e se reproduzem no discurso e na ação para sustentar e justificar o modo de produção capitalista colonial de modo a repelir, em África, a luta de classes que naquele momento histórico se expressa como luta ou reivindicações independentistas na década de 60, que levantavam a bandeira da emancipação social e política para adotar o socialismo.

Era preciso, embora forçados a adotar, na interpretação e intervenção das expressões da questão social, medidas integralistas, de coesão social, de manutenção, de restauração do sistema que dava sinais de crise, enfim, um positivismo de cariz funcionalista, que encontra na doutrina social da Igreja um aliado. Tal movimento chega e influencia o Serviço Social na sua origem.

Com a proclamação da independência, e depois de breve experiência de um socialismo, sob influência do marxismo-leninismo (1975 a 1991) panfletário e com efeitos stalinistas, não tendo havido mudanças essenciais no modo de produção e reprodução da vida social, aquelas posturas teórico-metodológicas que melhor sustentam a ideologia capitalista mantêm-se, afinal, Angola, como um país capitalista periférico, de consumo, fornecedor de insumos, deve cumprir essas funções que lhe cabem cumprir no capitalismo global.

Ora, reconhecer que as mediações teórico-metodológicas que servem, sim, de suporte a uma dada ideologia de um modo de produção e reprodução da vida social, nesse caso, o capitalismo, se criam a partir de um chão, de uma realidade objetiva e que não tendo havido mudança na essência dessa realidade, não houve mudanças naquelas, afirmar isso, não significa desconhecer a dialética da própria realidade, pois, também ensina Iasi (2011), a consciência está num movimento constante, numa unidade de contrários intrínseca e excludente; ao mesmo tempo, é moldada interagindo com a realidade objetiva, passando pelo questionamento das relações presentes em nossa sociedade, levando a atingir ou não uma consciência de classe.

Estão, portanto, também, postas no mesmo chão, na mesma realidade, as possibilidades de construir-se outra consciência, outras mediações teórico-metodológicas para o Serviço Social em Angola, cujo caminho é o questionamento das

relações existentes na própria realidade. Essas não são abstratas, são tênues, mas concretas e não podem ser minimizadas, como é o caso de fazer crer e orientar que podemos interpretar, explicar e intervir nas expressões da questão social sem qualquer mediação teórico-metodológica.

4. Identificam-se conexões e contradições na trama entre mediação teórico-metodológica, Serviço Social, Estado e Política Social: a mediação teórico-metodológica é constitutiva (categoria ontológica) do Serviço Social e lhe dá perfil. É de igual forma categoria reflexiva e analítica, porquanto todos os assistentes sociais, de alguma forma, se servem dela para interpretar e intervir, por isso também é categoria técnico-operacional. A mediação teórico-metodológica expressa e se institui no movimento e nas lutas de classe presentes na sociedade angolana em suas diferentes fases históricas. A mediação teórico-metodológica, como toda realidade concreta está também em permanente movimento, portanto, embora seja expressão da sociedade e, por isso, muda quando as condições objetivas de produção e reprodução da vida social mudam; as mediações teórico-metodológicas também podem mudar com a crítica a essa mesma sociedade. No tempo colonial e na Angola pós-independência, o Estado, enquanto representante político da classe capitalista, serviu-se e serve-se de mediações teórico-metodológicas que lhe permitem dar direção ideológica às suas diferentes respostas às expressões da questão social (política social);

Após a independência de Angola, em 1975, com a queda do muro de Berlin e consequente transição do MPLA-PT para MPLA, sendo o partido, no poder desde 1975 que transita de orientação socialista para construir-se no capitão que lidera a transição para o neoliberalismo. Quer dizer, entre a herança teórico-cultural emancipadora e a manutenção da ordem, o MPLA torna-se o burguês que opta pelo segundo, dando origem ao “pensamento da ordem”. Portanto verifica-se em Angola, a partir mesmo de quase independência, mas sobretudo na segunda metade da década de 80, o pensamento social crítico herdado de Marx com todas as limitações, com poucas exceções, foi se adequando às circunstâncias históricas do modo de produção capitalista, que vai ser institucionalmente assumido em 1991, com a mudança da República Popular de Angola para República de Angola, agora sob o regime da democracia burguesa e economia de mercado. Constata-se, portanto, a categoria lukacsiana da decadência ideológica.

CONCLUSÃO

Prazer. Sou assistente social, profissional de Serviço Social em Angola. Sim, prazer, porque o Serviço Social é instigante, nos interessou, interessa e continuará nos interessando. Prazer, porque, por meio do Serviço Social, nos vemos como partícipes da classe de pessoas que, trabalhando, transformam, se transformam e participam do processo de produção e reprodução da vida social. Portanto, prazer, sou assistente social, um profissional no mundo e que, com o mundo, interpreta e age no mundo. Partindo dessa premissa, a questão que orientou este trabalho foi:

Com que mediações, então, nossa categoria profissional interpreta e age no mundo naquela totalidade que se chama Angola? Que mediações teórico-metodológicas estão presentes na compreensão e intervenção do assistente social nas expressões da questão social em Angola? Nesse processo, que conexões e contradições existem entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social em Angola? Quais são os principais fundamentos que a profissão utiliza para explicar e intervir sobre a realidade angolana e que definem sua direção social?

Não se pode desejar conhecer a profissão discursando as mediações teórico-metodológicas; desconsiderando as principais matrizes de conhecimento do social de que a profissão se serve para explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social. Essas dão não só direção social, mas também a forma, o perfil e contribuem para moldar a “cara” com que a profissão se apresenta na imediaticidade do cotidiano.

Ora, considerando que nem a profissão, nem o conhecimento que a ilumina, se explicam fora do movimento histórico da sociedade, o caminho que se seguiu para o desvendamento das mediações teórico-metodológicas que elegemos foi exatamente a análise do movimento da sociedade angolana na qual a profissão se insere, para nele perscrutar as mediações teórico-metodológicas, ou seja, as principais matrizes de conhecimento do social de que a profissão se serve para explicar e intervir sobre a realidade, passou concretamente pela análise das conexões e contradições existentes entre o Serviço Social, o Estado e a Política Social, no processo de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola, considerando cada uma dessas categorias como dimensões da mesma totalidade. Afinal, “qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo” (KONDER, 1998, p. 37).

Esse processo foi operacionalizado por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Fizemos a leitura, compilação e interpretação dos mais variados

documentos a que tivemos acesso, desde que retratassem ou dessem pistas sobre ideias, propostas, propósitos que diferentes atores, angolanos e portugueses, apresentaram ou apresentam para fazer frente às expressões da questão social no período anterior, próximo da institutucionalização do Serviço Social e em nossos dias. Recorreu-se, de igual modo, ao material coletado quando da pesquisa para a dissertação, constituído por depoimentos de assistentes sociais formadas no tempo colonial e que, por limite, natureza e fins daquele trabalho, não foi possível, nem necessário, exaurir.

Dialogamos também com depoimentos de alguns assistentes sociais formados na Angola independente, colhidos no decorrer da apresentação, a eles, das ideias do projeto de pesquisa de que resultou este trabalho, bem como se fez leitura e análise de 93 (noventa e três) TCCs defendidos nos anos de 2017 e 2018 nas únicas duas escolas que formam assistentes sociais em Angola.

Assim, em suma, as pesquisas bibliográfica e documental de material diverso, composto por discursos ideopolíticos, programas de governação, projetos para fazer frente às expressões da questão social, foram tidos em conta para neles desvendar as principais mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social no processo de interpretação e intervenção das expressões da questão social em sua relação com o Estado e a Política Social.

Afinal, como afirma Paula (2013), os discursos ideopolíticos que se proferem são constituídos no interior dos conflitos societários e passam ao nível gnosiológico, quando referenciados ao grupo social a que se vinculam, permitindo assim explicitar suas “visões de mundo”. Isso porque

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um “Nós”, se bem que que a estrutura atual da sociedade tenda por meio do fenômeno da reificação ocultar este “Nós” e transformá-lo em soma de várias individualidades distintas e fechadas umas para as outras [...] uma concepção de mundo é precisamente este conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo [...] ou o que é mais frequente, de uma classe social. (GOLDMAN, *apud* PAULA, 2013, p. 34, grifos do autor).

A análise feita em todos estes documentos, nos permitem reafirmar que o Serviço Social que nasce em Angola como trabalho especializado no contexto da divisão sociotécnica do trabalho, como um instrumento de que o Estado capitalista colonial português se serve para “tapar o sol com a peneira” em face das reivindicações da classe trabalhadora de sua emancipação social e política, mantém-se atualmente com características que permitem definir o seu estatuto ontológico como trabalho e não

como qualquer outro complexo de objetivação do humano genérico nem como uma ajuda que se especializou ao longo do tempo.

Num contexto de profundas e aceleradas metamorfoses do trabalho, no modo de produção capitalista, não se pode entender a natureza do Serviço Social nesta sociedade se não percebermos as diferentes formas como o Estado, naquele contexto, se apresenta ou procura intervir nas expressões da questão social. Não se pode desejar completa a compreensão do Serviço Social sem o entendimento do significado ontológico das Políticas Sociais na sociedade burguesa, entendendo que são as principais mediações do assistente social com o mercado de trabalho e o mecanismo pelo qual o Estado burguês intervém nas expressões da questão social. Portanto, não é suficientemente elucidatória a compreensão do Serviço Social desconexa das relações dialéticas com o Estado e a Política Social em Angola.

Os resultados da pesquisa permitem identificar conexões e contradições na trama da mediação teórico-metodológica entre Serviço Social, Estado e Política Social, que é constitutiva (categoria ontológica) do Serviço Social e lhe dá perfil. É de igual forma categoria reflexiva e analítica, porquanto todos os assistentes sociais, de alguma forma, se servem dela para interpretar e intervir, por isso também é categoria técnico-operacional. A mediação teórico-metodológica expressa e se institui no movimento e nas lutas de classe presentes na sociedade angolana em suas diferentes fases históricas.

A mediação teórico-metodológica, como toda realidade concreta, está também em permanente movimento, portanto, embora seja expressão da sociedade e, por isso, muda quando as condições objetivas de produção e reprodução da vida social mudam, e também pode mudar com a crítica a essa mesma sociedade. No tempo colonial e na Angola pós-independência, o Estado, em Angola, enquanto representante político da classe capitalista, serviu-se e serve-se de mediações teórico-metodológicas que lhe permitem dar direção ideológica às suas diferentes respostas às expressões da questão social (política social);

Reconhecendo existirem diferentes fases históricas na formação social de Angola, entendemos que não ocorreram metamorfoses na essência do Serviço Social, do Estado, e das Políticas Sociais. O Estado, a Profissão e as Políticas Sociais que surgem após a independência, fundamentalmente com a virada para a economia de mercado, no início da década de 90, não se propõem outra sociabilidade. O Serviço Social e as Políticas Sociais são demandadas por uma sociabilidade e um Estado capitalista não mais coloniais (MONTEIRO, 2016). As mudanças de forma, tidas como progressistas e

críticas, “contemplam reformas, mas dentro dessa ordem” como nos ensina Netto (2011, p.70).

Podemos dizer que as mudanças de forma, e não de essência, referem-se a uma “revolução passiva” gramscianamente falando, já que, para o sábio italiano uma revolução pode ser ativa ou passiva. Uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da `restauração` e o da `renovação`. No primeiro momento, verifica-se sempre uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de `baixo`.

Tais reações foram verificadas em Angola, com todos os “rearranjos do governo colonial e com o papel da Igreja Católica face à `questão social` e ao socialismo” tal como já detalhamos em (MONTEIRO, 2016, p.106-158, grifos do autor). No segundo momento – renovação – as demandas populares são satisfeitas `pelo alto`, por meio de `concessões` das camadas dominantes, como se verificou com a proclamação da independência em 1975 e, atualmente, na Angola independente, tal como demonstramos. Como lembra Coutinho (*apud* PAULA, 2013, p. 24), “a revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarreforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo `pelo alto`” (grifos do autor).

Ora, dizer que não houve metamorfoses na essência das mediações teórico-metodológicas que influenciam o assistente social a interpretar e interferir nas expressões da questão social em sua relação com o Estado e a Política Social em Angola, identificar a não variação do ser essencial do Estado capitalista nesse país não significa desconhecer as mudanças que vai operando para a sua subsistência, incorporando alguns elementos civilizatórios. Como diz Paula (2013, p. 24) “o projeto burguês, portanto, para se realizar não precisa abrir mãos desse conjunto de características” referindo-se, como exemplos, “a democracia, a defesa de direitos humanos, dos preceitos em defesa da diversidade e do pluralismo de ideias”. Ao contrário, continua Paula, o Estado capitalista “pode conviver com elas e tomá-las ainda como parte de suas estratégias de coersão ideopolíticas, fomentando a ilusão que nos leva a tentar `humanizar o inumano`” (MÉSZAROS *apud* PAULA, 2013, p. 25).

Tal como é importante reconhecer, tais elementos civilizatórios nos projetos capitalistas, também é importante explicitar que esse esforço não significa desconhecer e deixar de considerar que “nem sempre as mudanças provocadas pelo próprio capital visando à sua (re)acomodação diante das transformações da sociedade são favoráveis ao projeto profissional crítico ou da classe trabalhadora” Netto (2011, p. 34) ainda alerta:

O Estado como instância da política econômica do monopólio é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. Está claro que as estratégias implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas públicas e privada do enfrentamento das sequelas da questão social [...] Se verifica uma visível dominância da perspectiva pública quando se trata de refrações da questão social, tornadas flagrantemente massivas e especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico [...] a perspectiva privada pode ganhar destaque em fases de crescimento, quando não há políticas sociais setoriais suficientemente articuladas ou ainda quando suas potencialidades coesivas não se mostram com um mínimo de eficácia, alternativamente, a perspectiva pública pode manter-se dominante em fases de conjunturas críticas, quando a intercorrência de agudas refrações da “questão social” com rápidos processos de mobilização e organização sócia – política das classes subalternas sinaliza possibilidades de ruptura da ordem burguesa. (grifos do autor).

Se, no tempo colonial, o Estado capitalista, diante da crise colonial que Portugal enfrentava, Moreira e Salazar reclamavam com vigor a urgência de uma mobilização ideológica do ocidente europeu, orientada para a defesa da legitimidade do colonialismo e para a sua reabilitação como instituto político necessário à “causa da dignidade humana”. Tendo criado vários mecanismos e instrumentos como políticas sociais e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Estudos Ultramarinos de Portugal, do qual Moreira foi professor e diretor, que além de se ocupar dos territórios ultramarinos, a principal função era se ecarregar dessa empresa ideológica de propaganda colonial, sobre a ordem, a harmonia, etc. A reconstrução das raízes ideológicas da ação colonial portuguesa na história aparecia como prioridade teórica e principal arma intelectual utilizada por Adriano Moreira para defender a legitimidade do colonialismo português na África e, nessa luta, o funcionalismo era a melhor teoria.

Após a independência de Angola, em 1975, com a queda do muro de Berlim e a consequente transição do MPLA-PT, para MPLA, partido que estava no poder desde 1975, e transita de orientação socialista para constituir-se no “capitão” que lidera a transição para o neoliberalismo. Quer dizer, entre a herança teórico-cultural emancipadora e a manutenção da ordem, o MPLA torna-se no burguês que opta pelo segundo, dando origem ao “pensamento da ordem”.

Portanto, vamos verificando em Angola, a partir mesmo de quase a independência, mas, sobretudo, na segunda metade da década de 80, que o pensamento social crítico herdado de Marx, com todas as limitações e poucas exceções, foi se adequando às circunstâncias históricas do modo de produção capitalista que vai ser

institucionalmente assumido em 1991 com a mudança da República Popular de Angola para República de Angola, agora sob o regime da democracia burguesa e economia de mercado. Consta-se, portanto, a categoria lukacsiana da decadência ideológica.

Pode-se afirmar que, em Angola, as mediações teórico-metodológicas, ou seja, os “principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social” (YAZBEK, 2004, p. 1) sempre estiveram presentes no Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social e como já adiantávamos em Monteiro (2016, p. 273), a profissão em Angola tem hegemonicamente “orientação positivista, de cariz funcionalista com forte pendor doutrinal católico”, desde a origem até os nossos dias, embora se verifique a coexistência com outras tendências.

Tal constatação, em nosso entender, se deve à complexidade do objeto de estudo e de trabalho dos assistentes sociais em Angola, e ao fato de a mediação ser uma categoria não só analítico-reflexiva e técnico-operativa, mas também e acima de tudo uma categoria histórico-ontológica, portanto, inerente ou constitutiva da própria realidade humano-social, objeto de interpretação e intervenção profissional do assistente social.

É impossível não se servir de alguma mediação teórico-metodológica como base para analisar e interpretar as diversas expressões da questão social, e a fraca clareza dessas mediações por parte dos estudantes, leva-os a usar, consciente ou inconscientemente, mais de três mediações teórico-metodológicas num só trabalho, fazendo-se assim um ecletismo desavisado que não pode ser confundido com o pluralismo.

A análise feita nos diversos documentos citados e em referências bibliográficas permitiram captar as principais mediações teórico-metodológicas presentes no Serviço Social em sua relação com o Estado e a Política Social, na origem da profissão e em nossos dias. A influência da Doutrina Social da Igreja através das encíclicas sociais da Igreja Católica, fundamentalmente a *Rerum Novarum* – sobre A Condição dos Operários (Leão XIII, 15 de maio de 1891), a *Fidei Donum* – sobre A Situação das Missões Particularmente em África (Pio XII, 21 de abril de 1957), a *Populorum Progressio* – sobre O Direito de Autoafirmação dos Povos (Paulo VI, 26 de março de 1961), *Mater et Magistra* – sobre A Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã (João XXIII, 15 de maio de 1961), e a *Pacem in Terris* – sobre A Paz de Todos os Povos (João XXIII, 11 de abril de 1963), dão ao hegemônico positivismo de cariz

funcionalista o pendor doutrinal católico, que se caracteriza pelo discurso de conciliação entre classes sociais; de exaltação do trabalho e de defesa da propriedade privada e da ordem estabelecida com enfrentamento da ideologia socialista e comunista; da promoção da justiça social com base na moral cristã católica; da abordagem fragmentada e individualizada das expressões da questão social; do convite para a harmonia do todo social com o cumprimento eficaz e eficiente dos papéis sociais; da exortação à conciliação e concórdia entre as classes sociais.

Identificam-se conexões e contradições, na trama da mediação teórico-metodológica, entre Serviço Social, Estado e Política Social, pois a mediação teórico-metodológica é constitutiva (categoria ontológica) do Serviço Social e lhe dá perfil. É de igual forma categoria reflexiva e analítica, porquanto todos os assistentes sociais, de alguma forma, se servem dela para interpretar e intervir, por isso também é categoria técnico-operacional.

A mediação teórico-metodológica expressa e se institui do movimento e das lutas de classe presentes na sociedade angolana em suas diferentes fases históricas. A mediação teórico-metodológica, como toda realidade concreta, está também em permanente movimento, portanto, embora seja expressão da sociedade e, por isso, muda quando as condições objetivas de produção e reprodução da vida social mudam, as mediações teórico-metodológicas também podem mudar com a crítica a essa mesma sociedade. No tempo colonial e na Angola pós-independência, o Estado em Angola, enquanto representante político da classe capitalista, serviu-se e serve-se de mediações teórico-metodológicas que favorecem a direção ideológica dada às suas diferentes respostas às expressões da questão social (política social);

Certos de que a mediação, tal como a realidade concreta de que ela é constitutiva, está também em permanente movimento; cientes de que a mediação teórico-metodológica, embora seja expressão do movimento da sociedade e se institui nela, por isso muda quando as condições objetivas de produção e reprodução da vida social também mudam; não se deve esperar a mudança contemplando a sociedade, mas sim criticando-a, certos de que a mediação teórico-metodológica muda também com a crítica à sociedade da qual ela se institui e expressa; defendemos que o desvendamento da complexidade, conexões e contradições da mediação teórico-metodológica que influenciam o Serviço Social hoje em Angola, é um movimento em direção a essa crítica que exige uma análise crítica da agenda neoliberal em Angola e o papel das multinacionais e agências da ONU nas políticas sociais no país, para melhor perceber

os seus rebatimentos no Serviço Social. Este detalhe carece de outro estudo urgente, que não foi nosso objetivo, como de igual forma, no caminhar desta crítica à sociedade, merece outro estudo urgente a análise das expressões particulares da questão social em Angola, para melhor entendermos o significado do Serviço Social neste país.

Nos limites de um trabalho desta natureza e do que os seus resultados nos podem permitir, é a convicção de que categoria profissional não deve minimizar o que ocorre no processo de formação do assistente social. A orientação da não teoria nos processos de interpretação e intervenção nas expressões da questão social em Angola deve ser enérgica e competentemente denunciada, como um passo necessário no processo da urgente crítica que se impõe fazer aos referenciais que dão direção social ao trabalho do assistente social. Isso é possível porque

a possibilidade de imprimir uma *direção social ao exercício profissional* do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* de que ele dispõe, [...]. A efetivação dessa autonomia é *dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados*: a instituição estatal [...]; as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático. (IAMAMOTO, 2014, p. 220, grifos da autora).

Essa noção de relativa autonomia não se confunde com os imediatos horizontes institucionais, reduzindo-se a uma autonomia “autorizada” e delimitada pelos empregadores. Explorar a autonomia relativa significa mobilizar competências teóricas e políticas que visem a expandir os lastros e o alcance da atuação profissional, sem desconsiderar as condições objetivas de trabalho e os limites do assalariamento. Afinal, como alerta Raichelis (2011), o trabalho do assistente social em tempos de precarização também traz como tendência o trânsito de uma autonomia relativa para uma “autonomia controlada”.²⁰

Mas trata-se justamente de, partindo da análise dessas condições, construir articulações, estratégias, alianças, que respaldem essa autonomia, tendo como horizonte as forças sociais que partilham da direção social do projeto ético-político profissional. Como destaca Mota (2014, p. 700),

a natureza da relativa autonomia técnica e teórico-política do profissional requer outras mediações, afora a das relações de trabalho. Referimo-nos à mediação da consciência individual e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos,

²⁰Definida como aquela que, sob o manto de uma falsa liberdade, “é uma autonomia autorizada e estimulada em tudo o que favoreça de modo imediato o alcance das metas empresariais – contanto que se restrinja a estes desígnios” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 238).

ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa.

Movidos, pois, pelo objetivo de nos fortalecermos e contribuir para o domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos que, num contexto de visível decadência ideológica, possibilitem dar e imprimir uma direção social ao exercício profissional do Assistente Social em Angola, é que dissemos: Prazer. Sou assistente social, profissional de Serviço Social em Angola. Sim, prazer, porque o Serviço Social é instigante, nos interessou, interessa e continuará nos interessando. Prazer, porque, por meio do Serviço Social, nos vemos como partícipes da classe de pessoas que, trabalhando, transformam, se transformam e participam do processo de produção e reprodução da vida social. Portanto, prazer, sou assistente social, um profissional no mundo e que, com o mundo, interpreta e age no mundo por meio de mediações teórico-metodológicas. Prazer. Sou assistente social, profissional de Serviço Social em Angola.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, **Constituição da República de 05 de fevereiro de 2010**. Diário da República n. 23, I Série.

ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022**. Luanda, 2017. Disponível em <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edi sp/minfin033820.pdf> e no https://www.info-angola.com/attachments/article/4867/PDN%202018-2022_MASTER_vf_Volume%201_13052018.pdf Acesso 13.12.2017.

ANGOLA. ONU. Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015-2019. Disponível em https://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNPAF_Angola_2015-2019_Final_PT_WebSize_Singles.pdf Acesso 13.12.2017.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza de. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 93, 2008.

BAPTISTA, Myrian Veras (Org). **O método na economia política**. Karl Marx. São Paulo, PUC, 1999. (Texto comentado por vários autores, em tipo menor), mimeo n.1, s.d., PUC-SP.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.58, 1998.

BARBOSA, Walmir. **Marxismo: história, política e método**. s.n.t. https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934138/mod_resource/content/1/elementos%20b% C3%A1sicos1.pdf Acesso 18.05 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia S. Fundamentos Éticos do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 166-184.

BETTO, Frei. **O marxismo ainda é útil?** São Paulo: Cortez, 2019.

BÍBLIA. **Jesus lava os pés aos discípulos**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl.** São Paulo: Paulus, 1985.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Referência Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e corr. Compilado e redigido por Frank Charles Thompson. São Paulo: Vida, 1992.

BÍBLIA. Português. **Bíblia On-line: módulo básico expandido**. Versão 3.0. Sociedade Bíblica do Brasil, 2002. 1 CDROM.

Boletim Geral do Ultramar. XXIX – 340 PORTUGAL. Agência Geral do Ultramar, Vol. XXIX - 340, 1953, 273 pags. [3941]

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira & SILVA, Edna Tania Ferreira da. **Mediações das atuais demandas postas ao assistente social**. In Teoria, Política e Sociedade. v.1, n.1, p.95-110, dez. 2008.

CONSTANT. Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: Filosofia Política 2. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 9-25.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1986.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L., YAZBEK, M. C., BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CAVALLI, Michelle. **A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social: uma relação possível?** In: intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/2257/2219. Acessado no dia, 14.02.2019.

CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais). **Teorização do Serviço Social: documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: AGIR – CBCISS, 1986. Disponível em [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Livro teorizacao do servico social docum.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Livro%20teorizacao%20do%20servico%20social%20docum.pdf) Acesso 04.10.2019.

COLMÁN, Evaristo. **Aproximação à Natureza do Serviço Social: Exame das proposições de três autores brasileiros acerca da natureza do Serviço Social**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Aproximação ao serviço social como complexo ideológico. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000b.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Textos Básicos: Uma Introdução ao Marxismo*. **SEXTA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2008**. Disponível em <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/>

COUTINHO, Carlos Nelson. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas**. Maceió, EDUFAL, 1991.

CLOSS, Thaisa Teixeira, **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Porto Alegre, 2015. Tese (Doutoramento em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **O que é o serviço social? Vigência de um “velho” problema e desafio para a formação profissional**, In *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 13-22, jul./dez. 1998.

DANTAS, José Lucena, **A Metodologia do Serviço Social, uma abordagem sistemática**, Documentos de Teresopolis, CBCICISS, 1971 in VIERA, Balbina Ottoni, *Serviço Social: Processos e Técnicas*, 6ª edição, RJ: Agir Editora, 1988.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico: II - Dialética**. 1880. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap02.htm>> Acesso em: 25 ago 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Dialética**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap02.htm>. Acesso em: 12 maio 2018

ENGELS, Friedrich. Fragmento não publicado do "Feuerbach". In: MARX, K. ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3 ed. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico: Editorial Estampa, 1975. p. 83-148.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **A comunidade como valor**. Tese de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 1989.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Reflexões diante de uma vitrine**. *Revista USP*, 1991. (9), 9-22. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p9-22>. Acessado aos 16.09.2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios do serviço social na era da globalização. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Do conceito de *mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin.** Perspectivas. São Paulo, 1993, p. 67-89. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/771/632. Acesso em: 15.04.2016.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno.** 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel - as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** 5ª edição, Porto Alegre: LPM, 1985.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e filosofia: o que é sociologia?** Trad. Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 10ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da prática social: Classe, Estado e Ideologia diálogo com Erik Wright.** 3ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GUAZZELLI, Amanda, **O desvelo da vida cotidiana e o trabalho do Assistente Social.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 2009.

GUIMARÃES, Gleny Duro. **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva.** Porto Alegre: EDIPURS, 2002, p. 11-25.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: as trabalhadoras da confecção.** São Paulo: Paco Editorial, 2016.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Para entender o capital.** São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 7 ed. São Paulo: Loyola, 2013b.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Fenomenologia do espírito.** Tradução: Paulo Meneses; colaboração: Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Princípios da filosofia do direito.** Prefácio do Autor. Tradução de Norberto de Paula Lima e Márcio Pugliese. São Paulo: ícone, 1997.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **A fenomenologia do Espírito: introdução à história da filosofia.** 2 ed. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1989.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **A fenomenologia do Espírito**. Texto mimeo. Traduzido para utilização na disciplina de "História da Filosofia Moderna III", ministrada pelo Prof. Paulo Eduardo Arantes, no primeiro semestre de 1991, USP-São Paulo.

HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. **Teoria de las necesidades en Marx**. Tradução: J. F. Yvars. Barcelona: Ediciones Peninsulas, 1986.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Interpretações da história do homem; v. 2).

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HELLER, Agnes. **La revolución de la vida cotidiana**. Trad. Gustau Muñoz, Enric Pérez Nadal e Iván Tapia. Barcelona: Península, 1982.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina d'Angina, São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção A Obra-Prima de cada Autor. Série ouro, 1).

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.69, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, 41ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Trabalho e indivíduo social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. 1 ed. ampliada. CFESS: Brasília: 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social a contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 15 ed. São Paulo: Cortez: 2008a.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética:** convite a uma nova práxis. 5 ed . São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **A questão social no capitalismo.** Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

IASI, Mauro. **Ensaio Sobre Consciência E Emancipação.** 2 ed. São Paulo: Editora: Expressão Popular, 2011.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos.** Tradução de A Mourão. Lisboa: Eds, 1993.

KONDER, Leandro. **A Totalidade, a Contradição e a Mediação.** Quinta-feira, 10 DE julho de 2008. Disponível em:<http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/07/totalidade-leandro-konder.html>. Acesso 17 de Ago. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2004. – (coleção primeiros passos; 23) 5ª Reimp. da 28 ed. de 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia.** In Revista Katálise, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução,** in: **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

LESSA, S. **Serviço social e trabalho:** porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

LESSA, S. **Ética e Política** Observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. 2005. Texto mimeo

LESSA, S. Serviço social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

LESSA, S. **Lukács: ontologia e historicidade.** In: *Revista Transformação*, v. 19, São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LESSA, S. **Lukács: essência, história e revolução.** s/d. Disponível em www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/download/8216/5276/. Acesso em: 07 Jan. 2019.

LESSA, S. **Notas sobre a historicidade da essência em Lukács.** In: *Revista Novos Rumos*, v. 30, São Paulo, 1999. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/user/register. Acesso em: 08 dez. 2014.

LEVEBRE, **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo: Editora Átila, 1991.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil.** Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 4. ed., Bragança Paulista: Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2006.

LOURENÇO, João M.G. **Discurso do Fim de Ano, proferido por Sua Excelência Presidente da República João Manuel Gonçalves Lourenço no dia 23.12.2018.** Disponível em <https://www.plataformamedia.com/pt-pt/noticias/politica/interior/leiana-integra-o-discurso-de-joao-lourenco-10360454.html>

LOURENÇO, João M.G. **Discurso do Presidente do MPLA, João Lourenço, na abertura da 6ª sessão ordinária do Comité Central do partido, realizada em Luanda, no dia 30 de Novembro de 2018.** Disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/10/48/Discurso-Presidente-Joao-Lourenco-sessao-ordinaria-Comite-Central-MPLA,4517aeeb-2e71-4185-ad0e-10fb8a47d89e.html

LOURENÇO, João M.G. **Discurso de Sua Excelência Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço proferido no 26 de set de 2017, na cerimónia solene de em que foi investido no cargo de Presidente da República de Angola.** Disponível em <https://www.ambasciatangolana.com/discurso-pronunciado-pelo-dr-jo%C3%83o-louren%C3%87o-na-cerim%C3%93nia-de-investidura-como-presidente-da-rep%C3%9Ablica-de-angola>

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Mario Dauer, Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. 2v.

LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G.. **Marx e o problema da decadência ideológica.** In: COUTINHO, C. N. (org). *Marxismo e Teoria da Literatura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.* In: **Temas de Ciências Humanas**, nº 4. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, G. **Estética**: La peculiaridade de lo estético. Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Traducción castellana: Manuel Sacristán. Barcelona – México, D.F.: Ediciones Grijalbo, S., 1967. Vol. I.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: Sobre a categoria particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. São Paulo: 1969.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. Marxismo e questões de método na ciência social. In: NETTO, J.P. (Org.) **Georg Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.

LUKÁCS, G. Marxismo e questões de método na ciência social. In: NETTO, J.P. (org.) **Georg Lukács**: sociologia. São Paulo: Ática, 1981. p. 59 - 108.

LUKÁCS, G. **A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARCUSE, Herbert. Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social. Tradução de Marília Barroso. São Paulo: paz e Terra, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social: identidade e alienação**, 16ª edição, São Paulo: Coretez Editora, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema**. In *Serviço Social e Sociedade* nº 43. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

MARTINS, José de Souza, **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 3.ed., 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.

MARTINS, José de Souza. **O senso comum e a vida cotidiana**. In *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(1): 1-8, maio de 1998.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle, Leonardo de Deus; [Supervisão e notas Marcelo Backes]. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. [4. reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução: Nélio Schneider e Wanda Nohueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política**, 1859. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm> Acesso em: 27 ago 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. V.1.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”**. De um prussiano. Tradução: Ivo Tonet. Revista Práxis, Belo Horizonte, 1995. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>> Acesso em: 25 jun. 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v. 1, t. 1 (Os Economistas).

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985c. Livro 1, v. 1, t. 2 (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985d. Livro 2, v. 2 (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986a. Livro 3, t. 1 (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986b. Livro 3, t. 2. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos E Outros Textos Escolhidos**. Seleção de textos realizados por José Arthur Giannotti; Traduções conduzidas por José Carlos Bruni (et al.). 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**(Grundrisse) 1857-1858. 17 ed. Siglo Veintiuno Editores. (Biblioteca dei Pensamiento Socialista).

MARX, Karl. A miséria da filosofia. In: MARX, K. ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3 ed. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico: Editorial Estampa, 1975. p. 51 - 58.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **El Capital: critica de la economía política**. Traducción por Pedro Scaron. México: Siglo Ventiuno S. A. 1978.

MARX, Karl. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 10º Edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). Tradução: José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

MARX, Karl. **Correspondencia**. Buenos Aires: Cartago SRL, 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

MAZZEO, Antonio Carlos. **O vôo de Minerva**: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no Ocidente antigo. São Paulo: Boitempo: Oficina Universitária UNESP, 2009.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MENESES, Paulo. **Para ler a fenomenologia do espírito**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MÉSZÁROS, Istvan. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, Jorge. **As Constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da Constituição**. Lisboa: Livraria Petroy, 1984.

MONTAÑO, Carlos E. **Buscando la “Especificidad” Prometida. El “endogenismo” del Servicio Social**. www.sercomtel.com.br/colman/documen.htm, 1998.

MONTAÑO, Carlos E. **A natureza do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Josiane; MARTINELLI, M. L. **A importância da categoria mediação para o Serviço Social**, s/l, s/d.

MOREIRA, Adriano. **Batalha da esperança**. Lisboa: Editora Livraria Bertrand, 1964.

MOREIRA, Adriano. **Política de integração**. Lisboa: Editora Bertrand (Irmaos). Lda, 1961.

MOREIRA, Adriano. **Política ultramarina**. Editora: Junta de Investigações do Ultramar, 1961

MOREIRA, Adriano. **Imperialismo e colonialismo da União Indiana**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). **Programa de Governo 2017-2022**. Luanda, 2017. Disponível em <http://www.mpla.ao/eleicoes.1/eleicoes-2017.68/programa.70.html> Acesso 19.12.2017.

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). **Programa de Governo 2012-2017**. Luanda, 2012. Disponível em <http://www.mpla.ao/eleicoes.1/eleicoes-2012.64/programas.66.html> Acesso 18. 12.2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A.E. et al.(Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, 1996.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social ; v.1).

_____. BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo, **Cotidiano, conhecimento e crítica**, 10ª Edição, São Paulo: Cortez Editora, 2012.

OLIVEIRA, Raimunda N. Cruz Oliveira, **A mediação na prática profissional do assistente social**. In Revista Serviço Social e Sociedade n ° 26. São Paulo: Cortez, 1998.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em 18/2/2019.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> Acesso em 18/02/2019.

PAULA, Viviane de, **Análise da categoria mediação na prática profissional do Assistente Social nas Varas da família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo**, 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PAULA, Renato F. dos Santos, **Serviço Social, Estado e Desenvolvimento Capitalista: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional**, 2013. Tese de Doutorado em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Maceió: EDUF AL, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre, **Mediação e Serviço Social**, 7ª Edição, Cortez Editora, São Paulo, 2010.

_____. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 198p.

_____. A propósito da Categoria de Mediação. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.31, 1990.

_____. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social**, 1ª Ed. ABEPSS; CFSS; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). *Capacitação em Política social e Serviço Social*. V. 3., 2000.

_____. **A propósito da categoria de mediação**. In *Serviço Social e Sociedade*. nº 31. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. In: In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais – CEAD, Brasília, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana**. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, n. 2, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/948>. Acessado em: 08 jun. 2018.

RAICHELIS, Raquel. **A nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003escript=sci_arttext. Acesso em: 03 mar. 2018.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Ed. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Origem e fundamentos da desigualdade entre os homens**. MemMartins/Portugal, Publicações Europa-América, 1976.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro: 2006.

SANTA SÉ. *Fedei Donum* – Carta Encíclica do Papa Pio XII sobre as missões, especialmente em África, de 21 de abril de 1957.

_____. *Mater et Magistra* – Carta Encíclica do Papa João XIII sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã, de 15 de maio de 1961.

_____. *Pacem in Terris* – Carta Encíclica do Papa João XIII sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade, de 11 de abril de 1963.

_____. *Populorum Progressio*. Carta Encíclica do Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, de 26 de março de 1967.

SALAZAR, Oliveira. A nação na política colonial. In Agência geral das Colônias. **Antologia colonial: política e administração**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946. v. I.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Livro I, v. I, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. *Temporalis*, Brasília, n.4, 2004.

UA. União Africana. **AGENDA 2063 - A África Que Queremos. Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável**. Plano de Implementação para a Primeira Década - 2014-2023. 2015. Disponível em https://www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/com2016/agenda_2063_final_revised_first_ten_year_implementation_plan_12_10_15_portuguese.pdf. Acesso em 18.02.2019

VASCONCELOS, Ana Maria de, **Prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**, 6ª edição, Cortez Editora, São Paulo 2009.

VERGARA, Eva Maria Bitencourt, **O significado da Categoria Mediação no Serviço Social**, disponível em:

<<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo3/98evavergara.pdf>>.

VERONEZE, Renato Tadeu. **Agnes Heller, indivíduo e a ontologia social: fundamentos para a consciência ética e política do ser social**. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC/SP, 2013.

VIERA, Balbina Ottoni, **Serviço Social: Processos e Técnicas**, 6ª edição, Rio de Janeiro: Agir Editora, 1988.

VIEIRA, Evaldo. **Poder político e resistência cultural**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: Oliveira Vianna & Companhia**. São Paulo: Cortez, 1981.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora SCHWARCZ LTDA, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Histórico e Teórico – Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In Guerra, Yolanda; et al. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. In **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio histórico da profissão**. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social**. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**, 6ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

YWATA, Suzana Yoriko, **A categoria mediação na perspectiva Marxiana: sua apropriação por docentes de unidades de ensino presenciais**. Dissertação apresentada no Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade de Londrina, Londrina: 2010.

ANEXO: Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola

Pesquisador: Amor António Monteiro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91868618.9.0000.5482

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.831.635

Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Tese de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPG em SSO), vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Amor Antonio Monteiro, sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn.

A proposta indica resumidamente que "(...) O tema "Serviço Social, Estado e Política Social em Angola" focalizando a identificação, descrição e análise das mediações existentes na trama Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola é um retomar o nosso "trabalho-agenda" do mestrado. No "trabalho-agenda" construído no mestrado, defendíamos que o "Serviço Social pode ser trabalho" (Monteiro, 2016, p. 21). Sendo assim, o trabalho, e também o trabalho do assistente social é ou pelo menos deseja-se emancipatório."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Apreender o significado e a natureza/essência do Serviço Social nos processos de (re)produção e representação da vida social em Angola.

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 2.831.635

Objetivo Secundário:

1. Identificar a rede de mediações existentes na trama Serviço Social, Estado Angolano e Políticas Sociais em Angola;
2. Demonstrar a centralidade da mediação para o Serviço Social enquanto categoria analítico-reflexiva para análise e apreensão da realidade, enquanto categoria operativa para o trabalho profissional e enquanto categoria histórico-ontológica constitutiva do ser do Serviço Social;
3. Descrever como a mediação é representada na e pela consciência dos Assistentes Sociais em Angola;
4. Analisar o estatuto histórico-ontológico do Serviço Social, do Estado e da Política Social em Angola enfocando suas interconexões.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendem satisfatoriamente ao que está disposto e é recomendado na Resolução CNS/MS n. 466/12 que trata das pesquisas que envolvem seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a proposta de pesquisa em tela, possui uma linha metodológica definida, base da qual será possível auferir conclusões consistentes e válidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados a contento, conforme as diretrizes e indicações internas do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre.

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br



Continuação do Parecer: 2.831.635

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e realização do projeto de pesquisa em tela.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1122139.pdf	19/06/2018 17:09:55		Aceito
Outros	parecerassinado.pdf	19/06/2018 17:08:57	Amor António Monteiro	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	19/06/2018 17:06:41	Amor António Monteiro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.doc	11/06/2018 14:25:36	Amor António Monteiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Pesquisa.pdf	08/06/2018 17:09:10	Amor António Monteiro	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao.docx	06/06/2018 15:37:00	Amor António Monteiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE SÃO PAULO -
PUC/SP



Continuação do Parecer: 2.831.635

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 20 de Agosto de 2018

Assinado por:

**Antonio José Romera Valverde
(Coordenador)**

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: cometica@pucsp.br